

# **CULTURA & IDENTIDADE OPERÁRIA**

**ASPECTOS DA CULTURA  
DA CLASSE TRABALHADORA**

**COORDENAÇÃO DE  
JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES**

**LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE  
MARIA CÉLIA PAOLI  
GIRALDA SEYFERTH  
MARIA ROSILENE BARBOSA ALVIM**



Desde os primeiros anos de funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), seus pesquisadores apresentam, dentre as suas diversas linhas de trabalho e preocupações teóricas, uma produção voltada para o estudo antropológico de grupos sociais, em áreas urbanas e rurais, pertencentes à classe trabalhadora brasileira. Os artigos incluídos no presente livro expressam tal produção e foram anteriormente veiculados nas séries de publicações internas daquele Programa e do Museu Nacional. Alguns dentre estes artigos foram apresentados no encontro "Questões sobre a Cultura Operária", promovido pela Associação Brasileira de Antropologia e realizado no Museu Nacional, no Rio, em 1982.

Sob uma unidade temática geral voltada para o estudo da cultura de grupos sociais de trabalhadores, temos aqui uma pluralidade de enfoques e de métodos de trabalho: três artigos centrados sobre pesquisas empíricas etnográficas em grupos sociais delimitados e contemporâneos, dois artigos apresentando análises críticas de obra pioneira e clássica do estudo sociológico de um grupo social da classe

CULTURA  
E  
IDENTIDADE OPERÁRIA

Aspectos da Cultura da Classe  
Trabalhadora

Coleção *Trilhas*

*Livros já publicados:*

*Questões de Sociologia de Pierre Bourdieu*

*Repensando a História de Marcos Silva*

*A sair:*

*Ouve meu Grito — Antologia de Poesia Operária* de Bernardo Kocher e Eulalia Maria Lobo

*A Miséria da Ascensão Social: Capitalismo e Pequena Produção na Amazônia* de Violeta Refkalefsky Loureiro

*Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil* — organizado por João Pacheco de Oliveira F.º e Eduardo Viveiros de Castro

Capa de Jorge Cassol

Copyright by *UFRJ-PROED*.

Publicado pela Editora Marco Zero Ltda., Rua Inácio Pereira da Rocha, 273, Pinheiro, São Paulo, CEP 05432. Telefone: (011)8150093, e Travessa da Paz, 15, Rio de Janeiro, CEP 20250. Telefone (021)273-2337.

ISBN 85-279-0017-3

José Sérgio Leite Lopes  
Coordenador

CULTURA  
E  
IDENTIDADE OPERÁRIA  
Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora

LUIZ FERNANDO DIAS DUARTE  
MARIA CÉLIA PAOLI  
GIRALDA SEYFERTH  
MARIA ROSILENE BARBOSA ALVIM

UFRJ — MUSEU NACIONAL  
MARCO ZERO  
PROED



## SUMÁRIO

Apresentação — José Sérgio Leite Lopes 7

### PARTE I — *Questões sobre a cultura operária*

Introdução: formas de proletarização, história incorporada e cultura operária — José Sérgio Leite Lopes 11

Nota informativa sobre o seminário “Questões sobre a Cultura Operária” — José Sérgio Leite Lopes 33

De bairros operários sobre cemitérios de escravos. Um estudo de construção social de identidade — Luiz Fernando Dias Duarte 37

Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira — Maria Célia Paoli 53

Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários — Giralda Seyferth 103

### PARTE II — *Aspectos sobre a família, identidade social e formas de dominação referentes a grupos de trabalhadores urbanos.*

Família e operários de origem camponesa; uma leitura da *Crise do Brasil Arcaico* — Maria Rosilene Barbosa Alvim 123

Sobre os trabalhadores da grande indústria na pequena cidade: crítica e resgate da *Crise do Brasil Arcaico* — José Sérgio Leite Lopes 147

Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos — Luiz Fernando Dias Duarte 171

Pouca vergonha, muita vergonha: sexo e moralidade entre as classes trabalhadoras urbanas — Luiz Fernando Dias Duarte 203

## OS AUTORES

### *JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES*

Doutor em Ciências Humanas (Antropologia Social). Autor, entre outros trabalhos de *O Vapor do Diabo, o trabalho dos operários do açúcar* (Paz e Terra, 1976). Atualmente é professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ.

### *LUIS FERNANDO DIAS DUARTE*

Doutor em Ciências Humanas (Antropologia Social). Autor, entre outros trabalhos de *Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas* (Jorge Zahar Editor/CNPq 1986). Atualmente é professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, UFRJ.

### *MARIA CÉLIA PAOLI*

Doutora em História. Entre outros trabalhos, autora de *Desenvolvimento e Marginalidade, um estudo de caso* (Pioneira, 1974). Atualmente é professora do Departamento de Ciências Sociais da USP.

### *GIRALDA SEYFERTH*

Doutora em Ciências Humanas. Entre outros trabalhos, autora de *A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim* (Editora Movimento, 1974) e *Nacionalismo e Identidade Étnica* (Fundação Catarinense de Cultura, 1982). Atualmente é professora adjunta no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional UFRJ.

### *MARIA ROSILENE BARBOSA ALVIM*

Doutora em Ciências Humanas (Antropologia Social). Entre outros trabalhos, autora de *A Arte do Ouro, um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte* (Perspectiva Antropológica n.º 20, UnB, 1979). Atualmente é professora-adjunta no Departamento de Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ.

## APRESENTAÇÃO

Desde os primeiros anos do funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ) que os pesquisadores apresentaram, dentre as suas diversas linhas de trabalho e preocupações teóricas, uma produção voltada para o estudo antropológico de grupos sociais, em áreas urbanas e rurais, pertencentes à classe trabalhadora brasileira. Os artigos incluídos no presente livro expressam uma parte de tal produção e foram veiculados nas séries de publicações internas daquele Programa, de circulação limitada.

A primeira parte do livro é constituída de artigos apresentados no encontro “Questões sobre a Cultura Operária” promovido pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e realizado no Museu Nacional, no Rio, em novembro de 1982 (ver a nota informativa ao final da introdução, mais adiante). Esta primeira parte do livro circulou precariamente como publicação mimeografada na *Comunicação* n.º 7 do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1984.

A segunda parte reúne artigos sob uma unidade temática geral voltada para aspectos da cultura de grupos sociais de trabalhadores, seja resultados de pesquisa empírica de campo, seja resultados da análise crítica de importantes estudos anteriores, todos publicados em periódicos ou anais de escassa circulação. O artigo “Família e Operários de Origem Camponesa”, de Rosilene Alvim saiu na *Comunicação* n.º 6 do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1981. “Sobre o Trabalhador da Grand e Indústria na Pequena Cidade”, de José Sérgio Leite Lopes,

foi publicado no *Boletim do Museu Nacional* (Nova Série — Antropologia) n.º 43, out. 1983. “Identidade Social e Padrões de Agressividade Verbal em um Grupo de Trabalhadores Urbanos”, de Luiz Fernando Dias Duarte, saiu no *Boletim do Museu Nacional* (Nova Série — Antropologia) n.º 36, out. 1981. E “Pouca Vergonha, Muita Vergonha: Sexo e Moralidade entre as Classes Trabalhadoras Urbanas”, de Luiz Fernando Dias Duarte, circulou nos *Anais* do 4.º Encontro Nacional da ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) out. 1984.

Março de 1987.  
*José Sérgio Leite Lopes*

PARTE 1

Questões sobre a cultura operária



INTRODUÇÃO:

FORMAS DE PROLETARIZAÇÃO, HISTÓRIA  
INCORPORADA E CULTURA OPERÁRIA

*José Sérgio Leite Lopes*

Não se trata aqui de apresentar ou sintetizar os artigos que se seguem — os quais atendem a múltiplos interesses de pesquisa, abrindo perspectivas de estudo e trazendo resultados importantes — mas de destacar alguns aspectos destes artigos a pretexto de salientar algumas das intenções do seminário “Questões sobre a cultura operária”.<sup>1</sup>

Em primeiro lugar, temos uma pluralidade de enfoques temáticos e de métodos de trabalho: dois artigos centrados sobre pesquisas empíricas etnográficas em grupos delimitados e contemporâneos,

---

<sup>1</sup> Os três artigos que se seguem: De bairros operários sobre cemitérios de escravos, de Luiz Fernando Dias Duarte; Os trabalhadores urbanos na fala dos outros, de Maria Célia Paoli, e Aspectos da proletarização do campesinato no Vale do Itajaí: os colonos-operários, de Giralda Seyferth, foram escritos para o seminário “Questões sobre a cultura operária”. Os outros trabalhos apresentados no seminário ou já tinham uma destinação anterior para publicação ou eram comunicações de pesquisa. A coordenação do seminário teve que se restringir à publicação desses três artigos por questões de limitação de recursos. Por outro lado, o autor desta Introdução não pôde resistir à parcialidade representada pela inclusão das suas preocupações de pesquisa em andamento, estimuladas pelas questões colocadas por esses artigos.

e um artigo sobre o proletariado a nível nacional, no período recortado pelos anos 30 e 40 deste século, trabalhando com referências historiográficas.

Essa multiplicidade de enfoques corresponde às intenções do seminário, de colocar em comunicação de pesquisa os antropólogos e outros cientistas sociais de diferentes formações: historiadores, cientistas políticos, sociólogos, economistas, engenheiros de produção — todos estudando temas relativos à classe trabalhadora.

Essa pluralidade, inerente à própria literatura sobre a classe operária nas Ciências Sociais, estende-se aos limites deste campo, ao incorporar as contribuições de obras que relatam experiências de intelectuais na produção fabril,\* assim como das memórias ou relatos de operários.

O fato dessa pluralidade polarizar-se entre dois artigos que têm a marca do trabalho antropológico e um artigo com as características externas do trabalho do historiador social não é estranho à própria constituição da temática da cultura da classe operária, na literatura em ciências sociais sobre a classe trabalhadora.

Com efeito, tanto a vertente de estudos de historiadores sociais, preocupados com as mentalidades coletivas da classe trabalhadora (desde os Hammonds e Duveau, até a vasta obra de Hobsbawm, e cujo ponto culminante é o livro de Thompson, *The making of the English working class*, publicado pela primeira vez em 1963), quanto a vertente dos estudos antropológicos de comunidade (como, por exemplo, *Coal is our life*, de Dennis, Henriques e Slaughter, 1956, e *Family and kinship in East London*, de Young & Wilmott, 1957) têm particular importância na criação das condições de cristalização, internamente à dinâmica da literatura sobre classe operária, de uma problemática antropológica. Isto é, uma problemática não exclusivamente voltada para os aspectos políticos, ou para as condições materiais de vida dessa classe, mas enfatizando a sua prática cotidiana, as suas tradições, a sua diferenciação interna, o seu pensamento, a internalização subjetiva de suas condições materiais de existência.\*\*

É interessante notar que, numa classificação feita *a posteriori*, na vertente dos estudos antropológicos produzidos nesses

---

\* cf. WEIL (1979) e LINHART (1978).

\*\* cf. BOURDIEU (1963). Especialmente as categorias analíticas, posteriormente explicitadas, das disposições culturais e do *habitus*.

decisivos anos da década de 50 e inícios de 60, tem lugar destacado o livro de Hoggart, *The uses of literacy*.\*

A obra de Hoggart, professor universitário de literatura, de origem operária, é, paradoxalmente, mais marcante para a especificação de uma antropologia da classe operária do que as obras da própria disciplina. Trabalhando sobre suas próprias reminiscências familiares como matéria-prima de análise, este autor elabora um distanciamento e uma objetivação sobre um material vivido e familiar, salientando, de forma original, a especificidade do estudo da cultura operária de forma mais intensa do que a simples extensão de temas e problemáticas já construídas na antropologia para grupos sociais da sociedade capitalista contemporânea.

O fato de ser ele próprio detentor do código da cultura de sua classe de origem, e trabalhar analiticamente sobre ele, cria as condições de ruptura no estudo de uma classe aparentemente familiar, porque pertencente à própria sociedade dos pesquisadores, mas sempre estudada de fora, por analistas exteriores àquele código.<sup>2</sup>

Essa obra leva adiante a pluralidade de formações profissionais que contribuem, na literatura sobre a classe operária, na direção da análise da experiência direta, do depoimento vivido.\*\*

A produção dessas duas vertentes de estudos se dá a partir da década de 50, como uma literatura a contracorrente da hegemônica literatura do pós-guerra sobre o emburguesamento da classe operária européia e americana.\*\*\*

A literatura hegemônica tem suas variantes referentes aos países subdesenvolvidos (particularmente os da América Latina e

---

\* A primeira edição é de 1957.

<sup>2</sup> Além das observações com as quais controla seu trabalho de campo e sua relação de pertencimento ao próprio objeto, feitas pelo próprio Hoggart (1970, introdução), ver também as reflexões a respeito do familiar e do exótico no trabalho de pesquisa antropológico, feitas por Da Matta (1978 e 1981, p. 158-167) e G. Velho (1978 e 1980). Cf. também observação a esse respeito em Bourdieu (1972), introdução ao ensaio *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Com relação a este tema, voltado para o estudo antropológico da classe operária, cf. LOPES, L. (1976). (Introdução, p. 6 e 7) *apud* Verret (1972).

\*\* cf. As obras que relatam experiências de intelectuais na produção fabril e as memórias e relatos de operários.

\*\*\* GOLDTHORPE et alii (1969). Introdução.

as partes subdesenvolvidas da Europa) na literatura sociológica, centrada sobre a origem rural do operariado, sua inadaptação — decorrente de sua origem impregnada dos valores da sociedade tradicional — à sociedade moderna condicionando o conjunto da classe operária aos efeitos de um (pequeno) emburguesamento precoce e impedindo a eclosão das condições clássicas de constituição de uma consciência de classe.

A literatura do emburguesamento da classe operária dilui e descaracteriza a classe operária numa grande classe média, criando uma situação de “extinção” real ou suposta daquela classe, favorecendo condições para o surgimento de uma produção oposta, atenta à análise da cultura da classe operária.

Ironicamente, o enfoque antropológico aparece lá onde o objeto está prestes a desaparecer, real ou supostamente.\* Essa literatura, cuja temática se prende à cultura da classe operária, é um ponto de partida inspirador à realização deste seminário de intercâmbio de pesquisas, e os artigos aqui apresentados incorporam essa problemática, sem a necessidade de citar autores, e agregam contribuições ligadas à teoria da cultura, da construção social de identidade, ou de autores lidando com o campesinato.

A incorporação tranqüila dessa problemática por parte dos autores dos artigos que se seguem e a maneira como assumem a heterogeneidade, a especificidade, a diferença e a diferenciação interna são indicadores de um certo desenvolvimento dos estudos que dão importância analítica à experiência vivida das condições materiais de existência e ao simbólico como suportes da reprodução social e do conflito de classes.

Essa perspectiva, no entanto, está longe de ser hegemônica na literatura, e o artigo de Maria Célia Paoli, por lidar com a proletarianização em escala nacional, mostra pontos de demarcação de posição com relação à literatura sobre a classe operária brasileira, ao mesmo tempo em que se apóia em trabalhos mais recentes.

Os artigos de Luiz Fernando Duarte e Giralda Seyferth, sem uma polemização explícita, colocam claramente pontos críticos que os diferenciam daquela literatura.

---

\* Para maiores detalhes, cf. LOPES, L. (1984).

Um destes pontos, de persistente resistência ou menosprezo por parte do senso comum metodológico que preside aos produtores, consumidores e instâncias de legitimação e consagração da produção sociológica sobre as classes sociais no Brasil — que se caracteriza pelo pressuposto da homogeneidade de classe como condição necessária para a consciência e para a ação de classe, assim como pela propensão à transformação sem mediações de um estudo monográfico em teoria geral\* — é o estudo não somente da heterogeneidade e da diferenciação da classe operária, mas do esforço analítico investido em suas parcelas menos “modernas” do ponto de vista da evolução das forças produtivas, e que se utilizam, de maneira mais ou menos acessória, de formas não capitalistas de produção para sua reprodução social.

Os artigos aqui reunidos contribuem não somente de forma isolada, mas também como coletânea, para insistir na relevância deste ponto crítico.

O artigo de Maria Célia Paoli, ao analisar o processo de proletarianização em escala nacional nos anos 30 e 40, assinala a importância, para o entendimento deste processo, da heterogeneidade da própria formação da classe trabalhadora nesse período, heterogeneidade que preside a diferentes formas de dominação na produção, a diferentes articulações dessa dominação com a forma de reprodução material da classe trabalhadora (controle direto ou não pelo patronato da moradia, da formação ideológica, da associatividade de grupos de trabalhadores) e, portanto, a diferentes formas de urbanização e de utilização do espaço.

Além disso, Maria Célia Paoli mostra como essa heterogeneidade se articula contraditoriamente na principal indústria brasileira do período, a indústria têxtil, tornando-se visível através da própria polêmica intraburguesa da superprodução industrial que se torna questão de Estado e de debate público nos anos 30, com sequelas até o pós-guerra. Mostra como essa polêmica, além de expor a heterogeneidade, revela não só as contradições entre diferentes formas de exploração e dominação da classe trabalhadora que trazem consequência para a concorrência entre os industriais têxteis, mas também os invariantes dessa exploração e

---

\* cf. PALMEIRA (1976).

dominação, que apontam para o fato de que essa indústria se mantém e se desenvolve às custas de um padrão geral de super-exploração da força de trabalho.

É interessante assinalar que Maria Célia Paoli tira essas implicações do estudo da indústria têxtil de Stanley Stein e de materiais historiográficos coletados pela autora, na medida em que tem por perspectiva entender os trabalhadores “na fala dos outros”; portanto, recorre a uma análise crítica do discurso patronal do período. No discurso patronal, aparecem com insistência — dadas as condições de eclosão da polêmica interna da super-produção industrial que se relaciona com a concorrência violenta dos industriais têxteis entre si — as repercussões da heterogeneidade da indústria, da classe trabalhadora, e das formas de dominação por ela sofridas, sobre a própria sobrevivência de partes ou do conjunto da indústria têxtil.<sup>3</sup>

A literatura, tanto sobre a classe operária, quanto sobre a industrialização brasileira, ao fixar-se prioritariamente no foco industrial progressivamente predominante no decorrer do século, isto é, São Paulo, perde assim referência nacional que o estudo crítico da indústria têxtil, implantada nacionalmente, oferece a partir das fontes patronais — referência esta decorrente da própria articulação nacional alcançada a partir dos anos 20 pela organização patronal têxtil sindical.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> O artigo de Maria Célia Paoli e a troca de informações que mantive com esta autora por ocasião do seminário chamaram-me a atenção para a importância deste debate entre os industriais têxteis no desvendamento das formas da superexploração da força de trabalho que estavam por detrás do debate — inclusive o papel-chave que tem neste debate a fábrica pernambucana que estou estudando — e levaram-me subsequentemente a investir (juntamente com Maria Rosilene Barbosa Alvim, em pesquisa conexa à minha, sobre a família de um grupo de operários têxteis), nas fontes salientadas por Maria Célia Paoli a partir de Stanley Stein, particularmente o arquivo do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro (CIFTA-Rio), posteriormente sindicato (SIFT-RJ), fonte muito elucidativa para o estudo das fábricas têxteis com vila operária que estou empreendendo, centrando-me em Pernambuco (elucidativa também para tantas outras pesquisas sobre as fábricas têxteis).

<sup>4</sup> Particularmente o Centro de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, posteriormente sindicato, que por estar próximo do centro do poder, o Distrito Federal, faz a mediação entre o Estado e o conjunto das fábricas de todo o Brasil que não é São Paulo. Além dos “sócios efetivos”, que são as fábricas do Rio de Janeiro, o CIFTA-RJ tem um quadro de “sócios cooperadores” para todo o país. Essa a principal fonte de Stanley Stein (1979) para os anos 20 em diante. O CIFTA-SP é uma fonte complementar.

É interessante observar-se a luta em torno do caráter legítimo ou não-legítimo da heterogeneidade das formas de dominação sobre a classe trabalhadora, expressa pelos industriais têxteis.

Enquanto os industriais do Distrito Federal, Rio, e São Paulo acusam industriais do Nordeste ou do interior do país (que pode ser interior de São Paulo, Minas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) de fazerem concorrência, através de formas não legítimas de exploração da força de trabalho, burlando sistematicamente a legislação trabalhista e dominando a vida privada de seus trabalhadores\* ao proporem a limitação das horas de trabalho nas fábricas na década de 30,\*\* ou aumento do salário mínimo nas zonas do interior, nas décadas de 40, 50 e 60, para se defenderem da concorrência dessas fábricas, os industriais do interior alegam a legitimidade de sua heterogeneidade e especificidade própria, no trato com a força de trabalho, apoiando-se no barateamento do custo de vida, representado pela vila operária da fábrica e concessões acessórias, não monetárias, ao seu operariado, na formação de operários profissionalizados a partir de uma força de trabalho sem experiência fabril, e no isolamento dessas comunidades industriais acarretando despesas de infraestrutura e de governo de fato.<sup>5</sup>

O artigo de Maria Célia Paoli destaca, portanto, a heterogeneidade da formação do proletariado brasileiro e fornece um quadro geral, que abre espaço para as contribuições em profundidade de estudos de grupos restritos desse mesmo proletariado, como os artigos de Giralda Seyferth e Luiz Fernando Duarte.

Com efeito, do ponto de vista de um objeto empírico, que aparece parcialmente nos três artigos — as relações sociais subjacentes à indústria têxtil — e do ponto de vista da preocupação teórica com o processo de proletarização, os trabalhos guardam uma certa complementaridade.

Enquanto Maria Célia Paoli trata do período de auge da indústria têxtil, e, portanto, de um padrão intenso de proletari-

\* cf. MACIEL (1939).

\*\* RELATÓRIO da Diretoria, CIFTA, Rio de Janeiro, 1938-1939.

<sup>5</sup> cf. MEMORIAL da Companhia de Tecidos Paulista (PE) de 1 jan. 1938; MEMORIAL da CTP de 23 nov. 1943; MEMORIAL da Société Cotonnière Belge-Bresilienne de 19 set. 1961.

Consultamos cartas similares, de datas diversas, de fábricas de Sergipe, Alagoas, Minas Gerais e Santa Catarina.

zação, Giralda Seyferth mostra formas peculiares de persistência da indústria têxtil que se utiliza, embora com contradições, das características camponesas de parte de sua força de trabalho. Luiz Fernando Dias Duarte analisa uma situação de decadência e fim da indústria têxtil com um processo de desobrerização correlato, que no entanto reforça, opr resistência a forças de desagregação, uma identidade operária que se reapropria do seu passado.<sup>6</sup>

Assim, o tratamento da heterogeneidade do processo de proletarização brasileiro complementa-se com a análise de algumas de suas situações-limite, que iluminam essa mesma heterogeneidade. Essas situações-limite apontam para padrões diferenciais de resistência ou de acomodação à dominação, mas que representam de qualquer forma uma resistência a um ritmo, ou a uma intensidade de proletarização, contrariando padrões tradicionais de organização social, como mostram os casos dos colonos-operários do Vale do Itajaí, no artigo de Giralda Seyferth, ou dos pescadores de Jurujuba, analisados por Luiz Fernando Duarte.<sup>7</sup>

Tanto o artigo de Giralda Seyferth quanto o de Luiz Fernando Duarte salientam a articulação entre formas capitalistas e não capitalistas de produção, presentes na prática econômica e no modo de vida dos grupos de trabalhadores por eles analisados.

O artigo de Giralda Seyferth pretende explicitamente analisar uma situação-tipo operária desconhecida na literatura sobre classe operária no Brasil, mas analisada ou referida na literatura européia, sintomaticamente muito mais a literatura camponesa,\* que a operária, a qual tende a eludir as supostas "impurezas" da classe.

Essa situação, por outro lado, se caracteriza por sua persistência diante da freqüência do desaparecimento, tanto das indústrias têxteis tradicionais, quanto do operariado que lhes dava vida. Paradoxalmente, a persistência desse segmento operário peculiar, regido por uma lógica de vida camponesa, com todas as aparências de uma "sobrevivência" tendente ao desaparecimen-

<sup>6</sup> Por "processo de desobrerização" refiro-me ao que foi analisado em LOPES L. & SILVA, M. (1979).

<sup>7</sup> Cf. os trabalhos anteriores desses autores que analisaram detidamente estes grupos sociais: SEYFERTH (1972 e 1983); DUARTE (1978 e 1981).

\* FRANKLIN (1969); KAUTSKY (1974) e outros.

to, tão caro a um certo senso comum sociológico, contrasta com a desobrerização total e o desaparecimento de enormes parcelas "urbanizadas" do operariado têxtil, que até a década de 50 era o maior e o mais típico setor do operariado nacional.

Embora diferenciada e coexistente com uma outra parcela do operariado local, urbanizado, totalmente proletarizado, mas de origem rural, seja de camponeses, seja de trabalhadores da área canavieira local (parcela esta que mantém o ideal da horta e da vaca no quintal da casa), os colonos-operários são a categoria ideologicamente hegemônica na diferenciação interna dos operários têxteis de Brusque, na medida em que se constituem em elemento fundamental na construção da identidade desse grupo operário.

O trabalho de Giralda reforça os resultados de pesquisa e as indicações da historiadora francesa Rolande Trespé, que analisa a proletarização de um grupo de mineiros-camponeses no sul da França na 2.<sup>a</sup> metade do século passado e mostra como a luta pela preservação de sua identidade camponesa, frente à disciplina e às jornadas de trabalho exigidas pela mina, é importante para a formação da consciência de classe desses mineiros,\* dentro da escassa parcela da bibliografia sobre classe operária que trata de suas relações orgânicas com o campesinato.\*\* O artigo de Giralda mostra como a persistência desses colonos-operários não se dá sem transformações, tanto na fábrica, quanto na economia camponesa.

É interessante notar como a situação-tipo analisada por Giralda é uma situação-limite, que ilumina outras situações onde o operariado fabril se utiliza de atividades extra-fabris para reproduzir-se; particularmente, as atividades agrícolas ou de apropriação de "recursos naturais" (o roçado, o pequeno lote de terra ou o quintal, a coleta, a caça, a pesca).

Por serem proprietários das terras em que trabalham nas suas atividades extrafabris, os colonos-operários podem, no limite, transformar as jornadas de trabalho fabris (que se estendem quando incluído o tempo de transporte casa-fábrica), em auto-exploração camponesa, que propicia renda monetária com-

\* TREMPÉ (1971) Parte II, cap. 2.

\*\* Para uma polemização do tratamento dado ao campesinato *vis à vis* do operariado na literatura sobre a transformação social, cf. SHANIN /s.d./

plementar à manutenção de seu grupo doméstico enquanto grupo camponês, ligado ao trabalho na terra.

Os colonos-operários invertem assim o caráter acessório das atividades extrafabris, que existem em outros grupos operários, em atividade essencial e global, passando o trabalho fabril a trabalho acessório, no quadro de um ciclo de vida camponês que administra o trabalho fabril dos diferentes membros da família e absorve a aposentadoria operária como um adubo adicional ao trabalho na terra. Assim conseguem realizar plenamente aquilo que outros operários fabris, localizados em áreas rurais ou suburbanas, onde existem terras ou recursos naturais apropriáveis disponíveis, mas sem a propriedade da terra, realizam de forma teimosa e fragmentar, no quadro de uma dependência imediata e global à dominação fabril.

Tal é o caso do grupo operário de Meio da Serra, analisado por Luiz Fernando, que se pode aquilatar pela própria importância desses "recursos naturais" (a água, a mata) na construção da identidade social do grupo.<sup>8</sup>

Também o caso dos operários do açúcar, que utilizam o roçado concedido pela usina como atividade acessória extrafabril, seja na situação de penúria retratada pela imagem do operário que vai ao roçado "trabalhar de candeeiro", materializando por esse lado a insuficiência do salário,\* seja numa situação implicando em atitude oposta, de dar principalidade às atividades extrafabris, procurando serviços menos importantes e menos remunerados, mas mais descansados e propícios à "arte de remanchar"; canalizam, assim, as energias para a sua jornada de trabalho complementar no seu tempo livre fora da fábrica.\*\*

---

<sup>8</sup> A possível expansão das atividades anteriormente acessórias ao trabalho fabril, resultante do tempo livre advindo da liberação atual do trabalho fabril sofrida por esse grupo, esbarra no fato de que tais atividades, sendo insuficientes por si só para a manutenção do grupo (ou parte dele), são assim intrinsecamente acessórias a uma atividade fabril próxima, mas extinta. A ameaça do desemprego e da perda de moradia (com todos seus recursos acessórios) leva ao reforço de uma idealização do passado, em que se reestabeleceria o equilíbrio em suas formas mais favoráveis, entre trabalho fabril e atividades acessórias, idealização esta que se concretiza em monumentos como o rio, as ruínas da fábrica, a mata.

\* cf. LOPES, L. (1976) cap. 3, item b1.

\*\* Ibidem, cap. 2, item 3.

Neste caso, a lógica desses operários do açúcar assemelha-se, em pequena escala, à lógica da inversão entre jornada de trabalho fabril e atividades acessórias dos colonos-operários, embora a ligação com a terra seja muito mais instável e precária, na medida mesma em que a propriedade da terra é impossível de colocar-se para eles. Há aqui um campo de ambigüidade entre a administração fabril e os operários: por um lado, parcelas destes últimos, procurando otimizar sua utilização do tempo livre, podem com isso contrariar a disciplina e a produtividade exigidas pela fábrica; por outro, essas concessões extramonetárias são um importante elemento de legitimação da dominação fabril sobre os trabalhadores.

Há casos em que a fábrica acrescenta a esse instrumento de legitimação da dominação finalidades econômicas e de legitimação complementares: a Fábrica Paulista, através da concessão recorrente de roçados às famílias de operários em suas terras, garantia até o final dos anos 40, um abastecimento à feira de sua cidade em gêneros a preços administrados, controlando um custo de vida compatível com os baixos salários pagos aos operários.\*<sup>9</sup>

---

\* cf. LOPES, L. (1979) p. 75-78.

<sup>9</sup> Essa articulação entre atividades "assalariadas" submetidas a um padrão e atividades complementares "independentes" encontram-se também em situações não-fabris, tanto de trabalhadores urbanos, quanto de trabalhadores rurais. Tal é o caso, expresso pelas representações sobre o trabalho dos pescadores de Jurujuba, que mesmo o trabalho no mar, como detentor de uma segurança mínima quanto à subsistência física, é superior ao *trabalho em terra* pois permite a apropriação direta do alimento face a necessidades críticas de subsistência eventuais (cf. DUARTE (1978) p. 3, e o artigo "De bairros operários sobre cemitérios de escravos"). Este é o caso, também, da articulação entre o trabalho a domicílio, independente, em oficinas de fundo de quintal a que recorrem os operários-ourives de Juazeiro do Norte, para além do trabalho assalariado sob a cooperação simples nas oficinas e manufaturas de jóias de ouro (cf. ALVIM) (1972) e (1983). Cf. também os artigos de Machado da Silva sobre o pequeno comércio de bairro de classe trabalhadora e sobre o trabalho feminino doméstico e cf. Introdução LOPES, L et alii (1979). No caso dos trabalhadores rurais, na situação do engenho tradicional, a articulação entre o trabalho na cana e a possibilidade do exercício de atividades subsidiárias é constitutiva da identidade do *morador* (cf. SIGAUD) (1978) cap. 3, "Atividades Subsidiárias"; para constatar isto a contrário, isto é, através da dimensão adquirida por essas atividades quando tal identidade é atingida para ser extinta, na hora da expulsão, cf. SIGAUD (1979), cap. 2, item 3.a. Cf. também PALMEIRA (1977).

De qualquer forma, a propriedade da terra, no caso dos colonos-operários, garante a reprodução da atividade extrafabril na terra, coisa que não está garantida nos demais casos, em que a propriedade da terra é da fábrica.

O fim de tais atividades não impede, no entanto, a persistência de seus efeitos na história própria, incorporada, do grupo social e na constituição mesma de sua identidade social, como mostra o artigo de Luiz Fernando.

O artigo "De bairros operários..." mostra, com todo vigor, a materialidade dessa história incorporada: apesar do fim da fábrica têxtil, permanece o produto principal, embora negligenciado e jamais reconhecido pelo patronato, tecido pelas relações sociais subjacentes à produção antes infundável de pano, o próprio grupo operário, que teimosamente persiste para além da propriedade territorial e imobiliária e do empreendimento industrial do qual eram meros instrumentos.

Armados de sua história e de sua identidade construída, esse grupo de trabalhadores resiste à sua dispersão e desagregação. E na construção dessa identidade social, tem especial importância a apropriação de recursos naturais acessórios ao trabalho fabril e à moradia na vila operária.

Parece ser essa apropriação o elemento de ligação na construção social de identidade de dois grupos sociais submetidos a modos específicos de dominação distintos, os ex-operários têxteis de Meio da Serra e os pescadores de Jurububa, mas possuindo certas características gerais comuns de segregação, tradição e decadência.

Luiz Fernando mostra com precisão e originalidade como essa apropriação de recursos naturais acessórios à fábrica e à moradia são, mais do que uma fonte complementar de sobrevivência, mais do que recursos ligados a necessidades imediatas, recursos que "se estendem por uma série de valores, de sinais de uma dignidade ampla de vida, de uma estética concreta do cotidiano."

É interessante notar como essa arqueologia industrial selvagem, explícita pelos trabalhadores através de seus "brasões e monumentos de identidade", que fazem uma "homologia entre mapas de vida passada e mapas de vida presente e significa-

tiva”, ilumina aspectos da interiorização da dominação a que estavam submetidos.<sup>10</sup>

Resultados de outros estudos sobre operários industriais em que aparece essa apropriação complementar de “recursos naturais” — penso particularmente nos resultados das pesquisas das quais participei diretamente: na idealização da caça e da pesca do passado usado para reforçar a imagem do atual desemprego interiorizado por parte dos operários do açúcar,\* e no recurso ao mangue (pesca do caranguejo) e na idealização dos roçados concedidos, com os quais os pais de família podiam complementar o consumo doméstico na Fábrica de Paulista\*\* — somam-se aos resultados de “De bairros operários...” para nos fazer pensar, não somente como tal apropriação é essencial como elemento legitimador da dominação,\*\*\* mas também como a própria relação de dominação é construída inclusive pelos dominados.

Com efeito, a concessão explícita de “recursos naturais” a serem apropriados pelos trabalhadores para uma atividade produtiva extrafabril, cujo produto lhes reverte diretamente, por exemplo a concessão de roçados, ou a simples permissão tácita para tal apropriação como a coleta, a caça e a pesca, a obtenção de lenha, todas atividades exercidas em território da fábrica, são meios pelos quais podem desenvolver-se atividades “independentes”, cuja organização é do domínio do trabalhador e de sua família.

<sup>10</sup> É interessante observar os efeitos sobre os trabalhadores de uma apropriação de monumentos do seu passado, na situação peculiar de desapropriação e resgate pela prefeitura da cidade de Creusot do Castelo que simbolizava o patronato, a família Schneider, das grandes fundições Le Creusot, que dominava a cidade. O castelo é hoje a sede do “Ecomuseu da comunidade urbana do Creusot-Montceau-les Mines” que procura tornar-se um museu de história e de etnologia industrial. Nesta sede foi realizado, em 1976, um seminário de historiadores sociais intitulado “*Au pays de Schneider; prolétariat et militants ouvriers de la Commune à nos jours*” do qual participaram militantes sindicais locais convidados. Alguns destes que trabalharam nessa fábrica descrevem as sensações que tiveram ao penetrar no local do seminário, o castelo pleno de significados para o seu grupo social. Cf. *Mouvement Social* (1977) particularmente p. 3-5 7-10, 18, 35, 85-95.

\* cf. LOPES, L. (1976) p. 156-160.

\*\* cf. ALVIM (1979) p. 112-113, 121-122.

\*\*\* cf. LOPES, L. & SILVA, M. (1979) p. 18-19 e PALMEIRA (1977).

Esse reduzido espaço para o desenvolvimento de atividades autônomas dos trabalhadores em seu tempo livre, que passa a dar um sentido suportável, para o trabalhador, às suas jornadas de trabalho fabris — assemelhando-se assim de forma pioneira ao que é preconizado por autores contemporâneos para a sociedade pós-industrial\* — ao liberar, para uma parcela dos trabalhadores, uma área para o desenvolvimento limitado de uma certa autonomia circunscrita, engaja os operários na própria construção da legitimidade dessa forma da dominação.

Paradoxalmente, a margem de liberalidade e autonomia concedida pela administração da fábrica para o exercício dessas atividades extrafabris é, por vezes, ambígua, e chega a ser contraditória com eventuais diretrizes disciplinares estritas dessa mesma administração — o que reforça ainda mais para os operários o caráter autônomo dessas atividades. O tipo-ideal de dominação legítima construído pelos próprios trabalhadores serve portanto para defendê-los permanentemente dos atentados recorrentes perpetuados por aquelas diretrizes.<sup>11</sup>

Além disso, tal tipo-ideal selvagem, construído sob o impacto de um processo de elaboração mental semelhante ao de uma idealização do passado,\*\* fornece matéria-prima para a elaboração de uma identidade social (captada, valorizada, transformada brilhantemente por Luiz Fernando em “fato social” através desses “brasões de identidade” indicados de passagem pelos trabalhadores) a qual passa a ter a força de um arsenal de argumentos legítimos através do qual os trabalhadores denunciam a ilegitimidade das novas formas de dominação que lhes são impostas.\*\*\*

---

\* cf. GORZ (1980) cap. 3, p. 54-55: referência específica às hortas operárias.

<sup>11</sup> Essas diretrizes disciplinares contraditórias às práticas de dominação anteriores, costumeiras, muitas vezes se dão com a mudança da administração fabril — mudanças estas que freqüentemente constituem-se em marcos históricos importantes na percepção temporal dos trabalhadores conforme é sugerido na nota 4 do artigo de Luiz Fernando, e conforme resultados de pesquisa em outros grupos de trabalhadores. Por exemplo: entre os operários do açúcar, onde as mudanças de administração, seja pela substituição de proprietários, seja pela substituição de gerências e chefias, constituem como que o próprio tempo estrutural dos operários (cf. LOPES, L.) (1976) p. 191 e seguintes.

\*\* cf. SIGAUD (1978) cap. 4 e PALMEIRA (1977).

\*\*\* cf. PALMEIRA (1977) p. 113.

Em certos casos o conflito que se dá em torno da resistência à expropriação das condições de produção — que neste caso significam “uma forma de dominação específica, sofrida e interiorizada pelos trabalhadores”\*, forma esta de dominação que inclui o acesso a atividades autônomas circunscritas no território do patrão — contribui para a desagregação e decadência do próprio sistema social (estou pensando aqui no “sistema fábrica-vila operária”,\*\* levando à implantação de uma nova forma de dominação. Trata-se de um processo intensificado de expropriação que se abate sobre grupos sociais já proletarizados, mas em cuja proletarização anterior havia lugar para o exercício limitado de atividades autônomas.<sup>12</sup>

O artigo de Luiz Fernando, ao captar, valorizar e colocar como ponto central de seu objeto de reflexão a associação entre a apropriação da natureza em atividade subsidiária ao trabalho assalariado, e a construção da identidade social de dois grupos de trabalhadores urbanos, associação esta que tem como indicadores materiais esses “monumentos” e “brasões de identidade” por ele enfatizados, vem salientar novas dimensões analíticas às virtualidades históricas efetivamente encontradas em outros grupos de trabalhadores, como as estudadas pelos autores já citados.

Essas dimensões enfatizam a importância dessa apropriação de recursos naturais, em tais circunstâncias, não somente na

---

\* Ibidem.

\*\* cf. LOPES, L. & SILVA, M. (1979) p. 23 e 26.

<sup>12</sup> Está sendo enfatizado aqui o poder heurístico de um processo de expropriação, seguindo a interpretação de Palmeira (1977), visto menos como separação do produtor direto *vis-à-vis* de seus meios de produção, e mais como a sua destituição “de todas as garantias de existência oferecidas pela antiga ordem das coisas”, “de seus meios de existência tradicionais” (MARX, *Capital I*, cap. 26: O segredo da acumulação primitiva). Particularmente importantes como “garantias de existência tradicionais” para os grupos de operários que aqui se tem em mente, são, para além do salário, a casa na vila operária e seus recursos complementares (água, lenha, manutenção da casa), assim como o acesso a atividades produtivas autônomas circunscritas. Essa interpretação apoiada explicitamente nesses trechos do *Capital*, reforça-se diante da advertência antievolucionista de Marx na nota de rodapé que encerra esse mesmo capítulo, chamando atenção para virtualidades factuais — como a proletarização precoce seguida de um encampamento duradouro na Itália setentrional a partir do fim do século XV — que somente a análise criativa de situações históricas concretas pode dar conta.

construção da identidade social desses trabalhadores, mas também na construção da história própria do grupo.<sup>13</sup>

Os trabalhadores do Meio da Serra, assim como os de Jurujuba, inventam, elegem e se apropriam de seus "monumentos" e "brasões de identidade", esses elementos objetivados que a sua "história incorporada" passa a dar vida (para as canoas e o morro, para o rio e as ruínas da fábrica) ou passa a ressuscitar (como os cemitérios de escravos).

Essa ênfase do artigo de Luiz Fernando no resgate da história própria, autoconstruída pelos grupos sociais estudados, dessa história de grandes períodos indefinidos, na qual há ausência de datas precisas, e que se confronta com o inconsciente histórico dos pesquisadores, referido aos "marcos históricos" correspondentes à cronologia política, nos sugere a interessante comparação entre os três artigos na sua maneira de tratar a "história".

Nesse sentido, os três artigos demonstram uma preocupação em salientar a história dos grupos de trabalhadores estudados a partir de uma análise crítica do ponto de vista desses trabalhadores eles próprios.

Isso é bastante claro nos artigos de Luiz Fernando Duarte e Giralda Seyferth aos quais não são estranhas as predisposições oriundas da tradição antropológica, produzindo uma análise em cima de material coletado diretamente junto a grupos de trabalhadores contemporâneos. A história própria, peculiar, incorporada, de grupos de trabalhadores delimitados, distintos dos marcos da história política nacional, é retraçada nos artigos de Giralda e Luiz Fernando.

O artigo de Maria Célia Paoli, apesar de trabalhar em cima de materiais que não são produzidos pelos próprios trabalhadores, procura resgatar e construir o que seria a experiência de

---

<sup>13</sup> Bourdieu (1980) p. 6, com o objetivo de "escapar à oposição fatal entre as vontades singulares e os determinismos estruturais" na explicação dos fatos históricos, propõe a distinção analítica entre "dois estados da história" que estariam presentes em toda ação histórica: "a história no estado objetivado" e a "história no estado incorporado". A primeira seria a história acumulada ao longo do tempo nas coisas, máquinas, prédios, monumentos, livros, teorias, costumes, direitos etc.; a segunda seria a história que se torna *habitus*, que se torna corpo e sistema de disposições culturais interiorizados nos grupos sociais. É necessário que a história objetivada seja apropriada, encarnada, possuída pela história incorporada, para que esta possa dar vida àquela (Ibidem, p. 8).

proletarização dos trabalhadores nos anos 30 e 40. Assim, trabalha criticamente “a fala dos outros” em substituição a uma “fala própria” de difícil acesso, ou “silenciada”. É interessante notar como, apesar dessa imagem da “fala”, que enfatiza a oralidade, a autora privilegia implicitamente o registro escrito, o “texto”, por referência à tradição historiográfica e particularmente aos trabalhos paradigmáticos dos historiadores sociais (principalmente os ingleses), que estão situados em uma das vertentes originárias da temática da cultura da classe operária, e que trabalham com o século XIX.

Por confrontação com os outros dois artigos, que privilegiam a informação direta, oral ou de observação do pesquisador a respeito do comportamento vivo do grupo social, seria hipoteticamente possível a Maria Célia Paoli o acesso a esse tipo de informação, dada a proximidade dos anos 30 e 40 deste século. A utilização dessas informações torna-se tecnicamente difícil, no entanto, diante do próprio objeto da autora, a saber, a proletarização a *nível nacional* da classe trabalhadora, e levando-se em conta essa *experiência* de classe, avaliar a *presença* dessa classe no período histórico estudado.

Para contrabalançar essa dificuldade técnica de apropriar-se etnograficamente, não de um grupo social delimitado, mas de uma classe social a nível nacional, a autora recorre a estudos que envolvem material historiográfico ou etnográfico de grupos operários localizados.

Um outro aspecto interessante que emerge da confrontação entre os três artigos é que os artigos de Giralda e Luiz Fernando, ao lidarem diretamente com as informações e representações dos grupos de trabalhadores estudados, relativizam a transparência e a auto-evidência que poderia vir a ter a “fala própria”, dos trabalhadores, que estaria pressuposta, no seu “silêncio”, por oposição à expressão “fala dos outros” que aparece no artigo de Maria Célia. A utilização da expressão “fala dos outros” pressupõe, por oposição, uma “fala própria”, a qual, por ser oprimida e “silenciada”, pode levar o leitor ou o pesquisador a tomar esta fala, no caso dela aparecer, como transparente ou isenta de trabalho crítico.

O artigo de Maria Célia indica a precariedade ou a quase inexistência de textos ou documentos indicativos do discurso dos trabalhadores no período estudado, e portanto não trabalha esse

discurso. O que coloco, com base na confrontação com os artigos de Giralda e Luiz Fernando, é portanto uma precaução, não isenta, ela própria, de polêmica, quanto ao tratamento do discurso próprio dos trabalhadores. Esta precaução baseia-se na extrapolação da utilização da oposição entre “fala dos outros” e “fala própria, silenciada”. É importante que o excelente trabalho crítico feito por Maria Célia, necessário ao desvendamento da experiência da classe trabalhadora que aparece de forma indireta e metamorfoseada “nos textos da burguesia, da grande imprensa, das instituições e aparelhos de Estado”, também necessário “nos textos de partidos políticos que se propunham a falar em nome da classe e em jornais sindicais pouco independentes”; é importante, repito, que tal trabalho crítico não se torne prescindível no caso do pesquisador deparar-se com a “fala própria” dos trabalhadores.

As pesquisas que temos realizado com base no contato direto com grupos de trabalhadores contemporâneos têm nos colocado o fato de que esta “fala própria” é atravessada pelos efeitos da diferenciação interna da classe trabalhadora, pela situação e posição de classe de diferentes grupos operários, pelas relações específicas em que estão submetidos a diferentes formas de dominação, e pelos efeitos da mobilização de classe diferencial de diversos grupos de trabalhadores (o que pode incluir até sua inserção em sindicatos ou partidos pouco representativos).

Essa fala, apesar de ser a da própria classe, e não a fala dos outros, seria constituída não apenas de informações mais ou menos transparentes e elucidativas, diretamente apropriáveis para fins analíticos, mas também de representações e de ideologia a serem apropriadas e valorizadas criticamente.

Isso não elimina o caráter esclarecedor e revelador do contato direto com as informações e representações próprias dos trabalhadores, seja em textos ou documentos do passado, seja de forma direta pela observação e pela entrevista, a serem apropriados tanto pelo historiador, quanto pelo antropólogo. E quando a disponibilidade desses textos e documentos, produzidos pela classe trabalhadora, são menos acessíveis, maior o efeito heurístico do contato e observação direta da classe trabalhadora, mesmo para o historiador.

Por outro lado, isso não atenua o valor do resgate da experiência da proletarização da classe trabalhadora, assim como sua presença central no sistema econômico (através da necessidade de sua superexploração para a sobrevivência da indústria) e também na cena política, exposto no trabalho de Maria Célia a partir da “fala dos outros”.

Esse procedimento permite, inclusive, o acesso a aspectos comparativos dessa experiência de proletarização a nível nacional — como por exemplo as diferentes formas de superexploração da força de trabalho no Sul e no Norte, revelada pela polêmica intraburguesa que explode pela concorrência entre os industriais têxteis — que o acesso à fala própria localizada, não articulada nacionalmente como o é na época “A fala dos patrões”, não iluminaria.

O enfrentamento do estudo da experiência de proletarização e da presença da classe trabalhadora em um determinado período histórico, a ousadia de fazer as mediações entre os mundos freqüentemente distintos da experiência cotidiana da classe por um lado, e por outro, a sua presença como classe na cena política nacional, coloca aqui, inversamente, contribuições e pistas para estudos como os de Luiz Fernando e Giralda sobre grupos de trabalhadores delimitados. Procura-se, na via aberta pelo artigo de Maria Célia, fazer os nexos entre a história incorporada da classe trabalhadora e a história de sua dominação e de sua revolta, na sociedade.

Essas duas vias de acesso ao conhecimento de uma cultura operária — tanto a que investe no conhecimento do conjunto da classe, ao nível nacional, quanto a que se aplica ao estudo direto, etnográfico, de grupos de trabalhadores localizados — devem ser atacadas simultaneamente, para que se interfecundem, contrariando falsas oposições hierárquicas entre os conjuntos da classe e o grupo social, entre o geral e o particular.

Esses três artigos distintos, iluminando questões sobre a cultura operária e particularmente as questões e aspectos menos aparentes dessa classe operária, pouco conhecida do ponto de vista analítico, contribuem para os estudos sobre essa classe trabalhadora brasileira, que atualmente se defronta com o desemprego ou com a imposição da diminuição de sua atividade

produtiva e, portanto, de sua renda, sem que no entanto possa recorrer da mesma maneira que antes a recursos naturais e a atividades acessórias, que complementavam a sua sobrevivência e compunham também sua própria identidade social.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — ALVIM, R. *A arte do ouro*; um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1972. mimeo.
- 2 — ———. Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. In: LOPES, Leite et alii. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*; estudos sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 99-123.
- 3 — ———. Artesanato, tradição e mudança social; um estudo a partir de *A arte do ouro de Juazeiro do Norte*. In: O ARTESÃO tradicional e seu papel na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1983. p. 49-100.
- 4 — BOURDIEU, Pierre. *Travail et travailleurs en Algérie*. Paris — La Haye, Mouton, 1963.
- 5 — ———. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Génève, Droz, 1972.
- 6 — ———. Le mort saisit le vif. In: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris (n.º 32/33) juin 1980.
- 7 — DENNIS, Henriques & SLAUGHTER. *Coal is our life*. London, Tavistock, 1969.
- 8 — DUARTE, Luiz Fernando Dias. *As redes do suor*; reprodução social dos trabalhadores de pescada em Jurujuba. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1978. mimeo.
- 9 — ———. Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro (36) 15 out. 1981.
- 10 — FRANKLIN, S. H. *The European peasantry; the final phase*. London, Methuen, 1969.
- 11 — GOLDTHORPE, Lockwood et alii. *The affluent worker in the class structure*. Cambridge, The Cambridge University Press, 1969.
- 12 — GORZ, A. *Adieu au prolétariat*. Paris, Seuil, 1980. Trad. brasileira Rio de Janeiro, Forense, 1983.
- 13 — HOGGART, R. *La culture du pauvre*. Paris, Minuit, 1970. Original: *The uses of literacy*. Harmondsworth, Penguin, 1958.
- 14 — KAUTSKY, Karl. *La question agrária*. Buenos Aires, Siglo Vintiuno, 1974.

- 15 — LINHART, R. *L'établi*. Paris, Minuit, 1978. Trad. bras. *Greve na fábrica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- 16 — LOPES, J. S. Leite & SILVA, L. A. Machado da. Introdução: Estratégias de trabalho, formas de denominação na produção e subordinação doméstica de trabalhadores urbanos. In: LOPES, Leite et alii. *Mudança social no Nordeste; a reprodução da subordinação*. Estudos sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 9-40.
- 17 — LOPES, J. S. Leite. *O vapor do diabo; o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. A 2.<sup>a</sup> ed. é de 1978.
- 18 — ———. Fábrica e vila operária; considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: LOPES, L. et alii. *Mudança social no Nordeste; a reprodução da subordinação*. Estudos sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 41-98.
- 19 — ———. Anotações em torno do tema das condições de vida na literatura sobre a classe operária. In: SILVA, Machado da, org. *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro, Zahar, 1984. Col. Debates Urbanos, 6.
- 20 — MACIEL, J. Soares. Pano que é pimenta. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1939.
- 21 — MARX, Karl. *Le capital*. Paris, Sociales, 1969. Livro I, t. III.
- 22 — MATTA, Roberto da. O ofício de etnólogo, ou como ter "antropológico blues". In: NUNES, Edson, org. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. Também no *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro (27) maio 1978.
- 23 — ———. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, Vozes, 1981.
- 24 — MEMORIAL da Companhia de Tecidos Paulista, PE, ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio do MTIC de 1 out. 1983 (contra as limitações às horas de trabalho e à importação de máquinas).
- MEMORIAL da CTP ao MTIC de 23 nov. 1943 (contra a intenção de inclusão do município de Paulista na zona de Recife para efeitos de salário mínimo).
- MEMORIAL da *Société Cotonnière Belge-Bresiliënne*, PE, ao Ministro do Trabalho, 19 set. 1961 (contra a inclusão do município de Moreno na zona de Recife para efeitos de salário mínimo).
- 25 — MOUVEMENT Social, AU PAYS de Scheneider, proletariat et militants ouvriers de la Commune à nos jours. *Mouvement Social*, Paris, (99) avr.-juin. Colloque du Creusot 21-22 mai. Paris, Ed. Ouvrières, 1977.
- 26 — PALMEIRA, Moacir. Prefácio. In: LOPES, Leite. *O vapor do diabo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 27 — ———. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. *Contraponto*, Niterói. Centro de Estudos Noel Nutels. 2 (2) nov. 1977.
- 28 — SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre, Movimento/SAB, 1974.

- 29 — ———. Camponeses ou operários? O significado da categoria *colono* numa situação de mudança. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, dez. 1983.
- 30 — SHANIN, T. Workers and peasants in revolution /s.l./ Spokesman Offprints, 1 /s.d./.
- 31 — SIGAUD, Lygia. *A nação dos homens*; um estudo regional de ideologia. In: ANUÁRIO Antropológico, 78. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978. p. 13-114.
- 32 — ———. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.
- 33 — SILVA, L. A. Machado da. Notas sobre os pequenos estabelecimentos comerciais. A oposição entre trabalho doméstico e trabalho feminino remunerado. In: LOPES, Leite et alii. *Mudança social no Nordeste*; a reprodução da subordinação. Estudos sobre trabalhadores urbanos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 179-210.
- 34 — THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth, Penguin, 1968.
- 35 — TREMPÉ, Rolande. *Les mineurs de Carmaux (1848-1914)*. Paris, Éd. Ouvrières, 1971.
- 36 — VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson, org. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- 37 — ———. O antropólogo pesquisando sua cidade; sobre conhecimentos e heresias. In *O Desafio da Cidade*, Velho (org.), Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- 38 — VERRET, Michel. Sur la culture ouvrière; a propos d'un livre de Hogart. *La Pensée*, Paris (163) juin 1972.
- 39 — WEIL, Simone. *A condição operária e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 40 — YOUNG & WILMOTT. *Family and kinship in East London*. Middlesex, Penguin, 1975.

## NOTA INFORMATIVA SOBRE O SEMINÁRIO “QUESTÕES SOBRE A CULTURA OPERÁRIA”

Nos dias 18 e 19 de novembro de 1982, foi realizado no Museu Nacional do Rio de Janeiro, no Encontro “Questões sobre a cultura operária”, coordenado por José Sérgio Leite Lopes (UFRJ/Museu Nacional, Departamento de Antropologia), uma primeira reunião do Grupo de trabalho sobre classe operária da Associação Brasileira de Antropologia, que pretende desenvolver a troca de experiência entre antropólogos e outros pesquisadores estudando temas que envolvem a classe trabalhadora.

Em 1980, no Rio de Janeiro, por ocasião da reunião bial da ABA, já houve uma sessão de comunicações coordenadas sobre a classe operária, organizada por Rosilene Alvim. Ao lado desses, existem grupos de trabalhos similares com recortes temáticos ora mais amplos, ora mais específicos, como os que se reúnem na ANPOCS (por exemplo, os grupos “Cultura popular e ideologia”, “Movimentos sociais urbanos”, “Movimento operário e sindical”, “Processo de produção e reivindicações sociais”), ou como o “Laboratório sobre movimento operário sindical”, que se reúne no IUPERJ.

Esse grupo pretende ser mais um dentre esses, privilegiando o enfoque antropológico, cujos métodos e problemáticas são crescentemente utilizados não somente pelos antropólogos, mas também por sociólogos, historiadores e outros profissionais.

O Encontro “Questões sobre a cultura operária” teve por objetivo iniciar um processo de troca de experiências e de informações dentro de um leque temático relativamente amplo, de modo

que, posteriormente, pudessem constituir-se subgrupos ou encontros com temas mais delimitados que permitam o aprofundamento da discussão.

No dia 18 pela manhã foi realizada a mesa-redonda Cultura operária, trabalho e reprodução da força de trabalho, com as seguintes apresentações: a) Eunice Durham (USP): A cidade vista da periferia: o contexto social dos movimentos sociais urbanos; b) Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ/Museu Nacional): De bairros operários sobre cemitérios de escravos: um estudo de construção social da identidade; c) Maria Célia Paoli (USP): Questões metodológicas numa pesquisa sobre formação da força de trabalho fabril; d) José Sérgio Leite Lopes (UFRJ/Museu Nacional): Anotações em torno do tema "condições de vida" na literatura sobre classe operária; e) Giralda Seyferth (UFRJ/Museu Nacional): Aspectos de proletarização do campesinato no Vale do Itajaí, Santa Catarina: os colonos-operários.

À tarde, procedeu-se a uma série de comunicações livres de trabalhos em andamento segundo alguns blocos de temas, dentre os quais foram relatados os problemas vividos no processo de pesquisa. Tereza Caldeira (CEBRAP) apresentou uma comunicação sobre o tema do trabalho de campo, seguida de discussões.

As demais comunicações foram adiadas para o dia seguinte ou postergadas para próximos encontros. Neste caso estão: Rosilene Alvim (UFRJ/IFCS): Trabalho infantil e reprodução social; Jane Souto et alii (IBGE): Favelas do Rio de Janeiro, 1970-1980; Eduardo Stotz (UFF/Mestrado História): Formação da categoria profissional dos metalúrgicos-RJ.

Nessa tarde foram apresentadas as seguintes comunicações: Francisco Elias e Elizabeth Vander Weid (Fundação Casa de Rui Barbosa): Pesquisa nos arquivos da América Fabril; Domingos Giroletti (UFMG/DCP): Formação de uma mão-de-obra industrial em fábrica têxtil do norte de Minas Gerais; Sonia Gonzaga (UFRJ/Museu Nacional): Fábrica e vida operária no município de Magé, RJ; Rogério Valle e Heitor Mansur (UFRJ/COPPE, Engenharia de Produção): Processo de trabalho na Fiat-Diesel, RJ, ex-FNM.

A mesa-redonda da manhã do dia 19, sobre o tema "Cultura operária e movimentos sociais", apresentou os trabalhos: Ruth Cardoso (USP): Movimentos sociais urbanos; L. A. Machado da Silva (IUPERJ): Considerações sobre movimentos sociais urbanos;

Lícia Valadares (IUPERJ): Operários da construção civil do Rio de Janeiro; processo de trabalho e movimento social. Marco Aurélio Garcia (UNICAMP). A (auto) construção do movimento dos operários de São Bernardo; Vera da Silva Telles (CEDEC). Movimento sindical metalúrgico e movimentos de bairro em São Paulo; Lygia Sigaud (UFRJ/Museu Nacional): Produtividade e lutas sociais na zona canavieira de Pernambuco.

À tarde, apresentaram comunicações: Maria Noemi Brito (UFRGS): Trabalho feminino e movimento sindical; Alice Rangel Paiva Abreu (UFRJ/IFCS): Processo de trabalho e conflito social na indústria da confecção; Elisabeth Souza Lobo (USP): Trabalho feminino no setor metalúrgico e movimento sindical em São Bernardo do Campo; Rubem César Fernandes (UFRJ/Museu Nacional): Questões sobre a cultura operária na Polônia.

Após as comunicações, houve calorosa discussão sobre o tema do dia, que, prolongando-se até o início da noite, impossibilitou uma avaliação do Encontro e possibilidades de desdobramentos, como previsto.

O Encontro alcançou seus objetivos permitindo debates sobre trabalhos importantes e estabeleceu novos canais de comunicação entre antropólogos, e entre estes e outros especialistas.

O Encontro contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e também com a dedicação dos membros da diretoria da ABA, particularmente os do Rio de Janeiro, Gilberto Velho (Presidente) e Rosilene Alvim (Tesoureira). Contou ainda com a eficiência administrativa de Beatriz Lobianco, com o trabalho de datilografia de Tania Ferreira Soares e o de mecanografia de Manuel Fontenele.

José Sérgio Leite Lopes



## DE BAIRROS OPERÁRIOS SOBRE CEMITÉRIOS DE ESCRAVOS

Um Estudo de Construção Social de Identidade

*Luiz Fernando Dias Duarte*

“Esses lírios?... diz que enterraram muitos escravos e depois todo ano vêm essas flores que nascem” (e me mostrou sua cor branco-rosada e seu perfume)

Com um trabalhador de Jurujuba

Não é senão muito recentemente, na história do pensamento moderno, que os pressupostos de linearidade acumulativa da história vieram sendo postos em xeque. E de forma tanto mais surpreendente porquanto a corrente de representações contra a qual vinha advertir, tampouco há muito se impusera.

O tempo que medeia — e veja-se o quanto esta fórmula ainda é linear — entre a concepção histórica inaugurada por Hume, Gibbons ou Voltaire e a que hoje se afirma, por exemplo, em Foucault, é muito curto; quase tão curto, quanto o tempo que separa as presentes tendências antropológicas, dos tempos heróicos das interpretações evolucionistas da diacronia e da sincronia das diferenças culturais.

Talvez seja mesmo mais exato falar de um grande movimento epistemológico que carrega em seu bojo, como sinais ativos, certos aspectos ora mais notórios, ora mais sutis de um Nietzsche, de um Bergson, de um Freud ou de um Proust. Mas que marca, com uma vocação hegemônica mais forte, o pensamento antropológico moderno e lhe concede, portanto, uma primazia heurística que muitos espíritos insuspeitos não deixariam de lhe reconhecer hoje.

Esse movimento se manifesta metodologicamente na ênfase interpretativa e desubstancializante com que vêm sendo crescentemente encarados os fenômenos humanos. É nesse sentido que tendo a entender, hoje, o conceito de identidade social e a lhe alocar uma certa preeminência entre os muitos com que nos vemos a braços. Pois o que nele me parece poder-se precisar aos poucos, é justamente a antecedência lógica do presente sobre um passado que, reificado, se esperasse conter todos os seus sinais e sentidos. Mais do que podermos dizer que o presente é reflexo ampliado do passado, deveríamos poder perceber que é este que se ilumina dos reflexos ativos do presente.

Esta é porém ainda uma fórmula muito imprecisa, muito viciada ou etnocêntrica — para usar nosso jargão — vez que preserva, como realidades irrelativizáveis, os próprios três termos absolutos da representação linear do tempo. Este embaraço sempre me pareceu extraordinariamente exemplar na tão notória expressão de Marx, segundo a qual a anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco. Pois se, de um lado, é expressão inspiradora dessa preeminência cognitiva do presente que certamente marca o procedimento analítico de Marx, sobre e a partir do modo de produção capitalista — *presente* ante o qual se desenhariam seus pré — e seus pós-estados sociais —, de outro, ela não deixa de reiterar em seu próprio formato, a série epistemológica evolucionista que se pressupõe e como que encompassa aquele outro e mais moderno procedimento.

A fórmula que deveríamos buscar não é fácil — e considero significativo que seus esboços mais próximos possam ser pressentidos entre os meandros marginais à razão moderna, entre os refúgios malvistas da alteridade mitológica: religiões, literatura e filosofias “irracionalistas”.

Com que hesitação evoco, por exemplo, essa curiosa fórmula, lembrada por Borges em sua *Historia de la Eternidad*, através da qual o Bispo Irineu procurava, no séc. II, resolver a infundável polêmica a respeito da preeminência temporal de cada uma das pessoas da Santíssima Trindade: *aeternitas est merum hodie*.

Espero, porém, que, ao longo do texto, a inspiração dessa frase sirva a uma necessária relativização de nossa oposição cultural entre passado e presente, a que certamente a crença em espíritos, de que Gilberto Velho, em recente texto,<sup>1</sup> destacava a intensa e recorrente difusão na sociedade brasileira, poderia fornecer um outro e interessante testemunho — desde que nos lembremos que os espíritos, ao mesmo tempo, *sempre foram e só são*, quando se apresentam, e desde que reconheçamos que as representações sobre os espaços (aí incluídos os espaços espirituais) parecem sempre guardar íntima solidariedade com a representação sobre os tempos ou as temporalidades, não podendo mesmo ser compreendidas umas sem as outras.

É nessa intersecção necessária entre um tempo e um espaço relativizados, que lhes venho situar uma notícia etnográfica. Trabalho há alguns anos em torno de dois bairros operários da Grande Rio: Jurujuba — a antiga comunidade de pesca de Niterói — e o Meio da Serra — a também antiga vila operária de Petrópolis.

Por detrás das muitas diferenças que os separam, esses dois espaços sociais vieram pouco a pouco a apresentar-me curiosas homologias de processos de construção social da identidade, que motivam as presentes reflexões.

Jurujuba é um bairro de tamanho mediano de classe trabalhadora, situado em uma tal posição geográfica que, ao mesmo tempo, faz com que pertença, como braço distante, ao corpo urbano de Niterói, mas que dele se destaca com uma forte nitidez física — devido ao mar e às montanhas que lhes demarcam um preciso nicho — e com uma forte nitidez social — uma vez que se ergue nos limites do lado nobre da cidade, e não dessa vasta zona norte niteroiense, espalhada na direção dos vizinhos

---

<sup>1</sup> VELHO (1982).

municípios de São Gonçalo e Itaboraí. A área onde se encontra é, além do mais, constrangida pela localização entre dois "fortes" costeiros que a envolvem parcialmente na condição de uma zona de segurança nacional.

Aparte esses condicionamentos externos, Jurujuba axia sua identidade na referência ao trabalho pesqueiro, por mais que diversos processos intervenientes nos últimos anos levem cada vez mais trabalhadores locais a se dedicarem a outras atividades produtivas, ou mesmo à pesca fora daquele local.

Essas questões já foram por mim apresentadas em outros trabalhos,<sup>2</sup> de modo que me limito aqui a reter a idéia de que a referência à identidade pesqueira é extremamente forte, e que permanece forte, mesmo no contexto de um discurso sobre a mudança e a decadência que apontam para a disrupção de certas formas tradicionais da pequena produção canoieira e o subsequente desencantamento com a introdução da pesca industrial de traineiras.

Três temas presidem à corporificação da identidade social desse grupo: sua *segregação*, sua *tradição* e sua *decadência*.

O tema da segregação articula os dados geográficos, geopolíticos e sociais apresentados, sendo que o último serve ao mesmo tempo para uma autopercepção positiva, enquanto um bairro de trabalhadores, e uma percepção contrastiva tocada de cores negativas, no sentido de ser um bairro pobre de gente pobre e que sofre de todas as precariedades de serviços públicos e condições de habitação comuns a esses espaços e que os opõem aos bairros de gente rica.

O tema da tradição não pode ser entendido separadamente do tema da decadência, vez que este apenas acentua certos aspectos de impedimento da reprodução do modelo tradicional. Entre os diversos traços que compõem esse modelo — e que sempre se associa à velha categoria da *companha* da produção canoieira — encontram-se a referência à comum participação na atividade pesqueira, à ausência de uma diferenciação notória (pelo menos com os tons que hoje apresenta, no confronto com os pescadores capitalistas), à homologia das relações antigas com a de-

---

<sup>2</sup> DUARTE (1978) (1981).

uma grande família (onde entram inúmeras demarcações morais significativas) e, por último, à antigüidade e continuidade da ocupação daquele espaço que alguns fazem retrair até a populações indígenas de que em parte descenderiam.

O tema da decadência se desenvolve em contraponto com o da tradição e só é compreensível pela referência àqueles valores ameaçados por ingentes forças de desordem.

Os mesmos três temas da segregação, da tradição e da decadência repetem-se na articulação da identidade do Meio da Serra.

A segregação também aí se ancora em certas condições geográficas e geopolíticas. O Meio da Serra se localiza, como diz seu nome, a meia altura de uma dessas escarpas da Serra do Mar que delimitam pelo norte a Baixada Fluminense e em cujo topo se implantaram as chamadas cidades serranas fluminenses. Ocupa uma pequena série de platôs interligados ao longo de um trecho particularmente sinuoso da antiga Estrada da Serra, considerada perigosa, hoje em dia, no confronto com as modernas rodovias que a substituíram desde os tempos de Washington Luis.

Embora esse trecho dos contrafortes atlânticos tenha sido uma área antiga de passagem, uma vez que logo ao lado se encontram os vestígios da antiga Estrada de Minas por onde o ouro interiorano veio a correr diretamente para o Rio de Janeiro, e o próprio Meio da Serra tenha sido uma das pequenas estações da histórica estrada de ferro fundada por Mauá, incorporada depois à Leopoldina Railways e finalmente desativada, os caminhos modernos dali se afastaram, e a vila se apresenta com um grau de segregação e solidão que não deixa de impressionar a quantos se aventuram pelo que é hoje considerado uma estrada secundária e perigosa.

Essa representação de segregação, que é muito viva no pensamento de seus moradores, se acresce do fato de estar encravada em uma vasta área de terras pertencentes à União e considerada como reserva florestal. Um pouco mais abaixo da vila essa situação de encompassoamento direto por determinadas restrições nacionais vem se assemelhar mais ainda com a de Jurujuba, pois ali principia a área de segurança da IMBEL, da antiga Fábrica de Pólvora do Ministério do Exército.

Aqui, como em Jurujuba, essa condição significa, entre uma série de aspectos restritivos, uma limitação bem vigiada da possibilidade de crescimento dos dois bairros, pela interdição da construção de novas moradias sobre a terra livre.

O contraponto entre os temas da tradição e da decadência também aqui se urde em torno da referência ao trabalho, à sua condição comum de trabalhadores e, mais do que isso, também a um determinado tipo de trabalho.

Diferentemente de Jurujuba, o eixo do trabalho do Meio da Serra é porém uma única e específica instituição fabril: a Companhia Cometa e sua antiga, e hoje desativada, e arruinada, fábrica têxtil do Meio da Serra. O fechamento já antigo da fábrica local (1956) e o mais recente fechamento de outra fábrica da Companhia, situada no Alto da Serra (1980) e onde boa parte da população continuava trabalhando,<sup>3</sup> demarcam em inúmeros sentidos a decadência do bairro, que viu perder com isso não só o seu mais imediato meio de subsistência, como boa parte das facilidades urbanas que a presença da fábrica garantia e passou a ver continuamente ameaçada a própria continuidade da habitação, que é, em sua maioria, composta de casas pertencentes à Companhia.

Nesse sentido, também do Meio da Serra partem hoje os jovens à busca do diferenciado mercado do trabalho urbano, sem que de algum modo arrefeça a representação comum de uma vila de trabalhadores têxteis, irmanados por um longo enfrentamento conjunto das penosas condições fabris e das lutas por salários, direitos e segurança física e social.

Além do mais, mesmo que a referência às origens locais não possa aqui remontar aos primeiros séculos da colonização, como em Jurujuba, também vai se valer de uma longa "história", pois a fábrica em que os informantes atuais trabalharam, fundada em 1906, já sucedera à massa falida de uma Fábrica de Linhas, ali mantida por Capanema na segunda metade do século passado.

---

<sup>3</sup> A identidade local do Meio da Serra, diferentemente de Jurujuba, tem uma certa continuidade representacional com o Alto da Serra, bairro mais imbricado no tecido urbano de Petrópolis e igualmente marcado pela referência à tradição têxtil (juntamente com um antigo grupo de ferroviários).

De qualquer forma, aqui, como nos relatos de Jurujuba, nenhuma data precisa aparece<sup>4</sup> e toda a tradição se desenrola num vasto e mítico passado, que só os olhos do pesquisador imbuído de representações “históricas” lineares tenta, ansiosamente, ancorar no confronto com os relatos e documentações oficiais.

De todas essas tradições, cuja abstrata riqueza me é impossível reproduzir, realço aqui a referência, em ambos os bairros, aos cemitérios de escravos.

Aqui e ali, em múltiplos contextos e a propósito das mais diversas questões, repontava em Jurujuba e no Meio da Serra a referência a onipresentes e vagos cemitérios de escravos que parecem subjazer de maneira preciosamente simbólica ao espaço em que constroem sua identidade legítima e cuja reprodução defendem com tanto denodo.

O tema dessa convivência singular só pouco a pouco ganhou em minha reflexão contornos de pertinência para a inquirição dos mecanismos e sentido de construção das identidades sociais desses dois grupos.

Creio que o viés de nossas representações sobre o tempo me fez deter inicialmente na percepção desse tema, como um fugaz fragmento de uma memória histórica fragilizada pelo rigor das condições da reprodução social e pelo continuado impedimento de seu acesso aos veículos da cultura dominante e dos meios de preservação dos marcos e fluxos de uma identidade escamoteada ao longo da história.

Continuo acreditando que estes fatos são reais, mas tendo a perguntar-me antes e sempre com mais força se a sua mera constatação não impediria perceber formas de articular identidades no tempo, que não se assemelham àquelas por nós privilegiadas, e se não seria esclarecedor encarar, sob o prisma de uma outra temporalidade, essa convivência — também numa outra espacialidade — de elementos culturais talvez não tanto fragmentários, quanto grávidos de uma outra significação totalizante.

---

<sup>4</sup> É interessante que as marcações de cunho histórico me tenham sido fornecidas por um antigo proprietário da fábrica, eminente intelectual progressista, que fui entrevistar por instigação dos trabalhadores locais que nutrem por ele e seu falecido pai uma veneração simetricamente inversa à rejeição contra a família dos últimos proprietários.

O primeiro passo que me pareceu necessário empreender para contextualizar a ocorrência dessa categoria foi o de escrutinar as representações sobre o espaço em que se erguem os dois bairros, pois a designação dos cemitérios de escravos apontava para a sua presença ali, e não em outro lugar qualquer. Na verdade, não tinham sítios exatamente precisáveis; estavam um pouco por toda parte, tendendo a se concentrar justamente nos focos de sociabilidade mais marcante, ou seja, ora sob as próprias habitações, ora junto às áreas densas do simbolismo local: no caso de Jurujuba, nas praias que outrora abrigaram o cerne da produção canoeira; e no caso do Meio da Serra, junto às duas estradas que simbolizam sua continuidade local e que são cercadas da densa vegetação atlântica (no caso da Estrada Colonial de Minas, mais do que cercada, literalmente por ela recoberta ou enterrada).

Apresentava-se assim uma primeira pista: a de uma homologia entre esse mapa de morte (ou talvez melhor, de vida passada) e um mapa de vida presente e significativa, a de um fio sensível costurando uma qualidade de apropriação diferencial do vasto espaço de natureza em que se erigem os dois bairros.

Pois, realmente, uma outra característica fundamental na aproximação entre esses dois espaços sociais é a de sua localização em espaços naturais sob muitos aspectos privilegiados — tanto do ponto de vista de nossas representações, quanto da sua.

Privilegiados por sua largueza, uma vez que grandes extensões de terra desocupada e de abundante vegetação cercam, pelos motivos citados, os dois bairros.

Privilegiados por estarem, essas terras, dispostas de tal forma (uma à beira-mar, a outra a cavaleiro da vasta planície fluminense) que delas se descortinam amplas vistas e se recebe abundantes ares, gabados ambos por seus moradores como preciosa qualidade.

Privilegiados, finalmente, por disporem de certos recursos “naturais” que vital ou marginalmente lhes garantem uma certa diferença nas condições de reprodução social face aos bairros trabalhadores urbanos típicos. Em Jurujuba, isso significa o peixe de linha ou o marisco coletável nos costões. No Meio

da Serra, a abundância de boas águas e frutos e caça das matas circunvizinhas.

A referência a tais privilégios não reflete apenas a impressão do pesquisador cioso das qualidades estéticas e dos valores tão abstratos quanto intensos suscitados pela natureza. Ela remete à imediata e expressa fruição dos habitantes dos dois bairros, de condições de qualidade de vida que eles tanto melhor podem prezar, pelo conhecimento comum e reiterado, de que dispõem sobre as habituais marcas de privação e constrangimento físico, que acometem o grosso dos bairros de classe trabalhadora.

A representação local de um certo caráter idílico de seu espaço não tem, evidentemente, nada de *Paul et Virginie*. A precariedade de tantas outras dimensões da sua reprodução e inclusive do seu habitar imediato, não os destacam daquele quadro de privação e constrangimento.

É certo, porém — e isso é vital para a análise que se encaminha do sentido da referência aos cemitérios de escravos —, que há, nessas qualidades do espaço em que se situam, fontes concretas e diferenciais de recursos de sobrevivência e que essas fontes não se reduzem aos recursos que provêem a necessidades imediatas, mas se estendem, por uma série de valores, de sinais de uma dignidade ampla de vida, de uma estética concreta do cotidiano, que habitualmente só encontramos ansiadas, deslocadas e reinventadas, nos bairros típicos das periferias das grandes cidades.

Um outro pequeno e grande valor, imbricado nessa “natureza” (e já considero necessário começar aqui a pô-la entre aspas), é aquele de que se investem as duas grandes águas de nossos bairros: o *mar* para Jurujuba e o *rio* para o Meio da Serra.

O mar como meio de trabalho precípua de toda atividade pesqueira, ao mesmo tempo como fonte, caminho, sede, esperança e ameaça da produção. O rio como meio inextricável do trabalho na velha fábrica têxtil, movida pela sua energia até os últimos dias, e ainda correndo, entre os escombros da represa e da usina, lugar de uma peregrinação enfática, justamente ali onde ele, fantasmagoricamente, se apresenta como vivo e morto.

De vivos e mortos fala a expressão cemitério de escravos para esses grupos de gente, que se qualifica como homens e

como trabalhadores, assim como homens e trabalhadores foram os escravos. A essa dupla qualidade social acresce-se porém, uma dupla naturalização: foram escravos (menos-pessoas, suor anônimo investido em obras e produtos devolvidos pela ruína à natureza) e são mortos (ou mais que mortos; são restos de cadáveres já totalmente retragados pela terra).

É por tais qualidades que se fornecem às representações desses grupos como um sinal, um distintivo de identidade social marcante. Pois não só expressam o aspecto positivo de sua identidade presente, como homens e trabalhadores, mas também refletem a face de uma negação constante e ameaçadora: são eles novos escravos de relações sociais, que não lhes facultam a reprodução social legítima; são eles, permanentemente, passíveis da morte social pela impossibilidade de reterem os bens mínimos da sobrevivência e — no caso com plena força — de reterem aquelas qualidades vitais de seus espaços, que fazem com que lutem cotidianamente contra ameaças de toda ordem.

Em Jurujuba isso se expressa sobretudo na luta contra a poluição do mar (que afeta a produtividade pesqueira) e no Meio da Serra, mais criticamente, na luta contra a expulsão de suas casas (propriedade que são ainda da Companhia da velha fábrica).

A referência aos cemitérios dos escravos detém uma qualidade simbólica toda própria, de tal forma que não só serve como esse *badge of identity* de que nos fala Sennett a propósito dos trabalhadores bostonianos<sup>5</sup> como muito mais vivamente, se transforma em um verdadeiro título de nobreza e propriedade, manipulável ante pesquisadores curiosos, para provar o pertencimento profundo que os liga entre si e aos espaços e tempos onde souberam persistir e perseverar.

Essa qualidade curiosa de brasão e monumento com que se expressa a designação dos cemitérios de escravos tem algum parentesco com a forma como hoje são apropriados por esses trabalhadores, outros monumentos arruinados de seus bairros.

No Meio da Serra isto é claramente expresso na reverência com que todos se referem e se acercam das ruínas da fábrica, literalmente “monumentais”, com suas duas torres de tijolos ver-

---

<sup>5</sup> cf. SENNETT & COBB (1972).

melhos ainda eretas, projetadas desse espaço, ao mesmo tempo axial e periférico, de que a mata se vai apropriando rapidamente (e também eles, pouco a pouco, usando de seus materiais mortos para ainda lhes servir à vida).

Em Jurujuba a referência não é tão impositiva, mas pode aos poucos ir sendo lida na igual sacralidade de que se revestem as grandes canoas remanescentes que apodrecem nas praias e os locais marcantes de sua velha prática, como esse morrete em que outrora se fazia a vigia da pesca de arrasto.

É claro que sobre esses valores, que reputo muito profundos, tece-se toda uma trama de discursos “para fora”, em que se procura manipular esses detalhes históricos e pitorescos contra as ameaças externas de disrupção ou expulsão.

No Meio da Serra isso acaba de ser enfatizado — e foi visto como uma vitória — pela definição de todo o bairro pela Prefeitura de Petrópolis como um monumento arquitetônico a ser preservado. Em Jurujuba, algo de semelhante se dá com a sua inclusão nos roteiros e calendários turísticos do Município sobretudo no tocante à Festa de São Pedro que ali tem lugar tradicionalmente.

Por mais essenciais que sejam essas dimensões da identidade dos dois bairros — e de que nos acercamos pelo tema dos cemitérios de escravos — o que mais me instiga a discutir são os processos subjacentes a esse jogo de identidades, a forma como eles se articulam e parecem revelar aquela outra concepção de tempo e de espaço a que me referia no início destas considerações.

Há pouco apontei para o que parecia ser uma relação instauradora entre sociedade e natureza, na forma como um cemitério de escravos podia servir de brasão e monumento a um bairro de trabalhadores.

Creio ser necessário nuançar melhor o sentido dessa relação. Na verdade, creio que não está em jogo, para os portadores dessas representações, uma oposição entre natureza e cultura tal como a que se apresenta tão fortemente demarcada para a cultura dominante. O interesse e respeito que, nos dois casos, cercam as boas “naturezas” onde se erigem, não parecem provir desse mesmo valor abstrato e universal que, como legítimo oponente, invocamos contra uma sociedade que guarda os tons de uma artificialidade ambivalente.

O que parece perceptível nas condições de seu discurso sobre essa "natureza", é que ela só é legítima e valorosa quando e porque se apresenta investida de uma apreensão pela vida humana — e, neste caso, prefiro falar vagamente de "vida humana", pois as categorias cultura e/ou sociedade guardariam aquele tom polar que reputo etnocêntrico para o entendimento desse espaço cultural.

O mar e os ares de Jurujuba ou a mata, as águas e os ares do Meio da Serra são personagens do seu teatro de valores, porque através deles fala a sua identidade social, porque sob múltiplos ângulos eles encerram condições essenciais de exercício de sua reprodução imediata e, inextricavelmente, de afirmação de uma identidade ciosamente preservada.

Diferentemente desse mato contra o qual parecem se ordenar as identidades de tantos outros bairros de trabalhadores urbanos<sup>6</sup> (e que parece designar um lugar de não-apropriação ou de resistência à apropriação, ou de precariedade das formas de apropriação do espaço legítimo), aqui o mar e a mata contêm todos os sinais de uma longa e continuada solidariedade, sulcados que se encontram de rotas marítimas e estradas terrestres, de caminhos de vida por onde, ainda hoje, literal ou metaforicamente, têm de caminhar.

Mais do que a oposição entre natureza e cultura, pareceria aqui fundamental uma dialética entre *vida* e *morte* que perpassaria e entrelaçaria, de maneira muito especial, aquilo que nós outros segmentamos naquela dicotomia.

Entre os pescadores de Jurujuba pude, em outros tempos, surpreender-me com esse fetichismo às avessas, que alocava ao mundo dos peixes qualidades idênticas, porém com sinais invertidos, às do mundo dos homens, de tal forma, que da vida daqueles, dependesse a vida destes. Relação dialética — dizia — porque mediada pela intervenção desse eixo de todo o sentido de produção de vida que é o do trabalho.

Quão significativo parecia, dessa forma, que a morte do peixe só se desse porque este se encontrava de farra, bulindo

---

<sup>6</sup> Lembrei-me particularmente dos dados de pesquisa apresentados por Eunice Durham e Tereza Caldeira no Grupo de Trabalho sobre Ideologia Política e Cultura Popular na VI Reunião Anual da ANPOCS, Nova Friburgo, 1982.

levianamente na superfície das águas e propiciando que o trabalho dos homens os aprezeasse — e garantisse, assim, sua reprodução.

É num sentido semelhante — no dessa perene vitalização da natureza, que se apresenta como garantia de uma resistência à morte pela fecundação do trabalho, que se pode compreender aquela reverência com que, no Meio da Serra, vem cercada a observação das ruínas da fábrica e da represa, onde jorra ainda, como outrora, o rio propulsor.

O imenso cadáver da fábrica, já meio enterrado, permanece, como os escravos nos seus cemitérios, em testemunho de uma semente de vida que o trabalho outrora, nela ou por eles investido, fez florescer garantindo que eles, aqui e agora, existam e compartilhem dessa horta longamente estrumada de suor.

Se há alguma pista para essa relativização da espacialidade a que me referia, também dos tempos ela parece falar. Pois a história da horta não é a história linear e acumulativa, presa entre as concepções desse infinito passado / infinito futuro, que entre nós correspondem ao também infinito universo da natureza apropriável pelo infinito universo da Razão.<sup>7</sup>

Tendo a considerar mais próxima de suas representações uma dimensão de co-presença ou coetaneidade dos tempos, de que nos falava a velha solução holista do bispo Irineu.

O passado, aqui, só se legitima à condição de ator ideológico, na medida em que o presente fale através dela, ou melhor, que a sua identidade social, presente nele, reconheça os sinais de uma legitimidade ou problematização atual. Sei, por informações externas, de inúmeros marcos históricos dos bairros que nos interessariam a nós, com nossa ênfase universal-abstrata nesses tempos infinitos. O que é lembrado, porém, não são as ruínas da casa-grande do Marquês de Capanema, ou do casarão da família, que, no século passado, dominaram a paisagem do Meio da Serra e de Jurujuba.

O que é lembrado são os *cemitérios de escravos*, são os lugares do velho trabalho anônimo e continuado (não seria significativo que as suas genealogias familiares se esfumecessem logo na terceira geração e, no entanto, ao mesmo tempo, pretendam

<sup>7</sup> cf. KOYRÉ (1979); MEYERSON (1956).

cobrir séculos, como no caso de Jurujuba?) oposto nesse sentido ao cemitério burguês, individualizante e eternalizante nos seus segmentados, e nomeados e privatizados monumentos de mármore.<sup>8</sup>

Sugeri, anteriormente, que essa representação do tempo possa, inclusive, aproximar-nos de maneira mais eficaz de certos traços de religiosidade popular, uma vez que toda representação “religiosa” tem compromisso com uma temporalidade mítica menos ou mais acentuada, fazendo-nos perceber, inclusive, certas qualidades simbólicas na vida cotidiana, que tendemos a buscar exclusivamente nesse mundo “espiritual” do “religioso”, que nossa cultura segmentante dissocia por fortes sinais das experiências ditas profanas.

A sacralidade de temas e locais que meus informantes não alocam ao seu espaço religioso imediato repontou nesta breve análise e poderia sugerir como propus em outro trabalho,<sup>9</sup> que no mundo da pluralidade de mercado moderna com que se têm de haver esses grupos de classe trabalhadora, outros recortes de totalização podem ser úteis para entendermos suas configurações de valores. Assim *vida* e assim *trabalho*.

Essas ordenações de mundo que suponho operadas por recortes distantes daqueles a que nossas representações nos habituam, faz-me lembrar que seria interessante discutir um fenômeno localizado como o que acabo de trazer à discussão — o dessa manobra de identidade sobre os cemitérios de escravos — com o significado da presença dos pretos velhos e caboclos nos sistemas da crença umbandista.

Para isso me inspira um trabalho inédito de Patrícia Birman.<sup>10</sup>

É significativo que nos dois bairros estudados as rezadeiras locais tradicionais se considerem herdeiras de um saber religioso aprendido de velhas escravas oferecendo-nos uma pista para uma relação mais imbricada entre sagrado e profano através de pesquisas sobre a vivência global de grupos localizados.

Neste momento, porém, restrinjo-me a apresentar este pequeno nódulo dos processos de construção da identidade social

---

<sup>8</sup> cf. ARIÈS (1973).

<sup>9</sup> DUARTE (1983).

<sup>10</sup> BIRMAN (1983).

de dois grupos específicos de nossas classes trabalhadoras urbanas, acreditando que possa servir a nossas reflexões racional-universalistas, no trato de uma "cultura operária" que, se por um lado, enfrenta um universo permeado pela segmentação, pela individualização e por todos os marcantes efeitos sociais que nós consideramos intrínsecos à sociedade moderna, parece fazê-lo armada de códigos sociais muito diversos, embutidos em visões de mundo propícias a leituras de difícil compreensão — *para nós*.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — ARIES, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1973.
- 2 — BIRMAN, Patrícia. *Com o diabo no corpo*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, PPGAS, 1981 (inédito).
- 3 — DUARTE, L. F. D. *As redes do suor; a reprodução social dos trabalhadores na produção de pescado em Jurujuba*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social — PPGAS. Rio de Janeiro, UFRJ, Museu Nacional, 1978.
- 4 — ———. Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro. Série Antropologia (36) 1981.
- 5 — ———. Pluralidade religiosa nas sociedades complexas e religiosidade das classes trabalhadoras urbanas. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro. Três ensaios sobre pessoa e modernidade. Série Antropologia (41) 1983.
- 6 — DURHAM, Eunice & CALDEIRA, Tereza. Dados de pesquisa apresentados do Grupo de Trabalho sobre Ideologia política e Cultura popular na VI Reunião Anual da ANPOCS. Nova Friburgo, 1982.
- 7 — KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro-São Paulo, Forense Universitária/USP, 1979.
- 8 — MEYERSON, I. Le temps, l'Histoire, la mémoire. *Journal de Psychologie*, 1956.
- 9 — SENNETT, R. & COBB, J. *The hidden injuries of class*. Cambridge, Cambridge University Press, 1972.
- 10 — VELHO, Gilberto. Indivíduo e religião na cultura brasileira; questões preliminares. Comunicação apresentada à VI Reunião Anual da ANPOCS. Nova Friburgo, 1982.



## OS TRABALHADORES URBANOS NA FALA DOS OUTROS.

Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira

*Maria Célia Paoli*

O debate atual das ciências sociais sobre os trabalhadores urbanos — sobre sua história, suas formas de vida, sua cultura, suas formas de luta — passa por um momento crucial de reavaliação, de abertura de novas dimensões até então aparentemente insuspeitadas.

Parece termos chegado a um daqueles momentos onde há a dissolução progressiva de todo um conjunto de premissas e teorias, que anteriormente organizavam a percepção e a análise sobre a forma histórica da dominação e dos modos de existência social e política dos trabalhadores.

Deslumbrados (e não sem razão) com a descoberta de tudo aquilo que os intelectuais e pesquisadores dos anos 50 e 60 não viram, com a revelação de uma “realidade que começou a ceder em vários pontos”,<sup>1</sup> com a emergência de “outras falas” até então silenciadas na história,<sup>2</sup> nós todos nos propomos a tarefa de criar um novo, de produzir de ponta a ponta uma nova história, uma nova antropologia, uma nova política, um novo modo de pensar sociologicamente a realidade.

<sup>1</sup> cf. DECCA (1982).

<sup>2</sup> cf. CHAUI (1981).

Por um lado, esta tarefa está sendo cumprida zelosa e audaciosamente; a produção das ciências sociais nos últimos anos rompe com algumas coisas tidas quase como certas e adquiridas sobre a realidade em que vivemos. Só para dar uma idéia, descobriu-se, por exemplo, que o operariado brasileiro não é nem nunca foi atrasado e irracional, embora possa ser conservador; que a sociedade civil não é propriamente fraca nem o Estado brasileiro propriamente seu promotor; que existe uma burguesia forte, bem plantada nos aparatos de Estado desde os anos 20; que o campesinato brasileiro não é uma sobrevivência, mas uma produção viva deste capitalismo; que a família brasileira não foi apenas a família patriarcal; que a Revolução de 30 não foi uma revolução; que os meios de comunicação de massa, embora tentem, não alienam os destinatários de suas mensagens; que a educação brasileira não apenas não educa ninguém, como não inculca ideologia substantiva nenhuma, dada a recodificação operada pelos alunos; que a classe média existe e tem caráter; que as formas de resistência operária não se fazem em sindicatos, mas se aprendem na própria fábrica; que os povos indígenas não estão condenados a desaparecer, como todos supunham, mas rearticulam-se vigorosamente; que existem grupos sociais, com identidades definidas, que atravessam as classes sociais — em suma, que os dominados existem, têm voz própria e até mesmo, longe de serem alienados e passivos, para alguns autores têm um saber autônomo e quase ilimitado.<sup>3</sup>

A linha comum destas descobertas parece estar na recusa em considerar as instituições vigentes como tomando todo o espaço da vida social, sejam elas partidos, sindicatos, associações civis ou o Estado.

Por outro lado, esta tarefa está empenhada, talvez mais do que descobrir e descrever as novas dimensões da realidade, em desmistificar e demolir uma forma anterior de conhecimento, colocando em xeque discursos e instrumentos de análise que pareciam seguros, em si mesmos, como arma crítica contra o poder vigente e a ideologia dominante, inclusive o marxismo.

---

<sup>3</sup> cf. BRUNI (1980): sobre as posturas dos pesquisadores perante a questão da ideologia na produção recente das ciências sociais.

Se este era utilizado para desmistificar modelos culturalistas ou a-históricos de transformação social — como a famosa dualidade “tradicional-moderno” — ou então para enterrar problemáticas vistas como ético-finalistas, como a teoria do desenvolvimento, substituída por sua vez pela teoria da dependência, que aliás teve a mesma sorte — hoje, o marxismo se decompõe em um vigoroso debate que se dá não apenas nas suas variantes interpretativas, como também internamente, desde que suas noções são postas em dúvida — e algumas parecem se salvar, mas outras são relegadas ao esquecimento.

As novas armas da crítica vêm sobretudo da filosofia e da psicanálise, e sua ênfase é absolutamente contemporânea: a crítica da imposição do modelar, do paradigma instituído, da ordem acabada, venha esta imposição de onde vier, da esquerda, ou da direita.

Como já foi amplamente notado, não por acaso esta forma de pensamento nasce na França de maio de 68 e seu fascínio nos pega no Brasil de 78. Se bem que todos os pesquisadores estejam plenamente conscientes de que a demolição do velho e a construção do novo se deve menos ao movimento interno das categorias de análise e muito mais à emergência concreta dos movimentos sociais, de suas demandas e de suas práticas políticas, a apropriação destes temas propostos pela realidade se faz mais pela via da descoberta intelectual das categorias libertárias do que pelo registro paciente e sistemático desta realidade como auto-reflexão. Como bem observa José Carlos Bruni, trata-se mais da “redescoberta do espaço infinito e profundo da política enquanto prática de dominação e astúcia da mistificação”, onde, a primeira vista, “tudo é ideologia, tudo é poder”.<sup>4</sup>

Por trás do enterro dos velhos esquemas interpretativos — com suas renovadas acusações clássicas aos intelectuais que tudo silenciaram por voluntarismo, arbitrariedade, reducionismo e colaboração involuntária com a dominação — e por trás das abundantes citações aos novos teóricos europeus para apoiar, passo a passo, o que se descobre na realidade local — há uma importante descoberta nesse movimento: a questão da visível heterogeneidade da sociedade brasileira.

---

<sup>4</sup> BRUNI (1980).

Trata-se, na verdade, de uma redescoberta das diferenças inter e intraclases sociais no Brasil, diferenças estas que não são mais pensadas a partir de um paradigma unitário. Libertada deste paradigma, a heterogeneidade da sociedade brasileira aparece como diversidade de experiências vividas no interior de relações sociais historicamente constituídas, apontando para distintas formas de se viver situações concretas de dominação e exploração.

Aqui, novamente, a lição dos movimentos sociais atuais foi inequívoca. Para além das diferenças de classe, e atravessando a luta política, os movimentos sociais no Brasil de hoje propuseram demandas específicas e, sobre elas, desenvolveram práticas políticas cujo fundamento afasta qualquer sinonimização da política com o domínio do Estado, ou seja, qualquer forma de redução modelar do político com o Estado.

Do ponto de vista que interessa aqui, isto trouxe uma redefinição do que se entende como "social": se as relações sociais estruturais não estão, em princípio, excluídas desta redefinição, o "social" significa hoje, sobretudo, o cotidiano das pessoas, pertencentes a grupos sociais diferenciados por distintas formas de representação e ação.

Creio que é desta forma que se pensa a emergência destes diferentes grupos sociais na cena política, na medida em que eles desenvolvem práticas próprias de reivindicação, que puseram em xeque a separação entre uma esfera pública-estatal "e portanto", política, e a esfera privada-individual "e portanto" não política.

Em outras palavras, foi preciso a irrupção política da diferença, demandada como direito, para que se redescobrisse as representações simbólicas heterogêneas, vividas em sociedade, e que se repõe, reproduzidas, no interior da unificação pretendida pelo poder político.<sup>5</sup>

O que os movimentos sociais ensinaram fundamentalmente aos que pensam sobre a sociedade brasileira é que a dominação não é um pacote pronto que dominados indiferenciados engolem porque não têm outras perspectivas pela frente. Parece claro, a estas alturas, que não há consumo passivo de padrões alienantes, que já estariam desde sempre prontos e seriam essencialmente eficazes na promoção da dominação.<sup>6</sup>

<sup>5</sup> cf. CHAUI (1981) e DURHAM /s.d./

<sup>6</sup> cf. CHAUI (1981) e DURHAM /s.d./

Mas se a lição está aprendida, porque reposta continuamente a nossa frente, os problemas conceituais e interpretativos que levanta não parecem caminhar com a mesma clareza. Trata-se de compreender, ainda, a força histórica das diferentes ideologias que, em contextos concretos, promoveram e promovem o reconhecimento, a submissão e a obediência e também a revolta e a resistência dos dominados.<sup>7</sup> O que parece ter mudado é a forma de procurar responder a esta velha pergunta — não a buscando no campo do próprio poder, mas sim a partir dos critérios de inteligibilidade dados pelas condições e pelo trajeto da própria vida dos dominados. Para usar uma expressão da moda (originalmente cunhada por E. P. Thompson) a tentativa é reconstruir este trajeto “no seu fazer-se”.<sup>8</sup>

Mas o que seria o fazer de uma classe ou grupo social, em termos conceituais? No meu entender, o que está envolvido nesta perspectiva são algumas ênfases não exatamente novas, se consideradas no interior da discussão conceitual das ciências sociais.

Quando se pensa em cotidiano popular, condições de vida e trabalho, entendimento de mundo, práticas políticas não estruturados, parece-me que se reintroduz o *simbólico* no centro do trabalho das ciências sociais — o simbólico como representação e significado, em um sentido muito próximo à designação antropológica do termo. Ao redescobrir a história concreta dos dominados, o marxismo, hoje, revalida a noção de *experiência* vivida das condições reais de existência, como suporte da reprodução e da luta de classes — e com isso, não apenas enterra uma noção de ideologia como sistema cristalizado de idéias, como a reintroduz na forma de representações culturais com significado real.

Quando a sociologia redescobre e recupera a noção de *sentido*, quando a ciência política se encanta com a noção de *hegemonia*, quando as ciências sociais incorporam a idéia de “discursos” que disciplinam a singularidade, quando, enfim, se reconhece que os sujeitos históricos têm emoções, experiências, tradições e valores próprios que os colocam numa relação consigo mesmo, diferenciada e se projetando no tempo, há uma redescoberta do cultural como central ao entendimento da dominação — algo que

<sup>7</sup> MONTES (1981).

<sup>8</sup> THOMPSON (1971).

não se esgota na ideologia, ou nas lógicas e necessidades da produção e do poder, embora as suponham.

Num certo sentido, a centralidade da questão do cotidiano parece ter posto de ponta-cabeça o entendimento da dominação: não poucos textos sugerem que os traços ideológicos adotados como visão de mundo, direção de projetos ou princípios de vida, já existiam quando o poder deles se apropriou para formulá-los no interior de sua racionalidade.

A questão específica com que me defronto é a da utilização desta perspectiva na reinterpretção histórica das condições de vida e das práticas sociais e políticas dos trabalhadores urbanos, numa época precisa de sua proletarização: os anos 30/40.

É extremamente interessante pensar nestes anos como uma fase em que houve uma intensa expansão e aprofundamento da produção industrial prévia, e da formação urbana das cidades — e que portanto, conhece um aumento quantitativo e qualitativo da força de trabalho urbana, aparecendo com rosto na paisagem social — mas uma fase onde há um Estado tão forte, hegemônico e tutelar que acaba por ocupar, por inteiro, as questões do período.

É óbvio que tal enfoque não vem da cabeça de ninguém, e tem razões tão fortes, que seria inútil tentar expô-las aqui, dada a amplamente conhecida importância crucial do Estado getulista. Nem por issoeste Estado se confundiu com as classes sociais em formação no período, nem eliminou, em conseqüência, a dinâmica da sociedade sobre a qual ele legislou autoritariamente.

O que me interessa, então, é conhecer a trajetória concreta dos trabalhadores urbanos neste processo, no interior do tempo onde experimentaram sua proletarização.

No entanto, a reconstrução histórica das práticas populares, compreendidas como significado que não se esgota apenas na ideologia do poder, mas que se põe como ato vivo, embora passado, encontra um obstáculo quase intransponível: a falta do seu depoimento direto ou, para usar uma expressão de Marilena Chauí, sua fala silenciada.

À diferença, por exemplo, dos historiadores ingleses, cuja sociedade permitiu um trabalho historiográfico que distingue com rigor aquilo que é uma história econômica e política das instituições e aquilo que é *working class culture*, uma experiência viva

e sentida como *de classe*, o registro brasileiro da formação cotidiana dos trabalhadores urbanos aparece sob todas as formas, menos como expressão direta dos próprios trabalhadores.

Aparece em textos políticos de partidos, inseridos na luta pelo poder e que se propunham a falar “em nome da classe”; em jornais sindicais, freqüentemente muito pouco independentes, que se propunham a representar a classe; em textos de instituições e dos aparatos de Estado que “cuidavam” da classe; em textos de agentes de Estados estrangeiros que “ajudavam” na repressão dos movimentos políticos da classe; em textos de antigos militantes que se propuseram a “resgatar” politicamente a classe; em textos da grande imprensa, que documentam os problemas trazidos pela formação da classe; em textos de empresários que tratavam de disciplinar a classe como força de trabalho.

Se isto forma uma história viva e coerente — e o trabalho significativo da nova história operária o demonstra — há sempre um espaço entre o que todos disseram sobre o significado deste processo de proletarianização (seja a respeito da vida cotidiana, ou da presença política dos trabalhadores), e as representações que moldaram as elaborações, as escolhas, as estratégias e as opções destes trabalhadores perante aquele processo.

Não tendo o discurso dos seus sujeitos, como interpretação, como drama, pois mesmo a produção cultural urbana dita popular é, também ela, heterogênea e policlassista, resta ao historiador procurar, no registro existente, não apenas aquilo que ele ocultou, mas também aquilo que ele diz dos grupos sociais populares.

Se hoje a tarefa de uma história dos dominados aparece como uma tarefa de fazer visível aquilo que se ocultou, de escutar o que foi emudecido, de entender a dominação como resposta a um interlocutor que pouco aparece, porque suas atividades estão obscurecidas, anônimas ou implícitas no texto que as registra, nem por isso pode-se reduzir tais registros oficiais a meros discursos instituídos, homogêneos por sua referência ao poder.

A questão, na verdade, ultrapassa o próprio trabalho historiográfico, pois tende a destruir qualquer oposição bipolar entre ideologia (referida ao poder) e cultura popular (referida a “vida”, aos fundamentos interpretativos e regras que regulamentam as relações sociais).

Não se trata, aqui, de descrever universos culturais diversos e refletir sobre sua heterogeneidade, seu movimento e suas iden-

tidades e, em outro trabalho, descrever a dominação e os mecanismos de poder.<sup>9</sup>

Trata-se de saber até que ponto os discursos ideológicos, institucionais (que buscam um “efeito de poder” nas palavras de Maria Lúcia Montes) poderiam falar para além de sua própria dominação.

Poderiam eles falar sobre a vida dos grupos sociais heterogêneos a que se dirigiam? Poderiam dizer sobre a natureza das relações sociais entre as pessoas e grupos, no sentido de revelar o significado da dominação vivida? É possível, enfim, remontar às formas culturais que compunham a experiência de proletarianização — dado que não há registro direto de sua expressão — através do discurso da ideologia dominante?

Em caso positivo, o que isto ensina sobre a eficácia (ou não eficácia) das ideologias políticas organizadas, no seu encontro com as experiências culturais vividas pelas pessoas, no sentido do reconhecimento promovido e da legitimidade buscada?

Tomo um exemplo central: o espaço fabril, sem dúvida o lugar crucial da proletarianização como experiência de exploração direta de homens, mulheres e crianças, tornados entidades produtivas para o capital.

A maioria dos trabalhos que se refere ao espaço da fábrica tem um limite histórico definido: o período que vai das primeiras experiências industriais do século XIX até 1930. Depois disso, é como se a história dos trabalhadores tivesse se deslocado a tal ponto para o âmbito do Estado que tudo se passa como se contar a história deste fosse simultaneamente contar sobre o processo histórico dos trabalhadores.

E, mesmo no período pré-30, as referências sociológicas à experiência fabril dos trabalhadores — ao processo de trabalho concreto que enfrentavam, à dura disciplina a que eram submetidos, ao grau de arbitrariedade do modo de dominação fabril — assumem freqüentemente, para o período da Primeira República, o caráter de denúncia das desumanas condições de trabalho im-

---

<sup>9</sup> Freqüentemente, esta ruptura corresponde à divisão instituída do trabalho acadêmico, por exemplo entre a antropologia e a ciência política. Desnecessário falar sobre a autolimitação que tal divisão impõe à reflexão das relações entre cultura, sociedade e poder, em nome da defesa de “objetos próprios” rigidamente delimitados a cada disciplina, como se a realidade fosse, também ela, delimitada pelo saber acadêmico.

postas por um Estado liberal inoperante, que permitia a privatização da própria noção de contrato de trabalho e, com isto, tornava impossível qualquer articulação coletiva dos trabalhadores para fazer frente a esse processo.

Em outras palavras, a maioria dos trabalhos apresenta o espaço da fábrica como o espaço do desamparo e da fraqueza dos operários brasileiros.

Sendo assim, a história das lutas operárias naquele período, isto é, a possibilidade de os operários articularem-se em movimento coletivo, aparece inteiramente desvinculada de sua experiência fabril: deslocada para o plano ideológico, torna-se uma questão de julgamento da organização e orientação doutrinárias (sobretudo anarquista) das lutas.

E é neste plano, exclusivamente ideológico e doutrinário, que os historiadores e sociólogos sentiram-se mais à vontade para analisar a experiência anarquista (e também outras: trabalhistas, reformistas, socialistas). A partir daí, aparece como algo lógico reconhecer uma derrota de quem quis “ignorar a questão do Estado” e ficou apenas no mero “nível” da luta econômica.<sup>10</sup>

E, no entanto, este “nível” é fundamental para se entender o próprio espaço político que os trabalhadores da época propunham como base de articulação do movimento. Pois é neste nível (com a condição de não o coisificar modelarmente como relações de produção únicas) que emerge a experiência cotidiana crucial dos trabalhadores como classe.

Coisas como as extensas jornadas de trabalho, as reduções salariais por falhas de produção, a expropriação do trabalho já pago na forma de multas e punições por atrasos, a violência no controle fabril, a arbitrariedade dos chefes, a intensificação do ritmo de trabalho, a insalubridade dos espaços de trabalho, a sujeira, ruído e a precariedade da segurança no processo de trabalho, a manipulação dos estigmas de sexo, cor, origem étnica e idade, o tempo vigiado — tudo isso não são situações já dadas pela perversidade do capitalismo que se implanta em determinadas condições estruturais da sociedade, mas sim o chão do reconhecimento comum das experiências concretas das pessoas que se proletarizavam na sociedade brasileira do começo do século.

<sup>10</sup> cf. RODRIGUES (1966); FAUSTO (1967); PINHEIRO (1975); MARAM (1979).

Sobre estas situações, as uniões, associações, ligas e, mais tarde, sindicatos de resistência estruturam suas reivindicações, em alguns casos com sucesso, não apenas na unidade fabril em que se luta e na qual se negocia a demissão de tal chefe, o abrandamento de tal disciplina, o alargamento do intervalo do almoço, os turnos, a dignidade do tratamento à mulher operária; mas também, com sucesso, em questões de jornada, tabelas salariais, modalidades de trabalho no processo de produção.<sup>11</sup>

O insucesso destas pequenas lutas, certamente mais freqüente, dada a espantosa violência da repressão, não anula a enorme importância deste campo de luta no engendramento histórico da luta de classe.

Estas lutas, organizadas ou não pelos anarquistas, formam uma prática política que tenta ser expressão do existir cotidiano de uma classe e propõem, simultaneamente, a dimensão do próprio significado das experiências comuns e do reconhecimento mútuo; isto é, propõem a interpretação de sua própria dominação.

As comissões que se fazem e desfazem, as assembléias de protesto e encaminhamento dos problemas relativos às condições de trabalho, as reuniões culturais, os jornais que circulam irregularmente, os fundos de assistência para quem está despedido, doente ou inválido, os folhetos e artigos que denunciam as condições de cada empresa, tudo isso forma a classe como corpo real, expressivo de si mesmo e visível, como oposição, de outras classes.

Tudo isso pode ser pequeno, descontínuo, fragmentado, mas certamente não é banal. E não é banal pelo menos em dois sentidos importantes: primeiro, se se pode ver nestas “pequenas lutas” a classe em formação, na medida em que inaugura um tempo coletivo de elaboração de suas experiências comuns — ou seja, propõe um tempo político onde os trabalhadores podem se ver como sujeitos de uma dominação específica — certamente isto leva a encarar a própria luta de classes como algo que acontece em tempos descontínuos, divergentes, paralelos e eventualmente convergentes.

A quantidade de pequenas greves, movimentos internos às empresas, resistências à hierarquia e à disciplina fabris, mobilizações intermitentes em relação à remuneração salarial e à jor-

---

<sup>11</sup> cf. PINHEIRO & HALL (1981); MUNAKATA (1981); BLASS (1983).

nada de trabalho, levou em alguns casos à formação de sindicatos e associações bem estruturadas — como é o caso dos sindicatos da construção civil durante os anos 10, em Santos, dos sapateiros no Rio de Janeiro, chapeleiros e gráficos de São Paulo, estivadores de Santos e do Rio — que mobilizaram de modo importante seus trabalhadores e só se detiveram perante a enorme repressão de que eram alvo a cada greve mais ampla.

Em outros casos, são histórias que se perderam e cujo registro se acha pelos cantos dos jornais da época, mas que não são de modo nenhum irrelevantes. Porque esta trama de práticas de tempos que se aproximam, se cruzam, se cortam ou se ignoram, revela, afinal, a visível *heterogeneidade* da classe operária em formação, o caráter particular e concreto das relações de dominação.

Heterogeneidade nas experiências de proletarização, vindas de processos de trabalho muito distintos, no interior de uma divisão técnica de trabalho que vinculava, desigualmente, todos os níveis de qualificação e habilidades; vindas de uma divisão sexual e etária do trabalho industrial, a partir desta divisão técnica, que se acompanhava de uma construção de estigmas de gênero, de cor, de idade, de origem, determinando situações de exploração diferenciadas; vindas de formas de disciplinamento e organização do trabalho também diversas, que se juntavam a noções hierárquicas da própria noção de trabalho, formada na matriz escravocrata.

Heterogeneidade, enfim, vinda também do caráter regional e particular da criação de cada empreendimento industrial, cuja lucratividade dependia da forma como proletarizavam seus trabalhadores: há desde a exploração da força de trabalho em sua forma mais acabada — o salário — em São Paulo, Rio, eventualmente Recife e Porto Alegre, até a exploração da força de trabalho familiar, que se proletariza em conjunto, no modelo “fábrica/vila operária” vigente em algumas empresas do Nordeste.<sup>12</sup>

Em segundo lugar, por maior que seja o desgosto provocado pelo fato de esta classe operária já não ter aparecido forte, unificada, questionando o poder estabelecido de modo articulado, claro e eficaz, não se pode montar a questão política do movi-

<sup>12</sup> cf. LOPES, L. (1979) e ALVIM (1979).

mento operário, nesta época (e também em outras), como expressão deste desgosto, isto é, em negativo: a heterogeneidade das formas de proletarização acaba provocando, para este pensamento, um infundo aborto da classe operária; como já não há propriamente classe, mas uma infinidade de trabalhadores desamparados, a única esperança seria uma boa direção do movimento para acabar com seu desamparo e fazê-los uma classe de verdade; como os anarquistas se recusaram a generalizar suas lutas e inscrevê-las no campo do poder do Estado, tudo acaba falhando miseravelmente.

Nesse sentido, a versão da história de que “tudo começou em 30” por obra e graça do Estado, que veio constituir a classe operária (e as outras também), trabalha com uma noção de classe como se esta fosse uma entidade, deduzida da estrutura de poder onde existe e que só merece reconhecimento a partir do momento em que é uma força social unificada, tomada pela idéia de pegar o poder do Estado.

E é neste sentido que a história do movimento operário, com suas diversas e intermitentes mobilizações a partir da heterogeneidade das experiências de proletarização, acaba sendo relegada a uma pré-história da formação real da classe operária.

Mesmo trabalhos que atenuam a condenação direta do anarquismo — e também dos amarelos, pelegos, trabalhistas e socialistas — mostram que as estratégias adotadas não tinham nada a ver com a realidade, e estavam condenadas de antemão, seja pela teimosia doutrinária das lideranças, seja pelo fato de, “a rigor”, não haver um proletariado no Brasil anterior a 30.<sup>13</sup>

No entanto, a história pode ser contada de outro jeito. Trabalhos recentes<sup>14</sup> têm mostrado as transformações reais das práticas operárias fragmentadas, sobretudo a partir dos anos 20, onde fica visível os limites da negociação direta com os patrões e o desdobramento inevitável das reivindicações fabris para uma luta mais abrangente, como por exemplo a luta para que o direito de associação exista como interlocução e diálogo real.

<sup>13</sup> RODRIGUES (1966); PINHEIRO (1975); FAUSTO (1976); ALMEIRA (1979). A versão original desta idéia é provavelmente de Oliveira Vianna.

<sup>14</sup> MUNAKATA (1981); BLASS (1983); DECCA (1982); PINHEIRO & HALL (1981).

Isto introduz o Estado no horizonte político, por mais que a retórica doutrinária insista no contrário; perante a prática do movimento, ela acaba não tendo muita importância.

Creio que isto é verdade sobretudo a partir da greve de 1917, em São Paulo, quando a ação do movimento operário, no próprio desenvolvimento de sua prática, desdobra suas comissões e grupos de fábrica para além do lugar onde elas tinham se desenvolvido: forma-se um Comitê amplo, sediado em bairro, elegem-se delegados, negocia-se com patrões e com o governo estadual.

Nem por isso a fábrica deixa de ser um lugar fundamental de luta, seja por suas comissões, seja porque fornece o temário básico da luta.<sup>15</sup>

O importante, como assinala Munakata, "é constatar que a ação operária, no seu próprio desenvolvimento e ampliação, começa a escapar dos limites de cada empresa e de cada categoria; quanto mais genéricas e generalizadoras tornam-se as reivindicações, mais elas acabam tendo como alvo o Estado."<sup>16</sup>

É também importante assinalar que esta generalização não diminuiu a presença das delegações de fábrica, que resistiram no momento da generalização das lutas a negociação individual proposta pelo governo.

A década de 20 conhece movimentos que caminham no sentido do desdobramento das reivindicações, e o Estado passa a admitir, explicitamente, a necessidade de legislar as questões trabalhistas. Apesar do aumento também generalizado da repressão, do estado de sítio que vigorou de 22 a 27, dos movimentos políticos de outras camadas sociais, da crise do final da década, a experiência do movimento operário e da condição operária se abria à discussão.

O Estado também, lentamente, torna sua presença explícita nas questões fabris: sucessivas leis são propostas durante a década (acidentes de trabalho, estabilidade), é criado o Conselho Nacional do Trabalho e questões mais gerais da condição da vida operária são também objeto de regulamentação, como aposentadoria e férias.

Todas elas, uma por uma, são objetos de uma luta implícita entre empresários e operários, embora o espaço da fala seja tomado

<sup>15</sup> cf. MARAM (1979) e FAUSTO (1974).

<sup>16</sup> MUNAKATA (1981) p. 28.

pelos primeiros em sua discussão com o Estado. E se o movimento político toma novos rumos com o aparecimento do PCB (que ignora as lutas fabris a não ser quando controladas pela hierarquia sindical e da organização), as pequenas greves, paradas, e reclamações no cotidiano da fábrica continuam acontecendo, paralelas às formas organizativas mais estruturadas e institucionalizadas da luta operária.<sup>17</sup>

1930 — ou mais precisamente o mês de novembro de 1930, quando é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — está longe, portanto, de ser a data que inaugura uma classe social em sua existência política. Inaugura, isso sim, o Estado como referência obrigatória da luta de classes, redefinindo o cenário da legitimidade desta luta, isto é, realocando seus atores e definindo previamente o alcance dos seus efeitos.

Do ponto de vista da experiência da classe operária em formação, esta redefinição foi decisiva, e não apenas pelo princípio tutelar do Estado getulista, articulado pela razão competente e autoritária, para usar uma expressão de Marilena Chauí.

Na medida em que este Estado, apesar de tudo, não tomou todo o espaço social, não passou a ser o único sujeito da história, não construiu uma identidade societária e não eliminou os conflitos, é possível novamente contar esta história de outro modo — e aí é decisivo olhar o que acontecia nos espaços produtivos e nas fábricas que compunham um processo de industrialização em expansão, aumentando gradativamente seu contingente operário.

A crise de 1929 evidenciou para a indústria têxtil (a mais importante do período) a sua instabilidade e a necessidade de várias modalidades de auxílio governamental para a sua expansão. O problema, segundo os empresários, era a inadequação entre o consumo doméstico e a sua capacidade produtiva, a que eles não hesitaram em chamar de “superprodução”, apesar da enorme parcela da população brasileira que, certamente, não tinha nem o que vestir.

Isto significava, de qualquer modo, um nível alto de produtividade na indústria têxtil como um todo, apesar de seus distintos

---

<sup>17</sup> Veda a greve dos gráficos paulistas em 1927: cf. BLASS (1983).

níveis tecnológicos e diferentes tamanhos das empresas. E se esta alta produtividade vinha, em algumas empresas, do maquinário atualizado que havia sido importado durante a década de 20, em outras vinha daquilo que os operários chamaram de "tirar a produção à força", a partir de máquinas velhas e desgastadas e de uma matéria-prima de baixa qualidade.

Em ambos os casos, a presença de uma combinação de diferentes tipos de mão-de-obra era essencial para manter as formas de exploração que viabilizavam o empreendimento.

Assim, em 1930, muitas fábricas inventaram modos de sobreviver à crise, sem pôr em risco o suprimento de força de trabalho adequado a seus métodos de exploração — isto é, não despedindo os operários que eles julgavam indispensáveis, porque já treinados, conhecedores dos processos de trabalho e sem os quais a produção não saía; muitas fábricas, segundo a associação empresarial de São Paulo, "mantinham as portas abertas apenas para preservar a força de trabalho já adestrada".<sup>18</sup>

Em compensação, diminuíram os salários reais e nominais desses operários, reduziram o tempo de trabalho pela metade e despediram os trabalhadores julgados supérfluos, fazendo com que os outros tocassem mais teares do que os que já trabalhavam. Algumas fábricas lembraram também de reduzir levemente (até 20%) o preço de seus produtos.

A reação dos trabalhadores, apesar da assustadora ameaça de desemprego,<sup>19</sup> foi a de fazer intermitentes paralisações durante o segundo semestre do ano. Os motivos principais eram a redução salarial e a diminuição dos dias de trabalho, estratégias empresariais

---

<sup>18</sup> cf. STEIN (1937) e (1979).

<sup>19</sup> "... dizia-se, em São Paulo, que o número de desempregados era de 70.000 em julho e 100.000 quatro meses depois. O CIFTSP anunciou aos seus membros, em novembro, que 14 cotonifícios haviam fechado e que a indústria de tecidos, papel e metalúrgicas estavam operando com 25 a 40% de sua capacidade." cf. DEAN, 1971.

Em 1931, relembra um ex-operário, "o desemprego era em massa. Os que tinham serviço, era só três dias por semana. Nas portas das fábricas, multidões passavam o dia todo, esperando vaga. As coisas de primeira necessidade escasseavam na maioria das famílias". cf. DIAS, 1983.

riais que se acompanhavam do aumento da jornada de trabalho nos dias trabalhados.

As paralisações são por fábrica, e apenas em alguns casos se alastram por outras empresas, em geral do mesmo bairro.<sup>20</sup>

Esta intensa mobilização fabril localizada generalizou-se em São Paulo numa greve geral em novembro, para o cumprimento do reajuste salarial de 5%, decretado pelo governo estadual, que teve êxito.

Em 1931, a crise de desemprego chegou no seu pico, e de junho a dezembro, houve intensas mobilizações parciais e gerais: tecelões do Rio e das fábricas da Baixada Fluminense, todas as fábricas do Brás, Belém, Penha e Mooça na cidade de São Paulo, operários da Costeira do Rio e carregadores, Companhia Força e Luz do Paraná, operários da construção civil de Santos, empregados da São Paulo Railways de São Paulo e da Pernambuco Tramways.

É importante notar que muitas destas greves e paralisações, reivindicando mínimas garantias contra o fato de o peso da crise cair nas costas do operariado, mantinham, juntamente, as reivindicações específicas ao âmbito da fábrica: é freqüente que apareçam itens como dispensa de contramestres e mestres que abusam do poder, junto com a denúncia da redução salarial e do aumento da jornada; do mesmo modo, se denuncia, caso por caso, o trabalho noturno de mulheres e crianças, o fato de ser informais de um tear para cada tecelão, a jornada corrida e sem tréguas para o café, o fato de certos tipos de trabalho terem que ser feitos de pé — e, sobretudo, cada uma destas greves encaminha tais fatos como reivindicações através das comissões e grupos de fábrica, para as quais pedem reconhecimento.<sup>21</sup>

É importante, também, assinalar o fato de que, embora tais lutas sejam encaminhadas fundamentalmente pelos sindicatos, o espaço da fábrica é o lugar de mobilização constante e, em alguns casos, é tomado pelo movimento, como aconteceu na Matarazzo e na Crespi em julho de 1931.

---

<sup>20</sup> ALMEIDA (1979).

<sup>21</sup> cf. CAMPOS (1941), (1942), (1944); CARONE (1974); *A Platéia*, ago. e nov. 1930; jun. 1931.

Ao articularem as “grandes” e “pequenas” reivindicações, os trabalhadores e as trabalhadoras<sup>22</sup> articulam também a compreensão dos modos de exploração vigentes e reatualizados pelo patronato para enfrentar a crise: conseguir o máximo de produção sem arcar com os riscos e custos da crise, na medida em que tentam jogar estes riscos para outro nível — o recurso ao Estado — imputando-lhe responsabilidade pela manutenção da taxa de lucro.

O Estado teria que intervir de modo a resolver a lucratividade possível de uma produção industrial crescente, feita num mercado interno de consumidores de baixa renda, sem pôr a perigo a lucratividade das empresas, nem o grau intensivo e extensivo da exploração da mão-de-obra.

É neste último sentido que se esclarecem as denúncias detalhadas sobre a experiência das condições de trabalho feitas pelos trabalhadores que, vividas e expressadas como luta pela dignidade da vida e do trabalho cotidiano, extravasam a sua referência localizada para inscreverem-se numa resistência simbólica e política, contra o modelo estabelecido de exploração, certamente tido como normal e natural pelas classes dominantes.

E é nessa altura do drama que o Estado, através da legislação trabalhista e da legislação sindical, fez sua aparição. Uma por uma, suas leis foram modificando a organização capitalista da empresa industrial, redefinindo a luta cotidiana que se dava neste espaço. No seu conjunto, e em um processo que durou daí para a frente, a fábrica emergiu no plano público, propondo-se, ao mesmo tempo, como uma área de controle do Estado e como um espaço civil de luta pelos direitos ao trabalho e à vida. Cada uma

---

<sup>22</sup> A mão-de-obra feminina era intensamente utilizada nas indústrias têxteis. Em junho de 1931, a Fábrica Brasileira de Sedas, que empregava 85% de mulheres no total de seus operários, passa por uma greve cuja reivindicação principal era a despedida de um mestre “injusto, indecoroso e agressivo”, além da redução nos preços por metro de pano e da jornada corrida de 9 horas sem descanso. Cf. *A Platéia*, 13 de novembro de 1930. Em maio de 1935, operárias param na Fábrica Santa Elias, em São Paulo, contra a péssima qualidade do fio, fazendo com que o trabalho por tarefa não renda. Cf. Edgard Carone, *A República Nova*, DIFEL, 1974. Sobre as condições de trabalho feminino na época, cf. Maria Valéria Pena, *Mulheres e Trabalhadores: Presença Feminina no Trabalho Fabril*, Paz e Terra, 1982, e também o romance *Parque Industrial*, de Pagú, com o nome de Mara Lobo.

das lutas até então levadas pelos trabalhadores — a luta pelas condições de trabalho e pelo espaço coletivo de trabalho; a luta pela apropriação do tempo de trabalho; a luta pelas garantias de trabalho — foi projetada para a sociedade de modo paradigmático, explicitando e transformando, neste longo processo, a concepção de direitos até então vigente.

Uma por uma, as leis do Estado formaram um novo cenário para a luta entre os grupos e classes sociais, em um processo onde a dominação, a desigualdade e os estigmas foram se construindo em novas bases. Neste cenário, os atores em luta colocaram no centro do drama a questão das formas de participação social e política nos destinos da sociedade, isto é, a questão do acesso aos direitos de trabalho, de vida, de expressão de seus interesses — e, portanto, de poder.

É sabido que a reação empresarial às leis trabalhistas, sobretudo na primeira metade da década de 30 (e também depois), foi inteiramente negativa.

Corretamente, salienta-se o reacionarismo dos textos empresariais sobre as leis sociais, seus termos no mais das vezes ridículos e sobretudo a “ignorância total de que todos estes atos representavam garantias para a classe (empresarial) diante do maior volume de protesto operário”,<sup>23</sup>

No entanto, talvez se tenha prestado menos atenção aos argumentos substantivos que sustentam o protesto empresarial perante aquilo que definiam como interferência espúria do Estado na questão operária. Pois estes argumentos estão ordenados, lei por lei, em torno de um ponto fundamental, que poderia ser assim enunciado: que a indústria brasileira seria inviável se se modificasse a forma de exploração vigente, baseada na exploração extensiva do sobretrabalho (as longas jornadas); na espoliação intensiva da capacidade de trabalho (dia de trabalho sem pausas), na desorganização do trabalho coletivo que faz a produção depender estritamente da disciplina sobre o trabalhador (mestres agressivos e chefias arbitrárias, disciplinamento na base de amea-

---

<sup>23</sup> CARONE (1974) p. 150; GOMES (1979); VIANNA (1976). GOMES e VIANNA apresentam as melhores discussões sobre a reação empresarial às leis trabalhistas.

ças e repressões); na má qualidade da matéria-prima, que faz a produção depender da habilidade do trabalhador em seu manejo, a mesma coisa se aplicando ao estado desgastado das máquinas (daí o pagamento por produção conseguida e não pelo tempo de trabalho perfazido); na polivalência do trabalhador dito não-especializado, e por isso os mais mal pagos, e utilizados sempre que possível (a intensa exploração de mulheres e crianças e os estigmas que as recobre, bem como aos negros e velhos); na dependência do saber do operário sobre as máquinas, indispensável nos postos-chaves do processo de produção e aos quais não se permite a menor falha, barganhando-lhes sua permanência e sua perfeição (casa, assistência médica, melhor remuneração por comparação aos outros); e, sobretudo, uma forma de exploração que conta com um grande exército industrial de reserva (dispensas facilitadas, rotatividade da mão-de-obra), o que permite uma margem ampla de manobra, para tentar a industrialização nestas bases débeis e precárias no que se refere a equipamentos, maquinário e organização fabril, fazendo a industrialização depender das formas combinadas de exploração da força de trabalho.

No manejo destas condições, o patronato tem o máximo de arbítrio e o mínimo de responsabilidade, dilapidando homens, mulheres e crianças, jogando politicamente na retaguarda e pensando quase exclusivamente nos seus lucros imediatos.<sup>24</sup> Nem por isso estão falando no vazio, como tentei sugerir: as leis trabalhistas realmente ameaçavam, ponto por ponto, as formas de acumulação que não escondiam sua dependência dos trabalhadores assim explorados. O puro “reacionarismo” e “ignorância” dos patrões, bem como as pequenas lutas dos operários, revelam que a questão social era a própria questão da viabilidade da empresa industrial e o espaço da fábrica, como um espaço de relações sociais tornado público pela interferência do Estado, fundamental, daí em diante, as bases sociais e políticas, concretas, de uma sociedade que se comandará pela acumulação do capital industrial.

---

<sup>24</sup> A falta de iniciativa e responsabilidade social do patronato é ressaltada em inúmeros textos que vão dos anos 20 aos anos 50, desde Oliveira Vianna à Missão Abbink (1944) e à CEPAL (1952). Esta discussão é feita por GOMES (1979) para o período de 1917-1937.

A expressão política deste processo — que se dá abertamente no plano sindical — passa todo o tempo na disputa pelo domínio da fábrica.

Assim, se é visível e quase anedótico, na fala empresarial, as afirmações abstradas sobre o “caráter amoral” dos operários, sobre o “favor” que lhes prestam os patrões e mesmo sobre a “surpresa” destes últimos com o fato de o Estado “ter criado” a luta de classes (“que não conhecíamos e que nem ao menos se pronunciava neste tranqüilo remonso” que era a sociedade brasileira, segundo o secretário-geral da associação empresarial têxtil de São Paulo), são concretas e detalhadas as afirmações e os exemplos que visam sustentar a tese de que “a interferência do poder público... tem como resultante fatal a desorganização do trabalho fabril”<sup>25</sup> No seu entender, quem entendia realmente do trabalho industrial, e portanto quem conhecia o operariado, eram os próprios industriais e não “teóricos e sonhadores que vivem à margem do próprio trabalho”, referência aos técnicos do Ministério do Trabalho, que busca retirar-lhes a competência sobre as relações industriais. O mesmo texto afirma onde estão os problemas: “Para o operário nacional, o grande problema é o salário. Para o patrão, o problema capital é a abundância de braços, a estabilidade e o adestramento desses braços... Não existem outros problemas de relevância a não ser estes, malgrado afirmativas em contrário de certa imprensa e de teóricos impenitentes que não conhecem a nossa vida fabril.”<sup>26</sup>

Já na primeira lei promulgada pelo novo Ministério — a lei que nacionalizava o trabalho, conhecida como lei dos 2/3 — é possível ver esta argumentação, embora esta lei não parece ter provocado maiores reações nem por parte dos patrões, nem por parte dos operários. Mesmo assim, ela prenuncia a interferência do Estado no controle do mercado de trabalho, algo que estava imbricado na ação sindical mais combativa do final dos anos 20, como o demonstra, por exemplo, a greve dos gráfi-

<sup>25</sup> NOGUEIRA (1935). Secretário-Geral da Associação Empresarial Têxtil de São Paulo e relator das razões empresariais perante o Conselho Nacional do Trabalho; foi membro destacado da FIESP nos anos 30.

<sup>26</sup> NOGUEIRA (1935).

cos de São Paulo em 1927.<sup>27</sup> Os empresários reclamaram que “em um país de imigração, o braço estrangeiro é fator imprescindível de progresso”, o que quer dizer que eles dependiam de trabalhadores estrangeiros em postos-chaves da produção — e conseguem nova lei 8 meses depois.

Na lei de férias, de março de 1931, fica nítida a questão política da fábrica, como expressão das relações sociais que fundamentavam a produção industrial.

Datando de 1926, esta lei havia sido objeto de debates acesos e de uma intensa mobilização operária, cujo ponto crucial era a atribuição da fiscalização para o seu cumprimento, dado as manobras dos empresários, mobilizados contra este direito.

Sobre que bases era feita esta mobilização? O argumento principal dos empresários é que não há como substituir operários de quem depende todo o processo de trabalho e produção:

Nas grandes indústrias, existe uma massa enorme de operários insubstituíveis. São homens que têm a seu cargo serviços especializadíssimos... mesmo as fábricas pequenas e médias têm o número de operários estritamente indispensável. Que fará o patrão quando o operário, o único operário de certa máquina, que é o coração da fábrica, lhe pedir suas férias? Muitas, muitíssimas indústrias ficariam paralisadas pela falta de um único homem! e a falta de um único homem — falta anual, falta regular, falta que não pode ser punida porque é facultada por uma lei, importará na ruína de promissoras empresas.<sup>28</sup>

Nas grandes e pequenas fábricas, segundo os empresários, as férias implicariam no fechamento anual e temporário das indústrias, acarretando a parada da produção, “*ipso facto*, dos lucros”, ritmo de trabalho quebrado e a perda da destreza da mão-de-obra, pois “a mão-de-obra proletária atinge o máximo

---

<sup>27</sup> Os gráficos são trabalhadores habilitados profissionalmente e obrigatoriamente alfabetizados por exigência da profissão. Em 1929, seu sindicato, a UTG, reivindica entre outras coisas a função de controle do mercado, impondo às empresas mão-de-obra por ele selecionada. BLASS (1983): “Com isso pretende garantir o nível salarial dos gráficos, impedindo que eles sejam empregados em portas de fábrica sem sua intermediação”. p. 80, nota 17. Todas as reivindicações da greve de 27 e das mobilizações posteriores vão no sentido do controle, pelo sindicato, do espaço da fábrica e do mercado de trabalho.

<sup>28</sup> CIFTSP. Relatório, 1926-1927.

de sua eficiência no meio da semana e o mínimo nas segundas-feiras ou dias, posteriores aos dias de *chomage*".<sup>29</sup>

O autor destas palavras escreveu este texto em 1927, mas, quando as publicou em 1935, afirmou que "meus argumentos continuam de pé oito anos depois".

O que aconteceu neste período de tempo? Pelo menos 15 greves e paradas, no país, onde consta explicitamente a reivindicação pelo cumprimento da lei de férias, entre outras. A mobilização operária em torno desta questão mostrou o quanto ela articulava outras tantas situações do cotidiano fabril, que oprimiam os trabalhadores a partir do arbítrio patronal (tentam burlar a lei despedindo operários para diminuir os custos das férias, cercam com maior rigor os horários e intervalos da jornada, registram trabalhadores com salários inferiores aos salários reais, despedem trabalhadores com 11 meses de casa)<sup>30</sup> e a partir da complacência do Estado para com as solicitações patronais.

Não por acaso, no fim dos anos 20, o movimento operário organizado definiu como meta o controle operário do cumprimento da lei, reivindicando sua fiscalização — e esta é uma luta persistente até 1935.

A lei de férias articulava ainda uma outra luta, a que propiciava aos industriais um mecanismo ímpar para o controle repressivo do comportamento operário: a caderneta de férias, onde se registra dados pessoais e profissionais dos trabalhadores; datas de entrada e saída, remuneração e tipo de serviço, fotografias e impressões digitais.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> NOGUEIRA (1935) p. 80.

<sup>30</sup> BLASS (1983) p. 69.

Os empresários tentaram manipular a repulsa operária pelas cadernetas, utilizando um argumento possivelmente do próprio movimento operário: a intrusão pública e mesmo patronal na sua vida particular — "Obriga-se uma única classe social deste país a ter um documento que é geralmente reservado aos delinquentes", diz o relator acima citado, tentando demonstrar que a ninguém interessa a caderneta e nem a lei de férias. No entanto, este mesmo relator é o idealizador nos anos 20, de "listas negras" sistemáticas de operários indisciplinados, meio de "identificar ladrões" e de "limpar a força de trabalho de elementos indesejáveis, que operam dentro dela, em certas ocasiões, como fermento da indisciplina". Os industriais começaram a enviar nomes em quantidade à associação, foi feito um cartão com as informações de cada um e isto circulava pelas fábricas associadas. cf. DEAN (1971), citando as Circulares e Atas da CIFTSP de 1925-1926, p. 177.

Mesmo assim, os industriais recusam o registro e a confecção das carteiras, sempre pensando em evitar os custos que as férias acarretariam. Por sua vez, os sindicatos e uniões pretendem controlar também a emissão deste documento, e em alguns momentos quase o conseguiram. Quando, em 1931, a lei de férias é suspensa e o Estado nomeia uma comissão para reestudá-la, os trabalhadores se agitam em reuniões, assembléias, pequenas e grandes paradas, para manter sua conquista.

Em janeiro de 1934, o Estado promulga, finalmente, a nova lei de férias, garantindo o direito ao gozo de 15 dias úteis, “sem prejuízo dos ordenados, vencimentos, diárias, porcentagens, comissões ou gratificações”.

A essa altura, no entanto, a lógica deste decreto já era outra: só teriam este direito os operários filiados aos sindicatos oficializados. O decreto de 34 remetia, portanto, o direito a férias (como todos os outros), à luta pelo controle das associações sindicais. E, mesmo assim, o campo desta luta pelas férias se mantém o tempo todo, antes e depois da promulgação definitiva da lei. Antes, durante o ano de 1933, o debate aceso dos industriais sempre contra, derrotados na comissão mista para a revisão da lei pelos representantes dos empregados e do MT; depois, ganhando na lei um pequeno pedaço importante: a indústria consegue, à diferença do comércio, a faculdade de parcelar as férias em períodos não inferiores a 5 dias; o que não os impediu de continuar reclamando pelos anos seguintes, apesar deste parcelamento ser totalmente decidido pelos empregadores, e não pelos operários.

Se o estilo de acumulação industrial dos anos 30 não poderia dispensar o saber operário nem por 15 dias, pois dele dependia, ao que tudo indica, o ritmo de funcionamento de todas as outras seções da fábrica (e portanto o volume de produção e de lucros) — coisa que talvez estivesse implícita na prática do movimento que demandava o direito fundamental às férias — esse mesmo estilo também demandava o uso combinado de trabalho, que não exigia tamanho nível de perícia técnica: o trabalho dito não-qualificado, amplamente utilizado

quando e onde se podia, composto em geral por funções detalhadas e tarefas, que exigem sobretudo atenção constante ao detalhe.

Estes trabalhadores eram, em geral, atingidos em cheio pelas atribuições de estigmas de inferioridade, tanto vindas da matriz escravocrata a respeito da própria noção de trabalho, quanto das seculares matrizes de gênero e idade, entre outras. Tais estigmas, recobrando a natureza do trabalho produtivo “não-qualificado”, permearam o tipo de exploração que se fazia desta mão-de-obra e explicam, também, a intensa e generalizada presença de trabalhadoras mulheres e crianças nas fábricas, sobretudo têxteis.

Quando, em maio de 1932, foi regulamentado o trabalho feminino e, no final do ano, o trabalho das crianças e adolescentes, mais uma vez ficou patente (na própria argumentação empresarial), a lucrativa utilização da divisão sexual e etária do trabalho no interior de uma divisão técnica, já por si muito heterogênea e precária. Neste caso, a luta destes trabalhadores e trabalhadoras não passou pela especificidade de sua situação de dominação *a partir* do universo fabril.

Se o movimento operário propôs a questão do trabalho da mulher e do menor — e o fez desde o começo do século —, esta proposta não rompeu com os estigmas que consideravam as trabalhadoras mulheres e menores como não pertencentes ao universo da produção. Pelo contrário, fortaleceu seu pertencimento a um outro espaço: a família, lugar de origem de onde se concebe sua posição e de onde se demanda a regulamentação de seu trabalho.<sup>31</sup> Talvez não por acaso, mulheres e menores são categorias sempre visualizadas como algo unitário: trata-se mais de mães e filhos, do que propriamente de trabalhadores.

Mesmo assim, não passou em branco a utilização lucrativa desta mão-de-obra e sobretudo ficou claro, para o movimento operário, como esta divisão podia ser jogada contra seus inte-

---

<sup>31</sup> cf. PENA (1982).

resses de classe, no modo mais clássico possível: para fazer baixar os salários e para ocupar o lugar de trabalhadores demitidos em época de crise.

Nesse sentido, as práticas operárias lutaram tenazmente contra a manipulação empresarial do trabalho feminino e dos menores; o lamentável é que o mundo masculino onde emergiram as lutas operárias tenha partido do mesmo suposto dos patrões: o trabalho feminino, e talvez em menor grau, o do menor, era definido como complementar, provisório e subalterno, e seu verdadeiro mundo, o trabalho cotidiano da reprodução.<sup>32</sup>

Não poucas greves e paradas das fábricas têxteis de São Paulo, nos anos 30, denunciaram que os industriais só admitiam “elementos femininos, que não são da profissão... (apesar de) há muitos profissionais desempregados, aos quais os industriais negam terminantemente serviço”.<sup>33</sup>

Em maio de 1932, várias fábricas em São Paulo pararam sob o comando da UOFT e sua quinta reivindicação, entre doze itens, era a escolha preferencial pelo trabalho masculino.<sup>34</sup> Nesse sentido, o movimento deve ter sentido como uma grande vitória (e certamente é) a lei que estabelecia salário igual a todo o trabalho de igual valor, sem distinção de sexo.

Porém, mais do que uma igualdade real de direito, essa lei repunha os homens operários na fábrica, ainda mais considerando todos os custos e limitações do uso do trabalho feminino explicitadas na lei. Pois esta vedava o trabalho noturno nas fábricas, proibia às mulheres trabalho em atividades insalubres e onde existisse perigos de acidentes químicos, proibia-se o trabalho de mulheres grávidas por dois a três meses, previa-se descansos diários para amamentação dos bebês e ainda locais nas fábricas para deixá-los; também se previa locais higiênicos de trabalho para as mulheres, tais como banheiros e vestiários, e até cadeiras que permitiriam “às mulheres trabalhar sem grande exaustão física”.

<sup>32</sup> PENA (1982).

<sup>33</sup> *A Platéia*, 1 jun. 1931.

<sup>34</sup> ALMEIDA (1979); CARONE (1974) p. 112.

Nestes exemplos, a lei coincidia com os reclamos operários, que vinham desde o começo do século, de condições de trabalho que *protegessem* a mulher, concebida como ser frágil e cujos predicados, embora possam ser requeridos para o trabalho fabril e nesse sentido “ajudar” no salário familiar, eram realmente referidos à maternidade e à educação dos filhos e não ao trabalho.

Certamente os operários devem ter desconfiado do súbito “feminismo” dos patrões, quando estes declararam não haver maiores problemas na regulamentação do trabalho feminino, pois “numa época em que se prega a igualdade dos sexos na luta pela vida, em que se preconiza a emancipação da mulher, seria monstruoso privar-se a operária de ganhar honestamente a sua vida ao lado e em igualdade de condições com o homem”.<sup>35</sup>

Sua única objeção escrita, até onde tenho conhecimento, foi contra o ônus de pagar os períodos de gravidez e puerpério às trabalhadoras-mães, sugerindo que o Estado o fizesse — caso contrário, o patrão seria levado a excluir de sua fábrica, preventivamente, toda e qualquer mulher casada.<sup>36</sup>

Mas as objeções da prática empresarial são mais eloqüentes que seu discurso.

As greves operárias e as denúncias constantes das condições de trabalho feminino se sucederam à promulgação da lei, deixando claro que os industriais não respeitavam a proibição do trabalho noturno, não instalavam creches, nem davam condições de trabalho para as mães trabalhadoras, não respeitavam a proibição de mais de duas horas de trabalho extra e, sobretudo, manipulavam as tabelas salariais de menores e mulheres na base dos estigmas a eles atribuídos.

Toda a delicadeza da imagem feminina elaborada pelos patrões e pelo governo para assignar à mulher trabalho tarefairo, detalhado e exaustivo, auxiliar de trabalho masculino legítimo, esfacela-se, por exemplo, na prática de disciplinamento feita por gerentes e mestres, denunciados como brutais e agressivos ao extrair uma produção alta e ainda por cima entrecortadas de tentativas de aproveitamento sexual. Toda retórica da igualdade

<sup>35</sup> CIFTSP, dez. 1932. *Apud* NOGUEIRA (1935).

<sup>36</sup> CIFTSP, dez. 1932. *Apud* NOGUEIRA (1935).

de trabalho e de salário desfaz-se quando se atenta para a prática das fábricas que se implantaram em pontos pouco urbanizados do país e que proletarizaram seus trabalhadores pela mediação da família, isto é, aliciando a mão-de-obra do campo pela contratação da família inteira, fazendo esta submeter-se ao ritmo do trabalho industrial e tendo para isto que redefinir os papéis familiares.<sup>37</sup> Conforme mostra Maria Rosilene Alvim, eram “as filhas principalmente que estavam na mira da indústria (...) jogadas no mercado de trabalho nos mesmos termos que os homens, em função da importância da mão-de-obra feminina para este tipo de indústria, as filhas mulheres obtinham emprego primeiro que os homens”. Tornavam-se profissionais sobretudo quando alocadas na tecelagem, mas também donas-de-casa operárias, em virtude da proximidade da moradia e da fábrica: “será um caso nas famílias operárias de Navarro<sup>38</sup>, a junção da função de dona-de-casa, tida como o papel fundamental da mãe que permanece fundamentalmente ligada a área doméstica, com seu trabalho industrial.<sup>39</sup> A junção deste duplo papel está também presente em várias formas em todo o tipo de trabalho feminino; a dupla jornada de trabalho que representa é, no entanto, miniada por todos os lados, mesmo quando as mulheres perfazem a maioria do operariado têxtil fabril,<sup>40</sup> e que seus homens delas dependam na manutenção familiar.

É importante notar que, apesar de serem tão produtivas quanto os trabalhadores, as operárias são valorizadas pelas suas qualidades femininas, isto é, desvalorizadas: pela docilidade e adaptação às piores condições de trabalho,<sup>41</sup> pela delicadeza de

<sup>37</sup> ALVIM (1979). Trata-se da proletarianização do modelo fábrica/vila operária, que cria uma relação total entre indústria e trabalhadores pela própria moradia e meios de reprodução da força de trabalho.

<sup>38</sup> Fábrica Paulista, área de Recife.

<sup>39</sup> ALVIM (1979).

<sup>40</sup> 51% em 1920; 53% em 1940; 57% em 1950. Cf. PENA (1981) p. 141.

<sup>41</sup> Perante as condições de trabalho vigentes — fábricas superlotadas de gente e máquinas, gases, poeiras e detritos; a falta de segurança, de higiene, de ar e de luz; a fadiga de um processo de trabalho intenso; o disciplinamento muitas vezes brutal dos trabalhadores — o problema do recrutamento e treinamento da mão-de-obra passa a ser, basicamente, um problema de docilidade e adaptação a estas condições. É aí que, apesar da existência de um enorme exército industrial de reserva, se coloca a relativa escassez de gente disponível para enfrentar tais condições.

trato e paciência para agüentar a monotonia de trabalhos que exigem gestos infinitamente repetitivos, por agüentarem formas escolares de disciplinamento (como multas extras por serem “tagarelas”) e de desigualdade (ganharem por produção e não por dia de trabalho, manejarem número diferente de teares) — e, em todos estes casos, receberem menos.

Simbolicamente, há uma enorme intolerância do universo fabril para com o trabalho feminino, que permite aos patrões burlarem as leis de proteção à maternidade e de igualdade de salários, que permite ao movimento operário fechar os olhos à desigualdade de oportunidades na hierarquia do trabalho fabril, e que permite às mulheres serem constantemente empurradas de volta ao mundo doméstico — não obstante seu trabalho sustentar, em grande parte, a lucratividade deste ramo industrial, o mais importante do período.

A sintonia das concepções simbólicas sobre o trabalho feminino fez com que se conciliassem as posições sobre as questões que suscitava — e, nesse sentido, a conflitividade de sua situação é pessoal e inteiramente fragmentada, mas não ausente.<sup>42</sup>

Já em relação ao trabalho de crianças e adolescentes, os estigmas funcionam fundamentando-se em duas questões: a partir de que idade é permitido ao menor trabalhar e quantas horas deve ter seu dia de trabalho. Desde o começo do século, estas questões haviam sido levantadas intensamente pelo movimento operário, sobretudo pelos anarquistas, e não tão intensamente pelo Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo.<sup>43</sup>

A questão real passava, novamente, pelas duríssimas condições de trabalho, sobretudo as horas intensas dentro de um espaço mesquinho e de um tempo insano de trabalho, disciplinado de forma correspondente às imagens de gênero e de idade correntes:

Em 1917, uma pessoa que visitou uma fábrica da Mooca na capital (S. Paulo) ouviu operários de doze e treze anos de idade, da turma da noite, que se queixavam de ser freqüentemente espancados e mostrarem, como prova do que diziam, as equimoses

<sup>42</sup> Ver a revolta feminina magistralmente colocada no romance de Pagu, *Parque industrial*, com o nome de Mara LOBO, 1931.

<sup>43</sup> *Boletim* do Departamento Estadual de São Paulo, 1912.

e ferimentos que traziam. As fotografias ocasionais do revezamento de turmas numa e noutra fábrica nos exibem uma horda de espectros descarnados e andrajosos apinhados à saída, precedidos de crianças descalças e raquíticas, com os rostos inexpressivos voltados para a câmara ou para o chão.<sup>44</sup>

Certamente por isso foram incluídos, desde os anos 10, algumas medidas sobre a atividade de menores de 10 anos e trabalho noturno dos menores de 18; é importante perceber, no entanto, que estas medidas vinham junto com dispositivos sobre condições de trabalho e higiene nas fábricas.<sup>45</sup> Tais dispositivos foram desrespeitados pelos empresários, e, mais ainda, a utilização do trabalho das crianças e adolescentes. A discussão sobre a sua regulamentação, que se dá nos anos 20, mostra a importância do trabalho infantil na produção e na lucratividade industrial, sobretudo têxtil; os menores ganhavam menos e se tornava mais lucrativo, por exemplo, alocar mais crianças num determinado ponto do processo produtivo do que três adultos fazendo o mesmo trabalho.<sup>46</sup>

Quando, em 1926, a Câmara votou a lei de proteção e assistência aos menores, os empresários formaram em bloco contra as medidas que permitiam somente aos maiores de 14 anos trabalharem e em um período de 6 horas. Novamente, o argumento é o que chamam de “desorganização do trabalho”, pois a divisão técnica do trabalho (têxtil) articulava, “em todas as seções das fábricas, operários menores e adultos sempre em comum” — portanto, com os mesmos turnos e horários, para não falar nas exigências deste entrosamento.

Segundo um dos signatários do documento enviado pelos empresários têxteis de São Paulo ao governo, excetuando as primeiras seções de fiação de algodão, as restantes tinham, em sua quase totalidade, operadores menores — cerca de 60% de todo o operariado de uma fiação.<sup>47</sup> A maioria destes trabalhadores era menores de 11 a 15 anos, que os empresários viam como “pequenas operadoras que são de fato aprendizes do ofício”; aos 14 anos, “já conheciam seus ofícios e passavam à categoria

<sup>44</sup> DEAN (1971) p. 162.

<sup>45</sup> cf. FAUSTO (1974).

<sup>46</sup> cf. STREET (1927).

<sup>47</sup> NOGUEIRA (1935) p. 106-110.

de meias fiandeiras, trabalhando com meia máquina”; um pouco mais tarde, já trabalhavam com a máquina inteira.

A importância da mão-de-obra infantil e juvenil, para a forma de exploração vigente, fica mais patente ainda quando se atenta para as negociações feitas pelos empresários com o governo: abrem mão da fiscalização da lei sobre as condições do trabalho infantil, mas não do seu tempo; e omitem, no debate, a questão da intensidade do ritmo exigido.

Quando o código de menores entrou em vigência, os empresários se irritam enormemente com os juizes de menores, fiscalizadores da lei, que aplicavam multas pelas infrações. Telegramas, cartas e artigos de jornais manipulam o argumento da crise econômica que, segundo os patrões, não permite “a remodelação dos serviços nas fábricas”, declarando que os despachos jurídicos eram “verdadeiros libelos contra as indústrias”.<sup>48</sup> Novamente implícita está a acusação de interferência estranha numa área de competência privativa de quem nela “trabalha”: a fábrica é dos patrões.

Embora o movimento operário tenha agitado a questão do trabalho infantil — sobretudo do desrespeito à proibição do trabalho noturno e da tabela salarial paga aos menores — há muitos depoimentos que indicam a conivência dos pais e mães operários em relação à proletarização de seus filhos. Era-lhes importante o acréscimo de renda familiar trazido por estes, e talvez as próprias concepções sobre a “imaturidade” e a necessidade da disciplina para o trabalho justificasse o fato de encaminharem os filhos para o trabalho fabril desde os 10 anos de idade.

Neste sentido estão as observações clássicas (desde a revolução industrial inglesa) de que as relações de disciplinamento do trabalho infantil são toleradas porque seguem de perto as relações familiares autoritárias, facilitando uma vigilância e exigência constantes sobre as crianças. Mas a concepção instrumental da criança operária brasileira dos anos 20 a 50 (pelo menos) vinha pelo estreito limite dos níveis de reprodução da família proletária, sempre beirando a miséria absoluta.

---

<sup>48</sup> Documento enviado à Câmara dos Deputados por ocasião da votação do Código de Menores, Decreto-lei n.º 5.083 de ago. 1927.

No caso das fábricas que proletarizavam toda a família através da vila operária, “a responsabilidade principal da manutenção do grupo doméstico se transfere antecipadamente para a gerações dos filhos”,<sup>49</sup> pois estes é que interessavam à fábrica.

Assim, apesar da imagem negativa da fábrica que os operários tinham, havia um “subaliciamento espontâneo” de filhos, agregados e parentes como uma saída para a ameaça de fome, miséria e desagregação familiar.<sup>50</sup>

A lei que regulamentou o trabalho infantil, em 1931, tocou em mais do que um mecanismo de baixar os custos empresariais com a mão-de-obra no interior do processo de trabalho; atingiu também alguns mecanismos generalizados de recrutamento de mão-de-obra, escondidos nasnoções de “aprendizado” e mal disfarçado nas preocupações humanitárias e pedagógicas dos industriais e da própria sociedade.

Trata-se de enfrentar a instabilidade dos trabalhadores no emprego industrial, na medida em que, ao que tudo indica, não se conseguiu domesticá-los para agüentarem as longas jornadas, a intensidade do trabalho para a produção exigida, as formas do disciplinamento escolares e brutais e os espaços sufocantes da produção fabril.

Aqueles a quem o secretário da associação empresarial têxtil chamava de “nômades do trabalho, que raramente chegam a ganhar amor ao ofício”, podiam ainda recusar, individualmente, a aceitação de tais condições e contestar a organização selvagem de trabalho fabril, mas não as crianças.

Se os empresários não conseguiram baixar o limite de idade permitido para o trabalho infantil (a lei reafirmou 14 anos), ganharam em outro sentido: menores de 14 anos podiam trabalhar em estabelecimentos onde já trabalhassem outras pessoas de uma só família. Este atalho remete a um outro campo de disputa:

---

<sup>49</sup> O número de quartos na casa fornecida pela indústria em questão dependia do número de trabalhadores na fábrica pertencente à família. “Com isto, a fábrica cria todo um sistema de estímulo para que as famílias enviem um maior número de trabalhadores para suas dependências industriais, forçando por assim dizer a continuidade de uma mão-de-obra fixa.” cf. ALVIM (1981) p. 10.

<sup>50</sup> ALVIM (1981).

a duração do trabalho fica a mesma para adultos e menores, ambos referidos à lei que regulamenta a jornada de 8 horas, de 1932. Se isto é uma vitória para os patrões, também o é para os trabalhadores adultos: dada a vinculação de ambos no processo de trabalho, a redução da jornada teria que existir para todos.

No contexto do processo de produção industrial brasileiro dos anos 30 e 40, dos processos de trabalho e das relações do mando e exploração em que se baseava, a lei que estabelecia a jornada de trabalho para os operários industriais incidia sobre o ponto crucial da exploração intensiva e extensiva da força de trabalho, talvez a primeira e principal luta do movimento operário até então. Esta luta havia começado nos anos 10, encaminhada por empresa, às vezes atingindo categorias profissionais e sendo a causa principal de inúmeras greves e conflitos fabris. Depois da greve de 1917 em São Paulo, e de categorias profissionais inteiras no Rio de Janeiro, vários empresários foram obrigados a negociar, no âmbito de suas fábricas, os horários de trabalho (que iam de 10 a 14 horas nas fábricas de tecidos, com a mesma turma de operários).

Em 1917, a Câmara elaborou um código de trabalho que, entre outras medidas, fixava a jornada em 8 horas, prorrogáveis no entanto em muitos casos. Sem entrar em vigência e sem ser votado, o projeto deste código foi contra-atacado um ano depois pelo Centro Industrial do Brasil, que propunha uma jornada de 10 horas, prolongáveis mediante ajuste com os trabalhadores.<sup>51</sup> Desde então, a luta pela jornada de 8 horas inscreveu-se, a partir da fábrica, no debate político, desenvolvendo-se persistentemente daí em diante.

Os empresários atacaram em duas frentes distintas. Por um lado, sugeriram modificações na extensão da jornada de até 12 horas, a critério das empresas. Argumentaram que, sendo alto o custo da produção, era necessário intensificar o trabalho para baratear o produto. Argumentaram também que, em virtude do “regime de brandura” adotado no Brasil, havia a perda de uma hora de serviço por dia em cada jornada (“a cada entrada e saída,

---

<sup>51</sup> cf. FAUSTO (1976); SIMÃO (1966); PINHEIRO (1977).

o operário gasta 15 minutos em sua toilette”) e portanto esta deveria ser, normalmente, de 9 a 10 horas por dia. Sua resistência contra a interferência legal do Estado na jornada foi tão forte que este recuou, permitindo a elevação do dia normal de trabalho para 10 horas, sendo as horas extras remuneradas.

Por outro lado, como mostra Stein,<sup>52</sup> utilizaram o debate sobre a jornada como meio de concorrência entre si, na medida em que não conseguiam acordo comum para combater a superprodução que, segundo seu discurso, dominou a indústria têxtil por toda a década de 30. Segundo Stein,

nenhum controle eficaz foi exercido sobre a atividade cotidiana das fábricas — (...) e os fabricantes locais recorreram ao método mais fácil de reduzir os custos de produção: prolongaram a jornada de trabalho para além das dez horas habituais, acrescentando um segundo e mesmo um terceiro turno. Relatórios da época indicam que, entre 1931 e 1937, algumas fábricas pequenas de bens de consumo corrente funcionaram de 16 a 24 horas diariamente, embora, em meados de 1936, os trabalhadores, alegando fadiga, já se recusassem a fazer serão.<sup>53</sup>

Baixando “ligeiramente” os preços, encontraram mercado e puderam fazer frente às grandes indústrias, que contavam com maquinário mais novo e produziam tecidos melhores, as mesmas que tinham pedido e conseguido do governo a proibição à importação de máquinas, durante quase toda a década de 30. As pequenas indústrias não foram destruídas com o ataque que esta medida representava para elas, porque funcionaram dia e noite, operando, ao limite, a capacidade de equipamentos antiquados na base de um ritmo extraordinário de trabalho.

Os industriais mais poderosos (do Rio e de São Paulo) voltaram-se então para o cumprimento da lei: era necessário, agora, o respeito a um limite para as horas de trabalho nas fábricas. Visavam não apenas acabar com as pequenas fábricas de tecido espalhadas pelo interior do país, como sobretudo com os fabricantes do norte e do nordeste. Não por acaso estes últimos “viam no controle das horas de trabalho a sua ruína” e os industriais do sul falavam da “imbatível concorrência das fábricas do norte abas-

<sup>52</sup> cf. STEIN (1979).

<sup>53</sup> STEIN (1979) p. 147.

tecidas de mão-de-obra mal-remunerada.<sup>54</sup> Nesta briga, ficou claro que nenhuma das fábricas de tecido (grande ou pequena, de sul a norte) respeitava as oito horas e não remuneravam adequadamente as horas extras.

Quando a Companhia de Tecidos Paulista (a mesma que proletarizava famílias inteiras, em Pernambuco, fixando os trabalhadores através da garantia da casa) reagiu contra a pretensão dos industriais do sul, o debate chegou à imprensa, que qualificou a administração dos Lundgren, donos da Paulista, como “senhores feudais” e pagando salários “desesperadores” — mas nas fábricas de São Paulo revelou-se jornadas de 14 horas inclusive para mulheres e crianças.<sup>55</sup>

E tudo isso acontecia em 1939, sete anos após a promulgação da lei; os industriais do Rio e de São Paulo ainda faziam inquéritos para avaliar a opinião dos donos de fábrica sobre a conveniência ou não das restrições às horas de funcionamento dos teares.

Por seu lado, os trabalhadores continuavam lutando persistentemente pelo direito à jornada de 8 horas, reivindicação que aparece em quase todas as greves que fizeram de 31 a 35 — do Rio Grande do Sul ao Pará — e também das poucas greves e paradas que se tem notícia de 36 a 40. Ao contrário do Estado, que separava em partes burocráticas as várias dimensões do trabalho operário — sobretudo separando, no espaço e no tempo, o horário e as condições de trabalho da remuneração — e também ao contrário dos empresários, que omitiam esta articulação, as lutas operárias pela jornada sempre se acompanharam das reivindicações sobre formas de pagamento (tabelas salariais) e formas de disciplinamento, que incidiam sobre a intensidade do trabalho.

Isto é importante notar, porque indica que a experiência operária nas relações de trabalho fabril articula uma série de nexos que incluem e dinamizam as várias dimensões da exploração de que eram alvo, vividas como relações de dominação no interior da estrutura direta de fabricação de produtos. Assim, a jornada de 8 horas é reivindicada junto com o pagamento correto das horas

---

<sup>54</sup> STEIN (1979) p. 159.

<sup>55</sup> STEIN (1979) p. 161-162; p. 255, nota 88.

extras, o que em geral leva à luta pela revisão das várias tabelas salariais existentes em cada fábrica, que, por sua vez, leva ao debate sobre a produtividade (isto é, ao pagamento por produto, por hora e dia de trabalho). Esta reivindicação leva a assuntos como horários de descanso, intervalos no período de trabalho, turnos e trabalho noturno. O que, finalmente, leva à reivindicações que constam nos últimos lugares da lista dos motivos das greves: dispensa de mestres e chefes opressores e arbitrários, que tiram a produção à força.<sup>56</sup>

Assim, contidas nos espaços da produção fabril e encaminhadas por grupos formais e informais de fábricas, as reivindicações articuladas (das quais se tem notícia) nas greves por empresa e, em determinados momentos, generalizadas pelos sindicatos mais combativos até 1935, começaram a se estruturar como um discurso de interpretação da própria condição operária. Este discurso toma contornos mais definidos no final da década de 30 e se não fossem as medidas coercitivas contra os sindicatos, as prisões dos líderes sindicais e militantes partidários do movimento, e muitas formas de coação sobre as movimentações operárias independentes, certamente o movimento operário estaria em condições de explicitar um corpo de práticas articuladas e organizadas na dupla intersecção em que se moviam: a exploração fabril e as condições de luta contra os patrões; e a expressão generalizada desta luta no sindicato, contra o Estado.

No caso em exemplo da indústria têxtil, a argumentação do Sindicato dos Operários de Fiação e Tecelagem contra a pretensão dos patrões de obterem mais horas de trabalho (entre 1938 e 1940) articula a denúncia das inúmeras fábricas que trabalham, há muito, mais de dez horas, com a facilidade dos patrões em burlarem as leis e as convenções coletivas do trabalho “graças às interpretações acintosamente erradas do decreto”, denunciando ainda que “a lei de 48 horas semanais não foi criada para contrabalançar interesses de ordem econômica e sim salvaguardar princípios de ordem moral sociologicamente assegurados às classes proletárias”.<sup>57</sup>

<sup>56</sup> cf. CAMPOS (1941), (1942), (1944); CARONE (1973); *A Platéia*, ago. e nov. 1930, jun. 1931; motivos constantes das listas de reivindicações das greves de 1931 a 1939.

<sup>57</sup> CARONE (1976) p. 120-124.

A linguagem bem-educada se dá na medida do estreito espaço de luta deixado pelo Estado Novo, mas não omite a cobrança das leis e a conflitividade das relações específicas de exploração, inclusive observações sobre o estado de ânimo “enervado, revoltado e torturado” do operariado. E os Congressos Operários que acontecem entre 39 e 41 discutem, novamente, trabalho noturno, lei de férias, trabalho das mulheres e crianças, seguro ao desempregado, adicionais para as horas de trabalho extras, junto com formas de ação gerais.<sup>58</sup>

Dez anos depois de ter sido enunciada a lei que garantia as 8 horas de trabalho, sistematicamente atacada e ignorada pelos empresários e batalhada pelo movimento operário, os trabalhadores receberam um duro golpe contra este direito. Cedendo às pressões dos industriais têxteis (a esta altura a segunda indústria têxtil entre as nações do hemisfério ocidental), que queriam aproveitar ao máximo as oportunidades de mercado abertas pela guerra, o governo decretou em 1942 a “restauração” da jornada de trabalho de 10 horas, proibindo, simultaneamente, o instrumento legal para contestar tal medida, os dissídios coletivos, em nome do “estado de guerra”.

Em outubro do mesmo ano, outro decreto sustinha o direito de férias nas indústrias consideradas “essenciais à segurança nacional”, entre as quais, as têxteis. Em novembro, um terceiro decreto proibia a mobilidade de trabalho nas assim definidas “indústrias de guerra”, transformando seus trabalhadores em “desertores” no caso de faltas, ausências e desistência de emprego.<sup>59</sup>

As medidas coercitivas e punitivas eram severas no caso de insistência em ter o direito à mobilidade: ainda em 45, há notícias de pedidos legais de anistia “ampla, geral e irrestrita” para os “desertores” presos por faltar ao trabalho e tentar abandoná-lo;

---

<sup>58</sup> CARONE (1976). A esta altura, lutas parciais e locais cuja organização tinha forte marca aos comunistas se estruturavam em várias partes do país. Mesmo com a retórica doutrinária que marca esta organização, as lutas se estruturam a partir de problemas locais como demissões, horários, disciplina e padrão de vida. Ver, por exemplo, as lutas dos mineiros de Morro Velho, MG, relatadas por GROSSI, 1981.

<sup>59</sup> Decretos-leis n.ºs 4.639 (ago. 1942); 4.869 (out. 1942); 4.937 (nov. 1942).

em uma única audiência, por exemplo, 800 indivíduos estavam envolvidos.<sup>60</sup>

Enquanto isso, os industriais deitaram e rolaram sobre a oportunidade aberta pela guerra. Segundo Stein,

para atender à crescente demanda exterior, os industriais limitaram-se a intensificar o que faziam desde a década de 30: engrossaram a força de trabalho com trabalhadores rurais inexperientes e, sempre que possível, mantiveram suas fábricas funcionando vinte e quatro horas ininterruptas.<sup>61</sup>

Um inquérito realizado em 1945 junto à maioria das fábricas de tecidos revelou que as seções de cardar funcionavam 14h55 em média por dia; as seções de fiação, aproximadamente 15h30; as seções de tecelagem, 12h20.<sup>62</sup>

Apesar de premidos pela necessidade de trabalhar nestas condições, ameaçados pela miséria e pela repressão política, os trabalhadores não ficaram quietos. Textos de advertência (patronais e governamentais) contra sabotagens nas fábricas nos dão conta de que havia inúmeras formas de resistência contra a imposição de tais relações — tais como a recusa a limpar as máquinas de graça, a lentidão na operação das máquinas, a recusa em seguir o ritmo de trabalho exigido, a reclamação contra a qualidade de matéria-prima e mesmo o enguiço provocado das máquinas.<sup>63</sup> E a imprensa, em 1943 e 1944, denunciava de quando em quando a falta de duração legal das horas noturnas, o não pagamento das horas extras e a falta de higiene nos locais de trabalho — denúncias estas que se explicitam depois da guerra, quando da discussão sobre os destinos dos enormes lucros do período 42-45, mostrando a intolerância da opinião pública em relação às novas queixas dos industriais: “Se os velhos equipamentos e a força de trabalho mal-remunerada não prejudicaram a elevação contínua dos lucros, por que haveriam as companhias de modernizar seus equipamentos e aumentar o padrão de vida de seus trabalhadores? Só se estiverem procurando boa aparência”, diziam os jornais.<sup>64</sup>

<sup>60</sup> *O Estado de S. Paulo*, 5 jan. 1945.

<sup>61</sup> e <sup>62</sup> STEIN (1979) p. 168; Comissão Executiva Têxtil. “Indústria Têxtil Algodoeira” Rio de Janeiro, 1946.

<sup>63</sup> *Boletim* do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

<sup>64</sup> cf. TEJO /s.d./; STEIN (1979) p. 176.

Os sindicatos de trabalhadores têxteis, assim que puderam, trouxeram a público os “lucros anormais, pública e notoriamente conhecidos”, denunciando ao governo o enriquecimento “imoral” dos fabricantes. Quando os trabalhadores puderam falar novamente, assim que caiu o Estado Novo, o fizeram no interior de um discurso antagônico, claramente explicitado, aos industriais — à sua ganância, à sua arrogância e à sua incompetência.

Por essa razão, no pós-guerra, há uma verdadeira avalanche de críticas contra os industriais, sobretudo têxteis, através do clamor público contra os “lucros extraordinários” e a revolta contra escassez e a carestia, o preço dos tecidos e roupas e o preço dos alimentos, não raro tomando a forma de quebra-quebra de lojas, saques a atacadistas e apedrejamento de algumas fábricas. Em 1945, a representação operária na CETEX repete um argumento do 1.º Congresso dos Trabalhadores Têxteis do Norte-Nordeste (1944) pelo qual o governo federal deveria intervir nas fábricas “obviamente incompetentes” em sua administração interna. Isto deve ter apavorado a tal ponto os empresários nordestinos que, ainda em 1949, eles lembraram, na 2.ª Convenção da Indústria Têxtil, o fato de os trabalhadores terem entregue um memorial solicitando a intervenção governamental “em empresas de administração reconhecidamente incompetentes”. A seus olhos, a então proposta de uma nova lei contra o abuso do poder econômico “visa precisamente isto”. Inseguros, perguntavam: “Quem irá avaliar tal incompetência; com que autoridade?”<sup>65</sup>

A explosão do protesto operário do pós-guerra — com suas 60 greves apenas nos dois primeiros meses de 1946, mais 15 greves durante este ano, 18 em 1947 e 25 em 1948 — parecem demonstrar o quanto o acúmulo de tensões no nível da fábrica podia sustentar a energia do movimento e, de modo mais importante, dar-lhe a feição que tomou. É conhecido o fato de que a ação dos partidos de esquerda (em todo o caso, os que tinham penetração nos sindicatos operários e pretendiam falar em nome da classe) privilegiavam perspectivas de conciliação e aliança com os diversos grupos da sociedade, no sentido da construção de um sistema

---

<sup>65</sup> STEIN (1979) p. 261-262.

político aberto, que institucionalizasse a participação de setores populares na arena política, isto é, incorporasse esses partidos.<sup>66</sup>

Se isto talvez até pudesse fazer algum sentido numa conjuntura sobredeterminada politicamente, no dizer de Weffort, ou seja, numa conjuntura de reorganização institucional da política, na medida da derrota dos governos fascistas, da ascensão da URSS e da repulsa generalizada ao totalitarismo — gerando um clima de otimismo democrático —, estas perspectivas não faziam o menor sentido, da ótica da experiência dos trabalhadores, que afinal iriam arcar com um alto custo político: o seu silêncio, o controle renovado de suas reivindicações trabalhistas e salariais, a contenção de sua raiva nos limites da ordem e tranquilidade, o aperto dos cintos em nome da Constituinte e, para culminar, a colaboração com seus patrões caso fossem “progressistas e democráticos” por estarem contra os imperialismos.<sup>67</sup>

A experiência tão dura dos trabalhadores, o modo como viveram a repressão ditatorial do Estado Novo através do aumento desmesurado da exploração e da suspensão do funcionamento dos direitos trabalhistas, jamais poderia informar uma tal noção de política, nem expressar-se no interior de sua “racionalidade”. Como pedir uma política que se contivesse nos limites de um jogo ambíguo com o governo e os patrões e obrigasse a calar novamente a experiência? Qual a necessidade de a política operária ter que ser desenvolvida fora dos interesses concretos gerados pelo próprio modo de acumulação de capital comandado pela indústria, isto é, por que a formulação de uma política fora de um modo de vida e de um espaço de cidadania que esta acumulação criara para o trabalho assalariado do país?

A movimentação social pela democratização das formas políticas institucionais, nesta conjuntura, não separava as relações de dominação e arbítrio nos espaços produtivos, dos níveis comprimidos da reprodução social. Em outros termos, havia a expressão simultânea das várias indignações coletivas a respeito das condições de desvalorização da força de trabalho, das taxas salariais baixíssimas e do alto nível do custo de vida, relacionadas pelas pessoas, movimentos e jornais às formas políticas autoritárias e

<sup>66</sup> cf. WEFFORT (1973); SPINDEL (1981).

<sup>67</sup> Programa do PCB para a mobilização operária da conjuntura.

ditatoriais do governo que caíra. São muitos os grupos sociais, incluindo aí as camadas médias de assalariados, que sentem um antagonismo real contra os grupos dominantes que ganharam com a guerra, e que sentiam que tinham ficado com a outra cara da prosperidade industrial: a alta dos preços e a escassez.<sup>68</sup>

Somente uma lógica política informada por uma noção institucional e retórica de "eficácia", que se nutre de uma concepção prefixada de possibilidade política, poderia ter desprezado esta dinâmica, bem como desprezado a capacidade de mobilização das experiências dos trabalhadores.<sup>69</sup>

Por isso, a explosão operária do período, em greves e mobilizações, acaba mostrando o fracasso das idéias políticas prefixadas nos partidos e, no limite, mostram em certos momentos que os que se julgam fazedores da grande política podem ter o mesmo grau de autoritarismo de seus inimigos.

As greves que aconteceram nos anos 46-49 sugerem que o movimento operário procurava no seu presente o fundamento político da tão esperada democracia e que isto não poderia caber sob o signo de algo já nomeado de antemão. Sugerem também, desde as tímidas lutas reivindicatórias de 1944, que os trabalhadores haviam interpretado, coletivamente, sua experiência durante o período do Estado Novo, a partir das relações de trabalho vividas no cotidiano fabril, nas formas de exploração sofridas e na pauperização experimentada.

O que contava nestas greves e mobilizações não era o pensamento sobre a democratização, o programa dos comunistas ou o discurso antitotalitário, mas as práticas sociais contemporâneas vividas por muitos trabalhadores, em muitos espaços produtivos diferentes, das relações efetivas do cotidiano proletário. Daí o fracasso (relativo em alguns casos, absoluto nos primeiros meses

---

<sup>68</sup> cf. STEIN (1979).

<sup>69</sup> Em geral, essa possibilidade é dividida em duas entidades onde se aprisiona logicamente a ação política: de um lado, reivindicações & econômicas & imediatas & particulares & específicas & de curta direção; de outro, luta & política & objetivos gerais & interesses abrangentes & amplitude de tempo e espaço das negociações. Nenhuma história real está presente nisso, nem como tematização dinâmica do passado, nem como criação do presente.

de 1946), dos comunistas em sua tentativa de ação política, que ignorava a dimensão da experiência de submissão fabril em uma sociedade onde este era o espaço dos direitos "outorgados" pelo Estado e sistematicamente desrespeitados pelos patrões, a partir das condições brasileiras, concretas, do processo de industrialização.

A aparente transparência das relações de trabalho nas fábricas e a aparente evidência da movimentação sindical contida pela repressão e pelo projeto corporativista do Estado impediam que se percebesse o espaço da fábrica, e o tempo de seu acontecimento, como um espaço de cultura, de produção simbólica, que colocava os trabalhadores no interior de uma prática interpretada. Aquilo que se chama de "reivindicações econômicas" e que passa por ser, desde sempre, já sabido, pode ser tudo, menos algo transparente.

Onde e como se ler esta experiência nos acontecimentos do pós-guerra? Em primeiro lugar, na observação comum de que os conflitos de trabalho mais articulados e as greves assumem principalmente uma forma de organização "espontânea", considerando-se por isto, no dizer de Ricardo Maranhão, "uma greve decidida e posta em prática por operários de um mesmo setor, empresa ou local de trabalho, a partir de suas reivindicações específicas e sem interferência orientadora ou predominante de partidos e sindicatos".<sup>70</sup> No caso das greves de 46 em São Paulo, "apenas 12 delas foram organizadas pelos respectivos sindicatos", e a maioria, portanto, independentes ou mesmo contra a orientação daqueles.<sup>71</sup>

Em segundo lugar, o que quer dizer esta independência? No nível de uma teoria genérica sobre o que deve ser ou é a ação sindical, nada de muito especial; os sindicatos certamente estão sendo pouco eficazes em representar os interesses de suas bases. Pode-se achar muitas razões para isso, a principal sendo a distância das bases e a burocratização das estruturas pelegas do sindicalismo brasileiro, formadas no Estado pós-30.

Nesse caso, seria lógico pensar que, onde as direções sindicais não fossem pelegas, elas tenderiam a enfatizar as lutas e as greves; ou então atribuem-se às orientações errôneas do partido (no caso,

<sup>70</sup> MARANHÃO (1979) p. 43.

<sup>71</sup> MARANHÃO (1979).

do PCB) o seu distanciamento dos movimentos. Os acontecimentos de 46, sobretudo, mostram que isto é apenas parte da história que explica a independência dos movimentos grevistas dos respectivos sindicatos. Porque, como mostram os dados de Maranhão, e este é o ponto fundamental dessa história, não eram os sindicatos a instância primordial de expressão e organização política dos trabalhadores, fossem eles “bons” ou “maus” sindicatos — e sim as organizações fabris, feitas dentro das seções das fábricas e seguindo seu próprio movimento.<sup>72</sup> Em todos os depoimentos, indícios e notícias sobre as greves do pós-guerra,<sup>73</sup> as comissões de fábrica aparecem como a instância decisiva de debate, organização e mobilização das greves, definindo as reivindicações como conteúdo e prática — a instância decisiva, portanto, da emergência coletiva dos trabalhadores como sujeitos com identidade própria. Em terceiro lugar, é importante deter-se nas formas destas comissões: elas podem ter vários nomes (comissões de fábrica, comissões salariais, comissões de greve, grupo da fábrica), tempos distintos de duração (algumas duram enquanto dura a greve, outras tendem a se estabilizar e legitimar seus componentes como lideranças da categoria) várias formas de atuação e, sobretudo, diferentes trajetórias de interlocução e contato com os sindicatos, com os partidos e com os patrões. Em quarto lugar, reaparecem em suas movimentações as pequenas lutas, reivindicações concretas ligadas ao processo de trabalho e às relações de mando nele inseridas, articuladas — segundo as categorias profissionais, o grau de contato com militantes partidários e o grau de disposição de seus sindicatos — com grandes mobilizações de caráter político-institucional.

O importante, nesse caso, é que não é a relação partido-sindicato (e muito menos sua retórica) que comanda a dinâmica dos movimentos, dirigindo-os correta ou incorretamente, mas partidos e sindicatos têm que entrar no universo da experiência de classe para poderem propor-se como dirigentes da luta. Quando eles o fizeram, foram “eficazes”, mas sobretudo conseqüentes,

<sup>72</sup> MARANHÃO (1979).

<sup>73</sup> cf. jornais: *Hoje*, *Vanguarda Socialista*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha da Manhã*, *Diário Popular*, *O Momento*, *A Luta*; revistas: *Problemas e Divulgação Marxista*; *Labour Reports* da Embaixada Inglesa no Brasil; e MARANHÃO (1979).

enfrentando com sucesso e criatividade situações difíceis de repressão e adversas ao movimento; quando não acompanharam os trabalhadores na sua vida concreta e nas suas formas de luta propostas nas práticas reais do movimento, preferindo definir-se em relação à conjuntura político-institucional, esvaziaram sua força e influência, em alguns casos liquidando praticamente o movimento e as mobilizações. A história política das Minas de Morro Velho, em Minas Gerais, é exemplar deste último ponto.<sup>74</sup>

As diversas conjunturas da história operária dos anos 30 e 40 parecem sugerir que a centralidade das questões de organização e ação sindical, de suas possibilidades de ação autônoma, de suas relações com partidos e o Estado, de suas recomposições político-institucionais, não podem ser colocadas sem que se enfrente os processos difusos, fragmentários e heterogêneos de organização e luta que emergem da própria classe, isto é, nos quais ela se determina propriamente como classe.

Esta é uma história que não pode ser reduzida a uma história institucional, à qual se atribui uma lógica prefixada modelarmente. O “fazer-se” de uma classe, para usar novamente a expressão de Thompson, ocorre apenas na luta, e não em modelos que abstraíram o chão histórico que lhes deram origem, e que se transformaram em descrições vazias sobre o que deve ser a classe, o sindicato, o partido, o Estado e a própria história.

Nem sempre o sindicato representa a classe e, quando a representa, nem sempre isto se mede pela eficácia de sua barganha; esta eficácia, quando acontece, nem sempre significa uma tradução política dos interesses de sua base; esta tradução política pode não caber em tipos de ação pré-conhecidos que espelhariam o grau de sucesso ou insucesso perante seus representados e mesmo perante o Estado.

Do mesmo modo, nem sempre as experiências operárias formam uma tradição de luta que possa ser legada como um pacote de lições para as próximas gerações, exatamente porque a socie-

---

<sup>74</sup> GROSSI (1982). Este trabalho relata, com extrema sensibilidade, a construção política de um espaço de classe na comunidade mineira de Nova Lima, formada pela St. John del Rey Mining Company. Partindo das condições reais do trabalho mineiro, a atuação do PCB se mantém viva até a introdução das linhas ideológicas doutrinárias de orientação partidária; ao fazer isto, destruiu o movimento (1948).

dade sofre os efeitos da história, de uma dinâmica constante que modifica a forma de sua desigualdade e que repõe a heterogeneidade em bases pouco previsíveis de antemão.

Se é necessário conceber e pensar o movimento operário em sua trajetória (sobretudo numa sociedade tão radicalmente desigual e descontínua como a brasileira do século XX), creio que isto não pode ser feito como sinônimo de um desenvolvimento cumulativo, que entesoure orientações e interpretações vigentes em outros (e para outros) contextos históricos, para tirá-las no “momento certo”. A tematização do passado é uma representação necessariamente alterada em função do presente e o ato de remontar um passado aponta fundamentalmente para uma coisa: em cada momento presente e vivido, o futuro foi algo indeterminado e, por isso, concebido contemporaneamente como espaço de ação; não dá para pensá-lo, 40 ou 100 anos depois, como variantes de um modelo que institui o real e o delimita em níveis de ação pré-conhecidos.<sup>75</sup>

Para voltar à história que estou contando, creio ser parcial a afirmação de que, quando termina a ditadura de Vargas em 1945, o movimento operário “se encontra completamente esquecido de sua própria história e de fato inteiramente desarticulado”.<sup>76</sup> Isto só é verdade no plano exclusivamente sindical do movimento, realmente comprimido e forçado a se definir nas estruturas burocráticas do Estado; quanto a estar esquecido desta pressão, já é mais duvidoso. Mesmo no plano sindical, a história não foi única; se a luta contra a burocracia imposta pelo Estado, nos anos 30 a 35, representou a desarticulação dos sindicatos autônomos em São Paulo, Rio ou Recife,<sup>77</sup> em outros lugares do país, com outras formas de proletarização, a própria legislação foi argumento utilizado pelos operários na construção de seus sindicatos — como nos casos de Morro Velho, já citado, e das fábricas têxteis do Nordeste.<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> Talvez qualquer historiador saiba disso. As reflexões sobre história e interpretação foram discutidas, nesse sentido, por Marilena Chauí, Claude Lefort e C. Castoriadis.

<sup>76</sup> WEFFORT (1973) p. 70.

<sup>77</sup> cf. SIMÃO (1966) para a história sindical desses anos.

<sup>78</sup> cf. GROSSI (1982); LOPES, L. (1979).

Os movimentos operários não estavam esquecidos de sua própria história, na mesma medida em que essa história era a própria história de seu impedimento em constituir-se como ação e sujeito coletivo amplo. O que propunha, neste período, o espaço da fábrica (e o das ruas) como o espaço dessa história: as pequenas resistências pessoais e grupais, as pequenas lutas efêmeras contra o trabalho forçado, as sabotagens, paradas na produção, as discussões nos grupos informais de fábrica.

Foram estas práticas que provavelmente articularam-se em movimentos assim que a repressão diminuiu e o espaço de tolerância institucional se abriu; em todo o caso, foram a estas práticas que os movimentos grevistas ficaram fiéis.

Se as greves e movimentações operárias do período pós-30, do período pós-segunda guerra e mesmo do período anterior a 30, não pensaram em revolucionar, reformar ou tomar o poder, se não davam atenção ao nível parlamentar e não argüiram de frente a burocratização do Estado, tocaram no ponto essencial da experiência vivida de classe: tornaram visível e pública suas condições de trabalho e vida, fizeram circular as experiências reprimidas, ocuparam o espaço da produção, reatualizaram a reivindicação social negada pelos patrões e prometida pelo Estado. Do ponto de vista da classe real, a eficácia do seu poder se vê des-

feita porque lá a recusa de seus efeitos,<sup>79</sup> e isto não passa por uma história institucional. Nem por isso deixa de ser profundamente como política, seja por aquilo que significa como ato de recusa, por aquilo que promete como desdobramento.

O Estado Novo ergueu-se como instância radicalmente inovadora, intervindo com minúcias na vida social e regulando as relações de produção da sociedade brasileira. Mas, além disso, produziu ideologicamente sua própria significação, ao emitir um discurso que procura apagar o espaço social, despolitizá-lo ao tentar representar este espaço em suas leis e fazer desta representação o significado de seu tempo. Desta maneira que nos legou a memória dos anos 30 e 40, fazendo de sua pretensão de abranger o curso da história brasileira a premissa de nossas questões.<sup>80</sup>

<sup>79</sup> cf. MONTES (1982); CHAUI (1981).

<sup>80</sup> DECCA (1982) tratou, pioneiramente, esta problemática para outro período.

Assim, o Estado passa por ser o detentor do sentido do movimento da sociedade, e os grupos e classes sociais, apesar de sua dinâmica própria (que aparece claramente no material da época, imbricados com a intervenção do Estado, mas não com ele confundido), passa a ser apenas objetos de intervenção do Estado. Ou, melhor dito, sujeitos vazios, formas que se movimentam a partir da impulsão do Estado. Em quase todos os trabalhos sobre o período, as classes e grupos sociais aparecem como expressões de leis e decretos, textos, projetos e intenções estatais e por esta via alcançam existência, isto é, estatuto político; trata-se quase sempre de demonstrar que, neste período, a sociedade se configura apenas pelo poder do Estado.

É das leis trabalhistas que emerge o operário, das leis sindicais que emerge a classe, das corporações industriais e dos conselhos de Estado que se delineia a burguesia, dos planos de urbanização que aparecem as cidades, da Justiça do Trabalho que aparecem os direitos sociais e civis, da oficialização de datas e comemorações que aparecem a cultura, da regulamentação do trabalho e do voto feminino que aparece a mulher, do código civil que aparece a família, dos registros policiais que aparecem os conflitos, da burocracia federal que emerge a nação.

Realmente, tudo isso *aparece* desta forma: o Estado não é uma invenção abstrata. Mas também escapam por todos os lados informações sobre uma sociedade em ebulição; nem mesmo o registro oficial consegue ocultá-la. Uma ebulição contida, com práticas de sociabilidade, de trabalho e de escolhas coletivas que não derivam do Estado de modo imediato, embora evidentemente sejam profundamente afetadas por sua intervenção. Dessa perspectiva, o Estado não cria nada além de sua própria dominação: ou seja, os órgãos do poder fazem e refazem os obstáculos para a movimentação dos atores, reprimindo sua expressão, proibindo seus espaços, isolando sua comunicação, impedindo o desenrolar de sua prática coletiva. O cenário brilhante, inovador e visível montado pelo Estado Novo, com sua radical novidade de aparecer com um caráter social e construtor de uma nação, ofusca os atores e as relações entre eles, remetendo-os a um lugar secundário.

Mas o drama não pode ser contado sem a materialidade vida e simbólica dos personagens que lhe dão sentido. Imbricados na ideologia, no Estado, empurrados para a sombra, paralisados

na concepção vigente, os trabalhadores viveram experiências e formularam interesses no interior disso tudo. A contestação política que se apercebeu deste tempo e espaço de classe apenas como degrau para chegar a idéias tradicionais de tomada de poder, consciência unitária de classe e generalização hierárquica de objetivos, certamente transformou-se, neste momento, em uma retórica que não apreendeu os fundamentos de sua ação e os desafios concretos propostos para a classe.

Muito menos, esta linguagem pode servir de orientação das questões de interpretação histórica, não menos do que a linguagem proposta pelo poder. Se cada presente é sempre mais do que se imagina, e se o futuro foi indeterminado, interpretar cada novo começo merece outras palavras.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil — 1930-1945*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 1979.
- 2 — ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. In: LOPES, L. et alii. *Mudança social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 3 — ———. *Trabalho infantil e reprodução social*. 1981. mimeo.
- 4 — BLASS, Leila. Imprimindo a própria História; o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20. Dissertação de Mestrado. São Paulo, USP, 1983.
- 5 — BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Boletim /s.n.b./*.
- 6 — BRASIL. Decreto-lei 4.639 (ago. 1942); 4.869 (out. 1942); 4.937 (nov. 1942).
- 7 — BRUNI, José Carlos. *Ideologia e cultura*. 1980. mimeo.
- 8 — CAMPOS, Ney Pedreira de. Antagonismo de interesses. *Seminário de Legislação Social*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1944. Inclui trabalhos de 1941 e 1942.
- 9 — CARONE, Edgard. *A Segunda República*. São Paulo, Difel, 1973.
- 10 — ———. *A República nova*. São Paulo, Difel, 1974.
- 11 — ———. *O Estado Novo — 1937-1945*. São Paulo, Difel, 1976.
- 12 — CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia; o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1981.
- 13 — CIFTSP. Relatório do Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem do Estado de São Paulo, 1926-1927.

- 14 — Comissão Executiva Têxtil. Indústria Têxtil Algodoeira. Rio de Janeiro, 1946.
- 15 — DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1971.
- 16 — DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- 17 — DIAS, Eduardo. *Um imigrante e a revolução; memórias de um militante operário — 1930-1951*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 18 — DURHAM, Eunice. *A dinâmica cultural nas sociedades modernas. Arte e Revista*, 1 /s.n.b./.
- 19 — *O Estado de S. Paulo*, 5 jan. 1945.
- 20 — FAUSTO, Boris. *A greve de 1917. Estudos CEBRAP*, 10. 1974.
- 21 — ———. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo, Difel, 1976.
- 22 — GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho; política e legislação social no Brasil — 1917-1937*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- 23 — GROSSI, Ione. *Minas de Morro Velho: a extração do homem*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- 24 — LOBO, Mara /GALVÃO, Patrícia; PAGU/ *Parque industrial*. São Paulo /s.ed./ 1931.
- 25 — LOPES, J. S. Leite. *Fábrica e vila operária; considerações sobre uma forma de servidão burguesa*. In: LOPES, L. et alii. *Mudança social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 26 — MARAM, Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- 27 — MARANHÃO, Ricardo. *Sindicatos e democratização*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 28 — MONTES, Maria Lúcia. *O poder e a cultura: novos temas, velhas reflexões ou Pode a emoção ensinar a obediência política?* 1981. mimeo.
- 29 — MUNAKATA, Kasumi. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1981. Col. Tudo é História.
- 30 — NOGUEIRA, O. Pupo. *A indústria em face das leis do trabalho*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1935.
- 31 — PENA, Maria Valéria. *Mulheres e trabalhadoras; presença feminina no trabalho fabril*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- 32 — *A Platéia /jornal/* ago. e nov. 1930; jun. 1931.
- 33 — PINHEIRO, Paulo Sérgio. *O proletariado industrial na Primeira República*. In: FAUSTO, Boris, org. *O Brasil republicano*, 2. São Paulo, Difel, 1977.
- 34 — ———. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- 35 — ——— & HALL, Michael. *A classe operária no Brasil — 1889-1930*. São Paulo, Brasiliense, 1981. v. 3.
- 36 — RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.
- 37 — SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado /s.l./ Dominus*, 1966.
- 38 — SPINDEL, Arnaldo. *O PC na gênese do populismo /s.n.b./*.

- 39 — STEIN, Stanley. *Origem e evolução da indústria têxtil no Brasil — 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.
- 40 — ———. Superprodução industrial? *O Observador Econômico e Financeiro*, XIV, 1937.
- 41 — STREET, Jorge. *A jornada de 8 horas /s.n.b./ 1927*.
- 42 — TEJO, Limeira. *Retrato sincero do Brasil /s.n.b./*.
- 43 — THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. 2. ed. Harmonds worth, Penguin, 1971.
- 44 — VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- 45 — WEFFORT, F. Origens do sindicalismo populista no Brasil. *Estudos CEBRAP*, 4. 1973.



## ASPECTOS DA PROLETARIZAÇÃO DO CAMPELINATO NO VALE DO ITAJAÍ (SC):

### Os Colonos-Operários

*Giralda Seyferth*

As peculiaridades do processo de industrialização da cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, e os problemas fundiários resultantes do sistema de colonização implantado ao longo do rio Itajaí-mirim a partir de meados do século XIX, determinaram a emergência de uma classe específica de operários que, na teoria, receberam o nome de *worker-peasants*.<sup>\*</sup> Nesta comunicação procurarei, de forma resumida, fazer uma apreciação sobre este tipo de operário, que permanece mais ou menos desconhecido no âmbito dos estudos sobre a classe operária no Brasil.

#### I

A industrialização de Brusque começou no final do século XIX, quando foram instaladas as primeiras fábricas de tecidos, na periferia e mesmo no centro do que então era apenas uma pequena vila camponesa. O estabelecimento destas primeiras fá-

---

\* FRANKLIN (1969).

bricas não teve nenhuma relação com a atividade artesanal, embora algumas famílias que compraram lotes de terras, na condição de colonos, fossem, na verdade, famílias de operários têxteis emigrados da região de Lodz (Polônia).<sup>1</sup> Os empresários que instalaram as fábricas de tecidos eram comerciantes locais que acumularam capital a partir do comércio de produtos agrícolas da região. Um dos imigrantes tecelões de Lodz, por exemplo, foi convidado pelo principal comerciante local para instalar a primeira fábrica de tecidos, com teares usados adquiridos na Inglaterra. Este tecelão, por sua vez, chamou seus companheiros de Lodz, descontentes com a atividade agrícola, para compor o grupo que iria treinar colonos (camponeses)<sup>2</sup> para o trabalho na tecelagem. E este tem sido o procedimento ao longo da história da industrialização de Brusque: a mão-de-obra não especializada que constitui a maior parte do operariado têxtil vem do campo. Os operários são colonos ou filhos de colonos, compelidos a procurar emprego fora da agricultura.

Os colonos entraram no sistema capitalista de produção como trabalhadores em fábricas de tecidos instaladas na vila que concentrava as atividades econômicas e sociais da comunidade camponesa do Itajaí-mirim. Passaram a ser empregados dos mesmos empresários que exploravam a comercialização da pequena produção camponesa. Formavam, contudo, um grupo peculiar de classe trabalhadora: tinham a propriedade de terras, ou eram her-

---

<sup>1</sup> Os imigrantes provenientes de Lodz não tinham experiência no trabalho agrícola. Haviam imigrado, principalmente, por causa das más condições de trabalho e por constituírem minoria étnica (eram de origem alemã, vivendo numa região da Polônia então sob dominação russa, sofrendo diversas restrições de ordem política e social). No Itajaí-mirim receberam lotes de terra muito acidentadas, em local afastado de qualquer centro urbano: nada sabiam de agricultura, muito menos de técnicas agrícolas locais. Estes motivos levaram o grupo de Lodz a aceitar um trabalho assalariado na indústria têxtil recém-instalada. Na condição de tecelões, reproduziram, talvez com menos intensidade, a situação de trabalho que haviam enfrentado no seu país de origem, e que foi a causa principal da imigração.

<sup>2</sup> "Colono" foi uma categoria inicialmente utilizada para designar os imigrantes que se dirigiam para as chamadas áreas de colonização (isto é, destinadas à agricultura), no sul do Brasil. Com o tempo, tornou-se sinônimo de camponês, e na região indicativa da população rural de origem européia. O termo "camponês" e seus correspondentes em língua alemã e italiana (*Bauer* e *Contadino*, respectivamente) só raramente são empregados pela população rural. Colono e sua corruptela germanizada *Kolonist* são de uso corrente, tanto no campo como na cidade.

deiros de colonos pequenos proprietários de terras. Trabalhavam nas fábricas mas permaneciam moradores da área rural, mantendo atividades ligadas à lavoura. O aspecto mais importante deste operário é tanto a sua dupla condição, como o fato de ter persistido e se diferenciado do operariado comum ao longo de mais de oitenta anos. E nada indica que possa desaparecer em curto prazo.

A industrialização começou cedo, mas seu progresso foi relativamente lento, como lento foi o crescimento urbano de Brusque. De início foi uma indústria "rural", funcionando de forma precária, quase artesanal, com equipamento velho e não-de-obra não qualificada recrutada entre os filhos de camponeses. A mercadoria produzida — tecidos rústicos — se destinava ao consumo local e era vendida nas casas comerciais pertencentes aos industriais, ou até a domicílio. Só com a modernização das instalações, o conseqüente melhoramento dos tecidos produzidos e com o crescimento das indústrias têxteis após a Primeira Guerra Mundial, a comercialização da produção se expandiu para além dos limites regionais. Não cabe aqui maiores considerações sobre o desenvolvimento industrial em si. Mas deve ser chamada a atenção para um fato importante: a indústria, antes do seu maior desenvolvimento, não alterou fundamentalmente a pequena produção camponesa. De fato, parte da mão-de-obra recrutada para as fábricas era feminina e infantil<sup>3</sup> — o que implicava em pagamento de salários menores. Para uma família camponesa, ter uma ou duas mulheres ou crianças trabalhando na fábrica significava, antes, um pequeno aumento da renda familiar, sem maior prejuízo das

---

<sup>3</sup> Certamente o número de operários adultos era maior do que o de crianças. Mas havia muitas crianças de ambos os sexos trabalhando na indústria, uma prática que perdurou por bastante tempo e só deixou de ser rotina quando o trabalho de menores passou a ser regulamentado (já em época recente), e praticamente acabou quando deixou de existir o chamado salário de menor. Alguns depoimentos de operários aposentados que começaram a trabalhar nas fábricas na década de 1910 são significativos quanto a esta questão do trabalho infantil.

"Tinha muita gurizada na fábrica. Eu precisava trabalhar porque a família era pobre. O K. ensinava a gente. Era um bom mestre, tinha paciência de que as crianças ainda não eram gente grande. Não era todo mestre que era assim bom; tinha os que maltratava a gurizada. Mas criança na fábrica era vantagem pro patrão que pagava menos e tinha o mesmo serviço dos adultos".

"Foi num dia dois de fevereiro que eu comecei a trabalhar na fábrica. Eu tinha 10 anos e oito meses. E lá fiquei mais de quarenta anos".

atividades agrícolas. Nos grupos domésticos maiores (não era incomum um casal de camponeses ter 10 ou 12 filhos) mesmo a ausência de um homem adulto não prejudicava o trabalho na propriedade camponesa. Estabeleceu-se uma relação de equilíbrio entre a pequena propriedade camponesa e a indústria no sentido de que a emergência dos primeiros *worker-peasants* não caracterizou uma situação de *part-time farming*<sup>4</sup> — que só se configuraria mais tarde. Aumentou, contudo, o grau de dependência do campesinato em relação ao comerciante: este já não era apenas o comprador dos excedentes da pequena produção camponesa ou o vendedor de mercadorias necessárias à reprodução da unidade doméstica camponesa, mas também o patrão dos filhos e mulheres do camponês, quando não dele próprio.

A partir da década de 1930 o crescimento da indústria têxtil de Brusque se acelerou, aumentando muito a demanda de mão-de-obra. Nesta fase, o sistema que combina a pequena produção agrícola com o trabalho na indústria passa a ser fundamental para a reprodução do campesinato, e se configura uma situação em que a lavoura passa a ser complementar aos salários. É a institucionalização da agricultura de tempo parcial — cuja finalidade é a alimentação da família camponesa e não o comércio — a partir do momento em que se agrava o problema fundiário. A indústria têxtil, de certa forma, resolveu o problema de emprego para as famílias camponesas que começavam a enfrentar a escassez e o esgotamento das terras, agravado pela pulverização das propriedades. Desde os anos 50, houve uma apreciável diminuição do tamanho médio das propriedades agrícolas. A escassez de terras não era novidade para este campesinato. No período de povoamento, entre 1860 e o início do século, a maioria das famílias de colonos que chegavam ao Itajaí-mirim recebia, por compra, um lote de 25 hectares, suficiente para a reprodução de uma família nuclear. Durante algum tempo foi possível manter o tamanho médio das propriedades em torno de 20 hectares, fazendo arranjos de herança, comprando terras ou obtendo a concessão de outro lote. De qualquer forma, a quantidade de imi-

---

<sup>4</sup> Uma das características que identificam o *worker-peasant* é justamente o fato dele praticar uma agricultura de tempo parcial (Cf. Franklin, 1969). No Itajaí-mirim, pelo menos no início do processo de proletarianização, o ritmo de trabalho na propriedade camponesa não foi substancialmente reduzido.

grantes que entraram na região até a virada do século, sempre superior ao número de lotes demarcados disponíveis, fazia com que a segunda e terceira alternativas citadas fossem pouco acionadas para resolver o problema da escassez. O resultado foi a sucessiva partilha dos lotes originais, que tornou inviável a reprodução de boa parte do campesinato sem a alternativa da combinação lavoura de subsistência/trabalho na indústria. Hoje, aproximadamente 2/3 das propriedades têm menos de 10 hectares, quase sempre de terras esgotadas. O resultado desta minifundização não foi, como era de se esperar, o êxodo rural, mas a proletarização parcial do campesinato. Indivíduos nem bem camponeses, nem bem operários, que se identificam como colonos mas são trabalhadores na indústria — eis a realidade. Seu *status* não é propriamente o de operários, e nem eles se consideram membros da classe operária, embora sua condição de industriários tenha reduzido bastante sua atividade agrícola. O que os distingue dos outros operários é o fato de que possuem outra ocupação — a lavoura, mesmo que a nível de subsistência —, pertencem a famílias que têm a propriedade das terras que cultivam — mesmo em pequena quantidade — e não residem na área urbana. Paradoxalmente, são ao mesmo tempo assalariados por um lado e donos dos meios de produção por outro.

A diferenciação entre colonos-operários e operários começou a se delinear ao final da década de 1930. Até então, a combinação lavoura/fábrica vinha se mantendo mais ou menos estável: o grupo doméstico camponês prosseguia nas suas atividades tradicionais, com um ou dois membros da família trabalhando na fábrica. Mas o crescimento da indústria e a conseqüente demanda de mão-de-obra já mencionada, atraiu para a cidade de Brusque indivíduos e famílias de municípios próximos, especialmente do vale do rio Tijucas. Na sua maioria eram ex-pequenos proprietários, ex-arrendatários ou trabalhadores rurais da região canavieira de Tijucas. Constituíram o núcleo de uma classe operária emergente: não possuíam terra e tinham o trabalho assalariado na fábrica como única ocupação. Este grupo foi posteriormente aumentado não só pela migração de ex-pescadores e lavradores de municípios litorâneos próximos ao Vale do Itajaí, como também por indivíduos e famílias de colonos de origem alemã e italiana da região que por vários motivos migraram para a cidade. Não é demais repetir que o tamanho reduzido das pro-

priedades é sempre o principal motivo para os filhos de camponeses deixarem o campo. Sendo improdutora a partilha da terra, um dos filhos pode ficar com a propriedade e aos demais só resta o caminho da proletarização. No caso das famílias procedentes de outras regiões (como as de Tijucas) o problema é sempre fundiário, mas as razões da migração são variadas: ou são trabalhadores rurais, sem terras, que perderam seus empregos nas usinas de açúcar e canaviais; ou são pequenos proprietários que venderam suas poucas terras com o objetivo de buscar uma vida melhor como operários residindo em área urbana. Este excerto de entrevista mostra bem a situação:

Nós era lá de São João. Nós era pobre, filharada pequena, sem emprego; nós trabalhava na roça, ganhava aquela miséria... Aí largamos tudo, terra e tudo e fomos pra Barracão trabalhar prum fazendeiro. Lá tava mais ou menos. Trabalhava pra ele; comida não faltava, mas também pobre nós chegamos e pobre nós saímos. Aí inventei de vir pra Brusque, pra botar as filhas na fábrica, melhorar a vida, pois disseram que aqui era fácil arrumá trabalho... E continuamos na miséria, mal deu pra fazer esta casinha com todo mundo trabalhando.

Formaram-se vários bairros operários em torno do antigo núcleo urbano de Brusque. Mas, se de um lado emergia e crescia uma classe operária constituída, na maioria, por ex-camponeses, por outro lado, os colonos-operários persistiram com certa estabilidade, mantendo a propriedade da terra e identificados com a vida rural. Atualmente, pelo menos dois distritos de Brusque (D. Joaquim e Limeira) e dois municípios vizinhos (Guabiruba e Botuverá) são comunidades onde a maioria da população é composta de colonos-operários.

## II

Numa conceitualização muito geral, os colonos-operários podem ser definidos como "agricultores de cinco horas" (usando a expressão de Franklin, 1969), ou "agricultores de tempo parcial". Trabalham mais tempo numa fábrica do que nas suas lavouras.

Na prática, são operários com uma jornada de trabalho completa, isto é, de no mínimo oito horas diárias. Essa jornada, porém, nunca ocupa todo o dia. As fábricas possuem três turnos

de trabalho: o primeiro das 5.00 às 13.30 horas; o segundo das 13.30 às 22.00 horas; e o terceiro, reduzido em uma hora por ser noturno, das 22.00 às 5.00 horas. Qualquer que seja o turno, sempre é possível conciliá-lo com outra atividade. Assim, ao turno de oito horas na fábrica somam-se as horas gastas em locomoção e o tempo dispendido com o trabalho agrícola (geralmente quatro ou cinco horas) — o que, no conjunto, pode chegar a uma jornada de trabalho de até 16 horas diárias.

O tempo gasto com a locomoção depende das distâncias a serem percorridas e da existência de transporte coletivo. Em muitos casos, o trajeto é feito em parte de bicicleta ou a pé, em parte de ônibus. De qualquer forma, para a maioria dos colonos-operários, o tempo de viagem da sua propriedade até a fábrica, e vice-versa, varia de 2 a 4 horas. Esse tempo pode ser ainda maior no caso daqueles que se deslocam para além de Brusque (mais precisamente para Blumenau).

Uma das características diferenciadoras do colono-operário é, justamente, a jornada de trabalho, que para o operário comum, na maior parte dos casos, é de oito horas diárias, sem grandes distâncias a percorrer entre sua moradia e o local de trabalho. Este fato concreto — jornada de trabalho — é o ponto crucial de diferenciação entre as duas classes de trabalhadores na representação que os colonos-operários fazem de si mesmos. E essa diferenciação passa também por considerações de ordem étnica. Isto é, colonos-operários, sejam de origem italiana ou alemã, se consideram melhores trabalhadores porque trazem consigo o amor ao trabalho. Dentro desta concepção de amor ao trabalho (que para eles é característica do colono) a jornada de quase 16 horas diárias é avaliada positivamente, não como um sobretrabalho, mas como forma de manter um padrão de vida condigno.

No contexto étnico o confronto se faz a partir da definição do operário brasileiro como preguiçoso exatamente porque não executa outras tarefas após seu turno na fábrica.

Por exemplo:

Os tijuicanos (brasileiros) só trabalham na fábrica. Sempre foi assim. Trabalhar com esse negócio de lavoura, criação, assim como eu, só os de origem — os italianos, os alemães —, mas o que é brasileiro, tijuicano, tudo só é fábrica e depois come, dorme um pouquinho e vai passear.

Pra esses brasileiros pouca coisa serve. Eles se contenta com pouco. Já nós não, nós trabalha mais porque tem roça, criação, um lugar bom pra morar. Nós vive melhor porque o da fábrica equilibra o ganho e do que faz em casa tem a comida.

O argumento de que muitos operários de origem européia estão na mesma situação dos brasileiros — isto é, vivem apenas como assalariados da indústria e residem em bairros pobres na cidade — não modifica este ponto de vista:

Pode ser que tem muitos de origem aí que mora mal, não tem terra pra plantar. Mas vê aí que quando resta um pedacinho de terreno aí atrás da casa sempre dá jeito de plantar umas verdura, ter umas galinha e às vezes até uma vaquinha, quando dá. E depois, esses aí já teve pai e mãe colono, já foi da colônia, não consegue ficar na preguiça, dá jeito...

Pode ser constatado que os argumentos de ordem étnica são importantes nessa questão da diferenciação<sup>5</sup> dos colonos-operários e eles estão vinculados à definição do trabalho agrícola e da própria categoria colono.

“Os colonos estão acostumados ao trabalho pesado” — esta é uma frase constantemente ouvida nas entrevistas. Ou, numa variação, “os de origem não fogem do trabalho e fazem questão de ter o seu lugar”. O próprio fato de suportar uma jornada de trabalho intensa é justificado por uma representação diferencial das duas atividades: a de colono, que supõe um trabalho pesado, e a de operário, que supõe um trabalho leve.

Nesse caso, confrontam o trabalho na terra com o trabalho na fábrica, e valorizam o primeiro. “Trabalho pesado” se refere ao trabalho na roça, a principal atividade do colono que na região ainda não está mecanizado. A mecanização é desejada, mas a quantidade e a qualidade das terras não compensa investimentos com maquinaria mais sofisticada.

O colono se considera um indivíduo acostumado ao trabalho sob qualquer condição, pois o que faz é principalmente uma atividade braçal; para ele, “o serviço da fábrica, cuidar de tear, fazer pano, carregar fardos, não é nada perto de capinar e arar a terra, secar fumo...”

<sup>5</sup> Sobre essa concepção étnica de trabalho, no que diz respeito aos de origem alemã, ver SEYFERTH (1982).

Mas se o trabalho do operário desgasta menos, dentro desta concepção, não significa que seja mais valorizado ou superestimado. Ele tem valor como alternativa a uma situação de penúria no campo. Por exemplo:

Aqui, quem não tem terra, quem fica só com uma casinha e quintal, precisa de fábrica.  
Eu só quis ser operário porque deu aí umas praga na roça, perdi tudo, até minha vaca, foi um ano muito ruim. Fui lá pra ficar só uns tempos aí, até a situação ficar melhor, e a mulher ficou mais cuidando da roça também. E fiquei até aposentar, porque nunca que a gente recupera tudo. E agora virei só colono outra vez, olho isso aí enquanto o filho tá lá embaixo, na fábrica.

A representação sobre as duas situações — a de colono e a de operário — pode incluir outros argumentos, quase sempre a favor do trabalho agrícola, e sempre por oposição.

<i>Fábrica</i>	<i>Roça</i>
poluição	vida ao ar livre
tem patrão	não tem patrão
sujeição aos contramestres	liberdade para decidir
tem horário	não tem horário
etc. . .	

Esta listagem poderia ser muito maior. O que está em jogo nestas colocações é, principalmente, uma conjuntura de escassez de terras para plantio, que transforma um trabalho que para muitos colonos é secundário na única opção possível. Deixando à parte os aspectos considerados negativos, como ter patrão, por exemplo, fica a escolha por um trabalho leve, possível de conciliar com a agricultura em pequena escala, tendo a família como unidade de produção.

### III

A ligação com a terra é, portanto, um dado fundamental na conceitualização do colono-operário. E esta só pode ser com-

preendida concentrando a análise sobre a unidade doméstica camponesa da qual faz parte.

A primeira e mais importante condição para a existência desta classe de trabalhadores é a propriedade da terra — e terra cultivável. A terra pertence à família e não deve ser vendida; não sendo mercadoria, sua venda só pode ser efetuada “dentro da família” — por exemplo, uma transação envolvendo dois irmãos, ou mesmo dois primos em primeiro grau. No que se refere ao trabalho agrícola, todos se revezam (homens, mulheres, crianças com mais de dez anos), mesmo os que também são operários.

O grupo doméstico como unidade de produção tem sua expressão máxima nesta frase dita por um chefe de família: “trabalham todos para o mesmo saco”. O pai tem autoridade absoluta sobre os filhos, até o casamento. Nas entrevistas, esta unidade familiar, ou a família compondo uma pequena empresa, transparece. “Até eles (os filhos) casar, isso aí é uma firma só.”

Duas coisas se destacam: em primeiro lugar, a família aparece como uma unidade empresarial na qual o pai é o empresário; em segundo lugar, tal estrutura familiar camponesa se mantém quando um ou mais membros da família se tornam assalariados, operários.

Os dados remetem às observações teóricas de Galeski\* sobre a família camponesa. Para este autor, a família camponesa é o grupo de produção de uma pequena empresa; o indivíduo fica subordinado à família (mais especificamente, à autoridade paterna) até casar.

Na prática, esta é a realidade do grupo dos colonos-operários do Itajaí-mirim. Salvo poucas exceções, o que os membros da família ganham no trabalho agrícola ou como assalariados é administrado pelo pai. A renda comum se destina à manutenção da família, mas sempre que possível, é usada também para aumentar o patrimônio (terras ou benfeitorias). A compra de terras, hoje, é pouco freqüente, embora idealizada como forma de manter os filhos casados no campo.

Na verdade, o que puder ser poupado se destina à construção de casas e benfeitorias consideradas indispensáveis na eman-

---

\* cf. GALESKI (1972).

cipação dos filhos pela via do casamento. Assim, a permanência no campo após o casamento depende do filho de um camponês ou colono-operário ter sua própria casa e uma pequena área cultivável.

Em tais circunstâncias, são mantidas algumas das características essenciais do campesinato: a terra, por mínima que seja a área cultivada, é um elemento indispensável à reprodução do grupo familiar. O principal argumento para manter, às vezes com sacrifício, a atividade agrícola, remete às considerações feitas a respeito dos salários.

Para o grupo, uma família não pode sobreviver satisfatoriamente apenas com os salários pagos pelas indústrias. A proletarização, para eles, se tornou sinônimo de empobrecimento, penúria. O empenho no trabalho agrícola, mesmo reduzido, representa um aumento da renda familiar, embora a produção quase nunca seja comercializada. Representa, sobretudo, uma economia substancial e com os gastos de alimentação, permitindo que o ganho com os salários reverta para outros itens do orçamento familiar.

A atividade agrícola também é representada como a segurança contra o desemprego. A terra, então, atende em parte as necessidades de alimentação como ainda fornece a base física para a moradia, o que compensa viajar diariamente para trabalhar.

Num contexto regional em que predominam propriedades rurais com menos de 10 hectares — quase todas pertencentes a famílias de colonos-operários — algumas características da vida camponesa são mantidas. Como, por exemplo, o ciclo de desenvolvimento da família, que culmina com a família de três gerações sob o mesmo teto (os pais, um dos filhos casados e sua prole).

Outro aspecto diz respeito ao trabalho — um assunto familiar, pois mesmo o ganho individual, como mostrei, é incorporado à renda da família. Soma-se a atividade na roça com a atividade assalariada e tudo resulta em trabalho familiar.

A organização do trabalho e o ciclo de desenvolvimento da família podem ser exemplificados por um caso concreto: o de um colono-operário, B. R., de origem alemã, que possui cerca de 15 hectares de terras descontínuas, em partes compradas e em partes herdadas. Seu pai possuía uma propriedade considerada

“grande” para os padrões regionais — perto de 50 hectares — mas que foi partilhada entre seis filhos, numa doação em vida.

Com a partilha ficou impossível para cada família nuclear viver apenas da agricultura; ou a mulher, ou o marido, ou ambos, tornaram-se também operários. B. R., junto com seu lote, herdou a casa e outras benfeitorias da propriedade e, com sua família, ficou morando com seus pais.

Portanto, o ciclo começou com um casal e uma propriedade de 50 hectares, que atinge o máximo da produtividade quando os seis filhos, solteiros, compõem uma unidade familiar produzindo para um fundo comum.

A perspectiva do casamento e da partilha faz com que a opção pelo assalariamento se torne necessária e o ciclo recomeça com vários casais, e com muito menos terra — numa perspectiva de proletarização para a terceira geração. Quem, nesta situação, tem maior possibilidade de manter o equilíbrio lavoura/fábrica é aquele que herdou mais porque compôs com os pais (e os filhos) uma família de três gerações, justamente B. R. Só ele teve condições de aumentar seu patrimônio em terras através da compra de mais dois pequenos lotes. O objetivo desta compra: deixar para os filhos pelo menos alguns hectares como herança. “A terra é a segurança deles, senão como vão casar, construir casa, plantar alguma coisa pro gasto. As mulheres quando casam levam só enxoval, os móveis, uma vaca e coisinhas assim. Mas o homem precisa de terra, é obrigação dele...”

Os quatro filhos deste informante (duas moças, dois rapazes) são operários, como ele próprio. Aos homens compete o trabalho na roça e as mulheres desempenham **tarefas mais próximas** à casa, como cuidar dos animais e da horta. Revezam-se no trabalho, cada um fazendo a sua parte após o turno na fábrica. O que pode ser poupado dos salários destina-se à compra de material para a construção de casas para os filhos e assegura às filhas o dote referido no depoimento citado. A independência só vem com o casamento:

Enquanto é solteiro, mora com a família, o que ganha traz para casa, o pai cuida, dá aí um pouquinho para diversão, para uma roupa. O resto cuida, e o filho só fica com tudo o que ganha na fábrica quando tá noivo, perto de casar, porque aí vai precisar para o começo. Mas antes ajuda a família, poupa pra comprar madeira, tijolo e coisas que precisa pra fazer casa...

Este exemplo mostra que os problemas cruciais do colono-operário giram em torno da escassez de terras e da transmissão do patrimônio. Terras de cultivo produtivas são poucas e muito caras, e em torno delas existe todo o tipo de especulação (por exemplo, industriais locais que investem em terras agrícolas sem utilizá-las). Camponeses, colonos-operários, quase ninguém tem condições de aumentar suas propriedades por compra. E as propriedades rurais da região se fragmentaram quando sucessivas gerações receberam suas heranças, apesar dos arranjos entre herdeiros que preveniram a partilha excessiva durante algum tempo.

Quase todas as formas que determinam a herança da terra levam à proletarização total ou parcial do campesinato. Uma delas estabelece que a propriedade é dividida entre todos os herdeiros, impossibilitando todos de viver como camponeses. Esta forma de partilha é mais freqüente quando o pai morre quando alguns ou todos os filhos são menores — caso que exige inventário — e a partilha é determinada judicialmente.

A outra forma de divisão da propriedade depende do acerto entre os herdeiros, e quase sempre acontece através da doação de terras pelos pais. Numa tal circunstância, o chefe da família controla a distribuição do patrimônio. Existem muitos arranjos: um deles, mais comum entre camponeses de origem italiana, exclui as mulheres (elas não recebem terras); outro atribui ao filho mais novo a parte correspondente à casa, estábulo, horta etc. . . , e mais uma parte maior das terras de lavoura, e, aos demais, cabe apenas uma parcela de terras que permite sua reprodução como colonos-operários.

Uma terceira alternativa (comum entre a população de origem alemã) é a partilha legal dos bens, quando todos recebem uma parcela igual, seguida da venda (simbólica muitas vezes) ou da desistência em favor de apenas um dos herdeiros. Aqueles que vendem ou desistem da terra se proletarizam, mesmo vivendo na zona rural, pois é comum reservar para si, nestas circunstâncias, o que chamam “um chão de casa” — isto é, uma parcela suficiente para construir uma casa e manter uma horta.

A família de três gerações se reproduz através da permanência de um dos herdeiros na moradia dos pais. O conjunto onde se situa a casa, o estábulo, horta ou pomar é indivisível. É herdada quase sempre pelo último filho que casa (embora possa haver alguma variação) e nela permanecem tanto os pais

como as irmãs solteiras. Em regra, aquele que herda esta parte da propriedade também compra as parcelas dos demais herdeiros.

Os arranjos mencionados sempre existiram na região, mesmo antes da industrialização, e resultam tanto da tradição camponesa européia<sup>6</sup> como da escassez de terras.

A demanda de mão-de-obra nas indústrias facilitou a continuidade dos arranjos de herança pelos quais um ou dois herdam a terra e os demais herdeiros vendem. Estas formas de divisão das propriedades permitem manter um sistema em que uma população composta de famílias de pequenos proprietários rurais combinam a atividade agrícola tradicional com o trabalho assalariado em indústrias relativamente distantes da sua moradia. E a demanda de mão-de-obra industrial parece ter aumentado quase que na mesma proporção com que as propriedades se fragmentam.

O município de Guabiruba é um caso bastante típico. Ali a minifundização está associada a uma população cada vez maior de *Auspendler*, isto é, excetuando o distrito de Planície Alta, grande parte da população ativa do município é composta, hoje, de colonos-operários que se deslocam diariamente até as fábricas de cidades próximas. Mais de sessenta por cento das propriedades agrícolas têm menos de 10 hectares; e a opção pelo trabalho assalariado se relaciona tanto à insuficiência de terras como à disponibilidade de empregos na indústria têxtil, que requer pouca ou nenhuma especialização.

Somados estes dois fatores, um ou mais membros das famílias camponesas buscam trabalho nas pequenas fábricas locais, ou nas indústrias maiores, em Brusque, e até mesmo em Blumenau.

O trabalho agrícola é realizado por todos os membros do grupo doméstico, em conjunto ou alternadamente, dependendo do horário cumprido na fábrica. As mulheres jovens e solteiras constituem a maioria do grupo de colonos-operários que trabalham em Blumenau. O tempo que gastam para ir e voltar do

---

<sup>6</sup> Os pais ou avós de colonos de origem alemã, por exemplo, procederam tanto de regiões da Alemanha onde predominava a *Realteilung* (a propriedade camponesa partilhada por todos os herdeiros) como o *Annerbrecht* (um dos filhos — o mais velho ou o mais novo — herda toda a propriedade).

trabalho reduz sua participação na economia doméstica ao seu salário. São o que Franklin\* chama de *Auspendler*.

O termo é intraduzível, mas se refere justamente à distância percorrida entre a moradia e o local do trabalho e vice-versa.

Um caso extremo de *Auspendler* ocorre no município de Botuverá, onde uma indústria de fiação de Brusque recrutou, através da prefeitura, um grupo de jovens camponeses para constituir um 4.º turno. Esta indústria, de equipamento moderno, não pára, como as demais, aos domingos. Reorganizou, então, o trabalho dos operários de modo que um grupo preenchesse os dias de folga semanal dos demais. Este grupo tem horários diferentes todas as semanas. Como os operários não concordaram em trabalhar neste esquema, os proprietários fizeram o acordo com jovens camponeses de Botuverá que, mediante facilidades de transporte, concordaram com essas condições de trabalho. Nenhum deles vive na sede do município, de onde saem os ônibus que os levam até a fábrica, uma viagem que demora cerca de uma hora e meia quando a estrada está transitável.

Das suas casas até o local do embarque nos ônibus, tem de se deslocar a pé ou de bicicleta; assim, para chegar ao local de trabalho às cinco horas, por exemplo, estes colonos-operários têm de estar a caminho três ou quatro horas antes. O tempo gasto na locomoção impede maior dedicação ao trabalho na propriedade familiar. Os poucos chefes de família nesta situação deixam suas lavouras nas mãos das mulheres e filhos menores. Os jovens contribuem para a renda familiar com seu salário. Várias razões são dadas para não trocar o campo pela cidade, além da tradição, sempre invocada: o alto custo da moradia na cidade e o preço dos alimentos. Segundo um deles: "Se eu for pagar um aluguel e comprar a comida toda que precisa o salário não chega. Na colônia pelo menos nós tem casa e comida própria."

#### IV

Embora esta análise sobre os colonos-operários seja necessariamente limitada, algumas observações se destacam. O as-

---

\* FRANKLIN (1969) cap. 2.

pecto fundamental no caso deste grupo específico de colonos (ou operários) diz respeito à sua participação na vida sócio-econômica da comunidade rural.

A ênfase dada à propriedade da terra, as razões com que justificam sua escolha pelo trabalho assalariado, a valorização da atividade agrícola etc. . . mostram que, pelo menos no plano ideológico, a atividade assalariada na indústria é definida como acessória ou suplementar.

Tal definição nada tem de excepcional, porque a suplementação da renda familiar camponesa com trabalho assalariado temporário é característica do campesinato do Itajaí-mirim.\*

A diferença entre os dois tipos de assalariamento é que, no passado, este era realmente temporário: os homens deixavam a propriedade por um período limitado sempre que havia necessidade de dinheiro (por exemplo, para saldar dívida contraída com a compra de terras, ou nas casas de comércio).

O argumento para colocar os dois tipos de trabalho assalariado num mesmo plano é justificado pelos informantes de forma simples: hoje, como no passado, os colonos buscam o assalariamento como forma de superar um momento de crise. Só que hoje a única alternativa é ser operário na fábrica pois “as serrarias e olarias são poucas e já não se constroem mais estradas a picareta”.

Na verdade, apesar da atividade assalariada ser definida como suplementar, na prática os salários quase sempre são muito mais importantes para a subsistência do que a produção obtida na colônia. A produção colonial serve apenas ao consumo familiar; com poucas exceções (como café, açúcar e sal, por exemplo) os alimentos são obtidos com a lavoura e a criação de animais.

Os salários, aí sim, complementam as necessidades de consumo, mas também compõem uma renda (o que chamam poupança para o futuro) destinada a garantir a reprodução dos filhos dos colonos-operários no mesmo sistema.

A dupla condição de colonos e operários, portanto, se impõe a esta população rural como estratégia que permite reproduzir a unidade doméstica camponesa. As diferenças entre cam-

---

\* cf. SEYFERTH (1974) cap. 3.

poneses e colonos-operários se situam muito mais ao nível da ocupação do que nos aspectos da organização do trabalho nas colônias ou das relações sociais. São, enfim, “colonos que trabalham na fábrica”, na sua própria definição, circunstancialmente.

Mas uma vez assalariado, um colono permanece na fábrica até a aposentadoria, quase fechando um ciclo: “A gente começa como colono, vira operário uns tempos, depois morre colono.”

O circunstancial aqui remete principalmente às razões que levam à proletarização parcial. Um colono busca emprego quando perde uma colheita, assume uma dívida que não pode saldar ou quando ocorre a partilha da propriedade familiar. Esta última quase sempre determina, como já mostrei, quem vai se proletariar e quem permanece no campo, como camponês ou como colono-operário.

A ligação com a terra, assim, é o elemento definidor do colono-operário enquanto categoria social diferente do operário. A propriedade da terra garante a manutenção da condição camponesa, mesmo que um ou mais membros da família sejam operários.

O ditado de que “a terra é a segurança do colono” prevalece mesmo nesta situação, não só porque o trabalho na fábrica é considerado temporário mas também inseguro. O colono pode ser prejudicado por uma colheita ruim; mas na fábrica estará submetido à vontade de um patrão, que pode mandá-lo embora a qualquer momento.

O raciocínio, nesse sentido, se prende à questão da policultura; em qualquer circunstância, a família do colono-operário tem comida, pois uma colheita pode ser perdida mas não tudo o que for plantado no decorrer de um ano. Mas, para um assalariado, a perda de emprego pode significar penúria.

Outro fator determinante da valorização do colono diz respeito aos salários, considerados baixos. “Com salário mínimo ninguém vive” — esta é uma das frases mais repetidas nas entrevistas, e a razão maior para manter a propriedade rural a todo custo, pois a possibilidade de obter moradia e um padrão de vida razoável na cidade é remota.

Na lógica da segurança, a propriedade rural é tanto a moradia como nela se obtém a parte mais substancial da alimenta-

ção. O modo de vida considerado bom (sempre em confronto, com o que consideram o baixo padrão dos operários brasileiros), porém, é obtido através de uma jornada de trabalho que oscila entre 12 e 14 horas diárias, mais as distâncias percorridas entre a colônia e a fábrica.

Concluindo, pode ser observado que, embora os colonos-operários não constituam um grupo homogêneo,<sup>7</sup> um fato permanece: eles pertencem à comunidade rural, apesar do seu emprego urbano.

Certamente seriam excluídos de um esquema teórico voltado para o campesinato. Mas vem se reproduzindo enquanto grupo social desde o início do século, perfeitamente integrados ao meio camponês; e em algumas áreas do Itajaí-mirim constituem a maioria da população.

Seu modelo de economia familiar, adaptado às mais diversas situações de mudança, permitiu, enfim, a reprodução de parte do campesinato nesta região.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GALESKI, B. — *Basic concepts of rural sociology*. Manchester, Manchester University Press, 1972.
- FRANKLIN, S. H. — *The european peasantry; the final phase*. Londres, Methuen, 1969.
- SEYFERTH, G. — *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre, Movimento/SAB, 1974.
- — A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional, Nova Série, Antropologia*, n.º 37, 1982.

---

<sup>7</sup> Pelo menos dois elementos diferenciadores podem ser destacados como exemplo: a quantidade de terras possuídas pela família e o número de membros que estão empregados na indústria.

## PARTE II

Aspectos sobre a família, identidade social  
e formas de dominação referentes a  
grupos de trabalhadores urbanos



# FAMÍLIA E OPERÁRIOS DE ORIGEM CAMPONESA; UMA LEITURA DA *CRISE DO BRASIL ARCAICO*

*Maria Rosilene Barbosa Alvim*

## INTRODUÇÃO

A separação entre casa e trabalho é sempre pensada quando se trata de comparar operários, camponeses e artesãos, o que muitas vezes leva à relativização da presença da família e sua conseqüente importância nas pesquisas com operários industriais. Tal forma de equacionar a questão faz com que se tenda a eliminar a separação entre espaço doméstico e espaço de trabalho entre camponeses e artesãos, como se o fato de os operários realizarem seu trabalho produtivo para além da esfera doméstica provocasse simultaneamente o efeito analítico de transformar camponeses e artesãos em uma força de trabalho inferior, presa à suposta improdutividade de um trabalho predeterminado pela organização familiar. Esta a visão que restaria, portanto, neste procedimento relativo ao chamado trabalho camponês e artesanal, em que a força de trabalho composta por membros familiares é a força de trabalho fundamental.

O quadro de referência em que se situa a comparação acima aludida é o processo de transformação das relações de trabalho artesanais ou camponesas em relações de trabalho capitalistas.

Com o desenvolvimento do capitalismo, tais formas de produção, em que a força de trabalho é composta pelos membros da unidade familiar, e onde o chefe de família além de trabalhador direto é também o organizador e dirigente do processo produtivo, perdem sua importância dando lugar a uma outra concepção de trabalho tida como "superior". Aqui, o ritmo do trabalho não é mais ditado pelas necessidades de reprodução do grupo familiar, mas está submetido ao ritmo dos objetivos da produção fabril, às necessidades mercantis capitalistas.

É preciso, porém, não permitir ao nível das aparências, nem tampouco simplificar as particularidades possíveis e viáveis das transformações às quais estão sujeitas as relações sociais e econômicas. Esta visão é decorrente, muitas vezes, do desconhecimento de grupos específicos, que se reproduzem segundo formas de produção onde a importância familiar no processo produtivo, e a autonomia do trabalhador direto em relação a esse processo, são elementos fundamentais para que este trabalhador lute contra a introdução de formas diferentes de produção, que eliminem suas condições habituais de trabalho e de vida.

Só considerando-se a permanência de grupos sociais não totalmente subordinados (não subsumidos) ao modo de produção capitalista, se pode entender a existência e a reprodução de grupos camponeses em vastas áreas, dominadas por aquele modo de produção.

Em relação a grupos artesanais, pode-se fazer uma reflexão análoga: em trabalho anterior, mostro como um grupo de artesãos se reproduz, mesmo submetido, ao nível das relações de produção, ao modo de produção capitalista.<sup>1</sup>

É fundamental, por conseguinte, pensar que, mesmo nas formas não capitalistas de produção, com subordinação ao modo de produção capitalista ao nível da distribuição, o fato de o trabalhador dirigir os membros de sua família durante o processo produtivo, no qual ele próprio participa ativamente, não significa uma eliminação das diferenças entre a esfera doméstica e a esfera do trabalho para este grupo.

Nem tampouco que, dada a relação entre a força de trabalho e os laços familiares, os espaços onde vão ocorrer as ativi-

---

<sup>1</sup> cf. ALVIM (1979).

dades produtivas e as demais atividades não produtivas, na esfera da moradia, da casa propriamente dita, não sejam diferenciados.

O motivo desta diferenciação não é a existência real da separação espacial entre as esferas do trabalho e da casa, mas as relações sociais envolvidas e as atividades realizadas em cada uma delas que são, na realidade, diversas. A não consideração da diversidade no caso levaria à anulação, por exemplo, de esferas de autoridade da mãe de família e do chefe de família camponês, considerando-se apenas um dos aspectos do problema.<sup>2</sup>

Sabe-se, durante a revolução industrial na Inglaterra e em outros países, da existência da indústria doméstica, espalhada pelo campo e pelos centros urbanos, onde toda a família era usada no processo produtivo. Havia, então, uma superposição entre a esfera da casa propriamente dita e a esfera do trabalho, e nem por isso se eliminou a divisão de papéis entre o chefe de família e a mãe de família e a subordinação dos filhos ao sistema de autoridade em jogo.<sup>3</sup>

Usar a separação radical, entre as esferas do trabalho e da moradia, juntamente com a eliminação da característica familiar da força de trabalho, introduzida pelo modo de produção capitalista, para diferenciar o operariado do campesinato e do artesanato, constitui uma maneira de resolver a transformação dos produtores diretos destas formas de produção anteriores na força de trabalho industrial-capitalista, de uma maneira estranha ao processo real vivido pelos grupos em questão.

Como o campesinato vive sua proletarização e como procura criar mecanismos de reprodução, tentando livrar-se desta proletarização, é a pergunta a ser feita.

Pode-se dizer que o que está em jogo, na propalada separação do espaço familiar do espaço do trabalho, é a perda da autonomia que o trabalhador mantinha ao nível interno do processo produtivo, onde, ao mesmo tempo em que se reproduzia enquanto trabalhador, reproduzia também os laços familiares e o sistema de autoridade familiar onde estava inserido.

Tal discussão me parece importante dentro dos objetivos deste trabalho que visa a análise da formação da força de tra-

<sup>2</sup> cf. HEREDIA & GARCIA (1971).

<sup>3</sup> cf. THOMPSON (1968) p. 221, 297-346, 366-384.

balho industrial a partir de sua origem camponesa. Pretendo ver a relação entre o grupo familiar operário e o seu trabalho industrial, levando em conta que esses operários têm um passado rural recente.

A obra em que me baseio para fazer esta reflexão, *Crise do Brasil Arcaico*, de Juarez Rubens Brandão Lopes, enfatiza o caráter rural desses operários, buscando nele a origem das relações *tradicionais e patrimonialistas* presentes nas indústrias de duas cidades da zona da mata de Minas Gerais: Mundo Novo e Sobrado.<sup>4</sup>

Em função de tal propósito, tentarei ver as relações existentes dentro da família operária e sua proximidade com esta origem rural. Esta proximidade permite pensar como é vivida pelo grupo a transformação da relação trabalho/moradia existente entre camponeses. Levando-se em conta que, na situação operária, perde-se a autonomia familiar no processo produtivo, e substitui-se a autoridade do chefe de família, na direção e organização desse processo, por elementos da hierarquia fabril. Seja qual for a autoridade paterna ao nível do trabalho dos filhos, ela terá que passar pela mediação das normas de trabalho fabril.

A manutenção da autoridade paterna, seja em relação ao trabalho dos filhos, seja em relação à subsistência e reprodução de seu grupo doméstico, é um dos fatores principais a ser desvendado neste trabalho: busca-se pensar a transformação da força de trabalho camponesa em força de trabalho industrial a partir da vivência do próprio grupo.

Em função dos problemas e dos objetivos do trabalho, o livro de Juarez Brandão Lopes será tomado como um conjunto de dados e explicações que informam sobre um certo tipo de família operária. Tanto a categoria *tradicional*, que é de grande valia para o autor interpretar a natureza das relações industriais, quanto a origem rural da força de trabalho industrial, constituem veios através dos quais o presente trabalho procura pensar as questões relativas à formação dessa mão-de-obra industrial e o seu caráter familiar.

---

<sup>4</sup> O livro mencionado é *Crise do Brasil Arcaico*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, de Juarez R. Brandão Lopes. As palavras sublinhadas significam sua utilização como categorias pelo autor ou pelos agentes sociais referidos no trabalho.

Meu interesse no estudo da família em grupos operários, associado ao fato de estar desenvolvendo uma pesquisa sobre este tema,<sup>5</sup> permite-me comparar o grupo por mim estudado com o grupo de operários de Mundo Novo e Sobrado.

A ênfase no caráter tradicional e na origem rural dos operários de mundo novo e sobrado e o obscurecimento, daí decorrente, de alguns processos sociais.

Na introdução à *Crise do Brasil Arcaico*, Juarez Brandão Lopes diz que "em países como o Brasil, com um processo de industrialização incipiente, não chegou a alterar-se a organização social tradicional (...) as relações tradicionais de trabalho subsistem, no Brasil como em outros países subdesenvolvidos, mesmo em áreas industrializadas".<sup>6</sup> Como existem "... empresas situadas em áreas onde a organização tradicional ainda prevalece, pode-se observar práticas administrativas, referentes ao pessoal, quase não tocadas pelas concepções modernas importadas dos países adiantados".<sup>7</sup>

O autor centra sua análise nas relações de trabalho industriais internas às fábricas têxteis de Sobrado e de Mundo Novo, duas comunidades que crê impregnadas por uma organização social *tradicional*. O livro encaminha também a interpretação da continuidade do *tradicionalismo* das relações industriais com o *tradicionalismo* das relações sociais em geral de ambas as comunidades. Segundo o autor nas duas cidades, a maioria da população, sendo operária e de origem rural, traz dentro de si a submissão, própria às relações sociais de cunho pessoal; portanto, *tradicional e patrimonialista*.

Acrescente-se ainda o fato que os proprietários das fábricas de Mundo Novo e Sobrado detêm o poder político local. Em função do poder dessas famílias, uma de origem no comércio, onde ainda mantém ligações, outra de origem rural, que conserva a posse de grandes extensões de terra, a vida das duas comunidades, nos seus mais diversos aspectos, tende a girar em torno delas.

<sup>5</sup> ALVIM (1979).

<sup>6</sup> LOPES, B. (1967) p. 12.

<sup>7</sup> LOPES, B. (1967).

O alto grau de relações personalizadas existente e a utilização dessas relações na procura de colocações de emprego nas indústrias têm, como contrapartida, o apoio político daqueles que são favorecidos. Neste sentido, Juarez Brandão Lopes percebe e estranha a manutenção de um alto grau de relações tradicionais em comunidades industriais, que se explica pela origem rural dos habitantes de ambas as cidades.

O autor mostra que dois quintos das famílias de Mundo Novo e um quarto das famílias de Sobrado são famílias operárias. Na primeira cidade, 60% das famílias são de origem rural, e na segunda, a porcentagem é de 68%. Com isto, Juarez mostra que o peso das relações *tradicionais*, que iguala às relações *pessoais e submissas*, articula-se diretamente à origem rural da população em geral, que é, em sua maior parte, constituída por famílias operárias. "Os entrevistados, sejam operários ou pertençam a famílias em que há pessoas que trabalham em fábrica, nasceram no campo."<sup>8</sup>

Grande parte, portanto, dos habitantes de Mundo Novo e de Sobrado está direta ou indiretamente ligada ao trabalho industrial, seja através de seu próprio trabalho, seja através do trabalho de um membro de suas famílias. Seria interessante saber, se nos casos em que o trabalhador não é operário, como considera o caráter operário que lhe é imputado pelo autor, ou se ele se considera operário estando apenas temporariamente afastado da produção, ou ainda, no caso de manter alguma atividade rural, representa seu trabalho como secundário dentro da manutenção do grupo doméstico a que pertence. Chamo a atenção para a minimização que o autor vai dar, no decorrer do livro, à visão diferencial que os componentes de um grupo familiar têm do trabalho de cada um e, particularmente, do trabalho operário.

Por outro lado, a utilização da categoria *família operária* (sem uma precisão do que o autor entende por isso) deixa problemas para a interpretação dos seus dados. Com esta categoria genérica, na realidade, reduz toda uma série de relações sociais presentes dentro de grupos domésticos e que por isto não vêm à tona, não se explicitam.<sup>9</sup> Mas isto é uma face do procedimento teórico que

<sup>8</sup> LOPES, B. (1967) p. 31.

<sup>9</sup> Grupo doméstico é usado no sentido formulado por Meyer Fortes em "O Ciclo de Desenvolvimento do grupo doméstico" (1974).

não toma o ponto de vista dos agentes sociais em jogo como ponto de partida, mas sim o processo geral no qual esses agentes estão incluídos, perdendo, por isso, as articulações possíveis entre esses agentes e o processo social mais amplo.

A consideração dessas cidades enquanto comunidades operárias, e não somente como comunidades tradicionais, permitiria ao autor uma abordagem detalhada da caracterização da população operária e das formas particulares pelas quais a origem rural da mesma foi perdida, no processo de sua transformação em força de trabalho industrial. Cabe, no entanto, dizer que o autor não pretende fazer um estudo da comunidade em geral, mas ver a comunidade a partir das "relações industriais, em duas cidades da Zona da Mata mineira, analisadas como parte integrante da organização social das mesmas, e das condições que nelas atuam no sentido da alteração daquelas relações".<sup>10</sup>

Tal procedimento é, sem dúvida, um avanço em relação aos estudos anteriores sobre comunidades, na medida em que existe uma problemática teórica articulando dados que pretendem caracterizar o que é tomado como comunidade.

O autor pretende ver:

certos processos de mudança de relações de trabalho (que constituem a trava-mestra da ordem tradicional no Brasil) que estão em curso em larga extensão da nossa sociedade (...). Em outras palavras, pretendemos ver a quebra do padrão patrimonialista de relações de trabalho em cidades industriais de Minas Gerais, como componente de um processo global de desintegração da ordem tradicional no Brasil, provocado, a seu turno, pelo desenvolvimento social e econômico.<sup>11</sup>

A preocupação com a transformação das relações sociais que se dão dentro de um processo global, mais amplo do que as próprias comunidades, aponta para processos sociais de importância, ao mesmo tempo que explica o surgimento de um novo mediador entre a indústria e seus trabalhadores, como, por exemplo, o sindicato. Por outro lado, essa preocupação deixa de lado certas particularidades dessa mão-de-obra industrial no que diz respeito não só à importância das relações familiares, como do entendimento dessa importância, além de não permitir ao autor

<sup>10</sup> LOPES, B. (1967) p. 7.

<sup>11</sup> LOPES, B. (1967) p. 7.

articular a origem rural com a particularidade dessa população operária. Não porque inexistam dados coletados, mas porque busca, na origem rural desta população operária, seu caráter tradicional e sua submissão às relações sociais *tradicionais patrimonialistas*.

Os dados revelados pelo autor permitem que sejam delineados certos aspectos do processo de transformação dessa população rural em população operária.

Dentro desta linha pretendo dirigir o meu trabalho, ainda que tenha consciência de que as limitações para realizá-lo estão no próprio cerne do trabalho do autor, uma vez que não foi construído dentro de tal propósito.

A migração e a formação da mão-de-obra industrial de Sobrado e mundo novo: importância da família ressaltada nos dados do autor.

Visto que as relações de parentesco são acionadas para a obtenção de emprego industrial, e dado que as fábricas preferem admitir pessoas que já tenham parentes trabalhando nelas, as relações sociais industriais estão marcadas por técnicas de aquisição de emprego, que levam em conta a pessoalidade e o conhecimento entre indivíduos.

A racionalidade levando em conta outras normas, como desempenho profissional e outras características, não estão presentes ou, se estão, podem ser quebradas em função das relações pessoais e familiares.

Ainda que o autor não esteja interessado em estudar a família da força de trabalho industrial de Sobrado e Mundo Novo, as informações contidas no livro aparecem ricas em dados sobre o tema. Não importa, portanto, se o caráter familiar desse grupo é tomado pelo autor como índice de seu "tradicionalismo". O importante é mostrar que essa característica familiar, presente nos diversos momentos do livro, indica não só o tipo de família existente nas comunidades, como também a importância das relações familiares para grupos de operários industriais que não se resumem a um caráter tradicional.

Ao mostrar a origem rural dos operários de Mundo Novo e Sobrado, sua migração para a sede urbana dos dois municípios,

sua participação no quadro das empresas industriais das comunidades, toma a família como ponto de referência.

A origem rural ao ser buscada aponta para o tipo de saída do campo das diversas famílias camponesas, ao mesmo tempo que permite ver a importância dessa composição na transferência do campo para a cidade. No entanto, como o interesse do autor é ver o caráter tradicional e patrimonialista presente no campo transplantado para a cidade, remonta ao povoamento da região.

O povoamento se fez em torno da cultura do café, que gera um tipo de estrutura social e agrária do "tipo latifúndio patriarcal, aristocrata e escravocrata e de cunho patrimonialista". E,

conquanto o estabelecimento do vínculo monetário nas relações de trabalho e, mormente a liberdade dos ex-escravos, sejam modificações de maior importância, nas suas conseqüências últimas, estabeleceu-se um *modus vivendi* entre o proprietário de terras e o trabalhador rural, desviando-se muito pouco das condições rurais anteriores.<sup>12</sup>

O critério da dependência econômica e pessoal das relações de trabalho desde a época da escravidão permanece nas relações de trabalho no campo, ao mesmo tempo em que o vínculo monetário não se generaliza como se poderia esperar. As relações de trabalho não adquiriram seu destino capitalista e a permanência das relações tradicionais patrimonialistas se mantêm. Interessante chamar a atenção, que mesmo dentro da abordagem que vê como condição suficiente para a presença do capitalismo a simples existência de relações de trabalho assalariadas, o autor aponta para relações de trabalho diferentes, ainda que as veja quase como vestígios de um passado, chamando-as tradicionais.

O que pretendo neste trabalho não é a análise das relações sociais no campo e a diversidade de suas formas; quero, no entanto, chamar atenção para a possibilidade de uma outra interpretação sobre os dados apresentados por Juarez, que não vê a diversidade de relações sociais no campo a partir da categoria tradicional do tipo patrimonialista. Desta forma, tento pensar a migração desses trabalhadores rurais para a cidade de Mundo Novo e Sobrado.

<sup>12</sup> LOPES, B. (1967) p. 21.

Os trabalhadores rurais de mundo novo e sobrado e a vinda para a cidade: modificações na organização interna da família na constituição do grupo operário.

Para caracterizar as relações sociais presentes no campo, o autor usa, além da memória de seus informantes, análises de Oracy Nogueira para três fazendas do município de Sobrado.

O livro menciona várias categorias de trabalhadores rurais que se encontram sob o domínio do latifúndio pecuário e dependem em maior ou menor escala dos grandes proprietários para sobreviverem.

Os pequenos sitiantes, em função da falta dos meios de transporte para seus produtos agrícolas, e da falta de terras para sobreviverem, dependem dos grandes proprietários, seja para contar com o transporte destes, seja para trabalhar através do assalariamento em suas fazendas.

Os demais trabalhadores rurais, cujas propriedades são insuficientes para o sustento da família, os que não possuem terras ou ainda os que moram na sede do município, são contratados para executarem serviços por empreitada em determinadas épocas do ano.

Além do mais Juarez mostra que o contrato de trabalho existente nas diversas formas de relação de trabalho nessas fazendas não é mais do que um contrato verbal e, segundo Oracy Nogueira,

indefinido, visando assegurar o cumprimento das obrigações do trabalhador, sem qualquer limitação específica de horário ou determinação rígida dos dias para a execução das tarefas de que dependerão os resultados desejados. Não implica o contrato, além disso, apenas na realização de serviços de sentido econômico, mas também na completa sujeição política do trabalhador ao patrão. Este não admite dúvidas sobre o seu direito ao voto do trabalhador e dos demais componentes da família deste.<sup>13</sup>

Destaca o autor dois pontos que considera importantes para se pensar as relações de trabalho na zona rural:

1) as relações de trabalho na zona rural assumem formas que se constituíram no final do século passado e princípio deste, no período de transição para o trabalho livre; 2) embora haja mudanças,

<sup>13</sup> Apud LOPES, B. (1967) p. 27.

conserva-se, ainda hoje, a organização patrimonialista no campo. Ambos os fatos acham-se associados à permanência e à dominância da grande propriedade fundiária. Do campo, com padrões, valores e relações caracteristicamente patrimonialistas, provém a mão-de-obra industrial.<sup>14</sup>

Juarez considera importante a migração dessa mão-de-obra rural para a cidade devido aos padrões e relações caracteristicamente patrimonialistas que serão revividos nas relações de trabalho industrial.

No entanto, se não analisa a vida desses trabalhadores como parte de um processo de expropriação capitalista a que o campesinato é submetido, não omite informações que permitam uma interpretação de tal tipo.

Com a substituição do plantio do café pela pecuária e, conseqüentemente, com o aumento da pressão sobre as terras dos trabalhadores, grande número de trabalhadores rurais perde suas ocupações e é forçado a mudar-se para a cidade.

Menciona que a família migrante sai do campo em função de vários motivos alegados por seus informantes, tais como: morte ou doença do chefe de família; a partilha de terras entre herdeiros em famílias muito numerosas; a presença de muitos filhos do sexo feminino.

Pode-se pensar, que dados os motivos alegados, e sua articulação com o processo de expansão da pecuária, responsável pela pressão sobre as terras dos camponeses, que estas situações são parte da crise geral por que passa esse campesinato.

No entanto, elas apontam para a particularidade da crise vivida por cada família, que depende, por sua vez, do ciclo de desenvolvimento de seu grupo doméstico: pais idosos, sem filhos para substituí-los; famílias com muitas filhas mulheres (situações que impossibilitam a reprodução da família camponesa) e partilha de terras em famílias com muitos filhos (impossibilidade de garantir terras para todos os filhos, o que pode levar à saída de parte dos filhos para outros lugares, sendo garantida a reprodução camponesa através de um deles).

Diz o autor:

---

<sup>14</sup> LOPES, B. (1967) p. 28-29.

A família migra por partes. As vezes, só os filhos mudam-se para a cidade, onde passam a morar com parentes ou conhecidos. Noutras, embora continuem residindo no campo, a distância é suficientemente próxima para que venham diariamente ao trabalho aqueles que se empregam no centro urbano. Quando o número de pessoas da família já colocadas em fábricas ou outras atividades urbanas é suficiente para o sustento de todos, trasladam-se os restantes. Mas, mesmo agora, quando a família já reside na cidade, às vezes algum filho ainda fica no sítio, ou deixam a propriedade com alguém "à meia", ou ainda o pai — com poucas possibilidades de emprego urbano — continua a participar do trabalho rural por empreitada, indo diariamente com as "turmas" que se organizam na cidade, para as fazendas da vizinhança.<sup>15</sup>

Evidentemente, não cabe aqui analisar as situações em que o campesinato, apesar de sofrer forte pressão para proletarizar-se, consegue formas de garantir a sua reprodução.<sup>16</sup> Não será gratuito, por outro lado, comparar tal processo de formação da mão-de-obra industrial de Sobrado e Mundo Novo, com o processo pelo qual se constituiu a força de trabalho industrial da cidade de Navarro em Pernambuco.<sup>17</sup>

A formação da força de trabalho industrial de Navarro foi de certa maneira analisada por mim em trabalho recente e particularmente por José Sérgio Leite Lopes.<sup>18</sup>

<sup>15</sup> LOPES, B. (1967) p. 35.

<sup>16</sup> cf. GARCIA (1977).

<sup>17</sup> Navarro é um nome fictício encontrado para um município pernambucano, em cuja sede desenvolveu-se uma indústria têxtil. Atualmente o município forma uma grande área industrial, com fábricas oriundas do Rio, São Paulo, Santa Catarina, mantendo ainda uma grande concentração têxtil. Cf. ALVIM (1979) e LOPES, L. (1979).

<sup>18</sup> Trata-se de artigos escritos para o relatório final do "Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste" — Convênio FINEP/IPEA/FIBGE/Museu Nacional-UFRJ. Os artigos tratam de operários industriais desde o ponto de vista familiar até as relações que envolvem operários e proprietários fabris. O artigo de José Sérgio Leite Lopes: "Fábrica e vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa" refere-se principalmente ao último aspecto apontado para o tipo de dominação existente e como ela pôde ser criada.

O de Maria Rosilene Barbosa Alvim: "Notas sobre a família num grupo de operários têxteis" aborda o primeiro aspecto mencionado, procurando sistematizar as formas de autoridade masculinas e femininas, do chefe de família e da mãe de família, em algumas facetas, dentro de grupos domésticos com características operárias. Cf. ALVIM (1979) e LOPES, L. (1979).

Para Navarro acorreram, principalmente a partir de 1920 até 1930, famílias camponesas passando por um processo de expropriação em diversas áreas do Nordeste, em busca de trabalho industrial. As situações acima levantadas para a vinda da força de trabalho rural de Mundo Novo e Sobrado, para as sedes urbanas destes municípios, são análogas às mencionadas pelos operários de Navarro.

Chefes de família com idade avançada, aliada ao fato das famílias terem grande número de filhas; morte do chefe de família; pouca terra para grande número de filhos, são frequentemente os motivos percebidos para a vinda para Navarro.

Um chefe de família em idade avançada para o trabalho industrial em Sobrado e Mundo Novo procura um trabalho rural por empreitada. Em Navarro, é levado a uma pequena atividade comercial, ou trabalha em roçado fornecido pela fábrica.

Em Navarro, Mundo Novo e Sobrado, o trabalho nas unidades industriais emprega preferencialmente os filhos desse chefe de família o qual não suporta, segundo os critérios da empresa, o trabalho fabril.

Nas três cidades, fica evidenciada a importância da mão-de-obra feminina, explicada pela predominância da indústria têxtil presente em todas elas. Dessa forma, a crise que afeta a família camponesa, em função da falta de braços masculinos para o trabalho e da superabundância das filhas, transforma-se em fator positivo no caso da indústria têxtil. Juarez vê este caso como fator de

ajustamento à ordem urbano-industrial (...) A mão-de-obra das indústrias de Sobrado e de Mundo Novo é, em alta proporção, constituída pelo elemento feminino e por menores, e é em geral o conhecimento de que as maiores oportunidades de emprego são as das filhas, logo que completem 14 anos de idade (...) Para se conseguir, além do emprego, casa na vila operária, são preferidas as famílias com vários membros nelas empregados (...) As famílias operárias, em ambas as cidades, dependem do trabalho de seus membros femininos. 46% das famílias de Mundo Novo e 56% das famílias de Sobrado com seus membros empregados em indústria têxtil são mulheres...<sup>19</sup>

<sup>19</sup> LOPES, B. (1967) p. 25 e 40.

Se a casa fornecida pela empresa depende de um grande número de trabalhadores empregados em suas unidades industriais, ao mesmo tempo em que a mão-de-obra feminina ocupa 55% a 64% da mão-de-obra industrial, e os menores que podem ocupar até 60% da mão-de-obra, a importância dos filhos e principalmente das filhas torna-se fundamental na passagem da família camponesa para a condição de família operária.

A referência constante às relações familiares, tanto durante o processo de migração para a cidade, quanto na obtenção de empregos para os que migram, permite dizer que a lógica das relações familiares é fundamental para se compreender a forma pela qual se dá a saída do campo, como também se dá a organização da vida na cidade. Resulta uma nova maneira de a família se estruturar internamente, como também em sua ligação com o trabalho.

Mesmo em situações onde um só membro familiar vem para a cidade, na maioria das vezes são acionadas relações pessoais e de parentesco como rede de apoio. Em Navarro são constados vários casos de indivíduos que contaram com a ajuda de parentes e conhecidos para se estabelecerem na cidade e conseguirem emprego fabril.

Juarez mostra a mesma possibilidade em Mundo Novo e Sobrado: "... Às vezes, só os filhos mudam-se para a cidade, onde passam a morar com parentes ou conhecidos"<sup>20</sup> (Brandão L.). Este tipo de vinda para a cidade relata a importância de serem utilizadas redes de parentesco que são suportes da própria vinda futura do resto do grupo familiar.

Qualquer que tenha sido o tipo de mudança para a situação operária da família camponesa, é importante notar que tanto em Sobrado quanto em Mundo Novo, "na maioria dos casos o grupo acha-se avançado no ciclo familiar, com seu chefe de meia-idade ou idoso e os filhos, numerosos",<sup>21</sup> o que denota a dependência econômica da família em relação ao trabalho dos filhos, principalmente das filhas, ressaltada claramente da análise dos dados: "os chefes de família empregados das fábricas (que são os lugares das comunidades onde se pagam os melhores salários) são em

---

<sup>20</sup> LOPES, B. (1967) pg. 36.

<sup>21</sup> LOPES, B. (1967).

baixa porcentagem, e em grande número de famílias, na maioria mesmo, duas ou mais pessoas (um ou mais filhos) têm atividade remunerada".<sup>22</sup>

Ainda que esses dados remetam à época em que Brandão Lopes realizava sua pesquisa e, portanto, não signifiquem o momento em que essas famílias de origem rural migraram para os centros urbanos de Sobrado e Mundo Novo, outros dados apresentados pelo autor permitem pensar que o trabalho industrial dos filhos é fundamental para que a família camponesa passe a estabelecer-se na cidade.

A autoridade doméstica no processo de transformação da família camponesa em família operária.

Os motivos alegados pelos operários para a saída do campo (a existência de um chefe de família idoso e/ou composição familiar com grande número de filhas, morte do chefe de família, partilha de terras entre vários herdeiros de uma mesma família) permitem pensar o trabalho dos filhos como fundamental para a reprodução da família camponesa em determinado momento do desenvolvimento do ciclo de vida do grupo doméstico.

O que me interessa, no caso, é ver como fica a autoridade do chefe de família — ex-camponês — em uma situação em que sua família é transformada, através do trabalho assalariado da maioria de seus membros, em uma família operária. Como fica sua autoridade quando o trabalho de seus filhos e o de suas filhas principalmente — não estando submetidos à sua direção no processo produtivo — é fundamental para a reprodução do grupo doméstico?

Estando ausente do trabalho fabril, a maioria dos chefes de família vindos do campo, segundo Brandão Lopes, não está em idade de ser aproveitada pelas fábricas locais; ficaria abalada sua autoridade, ou teria que ser reformulada e redefinidos os papéis de chefe de família e de mãe de família (este, complementar àquele). Estando a área do trabalho sob o domínio do chefe de família camponês que, por sua vez, responde pelos membros de

---

<sup>22</sup> LOPES, B. (1967) p. 40-41.

seu grupo doméstico, não elimina que seja exercida ao nível da casa, área doméstica, a autoridade feminina, esta também ligada a um certo tipo de trabalho, como a criação de aves e pequenos animais.

Na geração que se segue a esta primeira que se muda do campo, o chefe de família operário reencontra, por assim dizer, a unidade anterior do chefe de família camponês, responsável pela reprodução de seu grupo doméstico em seus aspectos mais gerais. Mas, ao contrário do chefe de família camponês, o chefe de família operário está submetido às normas e necessidades, ao ritmo do trabalho fabril, em troca do qual recebe um salário: perde a autonomia da qual era detentor ao nível do processo produtivo, e que era característica de sua condição de chefe de família camponês.

Tal como em Navarro, pode-se perceber, através de certos indícios fornecidos pelos dados apresentados por Brandão Lopes, a mesma concepção do papel de chefe de família operário em Mundo Novo e em Sobrado. O autor cita um caso em que uma mulher indignada reclama da frase de um chefe de uma das fábricas que se referia à não vontade de trabalhar de seu marido. Ela dizia que não era possível um chefe de família não querer trabalhar. Evidentemente, que se a função de chefe de família é garantir a reprodução de seu grupo doméstico, sua autoridade está exatamente legitimada em função de sua capacidade de manter a família. Este procedimento, formulado por um determinado chefe de seção da fábrica, não se coaduna com o que deveria ser o desempenho de um chefe de família.

Mas, vejamos como, na situação de formação dessa classe operária, se mantém a autoridade paterna que é afetada pelo trabalho industrial dos filhos e filhas, não só no que diz respeito ao salário que recebem para o sustento da casa, mas também por seus filhos e filhas estarem, agora, submetidos no processo produtivo a outro sistema de autoridade.

A não realização do trabalho dentro de um espaço doméstico, seja o espaço da casa do artesão, onde desenvolve sua vida familiar e também seu próprio trabalho; seja o espaço do roçado, onde o trabalhador está submetido às regras das relações familiares — cujo sistema de autoridade é reproduzido ao nível das relações de trabalho — é um tema que aponta para a natureza das

relações de trabalho presentes no modo de produção especificamente capitalista.

Retirar o trabalhador do que seria o espaço doméstico, onde são executadas as atividades produtivas, é uma face do processo de expansão capitalista e uma das formas de expropriação do trabalhador. Este perde sua autonomia no processo produtivo, é submetido a outro sistema hierárquico e a um outro ritmo de trabalho, imposto pelas necessidades do trabalho industrial.

O que Brandão Lopes não percebe, ao mostrar que as relações pessoais, envolvidas nas relações de trabalho industriais que levam à obtenção de emprego e a um sistema de favores e obrigações mútuos dentro da fábrica, e que por isto não teriam a pureza das relações industriais verdadeiras, é que nem sempre a realidade se transforma segundo um modelo rígido. O que interessa ao desenvolvimento capitalista, dentro de todas as suas particularidades, é o processo de expropriação da força de trabalho, o qual, sendo cada vez maior, em extensão e intensidade, pode submeter os produtores diretos às necessidades e imperativos daquele desenvolvimento.

Tanto em Sobrado e Mundo Novo quanto em Navarro existem vilas operárias. Em Navarro, como a arregimentação da força de trabalho industrial foi feita através da busca de famílias camponesas no interior nordestino, e o chefe de família camponês é o mediador entre a força de trabalho dos membros familiares e a indústria, detendo para si o papel de controlar a força de trabalho, dirigindo-a e encaminhando-a para a fábrica, não será estranho notar que os conflitos que possam surgir com elementos de sua família contará com a sua mediação entre estes e a fábrica; a situação será mais evidente ainda no caso das filhas.

Em Sobrado e em Mundo Novo, certos dados permitem um raciocínio análogo: nos diversos casos de conflitos presentes entre mulheres e a fábrica, no caso da existência de pai ou marido, são estes que encaminham todo o processo de resolução do conflito. Situações em que a filha, acompanhada do pai, vai fazer reclamação ao sindicato por alguma burla trabalhista por parte da fábrica; casos em que a mulher ao sair da fábrica exige alguma indenização e o marido é quem vai negociá-la, denotam que a autoridade masculina está articulada ao seu papel de chefe de família.

Aqui é preciso chamar atenção para as diferenças e semelhanças entre o chefe de família excluído do processo de trabalho industrial, pelos motivos apontados acima, e o chefe de família não excluído do trabalho industrial. Este, o chefe de família operário por excelência.

O sistema de autoridade familiar onde cabe ao homem a responsabilidade e conseqüentemente a autoridade na resolução de conflitos que afetem aos membros familiares é semelhante em ambos os casos. O que diferencia o chefe de família dependente do trabalho dos filhos do chefe de família que trabalha na indústria é o fato deste também estar submetido à mesma lógica das relações de trabalho que os filhos, submetidos todos a um mesmo sistema hierárquico fabril.

No caso do chefe de família camponês, o fato de dirigir a força de trabalho familiar para a indústria e manter desta forma seu reconhecimento como o responsável por esta força de trabalho não implica a sua submissão às normas e regras do sistema hierárquico fabril. O que se observa é que mesmo com a constituição da família operária, onde o chefe de família é também o trabalhador industrial, responsável principal pela reprodução do grupo familiar e pelo seu comportamento junto às unidades fabris, a divisão de papéis entre homens e mulheres mantém a submissão das segundas aos primeiros, como pode se ver em famílias camponesas. Esta submissão ocorre mesmo em uma situação onde o trabalho feminino é fundamental e onde a maior parte dos membros familiares femininos contribuem substancialmente para o sustento da casa, se comparadas com os membros masculinos.

As situações onde as mulheres aparecem como mediadoras entre a unidade fabril e os membros de sua família referem-se àquelas sem marido, ou àquelas cujo marido "bebe e o diretor da fábrica lhe entrega o salário do marido em mãos". Brandão Lopes menciona a existência de "famílias quebradas ou incompletas": "Em dez famílias, de uma a duas o chefe é mulher: em outras o chefe de família é viúvo ou é um filho solteiro."<sup>23</sup>

Tal possibilidade aponta para o modelo de autoridade masculina: a mulher só aparece como mediadora entre a indústria

---

<sup>23</sup> LOPES, B. (1967) p. 40.

e os filhos, como responsável pelo seu grupo familiar, na ausência do marido. Através das exceções apontadas, é viável confirmar-se o caráter da autoridade masculina, exercida em situações peculiares por chefes de família não masculinos que respondem pelo comportamento dos membros de seu grupo doméstico e ao mesmo tempo são os principais responsáveis pela manutenção econômica do grupo.

A divisão de papéis e o sistema de autoridade familiar operante explicam o porquê da representação do trabalho feminino e do trabalho dos filhos como um trabalho que contribui para a manutenção da casa como uma ajuda. Nesse caso, o referente fundamental para se compreender a forma pela qual essa representação é vivida está ligado às funções atribuídas ao homem em seu papel de chefe de família. Sendo passível de entendimento a atribuição de ajuda ao trabalho de filhos e esposas, mesmo quando esta ajuda é tão ou mais importante, em termos econômicos, quanto o trabalho do chefe de família, para o sustento do grupo doméstico como um todo.

Mas se o trabalho feminino e o trabalho dos filhos é o trabalho fundamental para a reprodução do grupo familiar e é vivido como tal, nos primeiros momentos da constituição das famílias operárias de origem rural, o mesmo não se dá quando o papel do chefe de família passa a ser desempenhado através de seu trabalho industrial, como o responsável principal pela reprodução de seu grupo familiar.

No primeiro momento, a vinda dos operários, então trabalhadores rurais, para Sobrado e Mundo Novo é incentivada pela construção de vilas operárias. A própria construção dessas vilas pressupõe que os trabalhadores rurais se locomoviam juntamente com suas famílias que precisariam de alojamento:

Um dos diretores da fábrica mais antiga de Mundo Novo (fundada em 1905) diz que construíram as primeiras casas depois de 1914 "para facilitar a vinda dos operários" e inquirido diretamente sobre a questão, concorda que havia dificuldades inicialmente em encontrar trabalhadores, e isso fez com que fossem buscá-los em outras cidades e construíssem casas para alojá-los.<sup>24</sup>

<sup>24</sup> LOPES, B. (1967) p. 66.

Em todas as indústrias, tanto as de Mundo Novo quanto as de Sobrado, foram construídas vilas: "O oferecimento de moradia aos operários teve o papel de atrair a mão-de-obra de que as primeiras indústrias necessitavam."<sup>25</sup>

Qual é, pois, a situação do pai, do chefe de família, que se muda com sua família do campo e vai depender da colocação de seus filhos na fábrica para a obtenção da própria moradia?

Ao que parece, quando da construção das vilas operárias, as famílias eram alojadas em casas improvisadas da empresa; posteriormente, a obtenção de casa passa a ser possível através das relações pessoais existentes entre operários e funcionários importantes e/ou patrões.

A dependência, portanto, do chefe de família camponês em relação a seus filhos se coloca de forma tão forte, que somente na posição de mediador, de responsável pelo trabalho de seus filhos e filhas na fábrica, pode ser entendida a continuidade da autoridade do pai camponês, principalmente nos casos em que a família migra por decisão de seu chefe.

Os casos em que os filhos vão saindo individualmente até trazer toda a família, aponta para uma situação que já teria tirado do chefe de família o seu papel de condutor da força de trabalho dos membros de sua família. Poder-se-ia pensar em outras possibilidades; no entanto, em termos gerais, o que se pode dizer é que esse chefe de família camponês se retiraria do campo dentro de situações de crise, onde a perda dos laços rurais significaria redefinir a esfera de sua autoridade.

Entretanto, a manutenção de filhos trabalhando na fábrica significa a possibilidade da permanência da família na casa de propriedade da fábrica, ficando claro a constante busca de empregos para os filhos dentro das unidades fabris.

As casas das vilas operárias são consideradas melhores e de aluguéis mais baixos. As empresas, por sua vez, incentivam essa procura de emprego, pois o critério mencionado para a obtenção de casa nas vilas operárias é o "da preferência àquelas famílias que tenham maior número de membros empregados na fábrica". A continuidade das famílias, através do emprego de seus filhos, em casas das empresas locais, garante a constituição

---

<sup>25</sup> LOPES, B. (1967), p. 66.

e a permanência de uma força de trabalho industrial continuamente renovada através das gerações, e que, através da criação de laços pessoais criados e reproduzidos com os dirigentes fabris, garante uma minimização dos conflitos que possam vir a existir, entre trabalhadores e empresas.

Essa particularidade familiar da força de trabalho industrial de Mundo Novo e Sobrado, possível em função da migração familiar e da preferência das empresas em manter empregadas, dentro de suas unidades fabris, pessoas aparentadas entre si, permite pensar, longe de sua avaliação em termos tradicionais, como faz Brandão Lopes, numa direção muitas vezes estranha ao estudo do operariado em geral. Ou seja, a importância das relações familiares na formação e reprodução de grupos operários particulares.

Permite também ver como as esferas de autoridade masculina e feminina podem ser relativizadas, dependendo do momento de desenvolvimento do ciclo de vida doméstico em que esteja situada a família, como é o caso de famílias com chefes idosos, ausentes etc.

Ou ainda, pensar que se existe uma esfera de autoridade feminina, que infelizmente não se pode verificar nos dados apresentados por Brandão Lopes, ela estaria no domínio da casa, ao contrário do marido, que se situaria ao nível do trabalho e ao nível de sua responsabilidade na garantia da reprodução do grupo familiar.

Permite também mostrar que o fato da mão-de-obra feminina ser de grande importância para a indústria, e o fato de várias mulheres trabalharem, não significa a perda da autoridade do chefe de família, porque esse trabalho vai ser aceito como uma ajuda. Esse lado do problema fica evidenciado quando da menção ao caso das mulheres que mais trabalham serem aquelas cuja família é muito grande e precisa de sua ajuda.

As demais, já antigas na fábrica, não se interessam em produzir muito para ganhar mais, dado que seus maridos podem manter a casa. É bom chamar a atenção para o fato que somente essas operárias antigas permanecem trabalhando, mesmo sendo casadas, após a legislação de proteção à mulher grávida; a maioria das fábricas demite as operárias que se casam.

Por aí pode-se ver que as próprias fábricas jogam com o sistema hierárquico vigente dentro das famílias operárias, utilizando-o para seu próprio benefício. Nessas situações, as fábricas que assim procedem, demitindo as operárias casadas, dão uma certa quantia em dinheiro para a operária, e os casos existentes no trabalho de Brandão Lopes mostram como o pai negocia essa indenização e não a operária diretamente.

Se as relações pessoais são muito fortes entre a família de uma operária que vai se casar e a empresa, pode ocorrer a não demissão. Mas, nesse caso, essa operária terá uma dívida de lealdade em relação à empresa.

Brandão Lopes sugere que as fábricas de Sobrado, cujos proprietários são também latifundiários, recorrem mais a esse expediente, por ele classificado de tradicional.

Após pensar a trajetória social de um grupo de operários a partir de sua origem rural, ficou claro que há necessidade de uma maior internalização da teoria nos fatos mesmos que dizem respeito ao processo social que fez originar este grupo de operários industriais.

Dentro desta proposta, é possível visualizar a transformação de um grupo de trabalhadores rurais em operários, de maneira a explicitar a forma pela qual tal transformação é vivida e pensada pelo próprio grupo em jogo. É bem verdade que a tentativa mais ampla de Juarez Brandão Lopes, em ver a transformação desses trabalhadores rurais em operários industriais, é uma via possível.

No entanto, muitas perguntas podem ser colocadas, à guisa de entendimento do próprio processo, tais como o tipo de apropriação que as famílias camponesas sofrem e a característica particular pela qual ela é vivida, em função do momento do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico camponês. E, os próprios dados apontam para estes aspectos, ignorados em uma explicação mais aprofundada, por parte do autor, devido à sua perspectiva explicativa mais ligada à sociologia do trabalho do que à análise antropológica.

Apesar da perspectiva do autor, estranha aos meus propósitos, foi possível pensar este processo de transformação de trabalhadores rurais em trabalhadores industriais de forma antropológica, apontando para o modelo das relações familiares

presentes entre o campesinato, como também entre o grupo operário. Indicou-se o modelo de autoridade doméstica que permite formas diferentes de atuação e responsabilidade do chefe de família, e dos outros membros do grupo doméstico, nas suas relações internas à família como também nas relações com o trabalho fabril.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — ALVIM, Maria Rosilene Barbosa. *A arte do ouro; um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte*. Brasília, UnB, 1979. Pesquisa Antropológica, n.º 19. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1972.
- 2 — ———. Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. In: LOPES, J. S. L. et alii. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação; estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (no prelo).
- 3 — GARCIA JÚNIOR, Afrânio. Salário e campesinato. Relatório final do projeto Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. Rio de Janeiro, UFRJ/Museu Nacional, 1977. v. 1, t. 1. Será publicado com o título: *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação; estudos sobre trabalhadores rurais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (no prelo).
- 4 — FORTES, Meyer. *O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico*. Brasília, UnB, 1974.
- 5 — HEREDIA, B. & GARCIA JR., A. Trabalho familiar e campesinato. *América Latina*, Rio de Janeiro (1), 1971.
- 6 — LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Crise do Brasil arcaico*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.
- 7 — LOPES, José Sérgio Leite. Fábrica e vila operária; considerações sobre uma forma de servidão burguesa. In: ———. LOPES, J. S. et alii. *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação; estudos sobre trabalhadores urbanos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1979.
- 8 — THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. Harmondsworth, Penguin, 1968.



## SOBRE OS TRABALHADORES DA GRANDE INDÚSTRIA NA PEQUENA CIDADE: CRÍTICA E RESGATE DA *CRISE DO BRASIL ARCAICO*

*José Sérgio Leite Lopes*

Através do estudo anterior do trabalho e do modo de vida dos operários de usina de açúcar, e através do mesmo estudo referente a operários têxteis trabalhando em fábricas com vila operária localizadas em área suburbana, nossa atenção foi dirigida para a forma específica de dominação do capital que se exerce simultaneamente sobre o processo de produção e sobre a própria materialização da reprodução do operário. As características dessa forma específica de dominação presentes nas fábricas com vila operária teriam por ponto estratégico o controle direto da administração da fábrica sobre a moradia de seus operários. Apoiada em tal ponto estratégico, essa forma de dominação se atualiza num controle político e ideológico estrito de sua força de trabalho fora da esfera da produção.

Em artigo anterior (cf. Leite Lopes, 1979) examinamos as características dessa forma específica de dominação através da montagem de referências esparsas da existência da situação de fábrica com vila operária existentes na literatura sobre as relações sociais subjacentes à fábrica. Tal leitura de referências esparsas não pode substituir-se à análise produzida por aprofundados estudos de caso, mas apenas levantar questões a serem consideradas. Ela é portanto um procedimento preliminar no processo de pesquisa

que desenvolvemos junto a um grupo determinado de operários têxteis de fábrica com vila operária. Um outro procedimento preliminar é a localização e leitura dos raros estudos monográficos focalizando essa forma de dominação fabril. E dentre esses raros estudos destaca-se o livro *Crise do Brasil Arcaico* de Juarez R. Brandão Lopes.<sup>1</sup>

Tal livro é visto como uma contribuição à sociologia das atitudes e orientações de grupos de trabalhadores, onde se destacam a origem rural e a abundância da mão-de-obra como fatores explicativos da manutenção das relações tradicionais de trabalho. Tal manutenção é imputada portanto primordialmente às características da força de trabalho.<sup>2</sup> A força desta imputação pode ser avaliada, além disso, para continuarmos na mesma bibliografia comentada, tomada aqui como uma rara formulação sintética ilustrativa autoclassificatória porque produzida por um autor representativo do segmento do campo intelectual por ele próprio analisado — na seleção de variáveis arroladas pelo autor como estando presentes na “interpretação do sindicalismo brasileiro e do comportamento do proletariado industrial”. Dentre as 17 variáveis arroladas, pelo menos 13 são características específicas à classe operária brasileira implicitamente contrastantes com os casos “clássicos” de proletariado industrial dos países de “velha

---

<sup>1</sup> cf. ALVIM (1981).

<sup>2</sup> A ótima bibliografia comentada, a mais detalhada existente sobre a classe trabalhadora brasileira, de Leôncio Martins Rodrigues, assim resume a contribuição de *Crise no Brasil Arcaico*, classificado como “estudo de atitudes e orientação de grupos de trabalhadores” juntamente com as obras *Sociedade Industrial no Brasil* (particularmente o capítulo “O ajustamento do trabalhador à indústria — mobilidade social e motivação”) do próprio Juarez e *Industrialização e Atitudes Operárias* do próprio Leôncio: “1) As relações industriais nas empresas estudadas se integravam num sistema patrimonialista de poder; 2) O fato de a mão-de-obra utilizada ser de origem rural era fator de grande importância para a manutenção do sistema tradicional de administração e organização das empresas; 3) A abundância de mão-de-obra agia no sentido de favorecer a manutenção de relações tradicionais de trabalho e de chefia; 4) A legislação do trabalho e a atuação do Ministério do Trabalho, garantindo a existência do sindicato recém-criado, contribuíra positivamente no sentido de enfraquecer o sistema tradicional de relacionamento entre os proprietários e os empregados”. A afirmação 1 parece ser uma constatação, enquanto as afirmações 2 e 3 apontam características da força de trabalho como explicativas para a manutenção das relações industriais aludidas em 1. E o fator explicativo apontado na afirmação 4 é imputado ao Estado. Cf. RODRIGUES, 1971. p. 173.

industrialização”, começando com a consagrada “origem rural” e terminando com o caráter de “camada privilegiada” da classe operária.<sup>3</sup>

Por outro lado, o livro *Crise do Brasil Arcaico* é frequentemente subsumido pelo livro *Sociedade industrial no Brasil* (o qual é reduzido ao artigo “O ajustamento do trabalhador à indústria — mobilidade social e motivação”) em muitos autores que comentam a produção sociológica sobre a classe operária brasileira.<sup>4</sup>

Com efeito, o livro *Sociedade Industrial no Brasil* presta-se muito mais à generalização que o estudo de comunidade que serve de base ao *Crise do Brasil Arcaico*. O simples fato da pesquisa subjacente ao “O ajustamento do trabalhador à indústria” ter sido feita numa empresa metalúrgica em São Paulo, no coração industrial do Brasil, já aumenta, no senso comum metodológico que preside aos produtores, consumidores e instâncias de legitimação e consagração da produção sociológica sobre as classes sociais no Brasil, a sua propensão à transformação de um estudo monográfico em teoria geral. E essa operação de transformação traz seus efeitos negativos não somente para aqueles que incorporam os resultados desses trabalhos como postulados de uma teoria geral, mas também inversamente para aqueles que os criticam. Pois tal crítica, ao descartar-se da teoria geral que contamina toda a obra analisada, passa por cima da análise interna dos dados e resultados da pesquisa e fica impossibilitada de resgatar um corpo de conhecimento importante para o avanço de novas pesquisas.

---

<sup>3</sup> As variáveis consideradas: 1) origem rural; persistência de valores e normas tradicionais; 2) alta rotatividade profissional; 3) ausência de formação profissional; 4) baixo nível educacional; 5) dualismo estrutural; 6) valorização da grande empresa; 7) aspirações e possibilidades de ascensão social; 8) heterogeneidade interna da classe; 9) inexistência de ‘tradição operária’; 10) fraco peso social de classe; 11) excesso de mão-de-obra; 12) sindicalismo oficial; influência da legislação trabalhista; 13) influência do populismo; 14) avanço da democracia e dos meios de comunicação de massa; 15) incapacidade e fraqueza das lideranças; 16) conservadorismo e hostilidade das camadas superiores; 17) classe operária, camada privilegiada.

Dessas 17 variáveis, somente as de número 5, 12, 13, 14 e 16 referir-se-iam a explicações outras que não as características presumidas da classe operária. Cf. RODRIGUES, 1971, p. 175-179.

<sup>4</sup> cf. WERNECK VIANNA, 1978, p. BIB-11 a 14.

O livro *Crise do Brasil Arcaico*, apesar de suas pretensões generalizantes enquanto “estudo da mudança das relações de trabalho na sociedade patrimonialista”, é assim colocado em segundo plano na bibliografia brasileira sobre classe operária, enquanto uma sociologia do trabalho limitada pelo particularismo do estudo de comunidade.

No entanto parece-nos que é justamente o caráter específico das relações sociais que o livro analisa, instrumentalizado pela tradição dos “estudos de comunidade”, que dá força à sua sociologia do trabalho. E, por outro lado, a preocupação com a sociologia do trabalho fornece ao livro um fio condutor teórico que ordena e dá sentido ao material coletado, diferindo-o de outros estudos de comunidade que procuram captar todas as dimensões da vida social da comunidade sem aprofundarem-se em nenhuma delas. Esse duplo referencial teórico, da sociologia do trabalho (interesse no estudo das relações industriais e na sua mudança) e dos estudos de comunidade, explicitados no início do prefácio do livro, faz o autor chegar a um resultado generalizante, mas de um nível concreto totalmente diverso das variáveis usualmente detectadas nas orientações e atitudes da classe trabalhadora: “Cremos que os mecanismos de mudança identificados são válidos, *grosso modo*, para as relações nas indústrias imersas no tradicionalismo de pequenas comunidades existentes por todo o Brasil.” Fazendo-se abstração do *tradicionalismo* que obscurece mais do que revela as relações sociais em questão, o autor está apto a analisar uma forma específica de dominação do proletariado industrial na situação da grande indústria localizada na pequena cidade. A análise do autor assemelha-se à de outras tradições teóricas que não necessariamente as da sociologia industrial que ele cita no seu capítulo introdutório. Com efeito, a referência a essa forma específica de dominação está presente em clássicos da História Social, como na obra de Duveau, que, analisando a vida operária na França do Segundo Império, propõe uma classificação da população operária em função de diferentes formas de dominação, de diferentes situações ou quadros (*cadres*) em que vivem essas parcelas da classe operária.<sup>5</sup> Essa

---

<sup>5</sup> Por outro lado, as limitações desse livro de Duveau, que não cabe neste momento fazer referência, estão assinaladas em LEITE Lopes, J. S., 1983.

classificação divide a população operária francesa estudada em a) um grupo de operários ligados à grande indústria na grande cidade; b) os ligados à grande indústria na pequena cidade; c) os ligados à grande indústria na média cidade e d) os operários-camponeses.<sup>6</sup>

Ernest Labrousse chama atenção nessa classificação para a forma de dominação presente na situação da grande indústria na pequena cidade, “onde a sombra do patrão se reflete em todos os muros da cidade”, em prefácio às memórias de um metalúrgico, da pequena cidade industrial do Creusot, que desafiou o patrão.<sup>7</sup> Estamos a caminho então de outras formas de generalização diferentes daquelas transformando estudos de caso em teorias gerais como no caso da dedução de características específicas de uma classe operária nacional a partir de estudos localizados. Pela comparação com situações similares, mesmo de países e épocas diferentes, podemos controlar a relevância da construção de características específicas dentro de um padrão determinado, e assim construir por semelhança ou por contraste formas específicas de dominação do capital sobre o proletariado industrial de grande utilidade no estudo da classe trabalhadora.

Por outro lado, não estamos apenas propondo abstratamente uma forma mais frutífera de generalização, mas mudando o próprio conteúdo da matéria a ser generalizada: trata-se aqui de formas específicas de dominação do capital sobre o proletariado e, portanto, das características deste proletariado levando-se em conta essa forma de dominação. Não se está aqui interessado em enumerar e analisar características específicas de um proletariado que são construídas implicitamente por ausência das características presumidas de uma classe operária “clássica” idealizada, onde é feita abstração exatamente da forma específica de dominação que submete esse proletariado determinado. Levar em conta essa forma específica de *dominação* não implica em analisá-la do ponto de vista do capital, mas, ao contrário, implica em estudá-la do ponto de vista da força de trabalho, que pela sua vivência própria dá elementos para o desvendamento das dimensões diversas e das conseqüências dessa dominação sobre o trabalhador.

<sup>6</sup> cf. DUVEAU (1946) p. 225-230.

<sup>7</sup> cf. DUMAY (1976) p. 5-10.

O estudo da lógica dessa dominação do ponto de vista do capital também é importante para o seu desvendamento mas não substitui o estudo pelo ponto de vista do trabalhador — mais difícil de ser assumido por aqueles que majoritariamente “estudam a fração dominada da classe dominante” — sem o qual, por exemplo, o mistério da mais-valia continuaria a existir. Pois se estudar a classe trabalhadora implica em estudá-la na sua relação com a classe que a domina e com outras classes, se “a noção de classe implica na noção de relação histórica”,<sup>8</sup> tal fato não pode servir de alegação ou de argumento de autoridade — a pretexto de se evitar o estudo da classe no seu isolamento — para continuar-se o estudo da classe trabalhadora predominantemente a partir da dinâmica do Estado e da classe dominante, e não a partir de sua dinâmica própria.<sup>9</sup>

Na importante caracterização da grande indústria na pequena cidade (cf. Duveau e Labrousse) que faz o livro *Crise do Brasil Arcaico* há no entanto uma flutuação na análise do autor, que ora salienta a forma de dominação específica, subjacente àquela situação (cf. a imagem de Duveau valorizada por Labrousse, da “sombra do patrão que se reflete sobre todos os muros da cidade”), ora ao contrário salienta a *deformação* da forma de

---

<sup>8</sup> THOMPSON (1968). Prefácio.

<sup>9</sup> Certas obras que se tornam clássicas e da moda muitas vezes poderiam ser tomadas como argumento de autoridade para reforçar um tipo de abordagem que no entanto não é a sua. Assim, o fato do famoso prefácio sintético do volumoso livro de Thompson falar da importância do estudo da classe operária como relação com outras classes e com o Estado viria enquadrar e legitimar enquanto estudos a partir do ponto de vista da classe trabalhadora, trabalhos que de fato constroem no pensamento uma classe trabalhadora a partir da dinâmica da classe dominante e do Estado. No entanto, o mesmo prefácio frisa a importância do estudo interno da classe operária, de sua cultura, do seu caráter específico no tempo e no espaço, para então serem vistas, implicitamente inseridas nesse estudo interno, as relações com a classe dominante, as outras classes e o Estado: “A experiência de classe é largamente determinada pelas relações de produção nas quais os homens nascem — ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a maneira em que essas experiências são manejadas em termos culturais: corporificada em tradições, sistemas de valores, idéias, formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, a consciência de classe não aparece assim. Podemos ver uma *lógica* nas respostas de grupos de ocupação similar submetidos a experiências similares, mas não podemos predizer nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma maneira em diferentes épocas e lugares, mas nunca exatamente da mesma maneira.” (THOMPSON, 1968, p. 10).

dominação presumidamente própria à grande indústria, tomada como padrão a partir de características idealizadas sob a rubrica da *autoridade racional-legal* (p. 15 a 18).

Essa flutuação na análise se faz à revelia do autor, que tem por intenção declarada a análise dessa *deformação* ou desse *ajustamento* sofridos pela *autoridade racional-legal* quando submetida às relações de trabalho prevaletentes nas sociedades em processo de industrialização, transformando-se em algo bem diverso “daquilo que são, nos lugares onde surgiram como resultado de desenvolvimento endógeno” (p. 12).

Tal perspectiva, da deformação ou do ajustamento da autoridade racional-legal, desloca a análise da especificidade de uma forma de dominação em uma situação determinada em benefício de uma explicação “por transferência” imputada a relações sociais tradicionais que não são objeto da análise.

Durante a República Velha estabeleceram-se e desenvolveram-se nas comunidades estudadas as primeiras indústrias. *Transfere-se* então para elas o padrão tradicional de relações de trabalho, largamente difundido em indústrias espalhadas na época pelo interior brasileiro, e *essencialmente similares às que vigoravam no mundo rural*, em Mundo Novo e em Sobrado. Dito de maneira mais precisa, as relações de trabalho das indústrias recém-formadas constituíram-se como parte da estrutura patrimonialista de domínio das comunidades locais. (p. 44 e 45, grifo meu).

Nessa operação de “transferência”, as características da força de trabalho têm um lugar privilegiado como fator explicativo por encarnarem elas próprias a transferência do campo para a cidade. Assim, o autor conclui o Capítulo III, “As relações industriais em Mundo Novo e Sobrado”, com as características de origem e de ligação com o meio rural que têm os operários das cidades estudadas.

Reportando-nos ao material apresentado no capítulo anterior, devemos colocar igualmente, como fator de sustentação da organização tradicional na indústria, o contínuo influxo para as fábricas de pessoas vindas do meio rural, onde o sistema patrimonialista de dominação é ainda forte, e os estreitos laços que o operariado na cidade mantém com o campo” (p. 73).

No entanto esse privilegiamento de características específicas dos operários como fator explicativo do peso das “relações

tradicionais” nas “relações industriais” e na influência das indústrias nas comunidades, que aparece não somente no texto acima e em outras passagens do Cap. III, mas também nas partes “A migração” e “A população operária” do Capítulo II “As comunidades”, não constrói, nesse livro, a famosa tese da origem rural, própria ao contrário do livro *Sociedade industrial no Brasil*, do mesmo autor. Pois as características tradicionais das relações sociais locais dominadas pela indústria não podem apenas ser imputadas a operários tradicionais migrantes em face de um empresariado moderno como no caso analisado em São Paulo no *Sociedade industrial no Brasil*.

Em *Crise do Brasil Arcaico*, o autor frisa o caráter tradicional do próprio empresariado, e principalmente da *relação* entre patrões e operários que seria a reprodução das relações tradicionais da sociedade tradicional. No mesmo parágrafo conclusivo do Capítulo III o autor diz:

A investigação a que procedemos neste capítulo evidenciou serem as relações de trabalho, na indústria, ainda em larga medida quase a *reprodução* nesse setor das relações tradicionais de autoridade e subordinação existentes na comunidade (p. 73, grifo meu).

E no Apêndice II, “Anotações sobre a formação das empresas industriais em Mundo Novo e Sobrado”, assim como no decorrer do livro, o autor dá muitas indicações do caráter tradicional do empresariado e das relações sociais na comunidade, o que contraria a *démarche* de outras obras da sociologia industrial brasileira que imputam à classe trabalhadora um caráter tradicional e desajustado relativamente a um padrão idealizado de relações industriais (cf. as notas 3 e 9 deste artigo).

Apesar de o livro pretender-se conscientemente a analisar a *deformação* e o *ajustamento*, relativamente a um padrão idealizado de relações industriais onde prevaleceria a autoridade racional-legal, de relações sociais paradoxalmente situadas na grande indústria mas determinadas por relações tradicionais preexistentes, emergem, no entanto, contrariando essa perspectiva consciente geral, observações e análises que ajudam a configurar uma forma de dominação específica segregada pela própria situação estudada e não por propriedades transferidas de situações não estudadas. Tais observações e análises estão presentes por todo

o livro, particularmente nos Capítulos III e IV, mas têm pontos culminantes na Seção III do Capítulo III (“Dependência econômica e relações industriais”) e nas Seções IV e V do Capítulo IV (“Formação do sindicato” e “Atuação do sindicato e sua influência nas relações industriais”, respectivamente). A seção “Dependência econômica e relações industriais” dá sentido a uma série de observações esparsas ao longo dos Capítulos II e III, ao tratar das conexões entre “a escassez de empregos, a posição dominante social e política dos empresários e o tradicionalismo das relações industriais” (p. 51).

O autor fala da importância fundamental, na caracterização dessa forma de dominação, do monopólio do emprego nas cidades estudadas, pelas famílias proprietárias das fábricas, monopólio de emprego que ultrapassa o simples monopólio do emprego fabril para estender-se a formas alternativas de emprego “no serviço público, no comércio, nos bancos etc.”<sup>10</sup> Cita também, em nota de pé de página, como um sistema de referências relativamente aos operários que procuram emprego é montado em Mundo Novo, onde existem cinco fábricas principais, produzindo efeitos semelhantes à única fábrica de Sobrado (cf. p. 160). Esse monopólio do emprego praticamente expulsa das duas cidades aqueles que perdem o emprego fabril, assim como produz consequências políticas na discriminação de trabalhadores indesejáveis aos olhos dos patrões (p. 51).

Brandão Lopes determina então o ponto estratégico dessa dependência econômica que caracterizaria essa forma específica

---

<sup>10</sup> “O levantamento (...) da ocupação dos vários membros de famílias pertencentes aos níveis sócio-econômicos mais baixos da população, efetuado por entrevistas, mostra ser extremamente acentuado o desemprego, ou, mais freqüentemente ainda, o subemprego, nas duas comunidades. A desproporção entre procura e oferta de emprego é ainda maior ao considerar-se apenas as fábricas. As vantagens da colocação fabril em relação às outras ocupações urbanas são muito grandes, não só em função do salário, como também pela maior segurança que oferece (...). Donde a valorização unânime da ocupação industrial relativa às demais.

“Ora, devemos-nos lembrar que as indústrias de Mundo Novo, bem como a única de Sobrado, são propriedade de família social e politicamente dominante em cada comunidade. Donde resulta que, além de deter o monopólio do emprego fabril, numa e noutra cidade, essas famílias exercem influência considerável sobre múltiplas outras oportunidades de ocupação no serviço público, no comércio, nos bancos etc.”, p. 51.

de dominação própria à grande indústria na pequena cidade: o controle direto sobre a moradia mesma da força de trabalho.

Há, pois, na verdade, uma dependência econômica considerável das famílias operárias e de muitas mais, em relação aos industriais, maior em Sobrado, mas muito grande em ambas as comunidades. Apreciamos esta relação de dependência em todas as suas dimensões quando observamos que, para muitas famílias, a empresa fabril não só é empregadora como locadora de sua moradia; além disso, tendo, as mais das vezes, a família, vários de seus membros nas fábricas, a conduta de um pode afetar a sorte de todos (p. 51 e 52).

É essa dominação que se estende da esfera do trabalho à esfera da moradia do trabalhador que sustenta e explica uma série de práticas personalizadas nas relações entre a administração das fábricas e seus operários que tanto intrigam Brandão Lopes diante do seu padrão idealizado de relações industriais tomado da sociologia industrial americana e européia. Também o medo do operário diante da repercussão sobre seus familiares trabalhando na fábrica de possíveis faltas técnicas ou disciplinares a serem punidas pela administração associam-se à moradia na vila operária, já que para conseguir casa na vila operária são preferidas pela empresa as famílias com vários membros nela trabalhando ou com possibilidade de trabalho fabril.<sup>11</sup>

Nesse sentido, após a ênfase nesse ponto estratégico da forma de dominação presente nas duas cidades, o autor não tira as conseqüências desta determinação e continua atendo-se a uma caracterização vaga e generalizante das relações de trabalho nessas comunidades como tendo um caráter *patrimonialista*, o qual teria sido “*conservado* em alto grau nessas indústrias” (p. 65). A utilização do conceito weberiano de dominação patriarcal ou patrimonial — voltado para a construção de tipos ideais caracterizando grandes épocas históricas —, que faz Brandão Lopes, parece ser muito geral para descrever eficazmente o sistema de relações sociais encontrado na situação concreta com que se defronta o autor nessas duas comunidades industriais.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> cf. cap. 2 e 3.

<sup>12</sup> THOMPSON (1979) p. 14-20. Crítica aos conceitos de paternalismo e patriarcalismo para a caracterização de situações históricas específicas.

Além dessa caracterização demasiadamente geral, Brandão Lopes privilegia também nessa seção do Capítulo III intitulada "Caráter geral das relações industriais" uma explicação genética para esse ponto estratégico dessa forma de dominação que é o controle direto pelo patrão da moradia de seus operários:

O que pretendemos, nesta seção, documentar de início é a preocupação das fábricas pelo bem-estar do empregado e sua família. Esta preocupação não é fria e calculada; as formas pelas quais se revela não são *meios* de se obter fins preestabelecidos. Essas atividades não são explicitamente justificadas como maneiras de se elevar a eficiência do operário ou o seu moral, mas, pelo contrário, pelo menos de início, eram pura expressão espontânea da relação tradicional de patrão e empregado, subordinação de um lado e obrigação de cuidar dos dependentes, de outro. Esta situação é melhor definida em Sobrado, embora valha também para Mundo Novo.

Quando não havia indústrias nessas duas cidades (no começo do século, na última, e antes de 1925, na primeira), o oferecimento de moradia aos operários teve o papel de atrair a mão-de-obra de que as primeiras indústrias necessitavam. Um dos diretores da fábrica mais antiga de Mundo Novo (fundada em 1905) diz que construíram as primeiras casas depois de 1914 para facilitar a vida dos operários e, inquirido diretamente sobre a questão, concorda que havia dificuldade inicialmente em encontrar trabalhadores, e isso fez com que fossem buscá-los em outras cidades e construíssem casas para alojá-los. Talvez, mesmo depois, a provisão de moradia tenha sido vantajosa para as indústrias, porque tornava a mão-de-obra mais estável (embora com a crescente importância da legislação trabalhista essa vantagem possa parecer hoje discutível) e mais submissa (dada a ameaça da perda simultânea de emprego e habitação). Entretanto, mencionadas essas possíveis vantagens, *tem-se de convir que fornecer casas aos seus empregados vinha naturalmente numa sociedade em que a fazenda e a colônia eram onipresentes*. O estudo de Stanley J. Stein sobre o desenvolvimento da indústria têxtil brasileira mostra como nas primeiras fábricas, na segunda metade do século XIX, os operários viviam em dormitórios, provido-os muitas vezes também as indústrias com alimentação, roupas e utensílios domésticos. Somente no fim do século, começam as indústrias têxteis a adotar o "plano inglês" e construir vilas operárias, alugando as casas, e a alimentação ficando a cargo da família individual (p. 65, 66).

Assim, Brandão Lopes, após apresentar uma série de características da forma de dominação que se exerce através da conjugação da fábrica com a vila operária, acaba concluindo de uma forma que não é a decorrência de suas premissas e considerando, mas ao contrário obedece às suposições preestabelecidas

que fazem derivar as relações sociais concretas que estão sendo observadas de uma genérica situação tradicional que envolve de fora essas relações sociais.

Remete-se a situação da fábrica com vila operária para sua origem, onde então a presença na sociedade da fazenda e da colônia (creio que no sentido de colônia agrícola, de colonato) seria maior e moldaria o surgimento da fábrica segundo os padrões tradicionais prevaletentes que naturalmente penetrariam nas relações entre industriais e operários.

As relações sociais subjacentes à fábrica e à vila operária seriam derivadas de relações sociais que o trabalho não estuda mas presume a partir das características genéricas da sociedade tradicional e do patrimonialismo, ofuscando simultaneamente a fábrica com vila operária que é estudada, e o caráter das relações sociais na fazenda, nas colônias agrícolas, que podem apresentar eventualmente relações de dominação, sob certos aspectos bem especificados, semelhantes às da fábrica, mas que não são estudadas. Além disso, o autor apóia seu raciocínio de contaminação genética da sociedade tradicional sobre a fábrica com vila operária numa citação de Stanley Stein que não confirma tal "contaminação" mas ao contrário apresenta diferentes formas de dominação da administração da fábrica sobre a esfera do "não trabalho" dos operários, semelhantemente, por sinal, ao que ocorre em outras formações sociais como no caso da fábrica russa no século XIX tal como apresentada por Tugan-Baranowski, 1970, p. 359, 360.

A própria associação entre o "plano inglês" e a fábrica com vila operária, que menciona Brandão Lopes a propósito da referência ao trabalho de Stanley Stein, sugere pelo menos a suspeita da associação entre as relações sociais subjacentes às fábricas estudadas, com um certo padrão de industrialização com controle simultâneo da moradia dos operários por parte dos patrões, tendo referentes internacionais em países pioneiros do capitalismo industrial, independentes portanto de um padrão tradicional de relações sociais. E, finalmente, a fixação do autor na redução das relações sociais estudadas a um padrão preestabelecido de relações sociais tradicionais faz com que ele incorpore sem relativização, alegações dos empresários que se enquadrariam na "relação tradicional de patrão e empregado: subordinação de um lado

e obrigação de cuidar dos dependentes, de outro, tal relação tradicional fazendo com que haja "preocupação das fábricas pelo bem-estar do empregado e sua família" sem que tal preocupação seja "fria e calculada", nem sejam "meios de se obter fins pre-estabelecidos" (p. 65 e 66).

Essa mesma preocupação com o padrão patrimonialista de relações sociais leva o autor a perder de vista, na sua análise, a riqueza suscitada pelo material levantado na pesquisa, minimizando o conflito que aparece sob uma forma "pessoalizada". Um exemplo claro dessa subestimação do conflito aparece na Seção IV do Capítulo III, intitulada "Quadro administrativo e aspectos da administração industrial". A riqueza da análise, feita por Weber, das formas de dominação, é transformada, em sua aplicação pela sociologia industrial, numa adequação empobrecedora às noções da própria prática da administração de empresas; e, mais ainda, o sociólogo passa a incorporar como natural e neutra a perspectiva de que seu estudo possa servir ao aperfeiçoamento dessas "técnicas" de administração.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> BRANDÃO (1967): "Evidenciaremos talvez melhor a dependência das relações industriais em relação à sociedade global, se considerarmos, à guisa de exemplo, a técnica moderna de administração de pessoal. Essa técnica, no fundo, desenvolve-se como resposta à natureza das relações de trabalho que emergiram no sistema industrial contemporâneo e, por outro lado, faz parte, ela mesma, dessas relações. Entretanto, a justa compreensão desse fato, em países como o nosso, cujo processo de industrialização incipiente não chegou a alterar de todo a organização social tradicional, não é comum. Realmente, a se julgar pelo muito do que se escreve sobre o assunto no Brasil, parece que as práticas de administração têm validade universal. Ora, as relações tradicionais de trabalho subsistem, no Brasil, como em outros países subdesenvolvidos, mesmo em áreas industrializadas. As técnicas de chefia, os programas de treinamento de supervisores, os planos de incentivo etc. que constituem técnicas de administração de pessoal adequadas aos países industrialmente adiantados, ao serem aplicadas nas empresas de sociedades em processo de industrialização, sofrem um ajustamento à natureza das relações de trabalho nelas prevalentes e transformam-se em algo bem diverso daquilo que são, nos lugares onde surgiram como resultado de desenvolvimento endógeno. A análise da administração de pessoal, como ela realmente se efetua nas empresas dos países em industrialização que adotaram práticas modernas, constitui tarefa ainda não realizada no Brasil. Seria de importância, não só para a compreensão da sociedade industrial que aqui está se desenvolvendo, como pelo interesse prático, para o aperfeiçoamento das nossas técnicas de administração de empresas."

Não que a colocação citada do autor seja destituída de interesse quanto à intenção de um estudo levando em conta a especificidade histórica das “técnicas” de administração de pessoal. O problema é a própria ênfase nas técnicas de administração de pessoal como lugar privilegiado das relações entre os trabalhadores e os patrões na fábrica que fazem imperceptivelmente os autores se prenderem às normas, ou à derrogação às normas<sup>14</sup> de administração de pessoal para efeitos de comparação entre diferentes práticas de administração de pessoal, perdendo de vista aspectos da relação mais ampla de dominação do trabalhador pelo capital naquela situação concreta, e que vai desde a relação do trabalhador com a máquina, as formas de cooperação na produção, os tipos de salário pagos, a relação entre o trabalho na fábrica e a moradia na vila operária.

As “técnicas” de administração de pessoal, através das quais a fábrica expressa intencionalmente algumas formas de sua dominação, aparecem relacionadas a esses temas, mas não é através da análise dessas “técnicas” que se pode ter acesso à problemática configurada por tais temas.

É portanto dentro dessa longa Seção IV do Capítulo III, sobre a administração industrial, que Brandão Lopes dá um exemplo claro de minimização do conflito devido ao enquadramento do material de pesquisa em preocupações unilaterais sobre a “personalidade” das relações como fator de derrogação tanto de uma administração racional quanto de uma consciência de classe racional da parte dos trabalhadores:

Alguns exemplos permitirão sentir melhor a extensão em que a personalidade nas relações, proveniente em última análise de valores e normas patrimonialistas, modifica as relações hierárquicas, dá-lhes um matiz peculiar e influi sobre a administração.

---

<sup>14</sup> No Apêndice I, “Esclarecimento conceitual”, o autor critica o privilégio do estudo das normas e regras para o conhecimento das “relações industriais” tal como formulada por Dunlop, acentuando, ao contrário, a prioridade do estudo das relações industriais elas próprias, as normas entrando aí apenas para elucidar o caráter dessas relações. No entanto ao não ter um fio condutor de análise para o estudo dessas relações, o autor acaba preso a essa própria prioridade das “técnicas de administração de pessoal” na caracterização das “relações industriais”, mesmo que seja para derrogar o seu funcionamento normal relativamente aos países nos quais foram criadas, ou para mostrar sua adaptação a relações sociais tradicionais que sobredeterminam as “relações industriais”.

Vejamos primeiro o incidente narrado por Zélia Vieira, tecelã da Sobradense. Em 1958, a administração da empresa, para elevar a produtividade, começou gradativamente a aumentar o número de teares de três para quatro, alterando ao mesmo tempo o preço pago às tecelãs por metro de pano. Havia entre estas bastante descontentamento, pois achavam que com os novos preços não conseguiam alcançar o salário mínimo. Um dia, na saída da fábrica, Zélia encontrou Antônio Macedo, o seu contramestre, e, em tom jocoso, disse-lhe que “as moças” estavam falando em fazer greve; “estão pensando em parar as máquinas e quebrar a cabeça do primeiro que aparecer!” (o primeiro seria ele). Outro dia, Osmar Carvalho, funcionário do escritório da empresa, veio conversar com Zélia. Esta conta, em forma de diálogo:

*Osmar:* O Sr. Oswaldo (diretor da empresa) está muito sentido com você; ouviu que você andou falando umas coisas... Eu disse a ele: É engano...

*Zélia:* Vai ver eu falei... (Para o entrevistador) Aí ele contou a minha conversa com o Macedo. Eu disse a ele: Eu falei isto.

*Osmar:* Toda a vida a gente atende você... (pausa) Quer dizer que você tem vontade para isso (fazer greve)?

*Zélia:* Se for preciso, eu tenho. Não vou dizer que vou fazer, mas se não der para tirar o salário (mínimo), eu tenho...

*Osmar:* Eu no seu lugar, não estando satisfeita, preferia sair... Trabalhar num serviço e ver o patrão de cara feia...

*Zélia:* Se não saio é porque não tenho para onde ir. (Para o entrevistador): No outro dia, somaram e viram que eu estava tirando o salário. Me chamaram para eu ver que não tinha o direito de reclamar, que eu estava tirando o salário...

Este diálogo é significativo para mostrar como mesmo situações em que o conflito de interesses é patente são suavizadas pelo tom de brincadeira, e adquirem um caráter próprio devido à natureza pessoal das relações. Mesmo no conflito há consenso quanto a valores cruciais, que transparecem acima do apelo à lealdade resultante de sempre a terem atendido no passado, nas afirmações de que fazer greve “não fica bem” e “que não tinha o direito de reclamar pois estava tirando o salário” etc. Mas o que deve ser ressaltado, em particular, nesta altura, é que a personalidade nas relações, nas condições de trabalho dessas comunidades vincula-se a valores tradicionais. Trata-se no caso de operária antiga com quase vinte anos na empresa, na qual vários de seus irmãos trabalharam muitos anos. Nessas circunstâncias, espera-se dela lealdade especial (indicada pelo fato de o Sr. Oswaldo mostrar-se ‘sentido’ com ter falado em greve, mesmo em brincadeira) e outorgando-lhe maior deferência (chamam-na por exemplo ao escritório, para mostrar que não havia razão para queixas). (p. 61, 62, 63).

Fascinado pela forma “personalizada” em que é narrado o desenvolvimento desse incidente, atribuída a “valores e normas

patrimonialistas”, o autor minimiza o conflito, impedindo-se de vê-lo senão enquadrado nas repercussões da introdução da ação sindical e da conseqüente repressão da fábrica sobre o sindicato. Brandão Lopes perde assim o elo entre o conflito social, latente, segregado pelas relações sociais subjacentes à fábrica, e a sua subseqüente canalização pelas vias sindicais.

Assim, essa onipresença, na análise do material de pesquisa, do “padrão patrimonialista de relações sociais” faz o autor não tirar conseqüência e mesmo obscurecer aquilo que no entanto se pode depreender dos dados expostos ao leitor. Isso não impede que Brandão Lopes apresente importantes resultados quanto à análise da situação concreta analisada, dentre os quais gostaríamos de destacar alguns.

No Cap. II, p. 35, ele aponta para a funcionalidade da oferta de emprego por parte da fábrica têxtil a famílias camponesas em crise devido à desproporção, na sua força de trabalho familiar, entre seus membros masculinos, aptos ao trabalho que são insuficientes e seus predominantes membros femininos e infantis. A fábrica têxtil oferece oportunidade em emprego para mulheres e menores, além de dar prioridade à colocação na sua vila operária de famílias com vários membros aptos ao trabalho fabril.<sup>15</sup>

Na Seção II do Capítulo III, “Recrutamento de mão-de-obra e duração do emprego” aponta para a importância das relações pessoais prévias para entrar no emprego (p. 48), para casos de articulação da dependência de famílias de trabalhadores à família dos proprietários simultaneamente na fazenda e na fábrica (p. 47) e para o recrutamento com ênfase no parentesco com trabalhadores já empregados na fábrica (p. 49).<sup>16</sup>

E na Seção V do Capítulo III, aponta para as interferências na própria vida familiar dos operários por parte da administração da fábrica, fato que é possibilitado pela própria forma de dominação através da imobilização da força de trabalho através da moradia (p. 72).

---

<sup>15</sup> A análise de uma situação semelhante é feita em ALVIM (1979) e LOPES, L. (1979).

<sup>16</sup> cf. para o estudo de um caso em que tais fenômenos apontados têm importância, LOPES, L., 1976, cap. IV (O mercado de trabalho dos operários do açúcar: superpopulação e cativoiro).

É no entanto a seção “Dependência econômica e relações industriais”, como já vimos anteriormente, a mais contrastante com a perspectiva geral de todo o capítulo, em que a análise se reduz à transferência para as indústrias do padrão patrimonialista de relações sociais da área, anterior à própria instalação das fábricas. Enquanto tal perspectiva geral leva à minimização dos conflitos entre os trabalhadores e a administração da fábrica, conforme o exemplo citado acima envolvendo a operária Zélia e o funcionário do escritório Osmar; nessa seção, ao contrário, os exemplos apresentados ilustram uma análise que caracteriza a especificidade tanto da forma de dominação da fábrica com vila operária quanto dos conflitos daí resultantes.

A dependência econômica, na intensidade e maneira como existe nessas comunidades, introduz um elemento de *imposição* presente de forma subjacente mesmo nas relações industriais tradicionais em que não há conflito aparente e quando os padrões ideais, pelos quais o empregado é leal ao patrão e este cuida do bem-estar daquela, são obedecidos.

Quando ocorrem conflitos, o fato de sua dependência econômica sobe à consciência do trabalhador que se sente revoltado e injustiçado (o pai de quatro operários em Sobrado referiu-se numa entrevista em tom amargo ao regime de escravidão e de despotismo que reina na fábrica... lá ‘todos fazem o que querem com os operários e ninguém reclama para não perder o emprego’). Aquele fato é utilizado deliberadamente pelo patrão como instrumento de dominação (o diretor da fábrica de Sobrado, face a reclamações das tecelãs, segundo um informante, costuma dizer: ‘Se não quer trabalhar pode sair, tem quinze, vinte, querendo o lugar’).

A sua função clara é no sentido da conservação do sistema tradicional de relações de trabalho, com as menores modificações compatíveis com as circunstâncias, afastando o operário das reivindicações individuais — pelas demandas trabalhistas — ou das coletivas, pela ação sindical (p. 53).

Talvez a expressão “dependência econômica” seja pouco feliz, na medida em que ela não especificaria por si só a situação estudada, sendo ao contrário a situação geral do proletariado.

Com efeito, apesar da dupla liberdade do trabalhador livre no capitalismo, livre do jugo político representado pela escravidão ou formas de servidão, e livre dos meios de produção, tendo somente sua força de trabalho para vender, no entanto, enquanto classe, o proletariado só pode trabalhar para sobreviver sob as condições ditadas pelos donos dos meios de produção, pela classe

capitalista. Nesse sentido, a “dependência econômica” existe por definição para o conjunto da classe trabalhadora, para os produtores diretos do capitalismo moderno. A especificidade da situação estudada é que a “dependência econômica” se reforça por uma dominação direta, fora da produção, pelo controle direto da moradia, pelo controle político e ideológico sobre os trabalhadores, e por um controle reforçado do mercado de trabalho para o qual a própria vila operária é funcional. Isso no entanto, apesar da expressão “dependência econômica” poder dar margem a dúvida, é bem caracterizado nessa seção.

E o autor, nesse trecho citado, contraria as análises feitas por ele implicando numa minimização tanto da transparência para os agentes da *imposição* da dominação, quanto dos conflitos, mesmo latentes, daí decorrentes. E coloca, como a aparente estabilidade dessa forma de dominação que extravasa a produção e controla a própria moradia dos operários pode se transformar no seu contrário, pelo choque entre a transparência da exploração na consciência dos trabalhadores e a repressão a uma associatividade mínima da força de trabalho.

Assim, essa seção liga-se ao exposto no decorrer do Capítulo IV, “Relações industriais em transformação”, que contextualiza, a partir da crise da indústria têxtil e do impacto causado pela elevação do salário mínimo de 1954 nas fábricas locais, a formação do sindicato e suas repercussões na forma de expressão da luta de classe.

A crise geral da indústria têxtil no país, e em particular o aumento do salário mínimo de 1954 — que anulava as vantagens que tinham as indústrias têxteis do interior sobre as das capitais quanto a salários mais baixos, formas “autárquicas” de organização e controle direto impedindo a associatividade operária —, configurou uma crise particular às fábricas estudadas. Elas passam a substituir trabalhadores mais bem pagos por outros de remuneração menor (p. 81). Algumas dessas fábricas, além disso, demoraram a iniciar o pagamento do novo salário mínimo. Outra forma de burla se dava através do cálculo dos salários por produção, fixados a tal nível que era impossível atingir-se o novo salário mínimo (p. 84).

A fábrica de Sobrado passou a introduzir teares de parada automática e aumentou o número de teares com que trabalha cada

tecelã (p. 85). Além disso as fábricas reforçam a disciplina no trabalho através da intensificação da vigilância e das punições por mestres e contramestres.<sup>17</sup> Outro expediente que passa a ser utilizado por uma das fábricas é o sistema de contrato por prazo determinado para evitar indenização no caso de dispensa. Em outra fábrica, o trabalhador ao ser admitido já assina o aviso prévio, pedindo de forma preventiva e voluntária a sua futura dispensa (p. 93).

Por outro lado, a fábrica de Sobrado aumentou substancialmente os aluguéis das casas da vila operária, o que provocou o protesto dos operários, iniciando uma ação judicial coletiva vitoriosa na 1.ª instância com recurso ainda não julgado na época da pesquisa. Em decorrência disso, houve dispensa dos operários, as casas sendo entregues a operários novos com contratos prevendo o aumento do aluguel (p. 94 e p. 171).

Nesse contexto de intensificação da exploração das fábricas sobre os operários, Brandão Lopes descreve a formação dos sindicatos têxteis das duas cidades. A análise que é desenvolvida em todo esse capítulo, tendo por núcleo a formação e a influência da atuação do sindicato nas relações sociais dessas cidades, parece-nos de fundamental importância na literatura sobre o sindicalismo brasileiro — muito mais do que é atribuído a este trabalho nas bibliografias comentadas sobre sindicalismo, e nas citações de estudiosos do assunto. Com efeito, o estudo do grupo social específico (através da preocupação do estudo de comunidade) a partir do qual vai formar-se o sindicato — mesmo dependente da estrutura sindical atrelando os sindicatos ao Ministério do Trabalho — leva a análise a ressaltar as repercussões peculiares que provoca o sindicato sobre a forma de dominação segregada pelas fábricas locais.

---

<sup>17</sup> BRANDÃO (1967): "As tentativas de elevação da produtividade executadas das duas formas já apontadas, por intermédio da fixação de tarifas baixas de salário e das pressões transmitidas de alto a baixo através dos mestres e contramestres até o operário, têm como importante consequência os crescentes atritos do trabalhador com aqueles prepostos do patrão", p. 91. "Queremos frisar que essas circunstâncias tendem a debilitar as relações tradicionais de trabalho. A 'perseguição' por parte de mestres e contramestres e as 'injustiças' que cometem criam descontentamentos. Uma das principais consequências, a ser retomado adiante, é o fato desses ressentimentos tenderem a desembocar no sindicato e a se transformar em ponderável força de mudança social" (p. 92).

A análise relativiza a generalidade do caráter previamente “heterônomo” dos sindicatos formados sob a égide da estrutura sindical construída no Estado Novo, a partir da análise concreta de seus efeitos sobre um grupo determinado de trabalhadores, submetidos a uma dominação que extravasa o momento da produção e penetra a esfera doméstica dos produtores diretos, produzindo uma dominação política direta que atenua seu caráter de trabalhadores livres.

Todo o processo de formação dos dois sindicatos nas duas cidades é elucidativo quanto ao caráter das relações sociais de dominação dos industriais sobre os trabalhadores, e como estes conseguem resistir e burlar essa dominação, conseguindo fundar e eleger diretorias que não sejam tuteladas pela administração das fábricas. O autor demonstra, de forma convincente, como as próprias características da forma específica de dominação dos industriais sobre os trabalhadores passa a transparecer, para estes últimos, com mais nitidez quando as fábricas intensificam o trabalho diante do aumento do salário mínimo, burlam a legislação e a forma de convivência costumeira com os operários e aumentam os aluguéis das casas da vila operária, e, finalmente, quando as fábricas combatem desesperadamente tanto a fundação quanto a atuação do sindicato.

Este exemplo mostra a importância da legislação do trabalho como fator de mudança das estruturas tradicionais. A legislação sindical teve e está tendo efeitos diversos nas diferentes comunidades brasileiras. Enquanto em muitos lugares, nas cidades maiores por exemplo, talvez tenha servido para acomodar situações em que as possibilidades de conflito eram grandes, noutras comunidades o efeito *imediato* foi o de acentuar o conflito social ou pô-lo a descoberto, quando era apenas latente. Entretanto, é possível que, mesmo nestas últimas comunidades, entre as quais se situam as cidades estudadas, o conflito industrial mais intenso, característico de uma etapa mais avançada do sindicalismo, seja evitado em virtude da expressão de ressentimentos e antagonismos que hoje é facilitada por influência da legislação. Estas são apenas algumas indagações sugeridas pela descrição dos sindicatos, em Sobrado e Mundo Novo. A resposta a tais problemas bem mereceria uma análise comparativa do movimento sindical (p. 106, 107).

A introdução do sindicato é um elemento importante na desagregação da forma de dominação, própria à industrialização com imobilização da força de trabalho pela moradia, tal instituição passando a mediar a relação entre trabalhadores e patrões (cf. p. 121-

122). Têm importante atuação no sindicato os operários *estabilizados*, com mais de dez anos de casa, protegidos pela antiga lei da estabilidade (cf. p. 115). E o autor assinala que a lista de reivindicações dos dois sindicatos é representativa das reivindicações apresentadas por muitos outros sindicatos de trabalhadores têxteis no Brasil: reivindicações exigindo o pagamento do salário mínimo, mesmo quando pago por produção; protesto contra o aumento do número de teares por operário; protesto contra o aumento do aluguel das casas da vila operária, contra as punições e suspensões injustas, contra a disciplina da fábrica que impede os operários de irem ao banheiro etc. (cf. p. 108).

É interessante notar-se como, mesmo tendo feito a excelente análise do Capítulo IV sobre as transformações das relações industriais nas duas comunidades, o autor ainda assim não tira todas as conseqüências do caráter contraditório das relações tradicionais dos trabalhadores com os patrões e dos trabalhadores entre eles, mantendo a concepção que ao contrário, nos capítulos anteriores, ele apresenta de um “tradicionalismo” estático e ao nível das aparências, daquelas relações sociais.<sup>18</sup> Como são essas mesmas relações sociais “tradicionais” dos trabalhadores entre si — de uma “homogeneidade cultural” proveniente de uma longa convivência numa “comunidade” constituída e reproduzida por uma forma de dominação “tradicional” — que em determinadas situações produzem uma solidariedade que é canalizada pela atuação sindical, o autor conclui que tal associatividade ainda seria “pré-moderna”, podendo

---

<sup>18</sup> BRANDÃO (1967): “Além da introdução nas indústrias de relações de parentesco e comunais, a longa permanência, via de regra, no emprego, é um fator de importância decisiva no desenvolvimento do alto grau de pessoalidade nas relações industriais.”

“O contato diário de longos anos, aliado à homogeneidade cultural e à força de valores e normas tradicionais das comunidades em que se localizam são suficientes para dar grande importância às relações pessoais nessas fábricas (importância desusada em indústrias de iguais dimensões”). (...)

“Essa tradição e essa pessoalidade nas relações, decorrentes do modo de recrutamento e da duração do emprego, ajudam-nos no nosso objetivo de caracterizar as relações industriais. Isso não apenas diretamente, como quando estamos tratando de relações hierárquicas (...) mas mesmo quando se trata daquelas que se dão entre colegas de trabalho, pois tais elementos normativos tradicionais são úteis para a compreensão da espécie de solidariedade, sobre a qual se constitui a atividade sindical, que surge no período recente em Mundo Novo e Sobrado”, p. 49 e 50.

“dar margem” à sua transformação numa solidariedade “moderna”, de classes.<sup>19</sup>

O autor procura ignorar — para manter sua concepção tradicional/moderno, padrão patrimonialista/padrão burocrático e racional legal de relações sociais — a importância tanto da solidariedade “tradicional” segregada pela vida cotidiana na vila operária quanto da transparência da exploração ocasionada pela quebra de uma convivência tradicional, entre trabalhadores e administração da fábrica simultaneamente, à intensificação de mecanismos “tradicionais” de dominação em vista de uma maior intensidade da produção, para o surgimento da luta sindical contra os patrões. O Capítulo IV, no entanto, mostra exatamente isto que formalmente o autor procura ignorar para ser coerente com o esquema teórico de que dispõe, e que limita à sua revelia as conseqüências analíticas que podem ser extraídas da riqueza de sua pesquisa.

É essa mesma importância dada às relações sociais específicas estudadas produzindo efeitos específicos de conflito social e mudança quando da introdução do sindicato pertencente à estrutura sindical atrelada ao Estado e produtora, em outras situações sociais, da destruição da associatividade prevalecente; que, nesse caso, é menosprezada em benefício de relações sociais padronizadas, idealizadas e remetidas ao futuro de uma consciência de classe racional e sem traços de “tradicionalismo”.

É curioso, a propósito, ver a importância inversa dada, na literatura sociológica inglesa, a comunidades operárias “tradicionais” e a sua relação com uma consciência de classe “proletária” aparentemente perdida pelo moderno “operário afluente” e senão “emburguesado”, pelo menos “privatizado” (cf. Lockwood, 1975). Se essa literatura contrasta com a visão das comunidades operárias tradicionais de Brandão Lopes tanto mais quanto ela é fruto da mesma sociologia do trabalho, pode-se por outro lado buscar outras contribuições na tradição teórica diversa da história social para redimensionar a importância da “tradição” própria da cultu-

---

<sup>19</sup> BRANDÃO (1967): “A solidariedade existente é comunal e não de classe. Decorre de um estilo de vida comum e circunscreve-se a um grupo de *status*, à toda gente pobre da comunidade e não apenas ao operariado. Fortalecendo a constituição do sindicato e a sua atuação, porém, tal solidariedade pode dar margem à sua transformação em algo diverso, com o despertar da consciência de interesses comuns específicos dos assalariados, e opostos aos dos empregadores”, p. 116.

ra operária na autoconstrução, através da luta de classe cotidiana ou em situação crítica, da sua própria consciência de classe (cf. Thompson, 1968 e Trempé, 1971, esta última obra mostrando a importância dos laços rurais de um grupo de mineiros na constituição de sua consciência operária de classe). Toda essa literatura é no entanto posterior à obra de Brandão Lopes, e serve aqui como subsídio a uma crítica *a posteriori* e nutrida por uma problemática diferente.

*Crise do Brasil Arcaico* é assim uma obra pioneira, “patrona” das monografias brasileiras sobre classe operária, caracterizando-se pela seriedade e eficiência na utilização dos métodos de pesquisa para acerrar-se de seu objeto: entrevistas com roteiro flexível, questionário, observação direta, documentação tanto do lado patronal quanto do lado dos sindicatos operários. É também um estudo de grande importância na caracterização da grande indústria na pequena cidade, e da situação de fábrica com vila operária implicando numa forma de dominação característica da industrialização com imobilização da força de trabalho através da moradia. Mais ainda, fornece elementos para se acompanhar a trajetória dessas comunidades dominadas pelo sistema fábrica-vila operária incluída aí a transformação ocasionada pela intensificação da exploração e pela formação do sindicato. E é um estudo pioneiro, também, dos efeitos específicos relativos a relações sociais determinadas, da introdução do sindicato e da legislação trabalhista, fornecendo novos elementos nuanceando as conclusões generalizantes a respeito desse sindicalismo.

*Crise do Brasil Arcaico* é assim um livro que a crítica fácil à problemática teórica do “tradicional/moderno” e “patrimonialismo/burocracia”, não deve fazer inibir a leitura e o aproveitamento da exposição dos resultados de pesquisa e de análises pioneiras dessa forma específica de industrialização, de dominação e de classe operária.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, M. R. B., 1979 — “Notas sobre a família num grupo de Operários Têxteis”. In: LOPES, L. et alii, *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (Estudos sobre trabalhadores urbanos)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- , 1981 — “Família e operários de origem camponesa; uma leitura da *Crise do Brasil Arcaico*”. Rio de Janeiro, *Comunicação* n.º 6, PPGAS — Museu Nacional, UFRJ.
- BRANDÃO LOPES, J. R., 1967 — *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- , 1971 — *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, Difusão Européia do Livro.
- DUMAY, J. B., 1976 — *Mémoires d'un militant ouvrier du Creusot (1841-1905)*. Paris-Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, com prefácio de E. Labrousse.
- DUVEAU, G., 1946 — *La Vie Ouvrière en France sous le Second Empire*. Paris, Gallimard.
- LEITE LOPES, J. S., 1979 — “Fábrica e vila operária, considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: Leite Lopes et alii, *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (Estudos sobre trabalhadores urbanos)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- , 1976 — *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- , 1983 — “Anotações em torno do tema ‘Condições de Vida’ na Literatura sobre a classe operária”. In: Machado da Silva (org.) *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LOCKWOOD, D., 1971 — “Sources in Variation in working-class images of society”. In: *Working class images of society*. London, M. Blumer ed., Routledge & Kegan.
- RODRIGUES, L. M., 1971 — Bibliografia sobre o sindicalismo e os trabalhadores industriais no Brasil. Nota para um esquema explicativo. In 1.º Seminário de Estudos Brasileiros, Encontro Internacional de Estudos Brasileiros, Instituto de Estudos Brasileiros, USP, 13 a 25 de setembro de 1971. São Paulo mimeo.
- , 1970 — *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- THOMPSON, E. P., 1968 — *The Making of the English Working Class*, Penguin Books, Harmondsworth.
- , 1979 — La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: lucha de classes sin classes? In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial. Barcelona, Editorial Crítica Grijalbo.
- TOUGAN-BARANOWSKI, M., 1970 — *The Russian Factory in the 19th Century*. Homewood, Illinois, R. D. Irwin Inc./The American Economic Association, EUA.
- TREMPÉ, R. 1971 — *Les mineurs de Carmaux 1848-1914*. Paris, Les Éditions Ouvrières.
- WERNECK VIANNA, L., 1978 — Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. In: *Dados* n.º 17. Rio de Janeiro.

## IDENTIDADE SOCIAL E PADRÕES DE AGRESSIVIDADE VERBAL EM UM GRUPO DE TRABALHADORES URBANOS

*Luiz Fernando Dias Duarte*

### INTRODUÇÃO

No curso da pesquisa que conduzi junto aos trabalhadores da produção de pescado de Jurujuba, RJ, há alguns anos, procurando perceber a lógica de sua reprodução social, enfrentei, entre inúmeros embaraços de relação, um que me pareceu particularmente sério: o da especificidade dos padrões de comportamento verbal ali dominantes.

Essa especificidade, perfeitamente esperável e compreensível para o cientista social, aparecia, porém, de forma insidiosa, na medida em que sua atualização era modificada na maior parte das vezes em que se apresentava minha intrusa figura de pesquisador e na medida em que a minha impossibilidade de dominá-la tornava ostensiva, mesmo após uma longa convivência, a minha diferença social e a complexidade dos mecanismos que regiam e regem o contato dessa gente com “pessoas como o Senhor” — expressão elíptica corrente dessa diferença.

A percepção desse embaraço servia porém continuamente para reativar a vigilância do pesquisador, na medida em que exacerbava os contornos dessa barganha de identidades e alertava para o con-

tínuo perigo de pressupor, na continuidade aparente de uma comunidade de língua portuguesa, uma verdadeira continuidade dos sentidos sociais da produção e reprodução da linguagem entre os nossos dois segmentos culturais. Sempre foi particularmente notável o processo de descoberta da novidade do sentido de categorias que o meu senso-comum encaixava no rol das coisas já dadas, insusceptíveis de relativização e controle.

Seguindo a velha regra de fazer das tripas coração, procurei incorporar o conjunto desses embaraços e impedimentos à própria condução da análise, o que sempre produziu consideráveis frutos.

Comprometido porém com a produção de um conhecimento localizado como me encontrava na ocasião, não pude incorporar ao trabalho produzido logo depois senão parte do material atinente à área do comportamento verbal desses trabalhadores.<sup>1</sup> Detenho-me assim, neste momento, sobre um fenômeno que me pareceu, na época, digno do maior interesse e capaz de propiciar considerável esclarecimento sobre o sentido das práticas sociais de meus observados.

Subjaz a essa disposição um pressuposto da pesquisa antropológica, qual seja, o da solidariedade intrínseca das diferentes expressões de uma determinada cultura, permitindo que se trabalhe e se produza conhecimento interexplicativo em torno da chamada “estrutura social”, dos comportamentos mais explicitamente “culturais” (religião, trabalho, lazer, ética, política, arte, conviviabilidade etc.) e da atualização da linguagem.<sup>2</sup>

Com o que não se estará afirmando uma superposição linear entre esses diferentes domínios sociais, impossível, inclusive, pelo que de concreto envolvem em suas atualizações localizadas. Antes se estará afirmando que nessa própria articulação complexa que

---

<sup>1</sup> Esse trabalho consubstanciou-se em uma Dissertação de Mestrado intitulada *As redes do suor. A Reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba*, defendida em 1978 no PPGAS, Museu Nacional/UFRJ, parte da qual este trabalho representa um remanejamento.

<sup>2</sup> A regularidade com que esse pressuposto se vem apresentando na produção antropológica dificulta as referências legitimadoras. Cabe assim invocar duas obras clássicas de áreas limítrofes e que comprovam a justeza desse procedimento: *Mito e pensamento entre os gregos* de Jean-Pierre Vernant (Difel, São Paulo, 1973) e *L'architecture gothique et la pensée escolastique*, de Erwin Panofsky (Paris, Minuit, 1974).

as costura, se estarão dando efeitos significativos e propícios à compreensão da totalidade que as move em cada grupo social.

Uma totalidade de que nos aproximamos através do *sistema de valores* ou configuração cultural e que se apreende segundo as lições da Sociologia francesa sobre o caráter de “representação” com que se expressam os fatos sociais.

Elementos dessa posição analítica encontram-se presentes em numerosas áreas limítrofes ou específicas das Ciências Sociais, como a etno-musicologia ou a sócio-lingüística. Um texto lapidar na primeira tradição é o de Anthony Seeger, dedicado “a demonstrar a inter-relação entre determinadas características da sociedade em que um gênero de música aparece, o contexto de seu desempenho e os sons efetivamente produzidos durante este desempenho (...) dando um exemplo de como as relações entre música e sociedade, e entre os sons musicais em si, podem ser reunidas numa mesma análise”.<sup>3</sup> Já na segunda basta-se invocar Ethel Albert lembrando-nos que “When inquiry is focused on cultural patterns of speech behavior, the optimum context is the whole culture pattern”<sup>4</sup> ou Dell Hymes afirmando que “one cannot take linguistic form, a given code, or even speech itself, as a limiting frame of reference. One must take as context a community, or network of persons, investigating its communicative activities as a whole”.<sup>5</sup>

Estas parecem ser formulações adequadas de nosso propósito ao enfocarmos a ocorrência de determinados padrões de “agressividade verbal” entre os trabalhadores do pescado em Jurujuba.

Designamos dessa forma certos fenômenos da comunicação verbal ocorridos entre esses trabalhadores no espaço dos barcos de pesca quando se encontram no mar, nos longos intervalos que medeiam entre os períodos de trabalho efetivo. Nessas ocasiões, obrigados a um lazer ilegítimo, contrapostos em uma arena restrita e sem privacidade possível, isolados de parte de suas identidades habituais de trabalho, dedicam-se a um intrincado jogo de agressões, que sempre pareciam ao pesquisador bordear perigosamente as vias de fato — sem atingi-las, no entanto, jamais.

<sup>3</sup> cf. SEEGER (1977) p. 41.

<sup>4</sup> cf. ALBERT (1972).

<sup>5</sup> cf. HYMES (c1974).

Esse comportamento parece passível de uma análise que incorpore, ao mesmo tempo, o conjunto dos padrões de interação verbal em que se movimentam e do conjunto dos valores e representações em que se desenrola a totalidade de sua existência social.

Nesse sentido, nos deteremos inicialmente sobre o contexto dessas práticas, descendo pouco a pouco sobre sua especificidade e a procura de seus vínculos esclarecedores.

## INFORMAÇÃO ETNOGRÁFICA

A referência à *pesca* preside à constituição das identidades sociais em Jurujuba. *Viver da pesca* é o índice geral com que se qualifica sua população e com que se designa a própria qualidade do bairro: um *bairro de pesca*. Trabalhar na pesca é, exclusivamente, o índice de qualificação dos homens, enquanto eixos e representantes das identidades familiares: os *pescadores*.

A idéia do *trabalhar na pesca* se nutre de representações sobre a especificidade desse trabalho em geral, articuladas em torno da vivência do *mar* como meio comum fundamental. Esse trato comum com o mar — enquanto elemento marginal à vida humana, representada como eminentemente presa à *terra* e às suas coisas — transfere para essas atividades muito do investimento simbólico que as culturas litorâneas sempre adjudicam às coisas do mar.

O “segredo do mar”, suas traições e perigos, a profundidade de seu desconhecimento e a dificuldade da apropriação de seus recursos, ainda tão aleatoriamente disponíveis, demarcam uma diferença que opõe os que aí trabalham a todos os que se dedicam às atividades terrestres. Ir ao mar não é assim dirigir-se a um lugar de trabalho, que por si se opõe à segurança e à identidade doméstica. É também embrenhar-se no liminar, enfrentar o desconhecido, revestir-se da condição ambígua dos que se afastam do socialmente previsível, do socialmente cotidiano.

O mundo do mar legitima assim toda uma elaboração ideológica de diferença, de oposição ao mundo da terra, que tende a unir nesse papel as situações díspares do trabalho marítimo.

A representação desse trabalho envolve a adjudicação ao seu desempenho de certas qualidades comuns próprias do enfrentamento da natureza, conformando um espaço semântico marcado

pelas noções de *força*, *conhecimento* e *disposição*. Assim à força dos elementos, à sua imprevisibilidade e à sua prepotência, se opõe uma resistência redobrada do homem em ação. O pescador vivencia essa condição comum com toda a ambivalência alocável a uma condição de existência percebida como estafante, como desumana, mas também como distintivo de capacidade, como símbolo das qualidades mais vivas que compõem sua ciosa dignidade.

A essa representação de uma identidade pelo trabalho masculino no mar vem se acrescentar uma identidade pelo trabalho em embarcações e pela produção de pescado. Embora ocorram aí diferenças fundamentais para a demarcação de processos produtivos distintos, há como que um limiar empírico mínimo que torna identificáveis a um mesmo campo semântico todos os que no mar, através de embarcações, pescam peixe. É fundamental, mais uma vez, para a demarcação dessa identidade a oposição às coisas da terra, onde não há canoas, nem barcos; nem peixe, nem sardinha.

Esse universo é regido pela referência a um modelo de organização social a que chamamos o "modelo da companhia".

A categoria *companha* designa em um primeiro nível o conjunto de *companheiros*, ou seja, dos trabalhadores de uma determinada unidade de produção de pescado. Ela sugere também, para além desse nível mais imediato, o espírito que se supõe dever presidir à relação entre os companheiros: o de um verdadeiro companheirismo, como fraternidade engajada em um projeto comum de reprodução social através do trabalho na pesca.

Essa qualidade da companhia, esse seu espírito abrangente de comunidade, é considerada porém por todos os pescadores atuais como um valor que se perde, que se dilui.

A verdadeira companhia é assim situada no passado como um referencial da legitimidade comum. Um passado em que a produção pesqueira se fazia exclusivamente em canoas movidas a remo, utilizando redes de algodão tecidas à mão e ocupando a força de trabalho segundo um regime permeado pela comunitariedade e pela referência a organização familiar, sobre o qual se tecia uma ampla rede de reciprocidade.

À vigência desse espírito na produção correspondiam assim as noções de uma corporação de pescadores, de uma comunidade de famílias de pescadores, de uma tradição comum de irmandade.

Reciprocidade, não-diferenciação e estabilidade parecem ser assim os pontos mínimos de articulação do modelo, subjacentes à sua associação com a própria idéia de família.

A expressão recorrente: "Antigamente, isso tudo aqui era uma família só...", não surge assim, no discurso dos pescadores, apenas no contexto de uma inquirição sobre genealogias, mas sobretudo no conjunto da representação mais ampla sobre as condições de produção e reprodução social, atuais e passadas, em Jurujuba.

Embora a atualização plena do regime de companhia seja colocada no passado, é contra os padrões de legitimidade aí imbricados que se recortam as identidades atuais em Jurujuba, entrecruzadas por um acentuado processo de diferenciação social. Acentuar esse ponto não significa evidentemente considerar essa representação sobre o passado da comunidade como reflexo imediato de uma "realidade anterior". Ainda que se possa crer que o modelo não é puramente arbitrário, ou seja, que ele não deixe de se fundar em determinados traços de uma real vivência passada pelo crivo da memória social, é mais importante verificar que ele funciona como um "mito" comum, e como é vivido diferencialmente pelos agentes sociais que hoje se opõem na pesca de Jurujuba.

Nesse sentido, os três pontos fundamentais do modelo a que nos referimos introduzem quase literalmente à exposição de três planos da prática dos pescadores de Jurujuba em que de alguma forma essa identidade traduzida pelo espírito da companhia se manifesta de maneira esclarecedora. Ou seja: a reciprocidade e a idéia de corporação de pescadores; a não-diferenciação e a idéia de comunidade de pescadores, e a estabilidade e a idéia de uma tradição comum aos pescadores de Jurujuba.

A identidade de pescador, ancorada nas representações referidas antes sobre um fundo comum à prática dos que se dedicam à produção de pescado, fundamenta uma outra, mais ampla, de *classe dos pescadores*. Mais uma vez, essa identidade remete a um passado de *união da classe*, a que se substitui hoje um quadro de desunião, que deveria por sua vez voltar a dar lugar a uma grande união.

Se essa idéia de legitimidade e conveniência de uma união dos pescadores é comum em Jurujuba, pode-se imediatamente verificar, no exame das plataformas informais apresentadas hoje,

ou que marcaram reivindicações coletivas antigas, a profundidade da diferenciação dos pescadores e a impossibilidade de se desenharem um conteúdo comum que consubstancie realmente uma ação de união.

No passado, porém, parece ter havido um momento em que essa expectativa de corporação encontrou uma forma de manifestação adequada na instituição da Colônia de Pesca local, momento que poderia ter coincidido com a reativação desses órgãos e sua inserção no sistema de assistência e previdência social outorgado aos pescadores no governo de Getúlio Vargas.

A forma corporativa assim apresentada pelo Estado vinha não só cobrir necessidades imediatas da reprodução, mas também fornecer um órgão de expressão da identidade do grupo, legitimando-o como digno de merecer as atenções do *Governo* e o respeito dos demais segmentos da sociedade abrangente.

Esse aparelho de auxílio oficial aos trabalhadores da pesca, centrado na instituição das Colônias, correspondia por outro lado plenamente à representação exterior corrente sobre as condições daquele trabalho. Essa representação, que se encontra ainda hoje subjacente às formas de interferência do Estado nesse setor de produção, encara as populações pesqueiras do País como uma única e mesma massa indiferenciada, pensada como unidade com referência à idéia de pesca, enquanto atividade produtiva específica, mas homogênea.

Referir-se a essa demarcação ideológica exterior representa, por outro lado, a possibilidade de reforçar a legitimidade da identidade de pescador como um segmento relevante entre outros da sociedade nacional. Esse distintivo que aciona uma categoria legítima de trabalhador, reprodutor, garante assim uma dignidade própria a quem de outra forma não se enquadraria senão nas categorias dos pobres, dos ignorantes, dos atrasados.

A importância desse recurso é muito flagrante e com ela tivemos que tratar freqüentemente em Jurujuba, onde o pertencimento, às vezes até secundário ou francamente falso, à categoria de pescador era acionado como legitimação aos olhos do pesquisador — que deveria encontrar pescadores no bairro de pescadores, na comunidade de pescadores de Jurujuba.

A essa dignidade corporativa pelo pertencimento à classe dos pescadores, vem juntar-se o segundo daqueles planos citados:

o da identidade pela comunidade de pescadores, acionada em torno do tema da não-diferenciação pela comunhão das condições de co-habitação em Jurujuba.

A precisa demarcação geográfica do bairro, além de ter contribuído certamente para a formação originária da entidade local, serve ainda como suporte empírico para a articulação do tema ideológico da sua unidade. No que é reforçada pela grande especificidade desse bairro no quadro urbano da cidade de Niterói, isolado pelos acidentes de geografia, isolado pela inserção em território de jurisdição militar, como enclave entre dois grandes fortes

Habitar em Jurujuba, à exceção das grandes propriedades que funcionam autarcicamente, importa na convivência em uma experiência comum de peso inarredável — a vivência do *bairro* Jurujuba. Soma-se a esta a vivência de uma unicidade de relações sociais — de parentesco, de compadrio, de vizinhança, de companheirismo pelo trabalho — que transforma as experiências isoladas de moradores do mesmo bairro em problemas imbricados numa “comunidade”: a comunidade de Jurujuba.

O espaço social de Jurujuba assim delimitado envolve questões comuns de ocupação do solo, de condições de construção residencial, de acesso aos serviços de água, eletricidade e esgoto, de demarcação e ocupação de áreas de lazer, de segurança pessoal e domiciliar, de utilização do comércio local e do transporte urbano, e de preservação das condições ambientais gerais.

Envolve também, por outro lado, uma série de questões ligadas às condições de reprodução moral de seus moradores, controle de comportamento desviante, preservação do ambiente adequado à educação dos jovens, regras de respeito vicinal etc.

Essas questões se articulam entre si umas e outras, a cada momento, envolvendo o conjunto da comunidade. Manifestam-se freqüentemente, no entanto, como problemas localizados, envolvendo microáreas de vizinhança, certas unidades domésticas ou até mesmo uma ou outra família específica — em condições de consenso ou conflito, sempre demarcatórias, porém, de um espaço social comum.

Um tema que traduz com clareza essa questão é o das virtudes de Jurujuba como uma “boa vizinhança”. Idéia sempre ressaltada pelos moradores, e que engloba tanto a representação de

uma grande segurança física pessoal e domiciliar: “o Sr. pode dormir de janela aberta no verão”, quanto a de uma relativa segurança moral: “aqui ainda não tem tanto esses vícios que tem por aí”.

Embora se reconheça implicitamente que pelo menos a primeira característica deve muito à posição de Jurujuba como enclave entre dois Fortes, isso vem apenas reforçar, para o conjunto do bairro, uma unidade moral que o opõe aos outros bairros populares das cidades grandes, encarados como antros de vício e crime.

Os planos da identidade pela corporação e pela comunidade completam-se na articulação com o da identidade pela tradição — introdutório do tema da continuidade, da estabilidade, que se fundamenta junto com os da reciprocidade e da não-diferenciação, o modelo da companhia.

Há entre os habitantes de Jurujuba um núcleo composto por poucas famílias extensas, que fazem remontar sua presença em Jurujuba e na pesca, até uma população indígena autóctone, incluindo incorporação de sangue escravo das plantações de São Francisco e de sangue europeu de contrabandistas e negreiros da Furna do Gato.

Seja como for — história ou mito — essa referência já demonstra a preocupação com a tradição comum que baliza a constituição da identidade local. Essa legitimidade pela descendência de algumas famílias ancestrais nucleadas não é apenas o privilégio daqueles que a elas se filiam diretamente.

A prática de uma certa endogamia no bairro vem realizando, na verdade, uma assimilação progressiva dos imigrantes das últimas décadas, de modo que a legitimação tradicional pode ser invocada por uma parcela considerável da população, variando apenas de grau. Mal determinado, por sua vez, pela incorporação maior ou menor dos sinais da identidade pela co-habitação e pela participação no trabalho da pesca.

Essa tradição não esquece também a referência à religião católica e à sua longa e variável influência sobre a cultura local.

Sua principal manifestação é a da devoção de São Pedro — o santo padroeiro dos pescadores — comemorada imemorialmente com uma grande “festa popular”. A festa se desenvolve segundo um roteiro complexo, que articula as manifestações propriamente de base comunitária à participação das três instituições

interessadas no seu desenrolar: a Igreja, o Exército e o Governo Municipal.

Assim, temos a alvorada de São Pedro, tocada pelo Forte; temos a programação litúrgica de comunhões, tríduos, novenas e missas; e temos a inclusão da festa no calendário turístico da cidade de Niterói. Temos, sobretudo, a procissão marítima, de que participam as embarcações locais, e a festa de largo, com leilões, barraquinhas, fogueiras e fogos de artifício.

A idéia central da festa — a da homenagem ao santo padroeiro dos pescadores —, comum aliás a boa parte das populações de trabalhadores da pesca no país, incorpora logo de início a representação da unidade dessa categoria: uma festa, um santo, para todos os pescadores.

Sendo, por outro lado, a Festa de Jurujuba, ela incorpora a representação da unidade local — bairro/comunidade — e lhe empresta o selo da legitimidade por uma tradição que não pode ser quebrada. A realização da festa importa na dedicação de certo tempo e trabalho da parte dos pescadores na sua preparação e condução — além de envolver certos gastos, repartidos, em princípio, pela população como um todo.

O núcleo da participação comum — enquanto pescadores — na festa é a procissão marítima que acompanha o traslado da imagem em um determinado percurso tradicional. Dessa procissão deveriam participar todas as embarcações de pesca locais, sendo uma delas sorteada para carregar a imagem à cabeça da procissão. Duas outras embarcações abrigam os músicos e os fogos de artifício.

A realização atual da festa provoca, porém, constantes e profundas manifestações de desagrado com o seu esvaziamento, com a sua modificação, com a perda do espírito abrangente que se supõe tenha-a caracterizado em outros tempos.

Perda que é sentida como um dos mais evidentes sintomas dessa *mudança* geral que rompe com a estabilidade na ruptura da tradição, que subverte a reciprocidade e a estabilidade na dissolução dos laços da corporação e da comunidade.

Tanto a procissão como o leilão, cuja condução tradicional pressupunha a não-diferenciação dos participantes, têm que se realizar hoje em condições extremamente reveladoras da diferenciação instaurada. O papel de festeiro, tradicionalmente investido

sobre o pescador que mais contribuições carresse para o Livro de ouro do santo, passou a constituir privilégio da família nuclear de um dos armadores locais, único a permanecer interessado em participação ativa na festa. O mesmo armador faz pesar seu poderio econômico sobre o leilão, que passa a girar fundamentalmente em torno de suas contribuições e arremates espetaculares. Os demais armadores praticamente ignoram a festa.

Essa situação é o oposto da sua representação ideal. Ao invés de confraternização entre iguais impõe-se uma clara cisão a meio caminho da abstinência de uns e da presença suntuária de outros, tanto mais quanto o mesmo padrão se repete entre os trabalhadores, com a progressiva perda de interesse e de grau de participação dos trabalhadores assalariados, cujas duras condições de reprodução não lhes permitem contribuir para a festa, nem mesmo como figurantes titulares da procissão, já que não possuem embarcações próprias.

A *mudança* da festa é assim como que um modelo reduzido da grande *mudança*. A representação sobre uma descontinuidade no tempo, recobrando a percepção da descontinuidade social, da diferenciação instaurada.

Como última trincheira da identidade comum, a existência da mudança permeia os discursos que agora se projetam na divergência. É talvez então a mais vívida das representações comuns: tudo mudou, todos mudaram. E nessa negativa de identidade atual, se reafirma aquele limiar de referência ante o qual se pôde dar uma mudança: a tradição comum, o plasma indiferenciado da estabilidade e da união partidas.

Não há praticamente tema que não se preste à expressão dessa representação: a construção da estrada ligando Juruçuba a Niterói; a criação das salgas (as fábricas enlatadoras de sardinha); a introdução das inovações tecnológicas fundamentais dos motores de popa, das redes de náilon e das traineiras; a modificação do sistema de comercialização do pescado, desde a extinção do Mercado Municipal da Praça XV, até a criação do atual sistema controlado pela SUDENE via CIBRAZEM; o fechamento da Policlínica dos Pescadores; a modificação do sistema oficial de previdência social; a baixa de fertilidade do mar e o crescimento do mercado consumidor de pescado; o desempenho da colônia e o do sindicato; o regime de concessão oficial de créditos; a abrangência e intimidade dos laços das famílias extensas.

Se os temas são ainda comuns, a sua seleção e articulação nos relatos e o sentido com que se avalia os rumos dessa mudança já se apresentam distintos, na própria definição das curvas por ela impressas na trajetória de cada um.

Oposições essenciais tendem a definir a polarização entre pequenos produtores e *armadores*, entre pequenos produtores e trabalhadores não proprietários, entre trabalhadores assalariados e armadores.

A primeira oposição, definidora do par pequenos produtores armadores, é lida como um confronto entre as *canoas* e as *traineiras*; a segunda, definidora dos pares seguintes, é lida como consequência do surgimento das *traineiras*, isto é, não como uma oposição genérica entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, mas como uma oposição entre a forma antiga da companhia e a sua dissolução hoje, tanto nas *canoas*, quanto nas *traineiras*, pelo efeito das novas relações de produção nestas últimas.

O referencial comum da mudança nas condições de trabalho é assim o do surgimento das *traineiras*, enquanto inviabilizadoras do modelo da companhia.

Essa oposição, porém, revela um nível de identidade, sem o qual não se poderia desenhar a percepção de uma ilegitimidade, de uma ruptura nas relações de produção. Esse nível é o da continuidade percebida no processo de trabalho e se ancora nas evidências empíricas que situam as *canoas* e *traineiras* não como meios que se opõem substancialmente, mas como formas de um *continuum* aperfeiçoado.

A percepção de que não há modificações radicais entre *canoas* e *traineiras* do ponto de vista do processo de trabalho e que, pelo contrário, estas últimas são apenas mais favoráveis ao bom desempenho produtivo, reforça a ilegitimidade do novo processo de produção.

A divisão do trabalho implicada nesse processo envolve, em ambos os casos, a oposição entre um *mestre* e o resto da companhia, por mais que no caso das *canoas* ele seja o próprio proprietário da embarcação; e no das *traineiras*, um assalariado com funções gerenciais. Essa continuidade se exprime sobretudo enquanto continuidade no processo de trabalho, onde a participação do mestre de canoa e a do mestre de *traineira* envolvem idênticas atribuições de direção.

À continuidade do mestre corresponde uma continuidade da companhia, enquanto corpo dos trabalhadores engajados no processo produtivo. A forma com que se manifesta a cooperação nos dois casos, marcada pela co-presença e acompanhamento de todas as fases do processo e pela divisão técnica incipiente na utilização da rede traineira, tem importantes repercussões sobre a preservação a esse nível do espírito da companhia, como princípio de solidariedade.

Ela não pode ser entendida, porém, sem a referência à forma de remuneração da força de trabalho nos dois sistemas. Tanto na produção canoeira, quanto na traineira, o salário se apresenta sob a forma da *partilha*, ou seja, da alocação ao trabalhador de uma parte do valor realizado no mercado sobre o montante da produção de cada saída de pesca.

Essa forma anômala de assalariamento importa até pela sustentação da representação de identidade, ora em si mesma, já que se repete como partilha em ambos os sistemas, ora pela sua articulação com o espírito da companhia — cuja tônica de solidariedade está intimamente ligada ao efeito de interessamento conjunto dos trabalhadores no bom desempenho comum decorrente da vinculação do nível salarial ao montante da produção.

As traineiras representam o símbolo mesmo da mudança, mas nessa continuidade com as canoas a motor elas estabelecem um marco inicial de diferenciação que é o da modernidade.

São embarcações que enfrentam a instabilidade do mar e a inconstância do peixe; são embarcações motorizadas e que fazem uso de uma rede traineira; sua tripulação trabalha como se trabalha numa pesca traineira e aí constitui uma companhia, com seu mestre e sua remuneração por partilha; o mercado que enfrentam também é imprevisível em boa parte — mas tudo isso ocorre em outra escala, incomparável com a experiência da produção canoeira.

Essa diferença fundamental da produtividade entre os dois sistemas não se apresenta porém como incompatível à representação da identidade canoas/traineiras. Demonstra apenas aos pescadores que a produção em traineiras poderia ser muito mais estável, muito mais remuneratória do que a produção em canoas. E é esse ponto exatamente que magnifica a forte conotação de ilegitimidade de que padece a forma atual da produção em trai-

neira, transformando-as na pedra de toque da valorização negativa da mudança.

Pois se nada opõe fundamentalmente as canoas às traineiras e se estas, pelo contrário, oferecem um limiar de produtividade mais alto, mais próximo da *estabilidade* ansiada pelos que trabalham na pesca, o fato de que os que aí trabalham continuem padecendo das mesmas ou maiores vicissitudes, do que as que caracterizavam o regime da antiga produção canoeira, e de que nelas se ameace e se inviabilize cada vez mais os valores imbricados no modelo da companhia, impõe uma percepção de que algo não está certo, de que a algum porto estranho levou a mudança da pesca.

Os pontos em que se oferecem à percepção dos pescadores explicações para esse estado de coisas convergem sobre a questão da diferenciação social instaurada. Trata-se da emergência da figura do armador, como proprietário não-trabalhador; trata-se da incipiente diferenciação interna que empresta novo sentido à categoria do mestre e que força o surgimento de novas categorias demarcadas nas *posições* com *vantagens*.

A partilha, ancorada na legitimidade de sua forma originária, sofre a interferência da representação sobre os roubos na divisão e contrapõe-se à emergente questão dos direitos de leis decorrentes do vínculo de assalariamento pelo *embarque*.

Falar de um regime de embarque nas traineiras já não implica, portanto, em falar de um espírito comum, de uma representação de corporação entre todos os que trabalham. A unidade de produção não é mais pensada como uma unidade de comunhão social; entre os que embarcam, não está o proprietário da embarcação.

O não-trabalhador opõe-se assim aos trabalhadores: o homem. A relação entre os companheiros e o armador tende a despir-se da força personalizada dos contatos diretos, pois um armador é proprietário simultâneo de diversas embarcações, cada uma sob a direção de um mestre e com sua guarnição própria.

O acionamento de cada unidade produtiva é assim praticamente autônomo em relação às demais unidades dependentes do mesmo capitalista. As questões de administração conjunta dessas diversas unidades passam a caber a um encarregado, gerente dos aspectos terrestres do processo de produção, que enfeixa a prin-

cíprio funções de intendente, de despachante, de tesoureiro e de mediador nos contatos com o proprietário.

Contra o pano de fundo da identidade dos pescadores de Jurujuba vem se desenhar um quadro de mudança acelerada nas relações de produção dominantes na pesca local.

A reprodução social desses pescadores hoje pressupõe o conhecimento não só dos mecanismos ideológicos de sua identidade genérica, mas sobretudo o dos processos de formas da diferenciação social ocorrida, essencial para a definição do novo quadro das identidades e práticas específicas que nele se recortam e se opõem.

Pois contra ele, na verdade, aquela identidade genérica assume novas dimensões e recobra os sentidos atuais com que exprime e incorpora os novos rumos de sua prática social.

Esse mapeamento do universo das identidades sociais em jogo em Jurujuba nos habilita localizar o palco da agressividade verbal que temos em foco.

De um ponto de vista descritivo, ele se situa nesse espaço novo — lugar da mudança — que é o convés da traineira.

Estão aí envolvidos aqueles a quem chamamos “assalariados da pesca”, por oposição aos pequenos produtores das canos e aos armadores, proprietários das traineiras afastados do processo de trabalho.

No entanto, não há como entender a articulação da visão de mundo desses agentes sem a referência ao conjunto maior, significativo das identidades de homem, pescador ou companheiro, que informam a cada momento o que de específico lhes possa ir consolidando uma leitura diferencial da realidade.

Transportemo-nos agora ao palco específico de nosso interesse.

## A INTERAÇÃO NO ESPAÇO DE TRABALHO E SEUS CONDICIONANTES

Ao pesquisador acompanhando uma *saída de pesca*, choca logo de início a “ausência” desua presença no que parecia uma arena de violência desencadeada, de intergressão contínua, desmedida e indiferenciada.

Não deixa de repontar à sua imaginação a idéia da violência de um internato, de uma prisão ou de um quartel. E real-

mente alguma coisa de uma "instiuição total" ali se materializa. o isolamento a longo prazo, a impossibilidade de subtrair-se ao convívio comum, a unissexualidade.

Aos poucos, porém, à idéia de violência se substitui a de jogo, de representação, pois, como se verifica, ela nunca ultrapassa o limite da ameaça, da agressão verbal, e obedece, ademais, a padrões e a códigos claramente definíveis.

Pode-se, assim, demarcar o mapa dessa interação exacerbada, destacando sucessivamente as condições e a necessidade de sua emergência, os padrões de sua ocorrência e os códigos e rituais de sua expressão.

A traineira no mar demarca, por si, os limites de uma prática específica, cujo caráter liminar pudemos ressaltar anteriormente: o afastamento duplo do social, quer pelo deslocamento e segregação física prolongados, quer pela intrusão no mundo instável e invertido do mar.

Acresce a isso a especificidade da atividade aí desenvolvida, não só pelas características mais abrangentes da unissexualidade e da precariedade das condições de vida, como pelas que derivam da forma de cooperação no processo de trabalho, das características deste em termos de ritmo e intensidade, e das relações de produção em sentido lato.

Efeitos profundos decorrem da intermitência, da irregularidade do processo de trabalho, não só em termos do ritmo das *saídas* mas também do seu ritmo interno: a imprevisibilidade dos *lanços* de pesca, a vigilância longa e vazia de noites entrecortadas de sono e trabalho.

As condições de vida no barco inviabilizam qualquer repouso adequado, recolhimento ou privacidade, remetendo todos, a todo momento, à interação no convés (quando não chove) ou na cobertura de popa/boreste.

As próprias características do processo de trabalho, concentrado no tempo e no espaço em pequenos, repetidos e imbricados núcleos de ação, favorecem, à exceção parcial do *motorista* e do *cozinheiro*, uma co-participação muito íntima entre os trabalhadores, de tal modo que mesmo o desempenho das tarefas cobertas pelas posições é presenciado, apreendido e mesmo julgado por todos com extrema facilidade.

Embora o padrão de cooperação vigente não seja mais o de cooperação simples em seu sentido clássico, ele não chega a con-

formar-se ao modelo de cooperação complexa, cujo pleno desenvolvimento caracteriza a produção capitalista. Nem todos participam de todas as fases e tarefas da produção de forma isolada, mas tampouco se encerram em tarefas estanques, isoladas, da visão do conjunto e da vivência participatória na criação do produto.

Essa forma específica de cooperação leva por si mesma a uma certa ambigüidade na definição das áreas exclusivas de responsabilidade, ao permitir que cada trabalhador possa abarcar o desenvolvimento de quase todo o processo, socializando-se a longo prazo em um conhecimento comum que lhe permite julgar da eficiência de cada um de seus companheiros.

Esse traço não repercutiria tão fundamente em sua prática, não fosse a característica do interessamento pessoal pelo preço de venda do produto, que acarreta entre os trabalhadores da pesca a forma de remuneração por partes.

Nesse sentido, cada trabalhador passa a ser o fiscal de todos os outros, nessa internalização das funções de *surveillance* estudada por Marx. Uma expressão colhida de um tripulante a respeito da necessidade de se manterem subsidiariamente na proa, ao lado do proeiro durante o correr o peixe é bem esclarecedora: "oito olhos é melhor de que dois".

Ressaltar a presença dos "olhos" de todos nas tarefas de cada um, revela por outro lado que esse padrão de interfiscalização é também um padrão de intercooperação, numa interação complexa entre competição e mútuo auxílio que nos introduz à compreensão do modelo de sociabilidade vigente entre a guarnição.

Ressalte-se como o conjunto do processo de trabalho é vivenciado como o resultado de uma ação conjugada, de um esforço comum entre a força de trabalho e meios de trabalho, num processo de assimilação ao trabalho morto de um princípio oriundo das relações do trabalho vivo.

A idéia desse conjunto moral do interesse pelo produto engloba aqui as categorias da *influência* e da *farra*. Elas balizam uma prática de emulação geral, de desencadeamento desses *animal spirits*, de que fala Marx a propósito dos efeitos da cooperação,<sup>6</sup> e que, sob o nome de *influência*, repetem essa prática da sociabilidade local a que chamam *farra*.

<sup>6</sup> cf. MARX (1971), t. 2, p. 18-19.

Esta porém se dá como ritual de lazer, de não-trabalho, embora repita estruturalmente a situação de trabalho ao se realizar fora do espaço doméstico e exclusivamente entre homens. Repetição invertida num ritual de consumo — ela se centra em uma grande refeição comum — da prática de produção.

Nele também, por outro lado, reconstitui-se o padrão da agressividade comum, reforçado ou justificado pelo consumo de bebidas alcoólicas. Para ressaltar a diferença dessa encenação, a agressão aí pode fugir aos limites do verbal, transformar a latência do conflito em conflito instaurado, pois não há, a compensá-lo, a faceta da cooperação necessária que compõe, como metade significativa, a agressão ritual no interior do barco.

Encontramo-nos certamente face a um caso dessas *joking relationships* definidas na literatura antropológica como recurso social, código de expressão das ambigüidades da relação, articuladas pelos mecanismos concomitantes da aliança e do conflito.<sup>7</sup> Como alternativa às relações de evitação, impossível pelas características do espaço e da ação social desenvolvida, constrói-se um sistema de agressão canalizada, limitada, em que o vigor da hostilidade manifesta é o penhor da indissociável cooperação. Diz Radcliffe-Brown: "L'hostilité apparente, le manque perpétuel de respect expriment continuellement cette disjonction sociale, élément essentiel de la situation structurale totale, mais à laquelle, sans l'abolir, même l'atténuer, s'ajoutent les éléments de conjonction sociale, l'amitié et l'aide mutuelle."<sup>8</sup>

Esse princípio de oposição não circula livremente. Diversos fatores impõem padrões e recortes que se atualizam sucessiva ou concomitantemente.

O primeiro desses domínios de conflito é o que opõe os trabalhadores de convés aos trabalhadores qualificados, entendendo-se como tais os detentores das vantagens estáveis ou daquelas conjunções de vantagens menores, que, em determinadas circunstâncias, equivalem à posição de preeminência dos primeiros. De-

<sup>7</sup> RADCLIFFE-BROWN (1968): 'La parenté à plaisanteries est une combinaison singulière de bienveillance et d'antagonisme. Dans tout autre contexte social ce comportement exprimerait et éveillerait l'hostilité; en réalité, il ne signifie rien de sérieux et ne doit pas être pris comme tel. Cette hostilité apparente est la contrepartie d'une amitié réelle. Autrement dit, la relation implique la permission de manquer de respect'.

<sup>8</sup> RADCLIFFE-BROWN (1968).

marca, também, a latente oposição entre alguns dos trabalhadores de convés pela obtenção ou acesso às vantagens na trajetória eventualmente assumida em direção às posições estáveis de mestre, motorista ou cozinheiro.

O referencial do conflito aqui é a *vantagem*, mas com dois sentidos anerentes, oriundos cada um de uma das facetas da ambivalência que cerca esse instituto. Como o próprio termo sugere, essa alocação de uma remuneração mais substancial pode ser lida como legítima ou ilegítima.

Como na expressão tirar vantagem de alguém, a detenção de vantagem no barco traz latente, para o trabalhador de convés, a ilegitimidade de uma apropriação diferencial, contrária ao espírito da cooperação entre iguais, sobretudo nas circunstâncias em que é alocada, como bem escasso, sugerindo sempre ao preterido ou postulante neófito a idéia de associação com o interesse patronal, o puxa-saquismo, a corrupção.

Pode porém, ao mesmo tempo, como na expressão é mais vantagem fazer isso do que aquilo, designar a legitimidade da posição conquistada com o esforço próprio, o pressuposto da própria aceitação da condição de pescador como postulante à estabilidade da posição com vantagens, prêmio e distintivo do fazer por onde, do conhecer seu ofício.

A presença desse referencial determina, além desses dois padrões (um de competição, outro de conflito) um sistema de hierarquia marcante que pode ser lido com clareza na lógica dos padrões de agressão como uma relativa *pecking-order*. Embora a cada momento possam interferir outras variáveis, é certo que a hierarquia vai do trabalhador de convés ou mestre/proeiro, passando, nessa ordem, pelos caiqueiros e geladores, pelo cafiteiro, pelo sondeiro, pelo mestre de rede, pelo cozinheiro, pelo motorista e pelo contramestre, dá a armação básica do sentido do fluxo dessa agressão, sobretudo pela definição de que o papel de desencadeador do processo cabe ao superior hierárquico.

O mestre atinge, nesse sentido, quase que uma posição intocável, por personificar certamente a idéia da autoridade central legítima.

Ele é, por outro lado, como compensação simbólica, a vítima mais frequente do *gossip*, que o cerca em uma teia muda de controle social. O seu isolamento do sistema de agressão ritual reforça, assim, a responsabilidade de que se reveste sua função,

transformando-o com freqüência em bode expiatório de eventual malogro da atividade produtiva. Esse mecanismo parece se manifestar em situações semelhantes da pesca em outras partes do mundo, como demonstra a análise de Barth.<sup>9</sup> A referência me foi sugerida por Mary Douglas em seu artigo "*The Social control of cognition: some factors in joke perception*", onde sintetiza a questão de Barth:

Take as an example Fredrik's Barth's analysis of the social situation on board of a Norwegian fishing boat. Here the skipper is in full charge of the crew until the boats are lowered into the water. Then the net boss is not subject to the skipper as are other crew members. He is there on the boat, nominally under the skipper for a brief period. There is in this social pattern the perfect joke form. All the time that the skipper and the crew are expressing superordination and subordination within the frame of common commitment to the enterprise, the net boss express his detachment and individuality by witty sallies. As soon as he takes over responsibility, however, his joking stops short.<sup>10</sup>

O segundo domínio do conflito é o que opõe entre si os trabalhadores com as vantagens estáveis ou aqueles que de algum modo a eles se equiparam.

O móvel do conflito é aqui a autoridade, que cada um deles detém em certa parcela e que, embora subordinadas em princípio à autoridade maior do mestre, gravitam com uma certa ambigüidade no espaço de manipulação criado pela eventual interferência pessoal do armador. Este pode interferir na hierarquia da guarnição com o intuito evidente de controlar a autonomia do mestre, opondo à sua autoridade oficial, a autoridade oficiosa do favor pessoal a algum outro qualificado, ou do destaque da condição de aparentado. Esse domínio de conflito conduz com freqüência à formação de alianças precárias que reduzem o atrito do conflito, absorvendo-o em práticas de *gossip* entre subgrupos.

<sup>9</sup> cf. BARTH (1966).

<sup>10</sup> cf. DOUGLAS (1968) v. 3, p. 366.

Essa diluição do núcleo da autoridade no interior do barco permite, por outro lado, um abrandamento do vigor da hierarquia que abre uma brecha ao poder dos fracos, ou seja, os trabalhadores, pois, frente às cisões e às frações de poder no comando da unidade, eles podem eventualmente provocar, pelo peso de sua aliança, alguma modificação favorável ao grupo ou a algum indivíduo específico na condução geral das relações de trabalho. É esse traço que explica certamente a curiosa tolerância demonstrada para com os “olheiros” do *homem*, pois eles se articulam naquele jogo interno de poder, afetando mais os qualificados do que os trabalhadores de convés contra os quais são explicitamente colocados.

Outra divisão opõe o conjunto dos trabalhadores participantes do trabalho das pescarias e o motorista e o cozinheiro. Neste caso, os demais qualificados unem-se ao convés na oposição simbólica àquelas posições, enquanto marginais ao núcleo da cooperação evidente nas tarefas de manipulação direta do peixe.

Embora não se possa falar aqui diretamente de “estigma”, já que não há ilegitimidade em relação ao código dominante mas uma liminarietà simples, essas situações contêm uma alta virtualidade de estigma, que pode se atualizar sempre que, ao caráter do motorista ou cozinheiro, se acoplar alguma das identidades ilegítimas articuladas pelos referenciais de que trataremos adiante.

Nesses casos nos encontraríamos ora face a essa fórmula leve do *joker*, do “bobo” — modelo, *malgré lui*, do comportamento alternativo — contra quem se pode concentrar, como pólo oposto ao do mestre, todo o potencial comum de agressão; ora face à situação do bode expiatório, quando a agressão se faz muda ou como desafio, já que neste caso o contendor assume o papel ativo de resistência ao estigma.

Não é à toa que as acusações a esses atores se articulem tão facilmente em torno das identidades e papéis sexuais. O que se pode verificar é que esse padrão, por si tão recorrente, se vê acentuado pela situação estrutural das posições de cozinheiro e motorista.

Se a primeira categoria já demonstra em si a virtualidade da associação ao universo feminino — a cozinha —, ambas denotam a participação num universo interior — seja a cozinha,

seja o porão — reduplicação de um espaço doméstico, feminino no espaço amplo do trabalho, do mundo masculino dos que enfrentam o peixe no convés.

Segue-se um recorte fundado na oposição entre locais e estranhos, ou melhor, entre gente de Jurujuba e gente de fora, recorte vivo sobretudo nas grandes traineiras, onde o contingente de alienígenas cresce aceleradamente.

Essa oposição que já seria de esperar, tendo em vista a forte identidade comum dos habitantes do local, é um código que serve de articulação de sentidos muito diversos. É freqüente, por exemplo, que o núcleo local nas traineiras grandes se reduza ao corpo dos qualificados, o que torna essa oposição inseparável daquela anterior entre convés e qualificados, reforçando-lhe porém o tom, no sentido de que estes últimos utilizam a retórica da mudança para acusar aqueles: “Antigamente, não era assim, éramos todos daqui, havia muito mais respeito, né. Agora vem essa gente...”.

A oposição aos estranhos contém além disso um elemento importante que é o do perigo de embaralhamento do código das relações interpessoais. Ao se absorver gente oriunda de outros grupos, de outras situações de pesca, é necessário dar-se conta de que, pelo próprio fato de migrarem, devem obedecer a quadros de expectativas sociais e encontrarem-se definidos em trajetórias diferentes daquelas que regem o seu completo jogo de sobrevivência.

Aqui o conflito se entretete com a prevenção, a suspeita em relação às motivações e práticas dos que não se sociabilizaram no mesmo meio. A “diferença” local, geográfica, importa portanto, como “diferença” cultural, com o perigo latente de indefinição num quadro que pelo menos já definiu os perigos comuns da batalha da vida. É interessante, nesse sentido, que o estigma aumente à proporção em que aumenta a distância cultural presumida.

O grupo dos *caipiras* e o grupo dos *catarinos* sintetizam essa distância, ora manipulando a oposição cidade x interior,<sup>11</sup> ora manipulando a oposição conhecido x desconhecido, nessa

---

<sup>11</sup> “Interior” no sentido de não-urbano, pois se refere a gente oriunda de localidades costeiras do próprio Estado do Rio de Janeiro.

exacerbação dos que vêm de terras inatingíveis pelo seu contato habitual de pesca (Santa Catarina).

Essa diferença fica muito clara em torno do nódulo “dormir no barco”. A permanência dos trabalhadores de fora, ou de parte desses trabalhadores de fora, no interior da embarcação aportada, constitui um sistema evidente de uma lógica anômala, de um comportamento não incorporável às estratégias do seu mundo.

A mesma preocupação com a unidade e preservação dos padrões culturais vigentes, graças aos quais a navegação da vida se aligura viável, parece determinar a última dessas grandes oposições no seio da guarnição.

Do ponto de vista das classificações locais ela poderia ser introduzida pela oposição proa x popa, que no entanto acentua apenas um de seus aspectos: cerne x periferia, exprimindo talvez melhor essa clivagem entre um grupo que se representa como fundamental — ou tradicional, ou qualificado, ou da casa — e um grupo que se reconhece como o dos neófitos, dos transitentes, dos “marginais” etc.

Essa oposição afeta sobretudo os jovens, ou aqueles adultos que ainda manipulam a mobilidade como estratégia de reprodução. De um modo geral, são os que ocupam os beliches de proa, considerados menos cômodos.

Mais do que uma diferença de comodidade, que seria muito pequena, essa demarcação do espaço social parece significativa da lógica total dessa oposição, na medida em que os chamados beliches de popa estão localizados no “centro” da embarcação. Nesse núcleo se agregam a cabine de comando, a entrada do porão das máquinas e a cozinha, enquanto que os de proa são periféricos, separados do núcleo pelo espaço simbolicamente denso do convés.

A mesma raiz simbólica, que víamos antes fazer associar cozinha e porão ao espaço doméstico, parece ter aqui, incorporando-se à cabine de comando, o efeito oposto, o de ler esse interior como cerne, como núcleo da embarcação, lugar dos portadores do código, dos guardiães da Arca da Aliança.

Essa idéia se clarifica ao apreciarmos um caso que nos foi relatado a respeito de um determinado trabalhador de convés, considerado um bom companheiro por todos os demais. Explicava-se a origem de seu apelido. O narrador, velho pescador,

sondeiro e mestre de rede da embarcação, dizia que ao vê-lo trabalhando, algum tempo depois de incorporado à guarnição, chamou-o "Carrapeta", por alguma associação de seu físico ta-canho com aquele objeto. O apelidado respondeu-lhe com um sonoro nome feio, revidando e desafiando em tal nível que foi considerado por todos, e sobretudo pelo próprio narrador, como significativo de sua pertinência e adequação ao grupo: "Opa, esse agora é um dos nossos."

Esse batismo, essa iniciação ritual sob a forma de um teste, de um enigma vivo, esclarece as condições de conformação desse espaço simbólico, onde se dá a interação legítima entre os companheiros.

O citado Carrapeta incorporava-se assim ao grupo, passava de periférico a nuclear, de incógnito a nominado, conhecido, determinado; portador de uma identidade própria pela prática das relações jocosas, à prática das relações de cooperação e luta no trabalho.

Duas relações pareciam se superpor: a relação de dominação do superior sobre o inferior e a reação, a resposta deste. Ambas marcadas pela agressão. Agressão de um apelido depreciativo; agressão de uma resposta malcriada. As duas, porém, acompanhadas da descontração de um feliz desenlace, da segurança da definição de uma linguagem comum.

A partir daí, o iniciado passa a constituir mais um elo da *pecking-order*, mais um agressor e vítima nessas tênues e variáveis cadeias de hierarquia, competição e amizade.

Embora todos os temas sejam virtualmente propícios à condução desses duelos verbais, dois são os domínios preferenciais por conterem certamente, em suas formas sociais respectivas, a mesma estrutura fundamental de aliança e conflito, para cuja atualização, no barco, servem de linguagem.

Trata-se do *futebol* e do *sexo*. O primeiro, de forma implícita, já que manipula conhecimentos e dados objetivos, retirados do universo comum das relações entre os clubes de futebol cariocas, da condução e resultado das partidas, da atuação dos jogadores, juízes e dirigentes, e sobretudo da imagem social da torcida de cada clube. No segundo, porém, em que o material de manipulação é o típico *gossip*, o jogo de agressão interpessoal se torna muito explícito, mais evidentemente simbólico, por assim dizer.

Por outro lado, nesse tema os valores articulados são mais definidos, já que se reduzem à oposição entre os papéis de homem e mulher e às poucas inconsistências e ambigüidades socialmente determinadas para esse universo. As acusações se reduzem assim às de *veado* e de *cornos*: o homem que recusa a mulher, e o homem que não retém a mulher. Duas articulações que servem inclusive à manipulação de uma linguagem de poder muito flagrante, própria à exacerbação do conflito verbal: o eu te como ou o eu como a tua mulher.

É de ressaltar, inclusive, que esse domínio se torna mais crítico pela ambigüidade da situação real em que se encontra a guarnição, segregada em um espaço unissexual íntimo e prolongado, onde o peso emocional das relações entre companheiros no trabalho não pode ser contrabalançado pelas relações heterossexuais do mundo doméstico ou interdoméstico.

A intensidade desse traço se reflete nas relações em terra, pela instituição da farra como reencenação da vida embarcada na comensalidade entre homens fora de casa.

Esse código serve, além do mais, para veicular considerações a respeito da própria identidade de trabalhador, indissociável em boa parte da identidade de homem.

Os mesmos valores de capacidade pessoal entram aqui em jogo, balizando a alocação e definição de cada identidade pessoal. Essa articulação se patenteia no processo de socialização dos jovens, em que as exigências sociais de definição dos dois papéis se sobrepõem e interferem mutuamente.

Nesse sentido, as agressões verbais funcionam como uma espécie de teste contínuo da capacidade de cada um reagir “como homem”, invocando as idiosincrasias do desempenho pessoal de trabalho e de vida, num desafio grupal orientado para a definição e incorporação das identidades.

## IDENTIDADE E AGRESSÃO

Voltamo-nos assim para o sentido global das práticas de agressividade verbal nesse grupo: “reagir como homem” é uma expressão propícia à entrada no *ethos* dessa condição social.

Pois se pudemos explicar, pelo recurso a determinadas características da estrutura social em jogo, o fluxo e a necessidade

da agressividade na vida embarcada, não podemos retirar o porquê dos conteúdos que nela são dramatizados.

Temos que nos deter sobre o sistema de valores amplo que a consubstancia — e que se articula realmente do ponto de vista interno em torno das citadas identidades de homem e de trabalhador, e, do ponto de vista externo, em torno da identidade de trabalhador pescador, por oposição às demais identidades do universo nacional com que estão em contato — catalisadas eventualmente no próprio personagem do pesquisador.

É assim que podemos perceber uma certa agressividade intrínseca à manifestação da capacidade pessoal masculina — e que esta só se pode entender no confronto com a identidade feminina.

As duas, por sua vez, não se dissociam; antes se apresentam em sua acabada modelaridade no núcleo da família, da unidade legítima de reprodução de todas suas identidades sociais.

É, inclusive, o principal tema da jocosidade local, o das práticas sexuais, no sentido que, de forma ampla, pode ser lido de um discurso sobre a consistência das identidades a que o código dos comportamentos sexuais empresta osso e carne.

Analogamente ao modelo clássico vigente em nossa cultura — e recorrente aliás em bom número das demais — a unidade doméstica se apresenta com base em uma oposição hierárquica<sup>12</sup> em que o homem representa a metade senhora do valor encompassador da relação, e a mulher como metade encompassada, subordinada, interna.

Nesse sentido, o homem detém o monopólio da representação para fora da identidade conjunta da unidade doméstica. O modelo apresenta múltiplas repercussões,<sup>13</sup> a principal das quais faz associar as identidades de homem e de trabalhador.

Com efeito, uma forte ilegitimidade cerca as eventuais incursões da mulher no mundo do que é socialmente definido como trabalho, ou seja, o trabalho fora da unidade doméstica e que capacita à reprodução da unidade como um todo. O homem e a mulher ideais circulam em duas esferas diferenciadas do

<sup>12</sup> Ver a respeito desse conceito o "Post-Face" em DUMONT (1968).

<sup>13</sup> Um trabalho clássico sobre a solidariedade entre esse modelo e a lógica da construção social do espaço, por exemplo, se encontra em BOURDIEU (1972).

social. Ou melhor, o homem circularia em ambas e a mulher circularia apenas no círculo mais restrito.

Todo um universo de valores se diferencia em torno dessas duas esferas, propiciando desempenhos verbais ideais, também diferenciados. O mundo doméstico, à semelhança do velho mundo da companhia, está marcado por uma forte ênfase na reciprocidade, na alocação indiscutível da hierarquia dos papéis (esposo/esposa; pais/filhos etc.) e, portanto, em um desempenho verbal comedido e respeitoso.

Qualquer agressividade eventual, exercida para reforço justamente desse *ethos*, é monopólio do chefe da família, padecendo ela mesma de fortes limitações morais, cuja infringência acusa alguma ilegitimidade do desempenho global do papel esposo/pai.

Do mesmo modo, cobre-se do ridículo da idiossincrasia a mulher que grita ou agride mesmo nesse circuito fechado das relações familiares e vicinais.<sup>14</sup>

Ocorre o oposto no círculo exterior do homem. Nessa nova arena das relações individualizadas, associada à decadência do modelo da companhia e à emergência das relações de produção capitalistas através das traineiras — enfim ao mundo da mudança —, encontra-se o homem imerso em um *ethos* de competição, de cuja impregnação a recorrência das categorias *luta* e *batalha* dão bom testemunho.

Como na historieta da nomeação do *Carrapeta*, reagir como homem é uma condição da legitimidade do papel, porque é também uma condição real do enfrentamento do universo hostil das relações de poder corporificadas na arena do trabalho.

A agressividade verbal permeia assim, em uma forma latente, todo o espaço de interação verbal masculina. Ela estará na farra dos companheiros em terra, na conversa do bar, na condução da pelada, na interação entre vizinhos, enfim, em todos os palcos do extradoméstico.

É porém nessa forma ritualizada da agressividade do mundo do trabalho embarcado, que adquire sua consistência mais nítida, revelando, na própria exacerbação, a lógica profunda da prática de nossos trabalhadores.

---

<sup>14</sup> Para uma análise mais detalhada do modelo abrangente da pessoa e dos seus recortes diferenciais de homem e mulher, ver DUARTE, 1979.

Não seria ocioso especular sobre o contraste marcado do fluxo da agressividade verbal no pólo da unidade doméstica, com o que se dá no pólo oposto da unidade de trabalho. Aqui como lá, uma rigorosa hierarquia alinha os papéis contrastivos. Na unidade doméstica, cabe ao cabeça o monopólio da agressividade, em contraste com a disseminação decrescente do uso da agressividade no espaço do barco. Neste, porém, temos a unissexualidade e o princípio do jogo de identidade em luta, que lá são impossíveis, pela complementariedade intrínseca dos papéis sexuais e pela hierarquia inatacável da senioridade paterna e dos irmãos mais velhos e homens.

É significativa, por outro lado, a informação de que as acusações do jogo embarcado se concentram sobretudo na área dos comportamentos propícios à invalorização da identidade familiar plena: as de veado e de corno.

Caberia desenvolver mais cuidadosamente os conteúdos encerrados nessa área das agressões com base no código sexual e aquelas que tomam forma nos discursos em torno do futebol. Acredito que uma marcante complementariedade assinala sua paritária importância: o mundo lido pelo modelo da família e da companhia, articulado nas acusações sexuais, e o mundo lido pelo modelo do trabalho e da luta individualizada, articulado nas intermináveis contendas sobre o futebol, com ênfase nos temas do desempenho, da cooperação, do cartolismo etc.

A partir do tema do respeito ao mestre na luta verbal embarcada, podemos nos aproximar da última vertente desta análise, ou seja, a da relativa suspensão ou até mesmo franca substituição do código de agressividade verbal no trato com os personagens egressos do mundo poderoso que cerca e condiciona os pescadores de Jurujuba.

Tive oportunidade de mapear o que representa de instaurador para a própria identidade local o confronto com o mundo exterior. O que se ressalta é como essa dicotomização interfere no desempenho verbal desses trabalhadores.

Só pude perceber a extensão desse fenômeno e aquilatar a sua gravidade no dia em que fui procurar um de meus informantes principais na arquibancada de um jogo de pelada local, e encontrei-o usando de uma expressão verbal que jamais lhe ouvira e que não poderia pressupor por trás da comedida e — só a

partir de então podia vê-la — cerimoniosa atitude com que conduzia nossas longas e bastante íntimas conversas no contato de campo.

O tom alto da emissão de voz, o timbre desafiador, a mordacidade jocosa das observações — entremeadas de palavrões ali atualizadas, só vim a reecontrar desencadeados, com todo o vigor, nas lutas verbais dos convés de traineiras. Aí a fragilidade e subordinação de minha presença, a continuidade forçada da interação (às vezes mais de dez dias ininterruptos) e a rigorosa necessidade de sua prática, vinham, finalmente, revelar o seu código local.

Pude constatar, posteriormente, a mesma modificação na emissão verbal de um registro cotidiano para um registro formal, em múltiplas ocasiões de interação com personagens que, como eu, lhes caíam sobre as cabeças a partir de um mundo poderoso e frio onde a norma culta lhes servia de útil indicador da diferenciação e de manipulação arguta de sua condição dominada e periférica.

Ressalto que o mesmo *ethos* de contenção verbal demarca as práticas religiosas tradicionais da contrição católica, justamente associadas ao mundo do desempenho dos papéis femininos. Fecham-se assim os limites de uma visão de mundo polarizada entre o superior e o inferior, o exterior e o interior, o antigo e o moderno, que sabe expressar-se cuidadosamente nos padrões do desempenho verbal e de suas oposições entre alto e baixo, desabrido ou comedido, jocoso ou cerimonioso, grave ou agudo; representando, inclusive, num ritual verbal densamente elaborado, o drama das múltiplas demarcações e embaraços do universo social em que se instauram e se degladiam nossos atores.

Acredito que se possa perceber nesse quadro de que forma a constituição e o desempenho desse espaço de agressividade verbal nas traineiras completa o quadro da mudança, ao traduzi-la nos moldes tradicionais da agressividade masculina, afastando-a, porém, da oposição entre companhas ou famílias ou times de rua ou quaisquer outras identidades coletivas e concentrando-a numa arena de papéis individualizantes, em que a escala hierárquica se apresenta vital pelos motivos apontados e, por isso mesmo, eixo de desencadeamento da agressividade.

Poderíamos acompanhar como, um a um, os recores polarizadores da agressividade antes apontados (trabalhadores com

vantagens x trabalhadores de convés; apadrinhados x não-apadrinhados; pessoal de convés x trabalhadores internos; trabalhadores locais x trabalhadores estrangeiros; ocupantes da proa x ocupantes da popa) se desenham contra os ideais da reciprocidade, da não-diferenciação e da estabilidade do modelo da companhia.

O lugar onde mais aguda se manifesta essa diferença pode ser o do trato dos jovens que participam pela primeira vez deste ou daquele sistema de produção.

Nas canoas, o jovem — o garoto, para ser mais exato — que trabalha é o filho ou o sobrinho ou o afilhado ou o recomendado do mestre/proprietário. A relação entre eles e os demais companheiros pode comportar aspectos jocosos incorporados à didática comum do vir a ser homem e trabalhador, mas o respeito e a condição explícita de aprendiz lhe falarão da legitimidade irrepreensível desse choque socializador.

Mais de uma vez, porém, pude acompanhar a situação do garoto envolvido numa expedição de traineira. A fragilidade de seu *status* (último da fila, qualquer que fosse o eixo ordenador da implacável *pecking-order*) nunca deixou de me assustar. A violência com que deles se exigia, de chofre, o desempenho dos atributos a que a expressão da agressividade verbal dá a chancela, muitas vezes me lembrou — e uma eventual e repentina e desastrosa crise de choro não me fará esquecer — o quanto é sentida como dolorosa para essa gente a idéia do desempenho de uma identidade social desentranhada da rede das relações tradicionais e barganhada na arena do trabalho com a empostação afetada e tensa de uma agressividade individualizada e defensiva.

#### BIBLIOGRAFIA

- ALBERT, E. Culture Patterning of Speech Behavior in Barundi. *Directions in Socio-Linguistics*, New York, Holt, Rinehart & Winston, 1972.
- BARTH, F. *Models of Social Organization*, Londres, Royal Anthropological Institute, 1966.
- BOURDIEU, P. La Maison ou le Monde Renversé in *Esquisse d'une Théorie de la Pratique*, Paris, Droz, 1972.

- DOUGLAS, M. The Social Control of Cognition: some Factors in Joke Perception. *Man*, v. 3, 1968.
- DUARTE, L. *As Redes do Suor; a Reprodução Social dos Trabalhadores na Produção de Pescado em Jurujuba*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1978.
- Doença dos Nervos — Um estudo de representações e visão de mundo de um grupo de trabalhadores, III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 1979.
- DUMONT, L. *Homo Hierarchicus*, Paris, Gallimard, 1968.
- HYMES, D. *Foundations in Socio-Linguistics. An Ethnographic Approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, c.1974.
- MARX, K. *Le Capital*, Paris, Editions Sociales, 1971.
- PANOFSKY, E. *L'Architecture Gothique et la Pensée Scolastique*, Paris, Minuit, 1974.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Structure et Fonction dans la Société Primitive*, Paris, Minuit, 1968.
- SEEGER, A. Porque os Índios Suyá cantam para as suas irmãs? in *Arte e Sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- VERNANT, J.-P. *Mito e Pensamento entre os Gregos*, São Paulo, DIFEL, 1975.



## POUCA VERGONHA, MUITA VERGONHA: SEXO E MORALIDADE ENTRE AS CLASSES TRABALHADORAS URBANAS

*Luiz Fernando Dias Duarte*

Quem teve essa coisa boa, que é a riqueza do pobre, chamada “vergonha”, é bom caráter e nunca o perde.

SILVA, 1983, p. 130

1. Se já em relação às áreas mais conspícuas da vida social tantos mal-entendidos se acumulam e toldam a percepção das diferenças entre a cultura dominante e a das classes trabalhadoras, quanto mais grave é a situação dessas questões que o senso comum atribui ao foro íntimo e que não se colocam, em discurso, de uma maneira declarada ou primordialmente pública.

Já tive a oportunidade de discutir o sentido diferencial da “religiosidade” naqueles grupos sociais, na medida em que se atentasse à sua vivência, mais do que às regras explícitas e fórmulas convencionais de que se reveste a dimensão pública e institucional da vida religiosa.<sup>1</sup> Trata-se, naquele caso, de conceder uma preeminência especial àquela dimensão íntima tanto quanto de demonstrar a profundidade de sua diferença. O que nos traz agora por algumas homologias, à questão do *sexo* e da *sexualidade*.

Cabe em ambos os casos, num primeiro nível, distinguir entre instituição e vivência; religião e religiosidade; sexo e sexualidade. Procura-se também, em ambos os casos, demonstrar diferenças culturais fundamentais nessa vivência (e este artigo se propõe a encaminhar em tal direção o exame do segundo tema).

A homologia abarca porém, do mesmo modo, algumas inversões esclarecedoras. Quando falamos de religião, do ponto de vista da vivência, estamos nos inquirindo sobre o fenômeno da “crença” e procurando-o nesses grupos, já que partimos de uma valoração fundamental da “descrença”. E objetei a esse respeito, citando Pouillon, que antes nos deveríamos inquirir sobre a nossa descrença, pois que o conceito de crença lá é muito outra coisa: parte de uma visão de mundo mais entranhada, e não o mero decalque ou contraponto daquele valor.

Creio que quando falamos de sexo enquanto vivência (ou talvez então de sexualidade), estamos nos inquirindo sobre o prazer, e não nos distanciando deste valor (como na crença); antes nele crendo firmemente — pois a credos, por fim, sempre se chega, como veremos. Ocorre, porém, que embora acreditemos no prazer como um valor subjacente à sexualidade e aloquemos a esta uma intensa preeminência em nosso sacrário, acreditamos também que ele esteja permanentemente ameaçado, constringido por forças temíveis de múltipla ordem. De tal modo que, se no primeiro caso, por crermos na descrença, interrogamos a crença do Outro, neste, agora, por crermos tanto no “prazer” como nas ameaças do “não-prazer” é sobre os dois pontos que inquirimos o Outro; ou melhor, o investimos de tal forma que possamos acreditar estar realmente ali obtendo algum tipo de resposta.

O que assim se enuncia como objeto deste trabalho será perseguido em dois movimentos. O primeiro, centrado sobre os valores que nos incitam a perguntar pela sexualidade das classes trabalhadoras se valerá da reflexão de Michel Foucault em sua *História da Sexualidade* e fará uso, como exemplo, de *Sexualidade da Mulher Brasileira*, de Rose Marie Muraro (1983). O segundo, invertendo a questão, procurará observar como naqueles grupos se ordenam, sob os marcos de uma outra visão de mundo, ques-

---

<sup>1</sup> cf. DUARTE (1983c).

tões que segmentamos sob a rubrica autonomizada da sexualidade. Da *vergonha* ou da *falta de vergonha*, sobretudo, tratarei, a partir dos livros de Carolina Maria de Jesus (*Quarto de Despejo. Diário de uma Favelada*) e de Francisca Souza da Silva (*Ai de Vós — Diário de uma Doméstica*) — tendo como pano de fundo essencial minha própria experiência etnográfica.

2. Ora, justamente é esta idéia do sexo em geral que não se pode receber sem exame prévio.

Foucault, 1977, p. 143.

Este primeiro movimento, de dessubstancialização do sexo pela demonstração de sua articulação com os valores centrais de nossa ideologia dominante, poderia ser coberto por algumas breves indicações bibliográficas se não fosse tão profunda e instauradora essa ideologia, fazendo com que os mais críticos dos textos venham freqüentemente a ser digeridos e utilizados no sentido oposto ao do que postulam. É o caso sobretudo da *História da Sexualidade* de Foucault, que pela sua radicalidade e poder de difusão se poderia supor ser melhor entendido. Pois o que propõe Foucault é justamente a percepção de que, assim como a sexualidade é um ente de cultura, um modo político — um dispositivo — assim o sexo não é senão um “elemento imaginário” que serve à implantação daquele modo ou mecanismo através do seu “desejo”: “o desejo do sexo — desejo de tê-lo, de aceder a ele, de descobri-lo, liberá-lo, articulá-lo em discurso, formulá-lo em verdade.”<sup>2</sup>

Essa história da sexualidade e do sexo como crença e verdade não é longa e se confunde com tantos outros marcos foucaultianos e não-foucaultianos da cultura ocidental moderna, da emergência e hegemonia de seus valores estruturais. Também em outro texto me detive sobre a possibilidade de ler esses valores que se querem laicos e racionais como a expressão de uma religiosidade paradoxal, de um culto da individualidade tão totali-

---

<sup>2</sup> FOUCAULT (1977) p. 146.

zante, apesar de sua segmentação, quanto as mais holistas das configurações tradicionais.<sup>3</sup>

O “culto do eu” não pode prescindir de sua essência final e absoluta, de seu verdadeiro repositório de sacralidade, de sua alma, enfim. Foucault — embora encaminhando-se em outra direção analítica — descreveu limpidamente a instauração desse valor:

É pelo *sexo* efetivamente, ponto imaginário fixado pelo dispositivo de sexualidade, que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade (já que ele é ao mesmo tempo o elemento oculto e o princípio produtor de sentido), à totalidade de seu corpo (pois ele é uma parte real e ameaçada deste corpo do qual constitui simbolicamente o todo), à sua identidade (já que ele alia a força de uma pulsão à singularidade de uma história). Por uma inversão que começou provavelmente, de modo sub-reptício, há muito tempo — e já na época da pastoral cristã da carne — chegamos ao ponto de procurar nossa inteligibilidade naquilo que foi durante tantos séculos considerado como loucura; a plenitude de nosso corpo naquilo que, durante muito tempo, foi um estigma e como a ferida neste corpo; nossa identidade, naquilo que se percebia como obscuro impulso sem nome. Daí a importância que lhe atribuímos, o temor reverente com que o revestimos, a preocupação que temos de conhecê-lo. Daí o fato de se ter tornado, na escala dos séculos, *mais importante do que nossa alma*, mais importante do que nossa vida; e daí todos os enigmas do mundo nos parecem tão leves comparados a este segredo, minúsculo em cada um de nós, mas *cujas densidade o torna mais grave do que todos*. O pacto faustiano cuja tentação o dispositivo de sexualidade inscreveu em nós é, doravante, o seguinte: trocar a vida inteira pelo próprio sexo, pela verdade e a soberania do sexo.<sup>4</sup> (meus grifos).

Nessa tarefa de descentramento é fundamental para o autor demolir o que chamou de “a hipótese repressiva”, ou seja, no seu sentido mais amplo, a idéia generalizada de que as sociedades modernas viveriam sob o jugo de uma repressão sexual intensa, inusitada e ilegítima. Diz-nos Foucault que

uma primeira abordagem (...) parece indicar que a partir do fim do Séc. XVI, a “colocação do sexo em discurso”, em vez de sofrer um processo de restrição foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa, mas ao contrário, de disseminação e implantação das

<sup>3</sup> cf. DUARTE (1983a).

<sup>4</sup> FOUCAULT (1977) p. 146.

sexualidades polimorfos e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevocável, mas se obstinou — sem dúvida através de muitos erros — em constituir uma ciência da sexualidade.<sup>5</sup>

A crítica à “hipótese repressiva” passa por inúmeros nexos, interessando-nos particularmente o que procura demonstrar a ingenuidade da versão que, sustentando o caráter repressivo genérico da ideologia moderna da sexualidade, atribui-lhe ainda mais a característica de ser uma estratégia da burguesia, um fio articulador da expansão do modo de produção capitalista, aplicado maquiavelicamente às classes trabalhadoras, para expropriá-las, junto com os meios de produção, dos meios de sentir e gozar. O processo, como o constrói Foucault, foi muito outro. Em primeiro lugar não houve uma “política sexual unitária”: “não foi, ao que parece, como princípio de limitação do prazer dos outros que o dispositivo de sexualidade foi instaurado, pelo que, tradicionalmente, se chamava de classes dirigentes. Parece ao contrário que o testaram em si mesmas.”<sup>6</sup> É esse exatamente o sentido em que se enfatizava, há pouco, o papel intrínseco, identificante, qualificador que essa ideologia da sexualidade e do sexo representou para a cultura dominante, para a visão de mundo individualista moderna, constituindo uma das áreas privilegiadas e de mais alta sofisticação desse “cultivo”, desse *Bildung* individual.<sup>7</sup>

É assim que num primeiro momento as classes trabalhadoras foram mantidas completamente à parte desse processo, que em nada lhes concernia. Algumas condições históricas específicas da industrialização e da urbanização ao longo do Séc. XIX ensejaram a constituição, através das políticas centrais de moralização, saneamento e higiene um aparelho de deslocamento do novo dispositivo de sexualidade sobre essas classes. Foucault acentua porém que, a essa altura, a difusão do dispositivo já não ameaçava mais o seu papel identificador da cultura burguesa, uma vez que um segundo movimento o tornara ainda mais sutil e internalizado. Do mesmo modo, supõe Foucault que a percepção do caráter instrumental dessa sexualização da vida tivesse suscitado “as re-

<sup>5</sup> FOUCAULT (1977) p. 17-18.

<sup>6</sup> FOUCAULT (1977) p. 116.

<sup>7</sup> cf. DUARTE (1983b).

ticências do proletariado diante da aceitação desse dispositivo; daí sua tendência a dizer que toda essa sexualidade é coisa da burguesia e não lhe concerne”.<sup>8</sup>

O segundo movimento a que me referi há pouco é o que se constitui através do próprio surgimento da hipótese repressiva como mecanismo de preservação da diferença social em relação ao dispositivo e através do surgimento da Psicanálise como complexo coroamento e solução de todo o processo.<sup>9</sup>

Foucault não é nada explícito sobre os desdobramentos desse processo para dentro das classes trabalhadoras e tampouco leva em conta os desenvolvimentos mais recentes, em que, a partir da própria dinâmica da cultura dominante, surgem as propostas e iniciativas de “psicologizar” as classes trabalhadoras, devolvendo-lhes alguma coisa que nunca lhes foi roubada por que nem a tiveram nem a desejaram. Não tem deixado de ser surpreendente aos agentes dessas novas cruzadas que a abertura dessa preciosa caixa de segredos faça sobre os membros das classes trabalhadoras tão pequena e tão deslocada impressão; e sobre esses últimos embaraços precisamos nos deter.

Para compreender os processos que levaram a essas recentes cruzadas e àquelas inquirições sobre o prazer e o não-prazer que nos compraz conduzir sobre as classes trabalhadoras, é preciso explicitar o sentido daquele segundo movimento descrito por Foucault.

Segundo ele, no fim do Séc. XIX, na medida mesmo em que se via universalizado o dispositivo de sexualidade, introduzia-se a necessidade de um novo elemento diferenciador, uma nova linha de demarcação que singularizasse as camadas dominantes. É nessa nova tópica imaginária que, obedecendo ainda ao mesmo princípio geral de hegemonização do princípio de sexualidade e da ideologia do sexo, se constituíram a imagem e a teoria da repressão. Doravante não se trata apenas de prezar, cultivar e temer a íntima fonte do prazer, mas de imaginá-la cercada de perigos tremendos, de ameaças de silenciamento e cerceamento que é preciso auscultar e conhecer. Do núcleo mitológico da Psicanálise, que encena com grandiloquência esse pro-

<sup>8</sup> FOUCAULT (1977) p. 119.

<sup>9</sup> FOUCAULT (1977) p. 120-121.

cesso, se valerão tanto os que, em nome do reinado final do prazer, conceberão cruzadas de libertação do não-prazer, quanto os que, ainda em torno do prazer, já o verão bifronte, fruto e sombra da lei e da interdição.

Das complexas relações desse núcleo temático da sexualidade com os valores mais encompassadores da liberdade e da igualdade (nas suas teorias e projetos para um social político e econômico) puderam brotar as mais diversas configurações. As sociedades tribais sofreram reiteradas atribuições de significado no tocante à sexualidade. As inquietações de Malinowski e dos culturalistas americanos testemunham da necessidade imperiosa em que se viam as Ciências Sociais de fornecer ao pensamento erudito da primeira metade deste século material reiterativo da universalidade dos postulados aparentemente contraditórios que pululavam em torno do prazer e da repressão.

Também os “primitivos” urbanos — as classes trabalhadoras — foram assim auscultados/investidos. E grandes mal-entendidos acumularam-se nessa região. Em primeiro lugar, o etnocentrismo habitual não fazia suspeitar que os valores da sexualidade e do sexo, com todo o peso cultural a que me referi, não constituíssem efetivamente um plano de universalidade, a respeito do qual se podia discutir detalhes, variações, ênfases, mas nunca sua própria verdade. Em segundo lugar, como a observação impunha o reconhecimento de diferenças, podia-se lançar mão das duas soluções disponíveis para digeri-las, nesse como em tantos outros casos: a redução pela ignorância, pelo primitivismo cultural (que, no caso de um país como o Brasil, pôde ter conotações racistas ou mesológicas eventualmente patologizantes) ou a redução pela expropriação, por uma espoliação cultural paralela à exploração econômica e à dominação política. Se a primeira solução ainda tem amplo curso no senso comum das classes dominantes, os saberes acadêmicos tendem hoje preferencialmente à segunda (à exceção talvez de alguns segmentos dos saberes psicológicos e psiquiátricos).

Um caso singular de conjugação dos dois reducionismos é o do trabalho citado de Muraro, que pretende “mostrar como e até que ponto a dominação sexual é a base e o fundamento da dominação de classe no Brasil”,<sup>10</sup> onde a possibilidade de con-

<sup>10</sup> MURARO (1983) p. 15.

jugação deve-se sobretudo à intervenção muito direta e explícita de uma militância "femininista", ou seja, de promoção dos valores igualitários individualistas contra os que sustentam as diferenciações culturais pelo gênero.

O privilégio ontológico do sexo/sexualidade encontra-se evidentemente como um pressuposto não relativizado de todo o trabalho e assim se vê explicitamente formulado:

O sexo, pois, se encontra na articulação dos dois eixos da vida humana: o individual e o coletivo. É, ao mesmo tempo, o elemento mais importante do domínio da nossa interioridade, o lugar onde interagem libido, pulsões, desejos, funções, prazeres e desprazeres, e também mostra ser o elemento mais importante daquilo que chamaremos a "economia política da vida", isto é, a regulação das populações com todos os seus efeitos globais (...). Aqui, pois, encararemos a sexualidade sob estes dois aspectos: o individual, sujeito a decisões microinfinitesimais e contínuas da vida cotidiana, e o coletivo, pano de fundo oculto, mascarado, elemento não dito nas teorias econômicas e que, em ultimíssima instância, regula e determina as decisões econômicas em todos os níveis.<sup>11</sup>

A articulação entre o universalismo do *sexo* e o universalismo da *igualdade* instaura o solo central do trabalho com ênfase numa dominação sexual, ao mesmo tempo dominação de classe e dominação de gênero:

Dentro deste panorama, tomaremos como distintas a sexualidade masculina e a sexualidade feminina, a masculina como sexualidade dominante e a feminina como distinta daquela, com elementos muito mais complexos em termos anatomo-fisiológicos, mas que talvez, por isso mesmo, foi também ela mascarada e obscurecida pela cultura e a sexualidade dominantes, mas que, em si, detêm o controle último sobre os destinos da reprodução da espécie e, portanto, do próprio sistema dominante.<sup>12</sup>

A transposição dessa problemática para uma pesquisa centrada em recortes de classe um pouco excessivamente objetivistas faz com que se profile uma série de atores estereotipados, que representam combinações sucessivas entre dominantes X dominados, modernos X arcaicos, espontâneos X hipócritas, conscientes X inconscientes.

<sup>11</sup> MURARO (1977) p. 21.

<sup>12</sup> MURARO (1977).

Não é portanto nada surpreendente a relativa surpresa da autora em reconhecer que “o que nos parece que está acontecendo realmente, e isso a resposta das classes médias aos questionários fechados aponta, é que *ao menos aí algo de novo está acontecendo*”<sup>13</sup> uma vez que é nesse grupo social que vicejam mais plenamente os valores por ela defendidos e contra os quais deseja seus empobrecidos decalques.

A burguesia, por exemplo, é dominante, consciente e hipócrita em sua sexualidade. Já o *campesinato* é dominado, espontâneo, arcaico e inconsciente. O *operariado* fica numa posição intermediária: dominado mas menos arcaico, espontâneo mas mais inconsciente (por força de sua exposição às ilusões comercial-urbanas).

A sexualidade das classes dominadas, assim, oscila entre a degradação pelo arcaísmo<sup>14</sup>, conservadorismo<sup>15</sup>, feudalismo<sup>16</sup> ou puritanismo<sup>17</sup> e a degradação pelo atrelamento às exigências da produção (o corpo-para-a-produção, nos termos da autora); que pode se duplicar — como no caso do *operariado* — por uma incipiente degradação pela rendição às ilusões consumistas burguesas (o “corpo-para-o-consumo”; ainda em seus termos).

Foucault, que tem seu conceito de *dispositivo de sexualidade* invocado com freqüência, é tomado exclusivamente do prisma de sua teoria do poder e nunca no sentido de sua crítica à substantividade das figuras dos discursos e à ilusão das linearidades históricas.<sup>18</sup> Se, por um lado, o procedimento de Muraro quanto à sexualidade da mulher brasileira fere o preceito foucaultiano de não situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das idéias confusas e ilusões, de compreender que a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção do sexo,<sup>19</sup> por outro, a concepção da sua pesquisa comprova amplamente a observação final da *História da Sexualidade* quanto à submissão

<sup>13</sup> MURARO (1977) p. 328.

<sup>14</sup> MURARO (1983) p. 51 e 169.

<sup>15</sup> MURARO (1983) p. 281.

<sup>16</sup> MURARO (1983) p. 251.

<sup>17</sup> MURARO (1983) p. 154.

<sup>18</sup> MURARO (1983) p. 22

<sup>19</sup> cf. FOUCAULT (1977) p. 147.

à “austera monarquia do sexo” e a injunção “à tarefa infinita de forçar seu segredo e de extorquir a essa sombra as confissões mais verdadeiras”. Apenas, no caso de uma pesquisa que abarca grupos culturais diversamente expostos ao dispositivo da sexualidade, essa “extorsão” se torna um tanto literal (os embaraços da coleta dos discursos são muito graves, como se pode depreender de referências parciais como as da p. 146; relativas aos camponeses da Zona da Mata de Pernambuco) e as “confissões” apeias lançam mais sombra sobre a sombra.

Como eu havia dito, constrói-se lá, nesse Outro, o não-prazer em seu estado mais bruto, mais revelador; mas pode-se, igualmente, construir o prazer em seu estado mais natural ou mais espontâneo. Esta duplicidade, que tem uma certa homologia com a ênfase alternativa na imagem dos trabalhadores impotentes (e suas esposas frígidas), ou na imagem dos malandros sacanas (e suas ardentes pombas-giras) não é, assim, senão um reflexo da própria imagem da classe dominante, de sua ambivalente adoração da sexualidade, de seu espanto e sede de saber ante um ansiado êxtase e uma temida danação que nunca se consumam totalmente.

Como uma investigação antropológica — ainda que tão sumária — este artigo se debruça sobre uma lâmina. Por um lado, há que proceder por universalização e há que conduzir a comparação cultural por sobre o trilho unívoco do conhecimento; por outro, há que ressaltar e preservar a diferença que permite o relevo e a significação. Eis por que acentuei o duplo movimento empreendido. Acompanhá-vamos até aqui alguma coisa do que nos faz perguntar pelo sexo e do valor e sentido que concedemos a essa instituição. Caberia agora empreender o mais penoso caminho, o de inquirir sobre o que é, em outro espaço de valores, um valor que só conhecemos sob aquela nossa e específica espécie.

Se, ante tal paradoxo, retornamos à homologia com a questão da *crença*, agrava-se o impasse, pois o embate entre universalização e diferença aí — por comprometer a própria idéia de visão de mundo ou totalização — leva-nos cada vez mais para dentro da Cultura, para o seu próprio cerne, quiçá (como desde Durheim).

Já o embate entre universalismo e diferença no tocante à sexualidade e ao prazer, ao invés de conduzir à Cultura, arrasta-nos inexoravelmente para a Natureza, ou, pelo menos, para questões que associamos a essa instituição — dúvida. É neces-

sário, porém, distinguir diferentes níveis de pertinência de associação. Se não parece admissível reconhecer alguma substancialidade ante ou anti-social ao que quer que se nomeasse como universal-natural sob a rubrica do sexo — e a contribuição discutida de Foucault me parece justificar exatamente tal posição — é preciso levar em conta a realidade representacional dessa natureza tanto quanto é preciso levar em conta a realidade representacional do sexo e da sexualidade. Neste caso, porém, o que é preciso demonstrar é que não se trata de uma realidade representacional, mas de duas ou de muitas, tanto no tocante ao sexo, quanto à natureza e quanto à relação entre ambas.

Para sair desse embaraço é inevitável invocar a tradição antropológica de recusa da comparação por traços e de ênfase nos fatos sociais totais, nas configurações culturais da melhor herança maussiana. E, no caso que temos em mãos, é necessário assumir certas hipóteses, sem as quais jamais poderíamos chegar a constituir os termos de qualquer comparação configuracional; sabendo-se desde já, é claro, que não se constituem *ex nihilo*, mas se sustentam sobre reiteradas pistas teóricas e etnográficas.

A primeira hipótese é a de que as classes trabalhadoras urbanas têm uma “cultura”, que pode ser compreendida como uma “subcultura” do continente mais amplo da “cultura ocidental” (e no caso das suas manifestações no espaço nacional brasileiro). Essa subcultura não mantém uma relação igualitária com a “cultura dominante” ou “cultura das classes dominantes”, mas não é tampouco uma mera sobrevivência arcaica ou reflexo diluído do presente. Antes se supõe que tenha uma lógica, própria, por mais insólita ou ilegítima que pareça, já que sem ela nenhuma significação e, portanto, nenhuma vivência seria possível.

A segunda hipótese é a de que, se há aí uma “cultura”, ela é diferente da nossa, e diferente não no sentido das pequenas variações, mas num sentido forte e verdadeiramente contrastivo. O melhor critério para avaliar a efetividade desta segunda hipótese é o de tentar discernir o núcleo dos valores articuladores da cultura de cá, devidamente dessacralizados, e contrapô-lo, em infinitos exercícios, com o material disponível sobre aquela outra cultura, tentando, portanto, atingir o núcleo ou matriz de significados lá porventura reinante. As especulações levantadas só fazem sentido no corpo desse projeto maior, com que tenho comprometido a maior parte de minha produção acadêmica.

Alguma coisa do que se já discutiu aponta claramente para o sentido do sexo/sexualidade em nossa cultura dominante e para sua articulação com o referido e procurado núcleo de valores. Como se observou, essa articulação passa pelas marcas atribuídas por Foucault ao "ponto imaginário do sexo": a sua capacidade de aglutinar a inteligibilidade, a totalidade e a identidade do sujeito moderno.<sup>20</sup>

De uma maneira muito sucinta, podemos dizer que a ideologia do sexo-verdade serve à representação individualista dominante através da configuração psicológica, que oferece uma teoria (e muitos mitos) exatamente elaborada e coerente da correlação entre esses dois níveis de idéias. Entre as múltiplas questões pertinentes a tal postulado ressaltarei as seguintes, fundamentais para a argumentação desenvolvida: 1) a representação individual-psicológica-sexualista tem um compromisso intrínseco com uma visão de mundo "racionalista", que faz com que, nos termos de D.H. Lawrence, "a compreensão plenamente consciente do instinto sexual importe mais do que o ato sexual";<sup>21</sup> 2) a representação individual-psicológico-sexualista tem também um compromisso intrínseco com o ideal de igualdade, o que faz com que haja uma ilegitimidade crescente de tudo o que evoque a diferença de gênero (inclusive sua universal correlação com a diferença de sexo), como se pôde ver na obra de Muraro; 3) a representação individual-psicológico-sexualista, armada sobre tais pressupostos racionalistas e igualitários, implica em uma produção contínua de discursos, saberes e práticas que não só bombardeiam os seus próprios núcleos de resistência interna (decorrentes de diversas contradições) como todos os outros espaços culturais, além de procurar sugar destes corroborações factícias.

Para sermos linearmente fiéis à estratégia apresentada, podemos supor para a cultura das classes trabalhadoras urbanas uma configuração simetricamente inversa à descrita, o que não avançaria muito em termos de conhecimento: dizer que ela é não-individualista, não-psicológica, não-sexualista, não-racionalista e não-igualitária pode ser uma qualificação crítica importante, mas não chega a ser exatamente esclarecedor.

---

<sup>20</sup> FOUCAULT (1977) p. 146.

<sup>21</sup> *Apud* FOUCAULT (1977) p. 147.

É que, com efeito, a linearidade nesse tipo de comparação ainda seria um ranço da nossa própria visão de mundo, acostumado a tudo ver quadriculado em casas idênticas, dualistas, alternas, inversas, mas sempre fundamentalmente equivalentes em suas *tables* classificatórias. Assim devemos supor que o próprio núcleo ou matriz ordenadora da cultura observada possa construir de tal forma sua ordenação interna e alternativa que possamos falar de modo positivo e não apenas especularmente negativo. Além do mais, é também próprio de nossa configuração de valores privilegiar uma visão segmentada de mundo, a partir da qual tem seu pleno sentido, por exemplo, falar de uma instância psicológica ou de um saber sobre a sexualidade.

Em trabalhos anteriores propus que o não-individualismo dessa cultura pudesse ser melhor entendido sob o prisma da teoria da *hierarquia* de Louis Dumont. Isso significaria dar ênfase a um tipo de identidade ou totalidade superior à das unidades individuais, ordenada sobre valores relacionais e diferenciantes, que resultassem num ideal de reciprocidade e complementariedade. A fonte de significação em uma tal configuração nunca poderia ser a sexualidade ou o sexo, enquanto endo-verdade; mas sim uma *moralidade* ou exo-verdade. Em tais circunstâncias o próprio discurso sobre o sexo deveria ganhar contornos diversos do que ganha entre nós. Nem mais silencioso, nem mais estridente; apenas diverso, e mais do que diverso, diversificado; pois graças à ênfase na diferença e não na igualdade haveria sujeitos e sujeitos — poderíamos dizer literalmente — de um sexo e de outro. Mas também de classes de idade e qualidades sociais diversas.

As unidades de identidade fundamentais para esses grupos sociais têm sido identificadas sobretudo ao nível da *família* e da *localidade* (o que é reiterado na literatura sociológica e antropológica brasileira recente, permitindo uma reavaliação dos dados confluentes oriundos de tradições tão díspares quanto as de Hoggart, Herbert Gans, Foote-Whyte e Oscar Lewis, por exemplo). A relacionalidade, a complementariedade e reciprocidade vêm sendo cada vez mais reconhecidas como características afirmativas, estruturantes e legítimas dessa cultura e não apenas como resíduo de uma tradicionalidade ou tradicionalismo perverso e teimoso.

Já não é tão generalizada a compreensão do sentido hierárquico que assume uma configuração cultural com esses contornos (apesar do testemunho reiterado de material relativo aos valores cotidianos ou religiosos, à vida no trabalho ou ao desempenho de práticas políticas), o que se deve muito diretamente à ilegitimidade absoluta de que se cerca para nós qualquer sistema de diferenças, necessariamente interpretado como sinal de poder e dominação.

A ênfase nessas qualidades procura habilitar-nos minimamente ao exercício inicialmente proposto de análise dos livros-depoimentos de Carolina de Jesus e Francisca da Silva, no que toca à questão do sexo e — creio que agora de maneira mais compreensível — da moralidade.

3. Quando a noite surgiu, ele veio. Disse que quer estabelecer, porque quer pôr os filhos na escola. Que ele é viúvo e gosta muito de mim. Se eu quero viver ou casar com ele.

Abraçou-me e beijou-me. Contemplei a sua boca adornada de ouro e platina. Trocamos presentes. Eu dei-lhe doces e roupas para os seus filhos e ele deu-me pimenta e perfumes.<sup>22</sup>

A escolha desses dois livros — o de Carolina e o de Francisca — para um exercício de indagação sobre o sexo e a moralidade nas classes trabalhadoras urbanas obedece a uma série de injunções. Trata-se, em primeiro lugar de dois relatos “autobiográficos” de gente oriunda das classes trabalhadoras publicados no Brasil. O caráter autobiográfico dos dois textos suscita imediatamente um movimento de afeição e curiosidade uma vez que associamos a esse gênero as qualidades de intimidade que, mesmo quando não acompanhada de autenticidade ou espontaneidade, sempre tende a fazer-nos acreditar ouvir o arfar da realidade psicológica e — por que não? — sexual (a não ser no caso de personalidades públicas; quando este seu último caráter sobrelevará geralmente).

A literatura antropológica brasileira recente transcreve copiosos discursos e fragmentos de histórias de vida de pessoas

---

<sup>22</sup> JESUS (1983) p. 165.

desses grupos sociais; mas tal material, além de muito extenso, é fragmentário por princípio, uma vez que tem seu recorte imposto pelos interesses específicos de cada objeto e cada cientista. O peso relativo dos tópicos do discurso, dos temas e, portanto, das áreas valorativas envolvidas depende, além do mais, das condições de coleta, observação, entrevista, entre as quais não é a menos grave a identidade de que o pesquisador se reveste face ao entrevistado e não é — tampouco — menos relevante o momento da vida deste último em que tais ou quais questões lhe são apresentadas ou relatos solicitados. Isso tudo faz com que — na medida mesma em que os antropólogos se tornam sempre mais conscientes desse peso situacional — a utilização do material etnográfico fragmentar de segunda mão se torne cada vez mais tensa e preocupante.

A outra alternativa disponível seria a da utilização de meu próprio material etnográfico, resultante de pesquisas entre grupos de classe trabalhadora urbana. Ocorre, porém, que no momento em que escrevo um livro sobre a construção social da pessoa nesses grupos sociais, tenho tudo isso excessivamente mobilizado e revolvido para aplicar-me a um recorte mais específico e intenso à inquirição.

Entre o meu material e o dos dois livros, uma forte razão faz com que penda ao exame dos últimos. Decorre do fato de que meu convívio e observação, por ter privilegiado as *famílias*, e as unidades domésticas, está fortemente colado — pelo menos em seu núcleo principal — às representações de sujeitos modelares ou, pelo menos, daqueles que se encontram em momentos modelares de suas acidentadas trajetórias. Por outro lado, o material menos apolíneo de que disponho é quase exclusivamente de procedência masculina, dada minha condição de pesquisador-homem e o fato de ter tido convivência com os espaços exclusivamente masculinos do *trabalho*.<sup>23</sup>

Carolina e Francisca são mulheres não-modelares — ou, mais exatamente —, mulheres com uma trajetória de vida não-modelar, embora representem aspectos estatisticamente dominantes da vida real ou efetiva de suas companheiras de classe.

É preciso ressaltar, nesse sentido, que o *ethos* masculino, por ser justamente o mais público, tem possivelmente merecido

---

<sup>23</sup> cf. DUARTE (1981).

um pouco mais de visibilidade. Fora o pouco que eu próprio publiquei no artigo acima citado, ocorrem-me imediatamente as instigantes análises de Peter Fry em torno do deslocamento do modelo hierárquico tradicional para o modelo individualizado do homossexualismo moderno,<sup>24</sup> e as informações preciosas que transpiram do livro de José Ricardo Ramalho sobre os presidiários de São Paulo.<sup>25</sup> Já no tocante ao *ethos* feminino, ou nos mantemos ao nível do mero contraponto secreto e encompasado do pólo masculino do modelo, ou caímos um pouco mais ou menos nos reducionismos exemplificados pela obra de Muraro.

É claro que os problemas que cercam a utilização de *Quarto de Despejo* e *Ai de Vós!* são incontáveis, a começar pelas enormes diferenças entre as duas obras. O livro de Carolina é um “diário” mantido entre os anos de 1955 e 1960 por uma mulher que se encontra nesse período mantendo seus filhos em um precário barraco de uma favela recente da periferia de São Paulo, através de um trabalho autônomo de catadora de materiais reapropriáveis do lixo urbano. O de Francisca foi escrito como “autobiografia” no ano de 1981 em um apartamento de classe média do Rio de Janeiro, onde sua autora, dispensada do trabalho de doméstica por sua patroa, viu-se incentivada a produzi-lo. À ocasião da edição do livro, em 1983, morava com os filhos e um novo marido num barraco de Nova Iguaçu.<sup>26</sup>

O próprio fato de terem escrito livros coloca as autoras em uma condição peculiar face ao seu meio de origem, inclusive por enfrentarem tornar públicos aspectos de sua vida relacional e íntima que as expunham a concretíssimas ameaças (ambas são explícitas a esse respeito). Este detalhe não me parece episódico, mas expressivo da singularidade da transgressão por elas cometida, duplicando as cotidianas e minúsculas transgressões que pontuaram suas sofridas trajetórias.<sup>27</sup>

A qualidade do material disponível em cada um dos livros é muito diversa em função das circunstâncias de sua escritura: o de Carolina é — como diário — mais introspectivo, enfati-

<sup>24</sup> cf. FRY (1982).

<sup>25</sup> cf. RAMALHO (1979).

<sup>26</sup> cf. *Jornal do Brasil*, 24 nov. 1983.

<sup>27</sup> cf. VOGT (1983).

zando menos os eventos que as sensações que os cercam ou suscitam; enquanto que o de Francisca — como autobiografia — é mais histórico, privilegiando o acontecimento, com seu perpétuo enovelar-se, sobre a sensação localizada, o modo vivencial.

Três características comuns chamam fortemente a atenção: em primeiro lugar a denúncia das condições de sobrevivência dos de sua classe, uma denúncia genérica, não-dirigida, mediada por contínuas avaliações morais e pela surpresa da recorrente disrupção da reciprocidade social ou cósmica pressuposta — da *solidariedade humana*, como lhe chama Francisca (Silva; 1983: 99) ou da proteção compensatória de *Deus*, como invoca Carolina com frequência (Jesus, 1983, p. 133).

O segundo ponto comum é o da ambivalência em relação aos homens ou mesmo em relação ao *homem*, enquanto valor. O terceiro ponto, mais abrangente, é o de que, em ambos os casos, os textos acabam por produzir no leitor uma sensação fortemente moralizante, no sentido de uma fábula ou *moralité* clássica, de veículo de reiteração da consistência última de valores capazes de resistir às mais permanentes ameaças e mesmo às mais aparentes denegações. Isso é mais explícito em Francisca, mas não deixa de transpirar sob a postura algo estoica de Carolina. Essa moralidade que os sustenta é tanto mais notável — para os nossos olhos — quanto os dois textos comportam uma explicitude bastante grande em relação ao comportamento “íntimo”, “sexual” e — mais do que isso — à continuada infração das regras do suposto bom proceder.

Chegamos assim aos termos dicotômicos no título deste trabalho: *muita vergonha, pouca vergonha*. Com efeito, um rigoroso dualismo opõe a coluna da *vergonha*, da moral do respeito e do juízo àquela em que seus numerosos antônimos se acotovelam: *pouca vergonha, sem vergonha, pornografia, besteira, bobagem, sujeira, coisa feia, porcaria, obscenidade, falta de respeito, sem juízo*. É claro que há aqui muitos níveis de propriedade semântica diversa, mas que se podem congregam sob aquele estado que Francisca assim resumiu no tocante ao comportamento de sua mãe, na juventude: “ficava como o Diabo gosta” (Silva, 1983: 13).

As duas colunas têm uma homologia intrínseca com a dicotomia limpo/sujo, que permite que as avaliações mais abstratamente morais se vão imbricando com planos múltiplos de con-

cretude até confundir, como no caso de Carolina, toda a *sujeira* física da favela com uma *sujeira* moral — homologia tão funda que confunde a própria possibilidade de discernir aí qualquer causalidade unilateral. A categoria de acusação *suja* é mesmo introdutória de toda a seqüência negativa feminina: ordinária, meretriz, piranha etc.

*Vergonha, respeito e juízo* são as medidas de avaliação das pessoas — avaliação de seu comprometimento maior ou menor, de sua capacidade ou ensejo maior ou menor de cumprir com as regras de uma reciprocidade social que é muito ampla, mas que encontra na relação homem/mulher seu palco fundamental, crítico, dramático — eventualmente trágico. Pode-se falar — nesse sentido — de uma verdadeira coreografia agônica cuja difícil resolução deve-se, em boa parte, ao fato de que cada dançarino improvisa em função de um plano comum só até um certo ponto, podendo obedecer, a partir daí, a uma lógica divergente, fonte de descompassos radicais.

A visão que tem a mulher desse desejado e inquietante *pas de deux* é a de uma contínua resposta ou reação à iniciativa masculina. Nesse sentido, nossas informantes parecem pressupor três passos fundamentais do homem a que correspondem dois passos secundários ou reativos da mulher. Há, em primeiro lugar, o passo geralmente descrito com enfado, porque contínuo, obstinado, obsessivo: o do “homem cercando”. Os relatos de nossas informantes são sistematicamente pontuados por essa marcação externa e quase universal dos machos espalhados ao longo de todos os seus trajetos. Esse passo é porém, ainda que genericamente negativo, instaurador, fundamental e — quando falha — pode provocar alívio, mas não deixa nunca de causar surpresa e até ambivalência, por exemplo, a atitude de Francisca em relação ao policial que a *respeitou* (p. 88). Pode, porém, se exacerbar a tal ponto que rompa com todos os limites, como são os casos citados, das ameaças de pais e irmãos mais velhos sobre suas filhas e irmãs púberes ou impúberes (cf. Silva, 1983, p. 20; Jesus, 1983, p. 136 e 199). O homem é visto sempre como algo ameaçador porque nunca “está com boas intenções” (cf. Jesus, p. 145). Mas ele é também a garantia de que a mulher possa entrar na dança cuidadosamente, seletivamente, de preferência, cercando também ela um objetivo caríssimo e tantas vezes distante: o de compor sua *casa*, sua *família*. Face ao pon-

tilhado contínuo de passos no cerco, a mulher deve exercer em princípio o seu passo reativo básico: o de resistir. Essa resistência é, porém, estratégica: sob ela jaz o princípio do cálculo da boa escolha. Nessa, que exige tantos investimentos imprevisíveis, a mulher deve desencadear o seu segundo passo: o de “ceder” — paulatina, cuidadosamente. Ao que o homem pode responder com o seu também segundo passo: o de “satisfazer” — quase sempre supostamente excessivo, disruptivo, arrebatador em sua promessa. Esta é a fase mais sutil e tensa da dança — namoros/noivados — que pode resultar na segunda fase, a da dança do casamento, ou desfazer-se com maiores ou menores danos para a mulher em sucessivas rupturas.

Francisca conta o caso de uma bofetada que deu em um namorado quando este se referiu ao seu futuro apartamento comum: “Como eu era ingnorante! Mandei a mão no rosto dele e falei quase gritando: — O que você está pensando? Que eu sou qualquer uma, seu moleque? Pensa que eu sou boba? (p. 33). O “passo de resistir” fora mal-usado.

A questão do homem satisfazer e da mulher ceder tende a conjugar nesse momento de entrada no mercado matrimonial (ou, pelo menos, sobretudo enquanto a mulher se mantém *virgem*) duas dimensões que, ao longo das vidas de Francisca e Carolina, parecem ir-se dissociando cada vez mais — o que é reconhecido como real ainda que nunca como completamente legítimo. Trata-se do que se poderia resumir nas rubricas do prazer e da reprodução (entendendo-se sob esta última a idéia da reprodução biológica — do ter filhos — mas sobretudo da reprodução social — do ter casa).

Com efeito, a ideologia juvenil feminina parece não só aspirar por uma conjugação das duas dimensões, como tentar jogar de maneira tal que a sua parte no prazer seja o penhor de submissão do homem à reprodução — à *obrigação* (como desse papel falam homens e mulheres). Essa estratégia poderá ser aliás tentada reiteradamente mais tarde, a menos que, como no caso de Carolina, já tenha sobrevivido um ceticismo total sobre a possibilidade da referida conjugação. É possível que as fortes expectativas da união prazer/reprodução que se encontram jacentes na ideologia feminina correspondam à percepção muito aguda dos rígidos limites em que as mulheres — à diferença

dos homens — deveriam manter seu regime de prazer; mas isso não poderia passar de uma especulação.

O material sobre a dicotomia entre o “prazer” e a “reprodução” nos dois livros, é muito intenso e não vejo como aprofundá-lo neste momento. Creio que as seguintes palavras de Carolina a respeito de um homem que lhe faz o cerco com sucesso resumem bem uma situação generalizada: “Ele disse-me que quer casar comigo. Olho e penso: este homem não serve para mim. Parece um ato que vai entrar em cena. Eu gosto dos homens que pregam pregos, consertam algo em casa. Mas quando estou deitada com ele, acho que ele me serve” (p. 150). Contrariamente a Carolina (pelo menos à que fala no período do diário), Francisca nunca parece muito “olímpica” em relação a essa questão, reiniciando infinitas vezes a dança conjugal: “Bom, eu havia jurado que não queria mais homem. Como já falei, tinha esse rapaz que me dava em cima. Eu não era santa e como mulher com 25 anos acabei ficando com ele. Eu acho que estava errada mas acontecia... mas também eu achava o seguinte: queria ter minha casa, marido e filhos, era o meu sonho, não queria casar, mas ter o que nunca tive — família!”.

É claro que, do ponto de vista feminino, cada um desses arranjos conjugais poderia ter sido o último, definitivo, o caminho da paz, se não desencadeasse o terceiro passo do homem: o de “perturbar”, de turvar a reciprocidade conjugal por três caminhos principais. O primeiro é o do não-trabalho, freqüentemente acompanhado da bebida e que ameaça de maneira direta a reprodução doméstica. O segundo é o da pancada ou dos maus-tratos em geral, que pode até ser suportado longamente desde que não se conjugue a uma das outras duas perturbações. O terceiro é o do “ter outras mulheres” — possibilidade muito regular nesses grupos, mas que deve se manter nos limites da reprodução (não afetar o sustento da primeira família) e no da vergonha (não ser ostensivo, demasiadamente próximo ou público).

Carolina, que assume muito decididamente o papel de mantenedora de sua unidade matrifocal, comenta o seguinte sobre suas vizinhas: “Elas aludem que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas têm marido. Mas são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade. (...) Eu enfrento qualquer trabalho para mantê-los. E elas têm

que mendigar e ainda apanhar” (p. 12). Veja-se porém que, sob uma atitude tão decidida, ecoa o peso do valor ideal da família ainda em toda plenitude: “Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar” (p. 19).

Seria preciso completar esta visão feminina da dança conjugal com o tema da mulher que “atrai”. É um tema subordinado porque não envolve tanto o pólo hierárquico forte do homem, mas é antes invocado entre as mulheres, em cujo contínuo *gossip* avalia se o empenho da mulher no desencadear e bem conduzir a relação não terá ultrapassado o limite de vergonha, aproximando-se do pólo negativo da prostituta. Como diz Carolina: “Aqui todas implicam comigo. Dizem que sei atrair os homens” (p. 19).

Esta atração (em que se subentende a promessa de prazer sexual) exercida pelas mulheres nunca é inconsciente, podendo ser levada a condições quase teatrais (até como defesa — como ressalta Francisca — em situações perigosas; p. 72-73 e 84) e a auto-avaliação em termos da vergonha é evidentemente muito elástica ou, pelo menos, pode servir-se de numerosos álibis, desde que sustentada pela imagem do ideal doméstico em cuja conquista porfiam.

Parece mais ou menos explícito que o prazer ou a procura do prazer podem ser encarados como perigosos desde que se descolem daquela outra face da reprodução e da obrigação social. Como diz Carolina num sentido genérico, mas que parece aplicável à área em exame: “Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter” (p. 12) (meus grifos).

Nesse sentido, a atração masculina sediada em um homem *sem respeito* ou *sem vergonha* pode transformá-lo em uma verdadeira fonte de pânico ou ódio, como ocorreu no episódio fascinante de Carolina com o cigano; em que, do prazer do primeiro encontro, fragmentado na epígrafe desta seção, se passa às mais solenes e graves invectivas, tão logo se deixa perceber o seu jogo de mera e generalizada sedução (p. 165, 168 a 174 e 177). Como se pode ver no pequeno trecho, o cigano faz menção direta ao casamento, ao se estabelecer garantia de uma união prazer/reprodução, cuja falsidade vem a exasperar a cética Carolina, em função do encanto indigno de que ele passa então a se cercar: “Olhei o rosto do cigano. O rosto bonito.

Mas fiquei com nojo. Era um rosto de anjo com alma de Diabo” (p. 173).

Por mais que se considere esse prazer como dotado de uma força disruptora, ele, em nenhum nível, chega a ser considerado como um valor em si, independente das balizas morais pelas quais se urde e enovela. E isso não quer dizer que não o procure ou que não preocupem as situações de desprazer e de não-prazer. Apenas ele não se institucionaliza segmentadamente e nem assim se coloca em discurso. A própria palavra sexo, por exemplo, não é usada sem uma certa vergonha, pressupondo-se que tudo o que ela recobre só se deva apresentar mediado pelas regras do respeito, ou seja, pelos canais, códigos e situações adequados ao seu fluxo.

Creio que é extremamente significativo dessa subsunção fundamental do sexo à moralidade — e do reconhecimento da legitimidade dessa subsunção (que é o que na verdade distingue tal configuração da cultura dominante) — que um paradigma da *pouca vergonha* e da *sujeira*, uma de suas manifestações mais radicais, seja para Francisca a ameaça de seu marido em obrigá-la a relações orais e anais (p. 76-77). Esta é certamente uma questão suscetível de outras indagações, relativas, por exemplo, à representação masculina do prazer e de sua relação com uma moralidade, que não posso explorar aqui. Veja-se porém que, para Francisca, essa ameaça se materializa no quadro de uma deterioração bastante acentuada das qualidades morais do marido e portanto do próprio respeito dentro da casa (que nem o era, pois estavam anormalmente “encostados” na casa da mãe do marido).

Transcrevo um trecho alongado do livro de Carolina que me parece expressar muito bem esse estatuto do sexo e do prazer — ao mesmo tempo muito próximo, muito pouco sagrado ou misterioso, e, por outro lado, muito ciosamente contido por regras legítimas de adequação social:

Não podia escrever sossegada com as cenas amorosas que se desenrolavam perto do meu barracão.

Pensei que iam quebrar a parede!

Fiquei horrorizada porque a mulher que estava com o Lalau é casada. Pensei: que mulher suja e ordinária! Homem por homem, mil vezes o esposo.

Creio que um homem só chega para uma mulher. Mas mulher que casou-se precisa ser normal.

Esta história das mulheres trocar-se de homens como se estivesse trocando de roupa é muito feio. Agora uma mulher livre que não tem compromissos pode imitar o baralho, passar de mão em mão (p. 139-140).

O material etnográfico examinado é muito mais rico do que pude sugerir, tanto mais quanto, em outras condições, inspirasse ser comparado e contraposto a dados de outras fontes. Não pude sequer me aproximar, nesse sentido, da análise das representações correspondentes no pólo masculino — e isso é muito grave, já que o caráter relacional da visão de mundo desses grupos enfatiza a diferença e a complementariedade; inclusive e sobretudo entre os gêneros. Sobre isso tudo porém ainda falaremos muito, todos nós, súditos fiéis da “austera monarquia do sexo” a que se refere Foucault.

O intuito fundamental deste trabalho é o de convidar a uma vassalagem mais refletida, mediatizada pela compreensão da qualidade outra que um valor tão sagrado para um certo tipo de cultura pode ter nas demais culturas ou subculturas (e até ali onde nem sequer se enxergue “cultura”).

Pois como disse Peter Fry, a respeito da “construção social da sexualidade”: “Estamos lidando com sistemas de classificação e procurando entender sua lógica em relação ao contexto social no qual são produzidos.”<sup>28</sup>

## BIBLIOGRAFIA

- DUARTE, L. F. D. Identidade social e padrões de agressividade verbal em um grupo de trabalhadores urbanos. *Boletim do Museu Nacional* (N. S. Antropologia, n.º 36). Rio de Janeiro, 1981.
- . O culto do Eu no templo da razão. *Boletim do Museu Nacional* (N. S. Antropologia, n.º 41). Rio de Janeiro, 1983a.
- . A construção social da memória moderna. *Boletim do Museu Nacional* (N. S. Antropologia, n.º 41). Rio de Janeiro, 1983b.
- . Pluralidade religiosa nas sociedades complexas e religiosidade das classes trabalhadoras urbanas. *Boletim do Museu Nacional* (N. S. Antropologia, n.º 41). Rio de Janeiro, 1983c.

<sup>28</sup> FRY (1982) p. 112.

- FOUCAULT, M. *História da sexualidade (A vontade de saber)*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
- FRY, P. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para inglês ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo. Diário de uma favelada*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- MURARO, R. M. *Sexualidade da mulher brasileira. Corpo e classe social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- RAMALHO, J. R. *O mundo do crime. A ordem pelo avesso*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- SILVA, Francisca Souza de. *Ai de vós! Diário de uma doméstica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.
- VOGT, C. Trabalho, pobreza e trabalho intelectual — Carolina Maria de Jesus. In: *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CONHEÇA TAMBÉM OUTROS LIVROS DA MARCO ZERO  
QUE SÃO PRESENÇA OBRIGATÓRIA NA ESTANTE DE UM  
ESTUDIOSO DO BRASIL DE HOJE

---

● *Repensando a História*

Organizado por Marcos A. Silva

Nesta obra coletiva, professores de História discutem suas experiências, fazem balanços e traçam perspectivas para o ensino da História em nosso país.

● *¿Hay Gobierno?*

Revista Brasileira de História n.º 7

Com artigos de Christopher Hill, Déa R. Fenelon, Kazumi Munakata, Isabel Andrade Marson, Fernando A. Novais, José Jobson de Andrade Arruda, Adalberto Marson, Raquel Glezer e outros.

● *Cultura e Cidades*

Revista Brasileira de História n.º 8/9

Com artigos de Robert Storch, Nicolau Sevcenko, Maria Stella Martins Bresciani e outros.

● *Terra & Poder*

Revista Brasileira de História n.º 12

Com artigos de Susy Cástor, Alcir Lenharo, André Luiz Vieira Campos, Ademir Gebara e outros.

● *Em Busca do Ouro*

Organizado por Gerônimo A. Rocha

Geólogos, historiadores, antropólogos, sociólogos e cientistas políticos se reúnem para analisar a "febre do ouro" que se apossou do país.

● *Imagens da Revolução*

Organizado por Daniel Aarão Reis

O livro reúne os documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. É um livro de referência imprescindível para se conhecer a história do nosso país.

Este livro foi composto na Linolivro e impresso pela Gráfica  
Editora Dior Ltda., para Editora Marco Zero Ltda.

---

Peça pelo correio o nosso catálogo e conheça os outros livros da  
Editora Marco Zero.

---

Atendemos também pelo Reembolso Postal. Editora Marco Zero  
Ltda., Travessa da Paz, 15 — Rio de Janeiro, CEP 20250 —  
Telefone 273-2337 e Rua Inácio Pereira da Rocha, 273 —  
São Paulo, CEP 05432 — Telefone 815-0093.

operária brasileira, e um artigo centrado sobre o proletariado ao nível nacional no período recortado pelos anos 30 e 40 deste século, trabalhando com referências historiográficas.

Essas diferentes vias de acesso ao conhecimento de uma "cultura da classe trabalhadora" — tanto a que investe no conhecimento da classe ao nível nacional, tanto a que trabalha com a análise crítica de importantes estudos anteriores, quanto a que se aplica ao estudo direto, etnográfico, de grupos de trabalhadores localizados — devem ser atacadas simultaneamente para que se inter-fecundem, contrariando falsas oposições hierárquicas entre o conjunto da classe e o grupo social, entre o geral e o particular. Os artigos aqui apresentados, iluminando "questões sobre a cultura e a identidade operárias" e particularmente aspectos menos aparentes dessa classe operária pouco conhecida do ponto de vista analítico, contribuem para os estudos sobre essa classe trabalhadora brasileira que se defronta com nível de remuneração mínimo, péssimas condições de trabalho e com os diferentes aspectos de uma peculiar dominação de classe.

*José Sergio Leite Lopes*

# CULTURA & IDENTIDADE OPERÁRIA

## ASPECTOS DA CULTURA DA CLASSE TRABALHADORA

Sob uma unidade temática geral, o estudo da classe trabalhadora, temos aqui cinco autores com enfoques e métodos de trabalho diferentes. Essas diferentes vias de acesso ao conhecimento de uma "cultura operária" mostram como podem ser complementares e inter-fecundas, contrariando falsas oposições hierárquicas entre o estudo do conjunto da classe e o grupo social, entre o geral e o particular.

As análises aqui apresentadas contribuem para que se conheça melhor a classe trabalhadora brasileira que se defronta, como sempre, com níveis de remuneração mínimos, péssimas condições de trabalho e com diferentes aspectos de uma peculiar dominação de classe.

T R I L H A S

